

ISSN 1516-344x

REVISTA DO INSTITUTO
GEOGRÁFICO E HISTÓRICO
DA BAHIA

Rev. IGHB, Salvador, v. 116, jan./dez. 2021

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

Presidente	Eduardo Morais de Castro
1ª Vice-Presidente	José Nilton Pereira Carvalho
2º Vice-Presidente	Antonio Luiz Calmon Teixeira
3º Vice-Presidente	Antonio Rodrigues Nascimento Filho
Secretário Geral	Newton Cleyde Alves Peixoto
Diretor Financeiro	Nelson Teixeira Brandão
Diretor Financeiro Adjunto	Fernando Antônio de Souza
Diretora de Publicação	Maria Nadja Nunes Bittencourt
Diretor da Biblioteca	Luiz Américo Lisboa Júnior
Diretora do Arquivo Histórico	Zita Magalhães Alves
Diretoria Suplente	Antonio Menezes do Nascimento Ricardo Mauricio Nogueira e Silva
Conselho Fiscal	Luiz Ovídio Fisher Sudário de Aguiar Cunha Wellington do Carmo Cruz
Conselho Fiscal Suplente	Creuza Santos Lage Maria Constança Carneiro Galvão

REVISTA DO INSTITUTO
GEOGRÁFICO E HISTÓRICO
DA BAHIA

Rev. IGHB, Salvador, v. 116, jan./dez. 2021

Rev. IGHB, Salvador, v. 116, jan./dez. 2021

Conselho Editorial Internacional

Miguel Monteiro Academia Portuguesa da História e Universidade de Lisboa – Portugal	Glória Kaiser Instituto Geográfico e Histórico da Bahia Áustria
Antonella Rita Roscilli Escritora e Jornalista – Itália	Hendrik Kraay Universidade de Calgary – Canadá
Berthold Zilly Instituto Latinoamericano da <i>Freie</i> <i>Universitat Berlin</i> – Alemanha	Marcos de Noronha da Costa Academia Portuguesa da História - Portugal
Edmundo Aníbal Herédia Universidad Nacional de Córdoba – Argentina	Stuart Schwartz Yale University - Estados Unidos

Conselho Editorial Nacional

Adinoel Mota Maia Gabinete Português de Leitura-Bahia	José Ibarê Dantas Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
Aidenor Ayres Instituto Histórico e Geográfico de Goiás	Maria Nadja Nunes Bittencourt Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
Arno Wehling Academia Brasileira de Letras	Maria Tereza Navarro Britto Matos Universidade Federal da Bahia
Carlos Humberto Pederneiras Corrêa Instituto Geográfico e Histórico de Santa Catarina	Zilma Parente de Barros Universidade Federal da Bahia
Cybelles Moreira de Ipanema Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro	

Comitê Editorial responsável por este número

Maria Nadja Nunes Bittencourt Diretora de Publicação/IGHB	Jémison Mattos dos Santos Universidade Estadual de Feira de Santana/UEFS
Ione Celeste Sousa Universidade Federal de Feira de Santana/UEFS	Sabrina Gledhill Pesquisadora independente-Londres
Jaime Nascimento Fundação Pedro Calmon	

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

© 2021 Instituto Geográfico e Histórico da Bahia - IGHB

É permitida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica, resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma, desde que seja indicada a fonte.

Ficha técnica

Projeto Editorial	Maria Nadja Nunes Bittencourt
Projeto Gráfico	Sidnei Silva e George Luis Cruz Silva
Coordenação Editorial	Maria Nadja Nunes Bittencourt
Assistente Editorial	Carisse Chaves
Diagramação, Editoração e Edição de imagens	Alan Cavalcante
Revisão Linguística e de Normalização	Maíta Nogueira Bittencourt de Andrade
Imagem da capa	Manuel Querino, foto de Jorge Calmon. Câmara Municipal de Salvador, 1995. Candolina Rosa, formatura no Instituto Normal em 1939. Acervo pessoal.

Endereço para envio de artigos: diretoria.publicacao@ighb.org.br

Indexada em / Indexed in:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.xhtml> - Plataforma Sucupira

O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade dos autores.

Ficha Catalográfica

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.
Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1894 -
v.: il; 25cm.

Anual
v. 116, (jan./dez., 2021), 352p
ISSN 1516-344X.

1. Bahia – História. 2. História e Religião. 3. História e Religião. 4. História editorial. 5. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia - Discursos, ensaios e palestras.
CDU: 94(813.8)



Instituto Geográfico
e Histórico da Bahia

Fundo
de
cultura



GOVERNO
DO ESTADO

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA - IGHB

Avenida Joana Angélica - 43 - Piedade 40050-001 - Salvador - BA - Brasil
Telefone: (71) 3329-4463 - (71) 3329-6336 diretoria.publicacao@ighb.org.br

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia



SUMÁRIO

EDITORIAL	13
ARTIGOS	23
A invisibilidade das mulheres na história da educação: a experiência de Candolina Rosa	
Graciene Rocha de Jesus Guimarães	25
Costumes familiares	
Manuel Querino	53
Primórdios da Independência	
Manuel Querino	57
Cronologia de Manuel Querino	
Sabrina Gledhill	69
As obras pioneiras de Manuel Querino: um ensaio bibliográfico	
Sabrina Gledhill	75
Uma homenagem a Candolina Rosa	
Maíta Nogueira Bittencourt de Andrade	103
Estudo ambiental do município de Conde/ba: uma análise do uso das terras do baixo curso do rio Itapicuru, entre o rio das pontes e o rio Pirangi	
Lucidalva Andrade de Menezes	113

A Sabinada rebeliões do período regencial na Bahia e a Sabinada	
Antonietta d'Aguiar Nunes	143
Um manuscrito apócrifo: a guerra de Canudos segundo Moreira de Azevedo	
Marcos Roberto Brito dos Santos	171
No tempo de S.M.I. Teresa Cristina de Bourbon, filha de Francisco I, rei das duas sicílias e esposa de S.M.I. Pedro II	
Antonella Rita Roscilli	201
BIOGRAFIA	223
Homenagem a Candolina Rosa de Carvalho Cerqueira	
Clara Cerqueira Fernandes	225
ACERVO BIBLIOGRÁFICO	245
Candolina Rosa Cerqueira de Carvalho	247
Manuel Raimundo Querino	248
RELATÓRIO BIBLIOTECA ARQUIVO	255
RESENHA	265
Antonietta d'Aguiar Nunes	267
Rebeca Laíse Santos Lima	277
GALERIA DE IMAGENS	287
ESPAÇO ABERTO MEMORIAL 2 DE JULHO	293

**Memória da Diretoria de Publicação de 2018 a
2021**

Maria Nadja Nunes Bittencourt	295
AGENDA IGHB	313
RELAÇÃO DE ASSOCIADOS	323
EDITAL E NORMAS DE PUBLICAÇÃO	335
Edital de publicação nº 005/2022 da Revista IGHB n. 117	337

AT
CO
TA
IC
ST
RE
VIS
OF
EV
TC
RE
IST
B
HB
A
H
IA
E
HI
O
AF
CC
BA
IC
A
AFI
DA
RA
D
GR
O
OG
CC
OG
R

Editorial



EDITORIAL

A Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB número 116 destaca duas importantes personalidades baianas, cada uma com a singularidade peculiar de sua área. Por defender a premissa de que a função desta Casa é **preservar a memória histórica da Bahia**, muitos conterrâneos contribuíram com a formação histórica, político-social e cidadã baiana, mas não tiveram espaços nos livros, na literatura e nem na mídia, da época, para eternizarem as suas contribuições. Outros foram mais notabilizados pelos seus feitos, lutas e glórias. A nossa intenção é abrir espaço, também, àqueles que deixaram as suas marcas na vida diária, na formação humana e na memória histórica e social do povo baiano.

O primeiro destaque é para a professora Candolina Rosa Cerqueira de Carvalho, mulher negra, originária de camadas populares. Como professora e gestora de educação, em Salvador, teve uma trajetória profissional de 32 anos, de dedicação ao exercício de magistério. Em vida chegou a receber homenagens pela sua dedicação profissional. O seu tempo foi marcado por ser um período cuja educação

tradicional era evidente, não se permitia à mulher o destaque que o homem, na mesma função, obtinha. Os valores católicos e do amor materno eram o que se perpetuava na sociedade. Daí se confirma o silenciamento de tantas outras mulheres baianas que tiveram a sua história de vida omitida.

Candolina morreu jovem, mas lutou com afincio para deixar a sua marca nas pessoas que por ela passaram. Ela não tem produções, livros publicados, mas na memória oral ela está muito viva, como destacam publicações e estudos acadêmicos atuais. O silenciamento é também notado na pouca iconografia referente à Professora Candolina. Fica aqui a provocação para que possamos ampliar a sua memória e destacar as boas lições de vida que ela, em tão pouco tempo, deixou. No seu centenário de nascimento, 12/09/1921, o IGHB dá a sua contribuição para o urgente reparo que a Bahia está a lhe dever.

O segundo destaque é para Manuel Raimundo Querino, santamarense, que completa neste ano 110 anos de nascimento. Órfão de pai e mãe, aos quatro anos de idade, vítimas de *colera-morbis* em 1855, ficou sob a tutela do prof. Manuel Correia Garcia, em Salvador. Logo cedo começou a peregrinação pelo país, fora recrutado para servir na guerra do Paraguai e, findando, retornou a Salvador e a sua história começou a se consolidar. Criou espaços educativos, a Academia de Belas Artes, exerceu a arte de pintor. Manuel Querino formou-se em Desenhista e exerceu com muito êxito esta arte. Na política partidária criou a Liga Operária Baiana e o Partido Operário em 1890. Participou ativamente de seguimentos sociais de grande relevância para a formação

político-social dos baianos, dentre eles destaco ser um dos sócios fundadores do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 1894. Tem extensa obra que transita desde livros a artigos, ensaios, trabalhos artísticos e muita luta pela independência do Brasil.

Este ano, ainda sob o efeito da pandemia do *Covid 19*, tivemos restrições de realizar alguns eventos que, via de regra, geram conteúdos para a Revista do IGHB. O isolamento de todas as atividades presenciais fizera parte de um protocolo governamental que foram seguidos à risca como atendimento de prevenção à saúde pública e respeito à vida. O procedimento que adotamos é o de convidar uma personalidade, pesquisadora e estudiosa sobre o homenageado, e abrir o espaço do auditório Bernardino José de Souza para palestrar e debater sobre as ideias dele. Com as restrições não foi possível realizar e, portanto, teremos esta seção subtraída da Revista por ausência do conteúdo. Outro conteúdo que não circulará neste número é o discurso do Orador Oficial. O procedimento de produção deste conteúdo é o de no dia 13 de maio, data na qual se comemora a fundação do IGHB, o Orador discursa sobre ações relevantes do Instituto, destaca prospecções, saúda os novos associados, homenageia os falecidos e sugere intenções para o ano vindouro. Com a oficialização da vacância do Orador Oficial, datada em Ata do dia quatro de novembro de 2020, as dezessete horas na sala da Presidência, o IGHB não preencheu esta diretoria, e permanece até esta data sem um representante. Deste modo, este conteúdo também não será publicado.

A Revista do IGHB abre o presente número com um duplo dossiê sobre a Professora Candolina Rosa e Manuel Querino.

A invisibilidade das mulheres na História da Educação: A experiência de Candolina Rosa, pesquisa de **Graciene Rocha de Jesus Guimarães** para compreender como as relações de gênero é um elemento importante para compreender as desigualdades que permeiam o tratamento atribuído a homens e mulheres. Destaca a importância de se considerar a categoria gênero nos estudos sobre a história da Educação na Bahia.

Os textos *Costumes Familiares e Primórdios da Independência* são de autoria de **Manuel Querino**, publicados no livro *A Bahia de Outrora*. Coleção de Estudos Brasileiros, série 1ª, Autores Nacionais, vol.3. Salvador: Livraria Progresso Editora Aguiar & Souza Ltda. Eles foram transcritos na mesma forma originalmente publicados em 1946, respeitado e mantida o vernáculo da época. Redigitados por Maria Nadja Nunes Bittencourt, em 16 de outubro de 2021, para serem publicados na Revista do IGHB, n. 116 de 2021.

A Cronologia de Manuel Querino, por **Sabrina Gledhill**, apresenta um conteúdo de contextualização da vida e obra deste baiano, que em pouco tempo produziu, lutou, enfrentou desafios e deixou muitas lições de vida.

As obras pioneiras de Manuel Querino: num ensaio bibliográfico de **Sabrina Gledhill** apresenta e analisa as

obras do intelectual afro-brasileiro Manuel Querino (1851-1923) consideradas pioneiras nas áreas de História da Arte, Antropologia da Alimentação, Estudos Étnicos e Africanos. Mostra que, apesar de ser prestigiado em vida e após a morte, o pesquisador santamarense, também, foi tratado com paternalismo e preconceito.

Uma homenagem a Candolina Rosa, **Maíta Nogueira Bittencourt de Andrade** relata o episódio grandioso que a fez admirar e ser grata a Candolina, como professora-cidadã e colega, mesmo tendo acontecido no pior contexto sociopolítico do Brasil. Considera que ela não foi uma professora comum, além da sua comprovada competência: ela foi uma professora-cidadã, corajosa, solidária.

Estudo ambiental do município de Conde/Ba: uma análise do uso das terras do baixo curso do rio Itapicuru, entre o rio das Pontes e o rio Pirangi de **Lucidalva Andrade de Menezes** analisa a situação ambiental da área, a partir do uso das terras. Revela que ao longo do seu processo de ocupação, a cobertura vegetal sofreu forte pressão, refletida na paisagem que se encontra bastante fragmentada, substituída por diversas atividades econômicas dentre elas, agricultura e pecuária extensiva. Tal situação provoca possíveis perdas de biodiversidade, assim como declínio na qualidade de vida da população local.

A Sabinada: Rebeliões do período Regencial na Bahia e a sabinada de **Antonietta d'Aguiar Nunes** procura relacionar as várias rebeliões civis e militares ocorrida na Bahia no período regencial (1831-1840) esclarece as

origens do movimento republicano liderado pelo professor da Faculdade de Medicina Sabino Álvares da Rocha Vieira. Relata os antecedentes e a preocupação constante do Chefe de Polícia. Narra alguns feitos no período da revolução, alguns combates e o desfecho final na chamada “Batalha dos 3 dias”. Os rebeldes - entre os quais muitos professores - foram de início presos e processados.

Um manuscrito apócrifo: a guerra de Canudos segundo Moreira de Azevedo de **Marcos Roberto Brito dos Santos** analisa o manuscrito A vitória de Canudos de Manuel Duarte Moreira de Azevedo no contexto das prescrições metodológicas da escrita da história no século XIX. Levanta as condições de produção do manuscrito – atentando para o lugar de fala do seu autor, em especial, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – a concepção de história a ele subjacente e as intenções explícitas e implícitas do autor ao redigi-lo. Identifica uma historiografia oficialista, pedagógica e comprometida com o ideal de nação, além de pretensamente isenta de partidarismo e ideologia.

No tempo de S.M.I. Teresa Cristina de Bourbon, Filha de Francisco I, Rei das Duas Sicílias e Esposa de S.M.I. Pedro II de **Antonella Rita Roscilli** narra fatos do século XVIII em Nápoles. A dinastia dos Bourbons reinava e era uma das casas governantes das mais importantes e antigas da Europa. A essência de toda a história política e sociocultural cruzaria o Oceano Atlântico graças a D. Teresa Cristina de Bourbon (1822-1889), princesa das Duas Sicílias.

Na seção Biografia registramos a Homenagem a Candolina Rosa de Carvalho Cerqueira, na qual **Clara Cerqueira Fernandes** se refere a Candolina Rosa de Carvalho Cerqueira, “como a Professora Candolina, Lilina, minha avó” que só a conheceu através dos relatos da família. Considera este o início de uma jornada de pesquisa sobre esta mulher que não a teve em seus braços, mas que sempre esteve com ela. Elaborou uma pequena biografia, organizando os fatos seguindo, à medida do possível, a ordem cronológica dos eventos. A biografia de Manuel Querino foi elaborada a partir das obras dele, sendo assim, o texto está na sessão de artigos visto que se trata, também, de um texto dissertativo.

Na seção Acervo Bibliográfico consta de uma relação de títulos identificados como obras, estudos e publicações que tratam sobre Manuel Querino e Candolina Rosa. Este espaço permite ao leitor/pesquisador ter acesso à indicação de publicações sobre as personalidades históricas homenageadas.

A primeira resenha é de **Rebeca Laíse Santos Lima** do título PASSOS, Elizabete. Candolina Rosa (1921-1973). A segunda é de **Antonietta d’Aguiar Nunes NASCIMENTO**, Jaime; GAMA, Hugo (Org.). Manuel R. Querino: seus artigos na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador: IGHB, 2009. 238 p. Publicada originariamente na Revista da FACED, Salvador, n.14, p.169-174, jul./dez. 2008.

Na Galeria de Imagens está reunida uma pequena iconografia da vida de Candolina Rosa e Manuel Querino. Este material foi selecionado e organizado a partir de fontes particulares e também de espaços públicos.

Na seção Espaço Aberto, o relato sobre a Memória da Diretoria de Publicação de 2018 a 2021 de **Maria Nadja Nunes Bittencourt**, retrata os avanços, alguns recuos neste período e sugere prospecções.

A Agenda Cultural apresenta a programação das atividades desenvolvidas no período de 2021. Registramos, também, a Relação de Associados, o Edital de Publicação 005/2021, e as Normas de publicação.

Desejamos a todos uma exitosa leitura, deste conteúdo, e aguardamos colaborações para o próximo número.

Maria Nadja Nunes Bittencourt

Diretora de Publicação do IGHB

Artigos



A INVISIBILIDADE DAS MULHERES NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DE CANDOLINA ROSA

Graciene Rocha de Jesus Guimarães

Mestra em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação/
GESTEC/UNEB

RESUMO

O elemento central que impulsionou o trabalho foi a tentativa de compreender como as relações de gênero são um elemento importante para compreender as desigualdades que permeiam o tratamento atribuído a homens e mulheres. Além disso, suscitamos a importância de se considerar a categoria gênero nos estudos sobre a história da Educação na Bahia, já que o tratamento dado à mulher, principalmente a mulher negra, como protagonista, ainda não foi suficiente para demonstrar as suas contribuições nesse campo da educação.

Palavras-Chave: Gênero; Educação; História da Educação

ABSTRACT

The central element that stimulated the work was to the attempt to understand as the sort relations are an element important

to understand the inequalities that *permeiam* the attributed treatment the men and women. Moreover, we excite on the importance of if to consider the category sort in the studies on the history of the education in the Bahia, since the given treatment the woman, mainly the black woman, as protagonist of the education, not yet was enough to demonstrate its contributions in the field of the education.

Word-Key: Sort; Education; History of the Education

A História da Educação é um campo de conhecimento que não deve se desvincular da História. Discutindo o estudo acerca da história da Educação, Nóvoa (1996, apud Catani, 2000) considera que ela é parte integrante da história total e, conseqüentemente, deve abandonar uma perspectiva institucional estrita. Assim, fazer história da Educação implica, sobremaneira, integrar o conjunto das dimensões econômica, social e política do objeto de investigação escolhido, adotando metodologias e paradigmas científicos, para refutar uma *narração gloriosa* da Educação.

Essa nova forma de fazer História da Educação no Brasil começa a ser ampliada, quando se inicia a discussão sobre questões teórico-metodológicas, identificação de acervos documentais existentes nas diferentes regiões do país, levantamento de títulos já publicados na área (teses e dissertações produzidas), criação de vários grupos de pesquisa e/ou associações de pesquisadores e publicação de periódicos especializados. Nesse contexto, a História da Educação passou, também, a incorporar, ainda de forma incipiente, outros temas e questões relevantes como: gênero,

dificuldades de aprendizagem, raças, etnias, religiões, levando a novas interpretações no campo da Educação.

Sobre o surgimento de novos temas a serem investigados na História da Educação, Nóvoa (apud Catani, 2000) destaca quatro tendências: “a história dos atores educativos”, “a história das práticas escolares”, “a história das ideias” e “a história dos sistemas educativos”.

Este artigo situa-se na primeira tendência, “a história dos atores educativos”, pois pretende contribuir, a partir da perspectiva de gênero, com as discussões no campo da História da Educação, revisitando a trajetória da educadora baiana Candolina Rosa de Cerqueira Carvalho.

Com essas constatações, cabe perguntar por que as mulheres, mesmo ocupando lugar de destaque, na História da Educação, como no caso de Candolina Rosa, não têm merecido atenção nos estudos e debates educacionais em curso? É provável que isso se justifique pelo fato de que o tratamento dado à mulher, como protagonista da Educação, ainda não é suficiente, para demonstrar as suas contribuições prático-teóricas ao desenvolvimento desse campo.

Temos conhecimento da existência de alguns poucos trabalhos que se debruçam sobre a temática das educadoras baianas, porém, até o momento, verificamos que poucos deles se atêm à dimensão aqui proposta, ou seja, recuperar a memória da prática educativa de pessoas que pontificaram na educação baiana, no nosso caso específico Candolina Rosa, ao longo do século XX.

Sabemos que a História da Educação, através do conhecimento, ao longo do tempo, de alguns dos seus atores, vem sendo trabalhada de forma mais intensa nas últimas décadas. A proposta deste trabalho, porém, tem a intenção de trazer novos elementos para tal discussão, fazendo novas perguntas às fontes já pesquisadas, incorporando outras evidências documentais e pensando os problemas, já existentes, dos referenciais teóricos e metodológicos desenvolvidos pela História da Educação.

Diante dessas constatações e das minhas inquietações, acabei por decidir contribuir com essa discussão, fazendo uma reflexão inicial sobre a invisibilidade da mulher na História da Educação. Essa reflexão se deu a partir da investigação da trajetória da educadora Candolina Rosa, quando procurei suscitar discussões sobre a importância de se considerar a categoria gênero nos estudos sobre a História da Educação na Bahia, já que o tratamento dado à mulher, principalmente à mulher negra, como protagonista da Educação, ainda não foi suficiente para demonstrar as suas contribuições no campo da educação.

Considerando tais aspectos, este trabalho procura estudar, em caráter preliminar, como a educadora, fugindo a esse modelo de mulher estabelecido pela sociedade da época, quebrando muitos padrões pré-estabelecidos, ingressou em um campo essencialmente masculino, a exemplo o de lecionar no Ensino Médio. E, atuando nesses espaços androcêntricos, sempre de maneira marcante, e expondo suas ideias.

Num primeiro momento, seguindo um caminho visto como natural para as mulheres da sua época, Candolina Rosa se formou em professora das séries iniciais do ensino fundamental. No entanto, não se contentou com o modelo de mulher estabelecido pela sociedade vigente, a educadora rompeu com muitos estereótipos socialmente atribuídos à condição feminina.

Essa educadora fugia ao modelo de mulher de sua época – as solteiras que realizavam poucos ou nenhum estudo, limitando-se ao aprendizado das prendas necessárias para o casamento, e as casadas, em sua grande maioria, totalmente voltadas ao lar. Candolina Rosa era bem preparada tecnicamente e mantinha uma atitude combativa na defesa de seus princípios e ideias, conseguindo romper com muitos papéis socialmente estabelecidos à condição feminina.

Candolina Rosa esteve muito à frente do seu tempo, pois assumiu desde muito cedo uma postura vista como feito no texto ao comportamento de uma mulher. Além disso, a educadora via a Educação como uma forma imprescindível para a formação profissional, tanto que sua formação nunca era pronta e acabada, ao contrário, estava sempre em processo, preocupando-se com o seu fazer pedagógico. Prova disso, são as duas graduações, duas especializações e o ingresso no mestrado, este não concluído por ter falecido. Tudo isso, em meio às atribuições femininas como: lar, marido, cinco filhos.

Nesse sentido, cabem aqui algumas indagações: por que Candolina Rosa é invisibilizada nos estudos sobre a História

da Educação na Bahia? Quais as influências de gênero na trajetória de Candolina? Qual a concepção de Educação defendida pela educadora? Quais as ideias pedagógicas vigentes nas primeiras décadas do século XX?

A pesquisa tem o século XX como recorte temporal, e a finalidade de contribuir para o enriquecimento do debate atinente à História da Educação baiana, enaltecendo a prática educativa de educadoras, a exemplo de Candolina Rosa, que contribuíram com seus saberes e experiências educacionais de forma significativa e que hoje são invisibilizadas.

Para além da contribuição biográfica, salienta-se aqui, que este trabalho tem como proposta colaborar com a discussão acerca da contribuição da mulher no âmbito educacional, ao tempo em que apresenta, também, uma reflexão sobre o fato de que as questões de gênero ainda discriminam, sobremaneira, a produção intelectual feminina.

As imagens de homens e mulheres construídas pela sociedade durante a história foram difundidas e incorporadas de maneira tal a considerá-las como inerentes à natureza de cada um deles, tornando-se, por vezes, inconcebível pensá-los de uma outra forma, admitir outros comportamentos, senão os esperados. São várias as formas utilizadas pela sociedade, para legitimar os estereótipos de homens e mulheres por ela concebidos.

A partir da organização deste estudo, que compreende a historiografia da Educação através da trajetória da educadora Candolina Rosa e os construtos sobre a categoria

gênero, este trabalho procura, como uma de suas dimensões fundamentais, demonstrar a contribuição da mulher no cenário da Educação baiana, bem como as contribuições práticas da educadora. E, por fim, poder contribuir com a visibilidade da mulher nessa história da Educação baiana.

A trajetória da Educadora Canadolina Rosa: Mulher, Mãe, Esposa, Religiosa, Educadora...

Nesta seção traçamos o perfil da educadora Candolina Rosa, bem como apresentamos o caminho percorrido por ela, com o objetivo de mostrar como aquela professora, mesmo sendo procedente de família de poucos recursos financeiros, negra e órfã desde muito cedo, através da Educação conseguiu se tornar uma das professoras de Língua Portuguesa mais importantes da Bahia, conseguindo superar vários desafios de uma mulher do século passado.

Filha de Cândido Nelson de Carvalho e de Isabel Rosa Gomes de Carvalho, Candolina Rosa de Carvalho nasceu em 12 de setembro de 1922, na cidade de Salvador. Mais velha dos três filhos do casal, ficou órfã muito cedo aos 15 anos de idade, e com dificuldades financeiras, devido à falência de seu pai nos negócios. Foi criada pela mãe, numa época em que a Educação era vista como uma possibilidade de contribuir para uma ascensão nos aspectos moral, social, econômico e, principalmente, intelectual. Casou-se em 1950 com Francisco de Moraes Cerqueira, falecido, em 17 de agosto de 1960, com quem teve cinco filhos.

Beneficiada pela resistência de sua mãe, em vencer através da Educação, já que a esta, no início do século XX, era considerado o caminho para assegurar uma valorização em todos os aspectos da vida humana. Aos 18 anos Candolina Rosa diplomou-se em professora do ensino chamado primário, mesmo com as dificuldades financeiras da infância e da adolescência e, no ano subsequente foi aprovada em concurso público estadual para o ensino fundamental. Já lecionando, ingressou na primeira turma da Faculdade de Filosofia, no curso de Línguas Neolatinas, graduou-se em Pedagogia com habilitação em Administração Escolar, e se especializou em Supervisão de Ensino. Foi selecionada para o Mestrado em Educação, mas faleceu no percurso em 1973.

Despertando nos filhos o mesmo sentimento, defendido por sua mãe Isabel, de que a Educação era a porta de entrada para o sucesso e a realização, procurou educar seus cinco filhos de maneira que todos atingissem uma profissão considerada de prestígio na época, o que conseguiram, exceto José Carlos que, aos 20 anos, prestou vestibular para administração de empresas na Universidade Federal da Bahia – UFBA e, no entanto, veio a falecer antes mesmo de ver o resultado de aprovação nos jornais.

Desde muito cedo Candolina se mostrou uma católica fervorosa, frequentando religiosamente a igreja, onde descobriu a vocação para a Ordem Franciscana Secular uma “cruzada pessoal de abnegação e solidariedade”. Não dá para elucidar, com certeza, por que a educadora desenvolveu essa devoção pelo catolicismo, visto que sua

mãe, referência mais marcante em sua vida, comungava de outras preferências religiosas, como afirma a reportagem do Jornal Correio da Bahia (16/04/2006, p.6):

A mãe dela, dona Isabel, era uma personagem de múltiplas influências espiritualistas, uma espécie de xamã ecumênica. Tinha o quarto do santo em casa e exercitava o dom do adivinhatório, passando as mãos sobre uma bola de cristal e franzindo a testa, como se buscasse inspiração do além, para fazer as previsões que a muita gente interessavam. Também tinha forte ligação com a Umbanda, incorporando entidades ocasionais. Não era raro ver algumas pessoas com enfermidades leves procurando-a para que rezasse com as mãos próximas ao corpo. Depois de alguns dias, voltavam para agradecer a cura que sempre associavam aos poderes sobrenaturais do já feito no texto *passé* de Dona Isabel (**grifo nosso**).

Ainda segundo a reportagem, Candolina encarava essas atitudes da mãe como crendices, e não se intimidava com os castigos que poderiam advir do *não respeito* às oferendas dadas aos Orixás. E pontua que “quando chegava da escola com muita fome, Lilina entrava sorradeira no quarto e surrupiava as oferendas ao orixá para comer ela própria” (Jornal Correio da Bahia, 16 de abril, 2006, p.6).

Outro fato que também mostra o destemor de Candolina quanto às crenças da mãe é quando da participação em um retiro católico – do Coral do padre Godofredo Raulf no qual ingressara aos 18 anos – e na saída para compra de suprimentos, junta a outras meninas do Coral, encontra um bozó de macumba:

[...] naquele prato com farofa e galinha, havia também notas de dinheiro, e uma delas teve o impulso de pegar as cédulas. Candolina avisa que deveria ser tomado com a mão esquerda e depois fazer xixi sobre o dinheiro, para cortar qualquer feitiço. Assim elas conseguem comprar o dobro de bananas e sanduíches naquele dia [...] (Correio da Bahia, 16/04/2006, p.6.)

Essa atitude chama a atenção das meninas que a acompanham, pois se perguntam como uma pessoa tão católica sabia daquelas coisas.

Por ela demonstrar espírito de liderança, rigidez e sensatez logo o Padre Godofredo Raulf “distingue em Candolina um tentáculo de liderança no meio de uma desordem juvenil generalizada”. E é com esse espírito que Candolina está à frente da construção da Casa Monte Alverne, um lar de repouso que ficara pronto em 1966, e cujo objetivo era o de receber idosas que integravam a “Secular Ordem Franciscana”. Segundo uma das curadoras da residência, Almerita Camelier, o lar sempre apresentou dificuldades para se manter, e Candolina não poupava esforços para

conseguir recursos financeiros para a instituição, “com poucos recursos e muitas necessidades (...)”. Mas acredita que “só o fato de comemorar quatro décadas de existência do lugar já é motivo para um brinde (...)” (Correio da Bahina, online, 16/04/2006).

É sabido que Candolina, mesmo antes de comandar a construção da Casa Monte Alverne, já exercitava seu compromisso social, pois tornou a sua própria residência um espaço de acolhida a pobres, desvalidos e enfermos. Como noticia o Jornal Correio da Bahia, v. 2006, p. 6:

Todos os dias, era quase impossível não encontrar na mesa da sala uma refeição farta para familiares e os extras que sempre apareciam, que sempre eram acolhidos como se a casa fosse extensão dos lares alheios. Era uma aluna que brigava com o marido, recém casada um colega que fazia uma boquinha antes de ir para outro serviço. “Lá em casa era albergue. Tinha grávida expulsa pelos pais, velhinhos...”, suspira Cândida, a mais velha entre os filhos que não eram adotados.

Esse aporte religioso mostra a preocupação constante da educadora com o ser humano, o que pode ser constatado durante toda sua trajetória de vida. No entanto, esse “modo de ajudar” considerado qualidades entre as ditas femininas, como ser cuidadora, carinhosa, disponível aos serviços comunitários, ente outras, não esconde podemos constatar

que a educadora, mesmo dentro das suas convicções religiosas, mostrou-se líder, sensata, ativa corajosa, austera, com traços de personalidade, por assim dizer, típicos dos homens.

Essas características de provedora do bem estar alheio perpassavam, também, pela questão educacional, pois fundou uma escola do ensino então chamado primário como está registrado no Jornal Correio da Bahia (2006, p. 6):

Candolina adaptou o lar para fundar a escola primária Santo Antônio. As salas de aula tomavam todo o andar do térreo do amplo imóvel e a residência familiar foi transferida para o piso superior, com quartos, salas e uma privacidade na medida permitida pela hospitalidade irrestrita da matrona. A nova arquitetura do lar dos Carvalho Cerqueira terminou sendo uma alegoria do grande legado da professora: a base sustentando aquela família era mesmo a Educação (grifo nosso)

Vale ressaltar que, apesar dessa ideia de fundação de uma escola, na sua própria residência, ter sido motivada inicialmente pela necessidade de garantir o estudo da filha Vera – portadora osteogênese imperfeita, doença que desregulariza o crescimento – houve também a necessidade de dar acesso à Educação a pessoas que não tinham como pagar “a quantidade de bolsas era quase a mesma de alunos que pagavam”.

No início do segundo semestre do ano de 1972, Candolina Rosa, após sentir fortes dores na região do busto, recebe um diagnóstico, no consultório do médico Carvalho Luz, da existência de um tumor na mama, e é informada de que precisa se afastar, urgentemente, de todas as atividades, para passar por uma cirurgia.

Segundo o Jornal Correio da Bahia de 16 de abril de 2006, p.7, a educadora, após diagnóstico, “aquiesce, mas pede um tempo para ‘resolver umas coisinhas’. As ‘coisinhas’ que ela tinha para resolver eram praticamente o resumo de uma vida inteira de lutas”. Mesmo com a informação de que precisaria se afastar das atividades, Candolina segue sem interromper seus trabalhos e mantém a notícia da doença em segredo, para não preocupar parentes e amigos, mas a forma acelerada, com que vinha tomando decisões despertava desconfianças, como é registrado também no jornal supracitado:

Primeiro vai ao Rio de Janeiro aguardar a volta da filha Cândida de um período como bolsista nos EUA. Consulta os cunhados sobre o que eles fariam com os sobrinhos no caso de ela morrer. Eles dizem que precisariam separá-los para cada um poder cuidar de uma criança. Candolina, então, emancipa a filha Cândida, na época com 18 anos, e a coloca como tutora dos irmãos.

Além dessas providências, Candolina também deixa pronto seu inventário, começando a organizar, assim, a herança.

Quanto à odisseia de educadora, mesmo no leito do hospital, após realização de procedimento cirúrgico, continuava a desempenhar as atividades educacionais, tornando o ambiente hospitalar, um gabinete pedagógico, não se afastando dos compromissos letivos, como é descrito na reportagem online do Jornal Correio da Bahia (abril, 2006) intitulada Leito de Obstinação, onde é afirmado que:

[...] além de confortar os familiares e colegas, ela sonhava com o retorno para o ambiente escolar. Quando recebeu alta, no início de 1973, já tinha planejamento do ano letivo e estava engajada no projeto de reforma de ensino proposto pelo então ministro da Educação Pires e Albuquerque.

Ainda segundo a reportagem, depois de uma recaída e mais uma vez tendo que se internar, Candolina Rosa manteve no quarto de hospital o mesmo comportamento:

[...] a rotina de conversas, audiências, com quase a mesma frequência com que recebia professoras na sala da diretoria. Em determinado momento, pediu para uma ambulância levá-la até a escola, o Ginásio Estadual Ministro Pires e Albuquerque, onde era a diretora, como se desejasse uma despedida no santuário de educação.

No dia 4 de abril de 1973, sem mais resistir à doença, Candolina Rosa morre com 51 anos, no auge da atividade

didática. A notícia de sua morte é recebida com consternação por autoridades, parentes, amigos e estudantes, como pontua o jornal Correio da Bahia de 16/04/2004, página 7:

[...] Sem mais conseguir resistir ao câncer, Candolina deixa o povo dela sozinho. Uma mensagem emitida pela Secretaria de Educação para todos os colégios da rede pública informava a perda da mestra notável. À tarde, o cemitério do Campo Santo estava lotado. A filha Antônia, então com 13 anos, ficou impressionada com a quantidade de pessoas que não conhecia e que mesmo assim pareciam inconsoláveis. Ela não conseguia chegar próximo ao caixão da própria mãe. Jovens como ela davam escândalo, em prantos e gritos desesperados. Mesmo no seu ataúde, imóvel e solene, Candolina ensinava mais uma lição para centenas de estudantes que iam depositar uma rosa de carinho. A saudade pode ser eterna, mas o exemplo sobrevive como um ensinamento que não dá para apagar da lousa da memória (grifos meus).

O jornal Tribuna da Bahia de 05/04/1973, página 3, também noticiou o sentimento de pesar com a morte da educadora:

A professora Candolina Rosa de Carvalho Cerqueira foi enterrada ontem à tarde, no cemitério do Campo Santo,

na presença de muitos dos seus alunos, ex alunos e colegas professores. Ela morreu na manhã de ontem, após um período da enfermidade que a levou a ser internada no Hospital Português. Formada em Letras e Pedagogia, foi uma das professoras mais conhecidas no Estado, tendo ensinado a várias gerações. Ultimamente ensinava Português no Colégio Severino Vieira, tendo sido diretora do GEMPA e lecionado também no Colégio Marista. Foi ainda diretora do Ginásio Lomanto Junior, em 1964 e do Colégio João XXIII. Era considerada uma educadora de personalidade marcante por todos que a conheceram, que são unânimes em afirmar seu senso de justiça, exercido, às vezes, com boa dose de rigor (**grifos meus**).

Fica evidente, assim, o reconhecimento de Candolina como umas das mais importantes educadoras da sua época e como sua morte foi sentida por parte da população baiana. Após sua morte, Candolina recebeu algumas homenagens em reconhecimento do seu papel como educadora de destaque na Bahia, e uma dessas homenagens foi publicada no Diário Oficial da Bahia, de 20 de junho de 1973, através Decreto nº 23.496, de 15 de junho de 1973, “Cria a escola de 1º Grau, anexa ao Complexo Escolar Marques de Maricá, nesta capital, com a denominação de Professora Candolina”.

O Governador do Estado da Bahia, no uso de suas contribuições, DECRETA:

Art.1º - Fica criada uma escola de 1º Grau no Complexo Escolar Marquês de Maricá, nesta capital, contendo dez (10) salas de aulas, duas (2) oficinas e uma (1) biblioteca.

Art.2º - A referida unidade será denominada Escola Professora Candolina.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Esse Diário Oficial registra ainda que a Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia homenageia a educadora Candolina Rosa de Carvalho Cerqueira *post mortem*, com o Diploma ao Mérito Barão de Macaúbas, honraria dada à pessoa que se tenha distinguido por atividades e trabalhos em prol do desenvolvimento da Educação.

Outra homenagem, muita significativa recebida pela educadora, é feita por um dos seus alunos ilustres, Caetano Veloso, que compôs uma música em sua homenagem, em 1992, lançada no CD Circuladô. A música intitulada “Neide¹ Candolina” é uma junção de duas mulheres que foram marcantes na vida do cantor.

¹ Neide era uma amizade recente motivada a partir da contemplação estética e da louvação gastronômica à mulher que despachava as delícias do restaurante Zanzibar (Jornal Correio da Bahia de 16 de abril de 2006 p.3). Neide dos Santos, a mulher de mil temperos do extinto restaurante Zanzibar. Baiana de família ligada ao Candomblé,

Preta chique, essa preta é bem linda
Essa preta é muito fina
Essa preta é toda a glória do brau
Preta preta, essa preta é correta
Essa preta é mesmo preta
É democrata social racial
Ela é modal
Tem um Gol que ela mesma comprou
Com o dinheiro que juntou
Ensinando português no Central
Salvador, isso é só Salvador
Sua suja Salvador
E ela nunca furou um sinal
Isso é legal
E eu e eu e eu sem ela
Nobreza brau, nobreza brau
Preta sã, ela é filha de Iansã
Ela é muito cidadã
Ela tem trabalho e tem carnaval
Elegante, ela é muito elegante
Ela é superelegante
Roupa Europa e pixaim Senegal
Transcendental
Liberdade, bairro da Liberdade
Palavra da liberdade
Ela é Neide Candolina total
E a cidade, a baía da cidade
A porcaria da cidade
Tem que reverter o quadro atual
Pra lhe ser igual

levou para seu estabelecimento uma espécie de ritual culinário, transformando forno e fogão em um altar para a religião do paladar. A casa virou ponto de encontro da intelectualidade de uma Bahia lírica nas décadas de 70 e 80. Gente compenetrada como Pierre Verger, ou artistas escrachados como Paulinho boca de Cantor. Nesse trânsito de comensais famosos, Neide era considerada de uma elegância Namíbia. Virou lady na apaixonada letra de Gilberto Gil e Antônio Risério, de 1983, Lady Neide: “Escurinha gostosa, pandeiro de pele de gata, chinha de male” (Correio da Bahia on-line, 16/04/06).

E eu e eu e eu sem ela
Nobreza brau, nobreza brau
(Composição: Caetano Veloso)

Segundo o jornal online Correio da Bahia de 16/04/2006, a filha de Candolina, Antônia de Carvalho Cerqueira, ao saber da homenagem feita pelo cantor a sua mãe, tinha a “impressão que faltava alguma peça no quebra cabeça da referência histórica”, já que alguns trechos não correspondiam à personalidade da educadora.

Muitos versos realmente remetiam à vida da mãe, morta em 1973, vítima de um câncer de mama. Ela ensinara Português no Central e até talvez fosse mesmo uma “democrata social racial”, numa época que nem havia mastro para hastear essa bandeira política. Só que Candolina mãe, com quem ela conviveu até os 13 anos, em nada lembrava uma “preta sã, filha de Iansã” ou mostrava ser “superelegante com roupa e pixaim Senegal”.

E essa composição conjugada objetivava mostrar como a professora Candolina tinha sido importante na vida do cantor, pois a mesma lhe tinha apresentado “os sabores da língua, tinha revelado receitas com os melhores temperos do Português, justamente numa fase tenra da vida, onde descobertas desses tipos vão ser ruminadas na maturidade intelectual”.

As homenagens feitas à Candolina têm na sua essência o reconhecimento pela sua práxis pedagógica, visto que a mesma não deixou escritos, não era oriunda de família ilustre e não tinha posição social destacada.

Trajetória Educacional

Ao longo de todo o processo histórico é possível perceber que o tratamento atribuído a homens e mulheres não é o mesmo. Há uma desigualdade que permeia as relações entre os gêneros e que tem se estendido aos dias atuais. Como afirma Sardenberg (2004, p.81) “a subordinação da mulher na sociedade, além de se manifestar como fenômeno milenar e universal, também figura como a primeira forma de opressão na história da humanidade”. Desde criança, homens e mulheres aprendem como devem se comportar. Há padrões a serem seguidos, normas a serem respeitadas e comportamentos a serem exteriorizados no âmbito social.

As imagens de homens e mulheres que foram construídas pela sociedade durante a história foram difundidas e incorporadas de maneira tal a considerá-las como inerentes à natureza de cada um deles, tornando-se, por vezes, inconcebível pensá-los de uma outra forma, admitir outros comportamentos senão os esperados. São várias as formas utilizadas pela sociedade para legitimar os estereótipos de homens e mulheres por ela concebidos. A Educação é uma delas e todos nela reconhecem um instrumento valioso, que possui um grande poder de ação e que permite a manutenção ou a transformação das relações sociais que se encontram estabelecidas na sociedade.

Privilegiada pelo entendimento da mãe de que a educação seria o caminho mais acertado para a promoção do ser humano, Dona Isabel não mediu esforços para que Candolina pudesse ingressar no Instituto Normal, hoje ICEIA. Mesmo que estivesse contrariando uma expectativa social, já que, após falência e morte do pai o caminho mais ajuizado para ela seria o trabalho, como afirma o jornal Correio da Bahia (2006, p.4): “muita gente condenava como excesso colocar a mulatinha para estudar, quando o mais provável seria empregá-la em casa de família”.

Com esse incentivo e contrariando as expectativas sociais - considerado por muitos “desperdício de dinheiro” e que virou uma imposição de vitória da mãe e da filha – Candolina, aos 18 anos, diploma-se em professora primária pelo Instituto Normal². No ano seguinte é aprovada em concurso público e tem sua primeira experiência pedagógica no interior da Bahia.

Num período em que a maioria das mulheres se voltava para o ensino chamado primário e não almejava evoluir nem nos estudos nem na carreira, pois acreditava que o maior e mais importante papel da mulher era a maternidade, Candolina, além de enveredar pelo Ensino Médio – campo majoritariamente masculino na época – nunca dava sua formação como pronta e acabada, ao contrário, buscava sempre nela investir na sua formação. Como afirma o jornal Correio da Bahia (2006, p. 4):

² Criado pela Lei provincial nº 3 de 14 de abril de 1836 - dizia que o preparo do pessoal responsável pela Educação cabia à Escola Normal. A princípio o curso era restrito aos homens.

Já ensinava, quando resolveu cursar Línguas Neolatinas, na primeira turma da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Diplomou-se em 1949 e depois fez uma especialização em Orientação Educacional, concluída em 1966. Em 1967, voltou para a universidade, cursando Pedagogia nas Faculdades Integradas Olga Metting, fundada naquele mesmo ano.

Ainda segundo o jornal Correio da Bahia, mesmo após estar estabelecida na carreira do magistério e não precisar provar mais nada a ninguém, Candolina continuava ávida por maior especialização.

Estudante considerada acima da média, foi a primeira presidente do Diretório Acadêmico e conquistou a graduação de pedagoga com ênfase em administração escolar. Depois, especializou-se em supervisão de ensino e antes de completar 50 anos era a primeira docente baiana a ter duas graduações e três especializações.

Vale salientar que essa formação contínua, a da disciplina Português adotada pela educadora não se restringia a sua área de atuação. Preocupava-se com o seu fazer pedagógico, ou seja, Candolina não se satisfazia com os conhecimentos adquiridos nem com a qualidade do trabalho realizado, vivia em busca de novas informações, maior aprofundamento

teórico e melhor desempenho, tanto na sua vida profissional como no pessoal.

Os cursos que fez após sua formação básica lhe deram possibilidades de diversificar a práxis pedagógica e atuar em funções administrativas, mas o grande destaque foi como professora de Português, em escolas da rede privada e, principalmente, da rede pública, tais como: Colégio Severino Vieira, Colégio Central, Colégio Estadual João Florêncio Gomes, Colégio Estadual Lomanto Júnior, deste último sendo precursora da sua fundação. O que marcava o método de ensino de Candolina era a exigência voltado para a disciplina como comportamento.

A educadora e as questões de gênero

Os estudos de gênero constituem uma área muito nova nas teorias sociais. A temática da mulher como objeto de investigação científica aflora como campo de estudos, segundo o registro de Louro (apud Dias, 1997), a partir da década de 60 do século XX, quando da ebulição dos movimentos sociais reivindicatórios na Europa, que caracterizam o que Hall (apud Dias 2001, p.44) denomina “o grande marco da modernidade tardia”. Segundo Dias (2003), a despeito de cronologicamente curto, esse tempo proporciona uma produção teórica complexa distribuída em muitos campos temáticos e disciplinares, com interlocuções teóricas diversificadas.

Mesmo ficando claro que a ligação de Candolina com a Educação tenha sido muito dirigida pelas questões de

gênero, visto que no início dos anos 40 do século passado, fosse aquele caminho mais acertado a uma mulher, isso não foi um empecilho para que a educadora não se realizasse e se ocupasse dos espaços, dentro da própria profissão, direcionados aos homens — a exemplo de lecionar para no Ensino Médio.

E desde muito cedo, a educadora teve de conviver com as questões relacionadas a ser mulher no século XX. Aos 19 anos, após ser aprovada em Concurso Público, Candolina vai lecionar na cidade de Ruy Barbosa, onde acompanhada de um dos irmãos, o qual acredita ter que mostrar àquela população masculina na vida da educadora -, se instala na cidade “tempo suficiente para a comunidade notar a presença familiar e masculina”. No entanto, fez-se claro que a professora não precisaria dessa defesa masculina, pois demonstrou que não estava presa aos comportamentos padronizados do ser mulher naquela época, como é exemplificado através da notícia publicada no jornal Correio da Bahia de 16/04/2004, p. 4:

Um homem aparece esfaqueado e nu na praça e todos têm medo de prestar socorro. Para uma mulher, passar a metros de distância já era considerado uma ousadia sem precedentes. Candolina vai até ele, cuida dos primeiros ferimentos, veste o ferido e leva para a delegacia. A atitude provoca celeuma na pacata vila. (grifos meus).

Esse tipo de atitude encontrava muitas barreiras, em consequência de uma formação sexista recebida pela sociedade que não possibilitava às mulheres livre-arbítrio para agir. Naquele momento, a educadora passava alguns padrões estabelecidos e marcava sua presença por onde passava. Segundo Passos (2004), nos anos 40, 50 e 60 do século XX, “as mulheres baianas começaram a aproveitar algumas brechas sociais, como a necessidade de serem bem formadas, a fim de responderem com mais competência aos papéis de mãe e educadora e exigiram mais escolarização para elas”. É sabido que Candolina não rompeu com todos os papéis pré-estabelecidos por uma sociedade androcêntrica, pois alguns desses papéis cumpriu com esmero, a exemplo de ser uma mãe. Mas, com certeza se aproveitou dessas brechas para sua formação contínua.

Conciliando família e educação

Refletir sobre a invisibilidade das mulheres na História da Educação é como mergulhar novamente na História e perceber que, por mais que se conte um fato, ainda existe algo a ser dito. Mas, para se ter a possibilidade de uma outra narrativa, faz-se necessário um novo olhar sobre as fontes, novas indagações, outras perspectivas teóricas. Segundo Moreno (1987, p. 56), é justamente quando se coloca a produção historiográfica tradicional em xeque, que podemos perceber como ela vai se revelando androgênica e sexista. O sujeito que se legitima e aparece na Ciência é o homem, o mesmo que, enquanto produtor, que determina o que, como e... por que estudar ou não determinado fato. E

sexista, na medida que a Ciência nela relatada não considera a mulher nem como construtora, nem como participante.

Constata-se, assim, que a traz em seu bojo um histórico essencialmente androcêntrico, no qual torna invisível a mulher, e é na tentativa de desconstrução dessa abordagem que refletimos sobre a trajetória educacional e pessoal da professora Candolina Rosa de Cerqueira Carvalho.

Pensar nessas mulheres – Candolina entre elas - e em como lutaram por suas vontades, ainda que essas vontades refletissem também uma ideologia dominante, nos permite compreender que nossas histórias podem não ser contadas apenas pela fala dos homens. Mas através da fala das mulheres, revelando a evolução da condição de cada sexo e das relações de poder que permeiam o relacionamento entre eles (homens) e elas (mulheres).

Decerto, Candolina não fugiu de todas as questões relacionadas a gênero, e cumpriu muito bem seu papel de mãe, religiosa, mas foi através da profissão de educadora que esta mulher pôde quebrar muitos padrões, em 32 anos dedicados à Educação. Candolina, ao mesmo tempo em que conseguiu romper com padrões estabelecidos, viveu muitos desses papéis, sendo uma mãe exemplar, exercendo a caridade, a religiosidade e a maternidade. O que não a impediu, apesar de cumprir vários papéis socialmente construídos do ser mulher no século XX, de, como outros exemplos, saber lidar com as formas de opressão e controle à qual fora exposta naquela sociedade. Demonstrando que, mesmo na condição de *submissa*, essa educadora não se

isentou de ler o seu mundo, de atuar nele, de modificá-lo em seu benefício.

A conclusão a que chegamos é a de que, apesar de existirem, comprovadamente, evidências da presença da mulher na História da Educação baiana, não só como coadjuvante, mas principalmente como protagonista desta, e estas mulheres, mesmo fazendo parte da historicidade e corroborando substancialmente com as práticas pedagógicas, como evidenciamos, através da trajetória da educadora Candolina Rosa, essa mulher não recebeu o reconhecimento merecido, sendo invisibilizadas por uma história sexista.

Enfim, percebemos que apesar de cumprir vários papéis socialmente construídos do ser mulher no século XX, a educadora, não como único exemplo, soube lidar com as formas de opressão e controle a qual fora exposta naquela sociedade.

REFERÊNCIAS

Fontes da Imprensa

Diário Oficial do Estado da Bahia, abril de 1973; Setor de periódicos da Biblioteca Pública do Estado;

Jornal Diário da Bahia, abril de 1973; Setor de periódicos da Biblioteca Pública do Estado;

Jornal Correio da Bahia, abril de 2004; Setor de periódicos da Biblioteca Pública do Estado;

www.clubecorreio.com.br/reporter/noticia

O Jornal *Tribuna da Bahia* de 05 de abril de 1973, página 3.

CATANI, Denice Bárbara; CATANI, Afrânio, M. (2000). *Um lugar de produção e a produção de um lugar: História e Historiografia da Educação Brasileira nos anos 80 e 90*. Texto apresentado no I Congresso Brasileiro de História da Educação.

DIAS, Maria Rosália Correia. *Por uma compreensão do conceito de gênero*. In: Ensaio sobre identidades de gênero. Salvador: Editora Helvecia, 2003.

NÓVOA, Antônio. *História da Educação: percursos de uma disciplina*. Análise Psicológica, Lisboa, nº4, 1996.

PASSOS, Elizete Silva. *Palcos e Platéias – as representações de gênero na Faculdade de Filosofia*. Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1999.

COSTUMES FAMILIARES

Manuel Querino¹

Primitivamente, o chefe de família dispunha de uma autoridade absoluta; não existia a igualdade relativa da mulher. A esta não se proporcionava a instrução, sob o pretexto de lhe não facultar um perigoso veículo de namoro. Verdade é que só no ano de 1820 a metrópole providenciou sobre escolas primárias para o sexo feminino.

A dona da casa era um mixto de soberania e escravidão: soberana dos escravizados e escrava do marido.

A dança era considerada diversão perniciososa, pois a austera moral do tempo não podia admitir que um rapaz pudesse com o braço enlaçar a cintura de uma dama. A maldita civilização, porém, conseguiu ameigar austeridade dos nossos ancestrais.

¹ Este texto foi transcrito na mesma forma originalmente publicado no livro **A Bahia de Outrora**. Coleção de Estudos Brasileiros, série 1ª, Autores Nacionais, vol.3. Salvador: Livraria Progresso Editora Aguiar & Souza Ltda., 1946, p. 223-225. Respeitada e mantida a forma vernácula escrita da época. Texto redigitado por Maria Nadja Nunes Bittencourt em 16 de outubro de 2021, com a finalidade de ser republicado na Revista do IGHB, n. 116 de 2021.

Destarte, já no princípio do século passado, as senhoras tocavam piano, dançavam a gavota, a alemanda, e até se batia o solo inglês. O luxo era surpreendente, vinham da França os espartilhos, os objetos da moda, as toilettes e bem talhadas; os diamantes ofuscavam a vista, e andavam as damas em cadeirinhas douradas com lacaios fardados.

Os homes de posição, figurando entre eles, os empregados públicos, usavam calção curto, meias de seda, sapatos de entrada baixa, de verniz, com fivela dourada; bengala de catão de ouro, casaca ou sobre casaca, conforme a exigência da etiqueta, e, em dia de grande gala, traziam chapéu de dois bicos.

A moda das calças de alçapão, como ainda usam os marinheiros, só foi introduzida no Brasil, depois de 1840.

As boticas, hoje farmácias, constituíam verdadeiro centros de tramas revolucionários ou políticos e pontos de palestra sobre a vida alheia; os frequentadores divertiam-se jogando gamão. A botica era uma espécie de imprensa falante; e umas melhores informadas do que outras, conforme o pessoal que as frequentava.

Em outras épocas, as distrações familiares não iam além da – roda, cirandinha, padre cura, senhora dona sancha, canivettino, etc. Eram um elemento complementar da educação feminina. Havia antigamente as casas de mestras, onde se ensinavam costura de todo gênero, como fossem:

bordados, rendas de almofadas, bordado a ouro, sapatos de lã e muitos outros trabalhos de valor apreciável. Como incentivo da aprendizagem, não faltavam os beliscões, o olhar indicativo do que a mestra deseja, e o célebre limão colocado abaixo do queixo, para que a discípula não distraísse o olhar da costura.

Os rapazes, até aos dezoito anos, ficavam inativos, sem ocupação outra que não fosse aprender a ler.

Houve, nesta Capital uma curiosa instituição, que prestava grande serviços: os recolhedores de tradições e dos fatos ocorridos na sociedade.

Em cada freguesia, um ou mais indivíduos tinham por profissão recolher, em cadernos de notas, os fatos mais importantes dos respectivos quarteirões, principalmente os que se relacionavam com as fraquezas da vida pública e particular das pessoas mais salientes.

Dava-se uma luta entre famílias e cada uma punha em relêvo a sua importância social. Isto ficava apurado logo, mas era preciso conhecer-se p lado fraco e procurava-se o homem do arquivo. Êste, com a melhor vontade abria o seu caderno e descorria sobre o assunto:

“Fulano nasceu em tal tempo, seus pais foram Fulana e Fulano; sua avó escrava e por vezes levou surra. Teve um tio que cumpriu sentença, por êste ou aquele crime. Ou então: Fulano, que está hoje figurando como gente, é filho de mulher escrava, que fugiu do engenho ainda rapariga

nova; veio para aquí a sorte correu-lhe a mil maravilhas, os filhos já estavam bem arrançados, quando apareceu o senhorio. Houve uma luta tremenda para que tudo ficasse em sigílo, como, de fato, ficou devido a muitos empenhos e considerável somas de dinheiro.”

Era isto nos tempos do obscurantismo. Hoje, o homem do arquivo está vantajosamente substituído pelo anonimato das colunas de ferro dos jornais, e não falta quem se entregue à faina de revolver coleções quinquenárias de periódicos para desentranhar às vezes uma calúnia.

PRIMÓRDIOS DA INDEPENDÊNCIA

Manuel Querino¹

A quem se remontar às causas, às origens ou princípios da independência política do Brasil, acudirá logo ao espírito os fatos da revolução francesa e o sistema democrático dos americanos do norte.

Não é inteiramente destituído de razão êsse modo de pensar; mas, é certo que essas idéias de liberdade tiveram reflexo secundário na gênese de nossa emancipação política.

O princípio a capital fôra, sem contestação, o sofrimento do povo oriundo do absolutismo ferrenho da metrópole. Portugal, por muito tempo, deixou o Brasil entregue ao capricho de governos espoliadores, para cuidar, exclusivamente, de conquistas, sem resultado material.

Baldo de recursos, volveu novamente as vistas para o tesouro que havia abandonado na América; e então, não se

¹ Este texto foi transcrito na forma originalmente publicado no livro **A Bahia de Outrora**. Coleção de Estudos Brasileiros, série 1ª, Autores Nacionais, vol.3. Salvador: Livraria Progresso Editora Aguiar & Souza Ltda, 1946, p. 292-300. Respeitada e mantida a forma vernácula escrita da época. Texto redigitado por Maria Nadja Nunes Bittencourt, em 16 de outubro de 2021, para ser publicado na Revista do IGHB, n. 116 de 2021.

fez esperar a prática de abomináveis explorações de todo o gênero, as quais tiveram por epílogo a separação definitiva.

“Os Ouvidores e Juízes de fora eram quase sempre os tiranetes mais inexoráveis e desafrontados. Colocavam-se acima de tudo; julgavam senhores dos bens, da liberdade, da honra e da própria vida do semelhante”.

Para sustentar a guarnição militar do Morro de São Paulo, ficou criado um impôsto de *um prato de farinha por habitante*, enquanto durasse a guerra de Pernambuco. Pois bem: essa contribuição foi cobrada por espaço de 120 anos!

Em 1734, a Câmara Municipal de São Paulo pediu que fôsse dispensados dos sessenta mil cruzados que lhe cumpria recolher ao erário público para as despesas com o casamento do príncipe do Brasil e das Astúrias. O governador justificando o pedido da Câmara informara:

“Para pagar o que até o presente têm feito, Senhor, foi necessário, aos moradores, venderem tudo quanto possuíam”.

As reclamações não eram atendidas; e o receio de perder o domínio da colônia aumentava as arbitrariedades. Assim foi que o Senado da Câmara da Bahia, e, 1671, protestou perante o rei, dizendo: “Senhor. Por notícias que temos consta-nos, que V.A. foi servido mandar passar um decreto para que nenhum filho do Brasil ocupe o pôsto de Desembargador neste Estado, quando os que presentes o são não devem nada a nenhum dos mais; parece, Senhor, que é uma ofensa

que V.A. faz aos filhos dêste Estado, e principalmente aos da Bahia, a quem V.A. por seus serviços concedeu o privilégio de infância e outras mercês de que estão de posse. Seja V.A. servido mandar reparar um dano tão afrontoso para os naturais do Brasil”. Dentre êsses os que se recomendavam por seus estudos, os mais distintos, eram espionados, ordenando-se aos governadores “vigilância sobre os indivíduos simpáticos às idéias políticas que desolam a França, enviando informações secretas dos que estiverem contaminados dos princípios já jacobinos e revoltos”.

Ninguém tinha garantia de seus bens, quando a autoridade que falava em nome dos interesses da Real fazenda. O Padre Antônio Vieira, em carta dirigida ao rei, em data de 20 de abril de 1657, assim se exprimia: “As injustiças e tirania, que se tem executado nos naturais destas terras, excedem muito às que se fizeram na África; em espaço de quarenta anos se *mataram e se destruíram* por esta costa e sertões mais de *dois milhões de índios* e mais de quinhentas povoações com grandes cidades, e disto nunca se viu castigo”.

Aconselhando ao monarca umas tantas providências, lembrou o egrégio jesuíta: “Que os governadores e capitães mores que viessem a êste Estado sejam pessoas de consciência; e porque estas não costumam vir cá, que ao menos tragam entendido que mui deveras hão de ser castigados, se em qualquer coisa quebrarem a dita lei e regimento”. O referido Padre Vieira, em carta de 20 de maio de 1630, ainda observava: “As causas até agora de se ter feito tão pouco fruto com estas gentes são principalmente as tiranias que com êles temos usado, havendo capitão que

obrigou a atar dez murrões acessos nos dez dedos das mãos de um principal de uma aldeia para que ele desse escravos, dizendo que o havia de deixar arder enquanto lhos não dessem, e assim fez.”

O Alvará de 20 de outubro de 1621 ordenou que nenhum negro ou mulato nem índio, pôsto que forros, exercesse a arte de ourivesaria.

O governador do Maranhão mandou ao governo amostras de ferro descoberto na Ilha de São Luís, e a carta régia de 23 de março de 1688 declarou que não convinha continuar nessa manufatura, por ser o ferro a melhor droga que de Portugal podia ir para o Brasil. O decreto de 20 de fevereiro de 1690 declarou não permitir consumo algum de sal que não proviesse de Portugal, nem mesmo do que a natureza produzisse em salinas e lagoas do Brasil. Em 1766, mandavam-se fechar as florescentes oficinas de ourivesaria e escultura em ouro e prata, aqui o gênio de um artista brasileiro havia proporcionado assinalada vitória na concorrência dos artigos similares portugueses.

Para satisfazer a cobiça dos filhos da metrópole, que representaram contra os brasileiros natos, D. Maria I mandou prender e assentar praça os mestres e aprendizes de diversos ofícios, mandou fechar as lojas, demolir as forjas, sequestrar as ferramentas de trabalho, extinguir fábricas de ouro, prata, sêda, linho, algodão e lã existentes no Brasil, e, bem assim, aplicar surra e calcêta a quem se dedicasse a cultura do arroz.

Ordenou a retirada do sábio Barão de Humboldt que aqui fazia investigações científicas. D. João V chegou ao delírio de possuir bacios de ouro, tendo como asas serafins em adoração.

Toca às raias da fábula o modo porque a metrópole revolvía as entranhas das terras do Brasil. Batalhões vinham com exclusiva incumbência de arrancar o ouro das minas.

Por informações exatas, sabe-se que, de 1730, a 1810, seguiam para Portugal, anualmente, nunca menos de 57.120 arrôbas de ouro; e 50.000 cruzados em diamantes.

Por ocasião do terremoto que destruiu a cidade de Lisboa criou-se um imposto especial, para sua reconstrução; e, para êsse fim, os naturais do Brasil foram fintados por espaço de 40 anos.

Um eminente publicista lusitano, tratando colonização do Brasil, disse:

“Legislamos, como se foram os portugueses de além mar os párias da metrópole.

Governamos, como se o Brasil fôsse uma herdade, onde trouxessemos agages obscuros e opressos jornaleiros.

Defendemo-lhe a comunicação e o trato de gentes peregrinas. Reduzimos a estanco e monopólio grande parte das suas mais valiosas produções. Proibimos-lhe que erigisse um tear, uma forja, uma oficina. Declaramos por atentado que um só prelo difundisse timidamente a sua luz

naquelas regiões escurecidas. Condenamos por subversivas as sociedades literárias. Receamos que a mínima ilustração do pensamento nos roubasse a colônia emancipada”.

E observa o mesmo escritor: “O que nos sobra em glória de ousados e venturosos navegantes, míngua-nos em fama de enérgicos e previdentes colonizadores.

Conquistamos a Índia para que estranhos a lograssem. Devassamos a China, para que utilizassem depois os seus comércios. Levamos ao Japão o nosso nome para que outros mais felizes implantasse naquela terra singular os primeiros rudimentos da civilização ocidental. Lustramos a África para que alheios povos tachando-nos de inertes e remissos, nos disputássemos o que não soubemos nunca aproveitar.

De infindos territórios, que a nosso poderio avassalamos, resta-nos apenas no Oriente quanto de terra era sobeja para cravar, como heroica tradição, a bandeira nacional.^(2*)

Diante desta situação acabrunhadora, premente e insuportável, era legítimo e natural que os ódios acumulados de longa data explodissem numa reação vitoriosa, pois era latente a fermentação da liberdade em represália à opressão, que tantos desesperos produzia nos ânimos dos perseguidos.

Em Minas Gerais, os governadores promoviam os cabos de esquadra, seus ordenanças, aos postos de tenentes e capitães, com flagrante preterição dos brasileiros oficiais do quadro.

2 * Latino Coelho – Elogio Histórico de José Bonifácio – Lisboa 1877.

A conjuração mineira fôra tramada de modo a proclamar-se a república; e para esta fôsse duradoira, os conjurados colocaram-se sob a proteção dos Estados Unidos. Como é sabido, o movimento dever explodir por ocasião da derrama do ouro. Mesmo assim o fim que tiveram os conjurados não influiu no ânimo dos brasileiros para que calçassem no fundo do coração qualquer ideia de liberdade.

Não padece dúvida que a metrópole receava qualquer surpresa; tanto mais que mudou de rumo, adotando o seu manifesto terror contra os brasileiros natos. E tanta consciência tinha o governo português das atrocidades cometidas pelos seus delegados, que, de muito longe, vinha procurando desviar dos filhos do Brasil e tôda e qualquer idéia de emancipação. Notória era a vigilância exercida sôbre os estudantes brasileiros que, nos cursos de Coimbra, davam prova de capacidade intelectual e moral, pois os seus entusiasmos, as suas opiniões eram suficientes para despertar maiores cuidados do govêrno. Com êsse intuito, à proporção que os moços brasileiros iam completando o curso eram logo despachados para o exercício de cargos públicos em Portugal, sendo que os nascidos em Portugal eram despachados para o Brasil.

Aí então, para não citar outros exemplos, as nomeações de Gregório de Matos, para Juiz do Crime e de Órfãos da cidade de Lisboa, por volta do ano de 1671, e de José Bonifácio de Andrada e Silva para o lugar de lente de Coimbra.

No govêrno do Marquês de Pombal, elevou-se muito a cotação dos brasileiros para os cargos públicos da metrópole,

notadamente entre o Clero, em que era abundanteo número de capacidades.

No Rio de Janeiro, o séquito de fidalgos que acompanharam a d. João VI, em 1808, apossava-se da propriedade alheia, de uma maneira bem singela. Chegavam numa casa e diziam ao morador: *precisamos dêste aposento*. O meirinho que os acompanhava escrevia a giz, na porta, as maiúsculas – P. R. (Príncipe Regente). O proprietário ou inquilino retirava-se em vinte e quarto horas; e o fidalgo instalava-se muito à vontade no aposento alheio.

Em 1820, a cidade do Pôrto deu o grito de liberdade, que intensa repercussão teve no Brasil, avigorando as idéias de emancipação. José Bonifácio, bastante considerado pelo seu saber, dispendo de grande influência e prestígio, encontrou ensejo de preparar os ânimos para a luta. Por êsse tempo, a colônia brasileira residente em Portugal costumava reunir-se sob a direção do patriarca, que destilava no ânimo dos ouvintes idéias liberais e patrióticas sôbre o assunto.

Em continuadas palestras, ficou assentado que os rapazes que concluíssem o curso na Universidade, de 1819 a 1821, nenhum dêles aceitasse colocação oferecida pelo govêrno da metrópole; que se recolhessem todos ao Brasil, dirigindo-se cada um para o lugar de seu nascimento, e, aí, *propugnassem e animassem o movimento emancipador*. Para isso levar a efeito, *deveriam promover a criação de associações*, onde, a pretexto de discussão referentes às necessidades da lavoura, cuidadosamente tratassem do objeto primordial.

Entre os propagandistas do movimento figuraram: o Marquês de Abrantes, o Visconde de Jequitinhonha, Visconde dos Fiais, Dr. Cassiano Espiridião de Melo e Matos, seu irmão, Dr. Eustáquio de Melo e Matos, Visconde de Monserrate, Des. Manuel Messias de leão, Dr. Francisco Teixeira de Sá, Marquês de Caravelas, Dr. Antônio Calmon du Pin e Almeida, Dr. Miguel de Mascarenhas, Dr. Policarpo Cabral, Dr. Vicente Ferreira de Magalhães, Dr. César Jacobina, Dr. Lino Coutinho, Dr. Henrique de Paiva, Dr. Bernardino Pereira e Vasconcelos, Marquês de Olinda, Marquês de Sapucaí, os irmãos Dr. Bernardo Manuel de Souza Magalhães, fundador da Escola de Direito de Recife, e José Manuel de Souza Magalhães, fundador da de São Paulo.

A lavoura foi o elemento que serviu de pretexto às manifestações da liberdade, pois dos seus comícios nasceu a conspiração. Na Bahia, o movimento iniciou-se na Vila de Santo Amaro, onde o Visconde de Monserrate exercia o cargo de Juiz de Fora.

Estava combinado o grito de liberdade para o dia 29 de junho, na Villa de S. Francisco. Circunstância, porém, imprevista determinou a chegada de uma barca lusitana no pôrto de Cachoeira e êsse fato apressou a proclamação do Príncipe Regente, no dia 25 de junho de 1822. Não resta dúvida que o movimento emancipador partiu da Vila de São Francisco e a prova está em que a Junta da Vila de Cachoeira teve de indicar e convidar para um dos seus membros ao Marquês de Abrantes.

O povo brasileiro não percebia bem os salutares efeitos da liberdade: rebelava-se contra o sofrimento. Se a metrópole lhe houvesse outorgado, no momento, um pouco de regalias, fôra bem possível o fracasso da emancipação.

Feita a independência, começaram as desconfianças.

“Grande parte da opinião pública do país olhava com sobressaltos e sustos a obra da Constituinte, suspeitando que dela não saísse a organização de um govêrno livre e garantidor dos direitos e liberdades públicas”.

O deputado José d’Alencar interpretando o sentir das mesmas classes, assim pronunciou-se:

“Tem-se dito e desconfiado nas províncias e aquí mesmo que o ministério procura entronar o despotismo; tem-se dito que tudo aquí se prepara para formar uma Constituição a geito e a molde do despotismo disfarçado; tem-se dito que os deputados chegando aquí seriam comprados e trairiam seus constituintes por emprego, medalhas e fitas”.

O deputado Xavier de Carvalho, corroborando as opiniões do seu colega, assim se externou:

“Desconfiam que se lhes preparam os ferros do antigo e tão justamente detestado despotismo; que se lhes querem lançar cadeias douradas com o nome lisonjeiro de independência”.

Do exposto, não tenho a menor dúvida em acreditar que a emancipação política do Brasil foi vitória da resistência contra o sofrimento, e não o resultado de aspirações de um

povo cômscio dos seus direitos. A indecisão dos espíritos sugeriu a desconfiança, alimentando a desordem.

Daí, a anarquia com o seu cortejo de revoluções.



Cronologia de Manuel Querino

Sabrina Gledhill

- 1851** Em 28 de julho, nasce em Santo Amaro da Purificação Manuel Raimundo Querino.
- 1855** Epidemia de cólera morbus deixa Manuel Querino órfão; o bel. Manoel Correia Garcia é nomeado seu tutor.
- 1865** Começa a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai; Manoel Correia Garcia é fundador do Instituto Histórico Provincial.
- 1868** Enquanto viaja pelo Nordeste à procura de oportunidades, Querino é recrutado no Piauí, passando por Pernambuco, mas fica no Rio de Janeiro, chegando a cabo de Esquadra.
- 1870** Fim da Guerra da Tríplice Aliança.
- 1871** Lei do Ventre Livre; Querino volta para a Bahia, desmobilizado graças ao seu padrinho político, o conselheiro Dantas, líder do Partido Liberal da província da Bahia; Querino começa a trabalhar como pintor decorador na Bahia e se envolve na política.

- 1872** Frequenta o Liceu à noite, estudando humanidades com distinção em francês e aprovação plena em português.
- 1874** Já com 23 anos, ajuda a estabelecer a Liga Operária Baiana.
- 1876** Início de sua trajetória política; Liga Operária Baiana criada em 26 de novembro.
- 1877** MQ participa da criação e instalação da Escola de Belas Artes como aluno fundador, seguindo seu mestre, Miguel Navarro y Cañizares, quando este se desentende com o Liceu.
- 1877/84** Estuda na Escola de Belas Artes.
- 1878/1883** Casa-se em primeiras núpcias com Cecília da do Espírito Santo entre 1878 e 1883.
- 1880** Quadro em homenagem aos alunos fundadores da ABAB - Congregação da Academia de Belas Artes da Bahia é instalado em 20 de maio de 1880, incluindo o nome de Querino (Silva, 2008, p. 60).
- 1882** Diploma-se em desenho industrial.
- 1883** Matricula-se no curso de arquitetura, escreve *Modelos de casas escolares adaptadas ao clima do Brasil* apresentado no Congresso Pedagógico do Rio de Janeiro, acompanhado de desenhos explicativos

- 1885** Ensina desenho geométrico no Liceu de Artes e Ofícios da Bahia e no Colégio de Órfãos de São Joaquim; torna-se sócio benemérito do Liceu; junta-se aos abolicionistas Frederico Marinho de Araújo, Eduardo Carigé e outros.
- 1887** Nasce Manuel Querino Filho em julho.
- 1887/88** Funda o jornal *A Província*.
- 1888** **13 de maio** – A Lei Áurea decreta o fim da escravidão no Brasil.
- 1888/95** Funcionário público – Departamento de Obras; projeta os bondes de Salvador.
- 1889** Declaração da República.
- 1889/1890** Nasce seu filho Paulo Querino.
- 1890/91** Primeiro mandato como vereador.
- 1892** Funda o jornal *O Trabalho*.
- 1894** Fundação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, do qual Querino é sócio fundador.
- 1894** Nasce sua filha Alzira Querino.
- 1894/1897** Morre Cecília do Espírito Santo entre 1894 e 1897, deixando Manuel Querino viúvo (Leal in Nascimento e Gama, 2009, nota, p 16).
- 1896** Trabalha no Departamento de Agricultura até se aposentar em 1916.

- 1897** Casa-se em segundas núpcias com Laura Barbosa Pimentel.
- 1897/99** Segundo mandato como vereador.
- 1899** Deixa a política e se dedica ao estudo da História, cultura e folclore da Bahia e do africano no Brasil.
- 1900** Faz parte da diretoria do grupo carnavalesco “Pândegos da África”.
- 1903** Publicação de *Desenho linear das classes elementares*, “mandado admitir nas escolas por deliberação do Conselho Municipal da Capital” (QUERINO, 1911, p. 148).
- 1908** Morre Manuel Querino Filho.
- 1909** Lançamento de *Artistas bahianos e As artes na Bahia*.
- 1911** Lançamento de *Elementos de desenho geométrico* e da segunda edição de *Artistas bahianos*.
- 1913** Lançamento da segunda edição de *As artes na Bahia*.
- 1914** Lançamento de *Bailes pastoris*.
- 1916** Lançamento de *A Bahia de outrora e A raça africana e os seus costumes na Bahia*.
- 1918** Lançamento de *O colono preto como fator da civilização brasileira*.
- 1921** Morre sua filha Alzira Querino.

- 1922** Lançamento da segunda edição de *A Bahia de outrora*.
- 1923** *A Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* (no. 48) publica um artigo da autoria de Prof. Manoel Querino, intitulado “Os homens de cor preta na História”;
- Morre Manuel Querino no dia **14 de fevereiro**, deixando a viúva, Laura, e dois filhos vivos.
- 1928** Lançamento de *A arte culinária na Bahia*; **13 de Maio**, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB coloca seu retrato na galeria de honra.
- 1933** A Frente Negra presta homenagem a Manuel Querino, deixando flores no seu túmulo na sacristia da Igreja de N. S. dos Homens Pretos.
- 1938** Artur Ramos organiza uma coletânea de suas principais obras no livro *Costumes africanos no Brasil*.
- 1951** O centenário do nascimento de Manuel Querino é comemorado no Rio de Janeiro e na Bahia.



AS OBRAS PIONEIRAS DE MANUEL QUERINO: UM ENSAIO BIBLIOGRÁFICO

Sabrina Gledhill

Doutora em Estudos Étnicos e Africanos
(CEAO/UFBa)

Membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

RESUMO

O artigo apresenta e analisa as obras do intelectual afro-brasileiro Manuel Querino (1851-1923) consideradas pioneiras nas áreas de História da Arte, Antropologia da Alimentação, Estudos Étnicos e Africanos. Mostra que, apesar de ser prestigiado em vida e após a morte, o pesquisador santamarense também foi tratado com paternalismo e preconceito. Entretanto, pesquisadores como Luiz Alberto Ribeiro Freire e Eliane Nunes (História da Arte), Jeferson Bacelar e Carlos Dória (Antropologia da Alimentação) e Pedro Calmon e E. Bradford Burns (Estudos Étnicos e Africanos) tem valorizado seu trabalho e reconhecido seu pioneirismo.

Palavras-chave: Manuel Querino; História da Arte; Bahia; Antropologia da Alimentação; Estudos Africanos

ABSTRACT

This essay presents and analyses works by the Afro-Brazilian intellectual Manuel Querino (1851-1923) that are considered pioneering studies in the fields of art history, anthropology of the food and Africanist studies. It shows how, despite being honoured during his lifetime and after his death, the scholar from Santo Amaro, Bahia, has also been treated with paternalism and prejudice. Nevertheless, researchers like Luiz Alberto Ribeiro Freire and Eliane Nunes (Art History), Jeferson Bacelar and Carlos Dória (Anthropology of Food) and Pedro Calmon and E. Bradford Burns (Africanist Studies) have showcased and recognised his ground-breaking work.

Keywords: *Manuel Querino; Art History; Bahia; Anthropology of Food; Africanist Studies*

O intelectual e militante afro-brasileiro Manuel Raimundo Querino nasceu na cidade de Santo Amaro, no Recôncavo Baiano, provavelmente no dia 28 de julho de 1851, menos de um ano após a extinção do tráfico negreiro transatlântico pela Lei Eusébio de Queiroz, em 4 de setembro de 1850. Ficou órfão muito cedo, quando uma epidemia de cólera *morbis* flagelou a região e dizimou a população de sua cidade natal. Enviado para Salvador, foi entregue a um tutor, o bacharel e educador Manuel Correia Garcia, que tratou pessoalmente de ensiná-lo as primeiras letras. Correia Garcia também encaminhou o jovem Querino para uma profissão que, talvez, tenha visto como o mais adequado para um negro/mestiço livre nos tempos de escravidão – a de pintor e decorador. Como veremos, Querino chegou a exercer essa profissão, usando seu ganha pão para custear

seus estudos. Trabalhando de dia e estudando à noite, conseguiu se formar como professor de desenho pela Academia (agora Escola) de Belas Artes. Além de lecionar, foi vereador, funcionário público, jornalista militante, líder trabalhista, abolicionista e republicano.

Depois de deixar a política e se aposentar como funcionário público, Querino passou a escrever e publicar livros, artigos e monografias. Além do folclore e da música tradicional da Bahia (principalmente, os bailes pastoris), debruçou-se sobre a pesquisa etnográfica, utilizando fotografias para ilustrar seu trabalho; produziu biografias de artistas baianos, pelas quais é considerado o “Vasari brasileiro”; foi o primeiro intelectual afro-brasileiro a defender o valor do africano e sua contribuição à civilização brasileira e, numa obra póstuma, mostrou pioneirismo nos seus estudos da culinária baiana.

Manuel Querino foi prestigiado em vida, mas também foi injustiçado (ver PEREIRA, 1932). Foi esquecido ou menosprezado durante o II Congresso Afro-Brasileiro, realizado na Bahia em 1937¹; tratado com paternalismo por Artur Ramos na coletânea de sua obra que o psiquiatra alagoano organizou em 1938²; acusado de plágio pelo

1 Referindo-se a *A raça africana e os seus costumes*, Mendonça (1940, p. 104) observa: “Sem grande cultura nem capacidade de interpretação, Querino limitou-se a recolher o material, fato que sobe de preço para o etnógrafo exigente”.

2 Em seu prefácio, Ramos (1938, p. 5) caracteriza Querino assim: “Sem o rigor metodológico e a erudição científica de Nina Rodrigues, foi, contudo, Manuel Querino um pesquisador honesto, um trabalhador incansável, impulsionado por aquele interesse insuspeito que provinha das suas próprias origens africanas”. Entretanto, as críticas que Ramos faz à identificação étnica dos africanos no trabalho de Querino nessa edição não têm fundamento. Mais informações ver Gledhill (2010).

historiador e antropólogo alemão Carlos Ott em 1947. Por muito tempo, foi lembrado no Brasil principalmente por sua obra póstuma sobre a culinária baiana. No exterior, era mais conhecido pelo seu trabalho com folclore, principalmente no livro *A Bahia de outrora*. Entretanto, hoje em dia, Querino está sendo valorizado na sua terra e no mundo. O historiador afro-americano Henry Louis Gates Júnior, por exemplo, no seu livro e documentário homônimos, *Os negros na América Latina* (2014), comparou Querino a três eminentes negros estadunidenses: Booker T. Washington, W.E.B. Du Bois e o historiador Carter G. Woodson. Além de biografias da autoria de Jaime Sodré (2001) e Maria das Graças de Andrade Leal (2010), e uma coletânea de seus artigos organizada por Jaime Nascimento e Hugo Gama (QUERINO, 2009), tem sido homenageado no Brasil pelo artista plástico e fundador e diretor do Museu Afro Brasil, Emanuel Araújo, nos livros *A mão afro-brasileira* (1988) e *Pintores negros do Oitocentos* (LEITE, 1988).

No ano passado, foram lançados dois livros sobre Querino (DÓRIA e BACELAR, 2020; GLEDHILL, 2020). No dia 28 de julho deste ano, no 170º aniversário de seu nascimento, lançamos uma antologia reunindo artigos sobre Querino de vários autores abrangendo múltiplos aspectos de seu pioneirismo. Este ensaio fornece um “menu degustação” dessa coletânea. Apresentamos uma relação das obras de Querino em forma cronológica no final deste trabalho, pois a intenção aqui é abordar aquelas consideradas pioneiras de maneira temática.

Primeiro historiador das artes baianas

Com vivos, Querino gozou de bastante prestígio em vida, o que fica evidente nos seus obituários (ver GLEDHILL, 2021a). Entretanto, depois da sua morte, foi taxado de plagista pelo historiador da arte e ex-frei franciscano Carlos Ott – nascido na Alemanha com o nome Karl Borromaeus Ott (1947, p. 200) – e desacreditado como fonte duvidosa por Marieta Alves (NUNES, 2007). Como resultado, por várias décadas, foi descartado como autoridade pela Escola de Belas Artes da UFBA (FREIRE, 2010). Só foi restaurado ao seu devido lugar no panteão dos historiadores da Arte, graças aos esforços de Luiz Alberto Ribeiro Freire e de Eliane Nunes, de saudosa memória.

Nunes (2007) observou que Ott tratou Querino de maneira preconceituosa quando tentou desautorizar o mérito de sua obra, uma vez que o historiador e antropólogo alemão encontrara um manuscrito na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro que Querino teria utilizado como base para as biografias de artistas em *Artistas bahianos* e *As artes na Bahia*, sem citar a fonte. Segundo Ott:

Podemos desculpar-lhe o deslize, considerando que nos primeiros anos de sua vida era simples oficial mecânico (pintor de paredes; posteriormente professor de desenho), e que, entusiasmado pelo estudo da arte na Bahia, procurou reunir tudo quanto pôde a este respeito. Seu foi o mérito de salvaguardar para a posteridade

inúmeras informações, que de outro modo se perderiam irremediavelmente, já que outros mais bem dotados para estes estudos não cogitaram de fazê-lo. Ao mesmo tempo divulgou erros, já repetindo enganos cometidos pelo seu informante anônimo, no que diz respeito às obras executadas antes de 1820, já contradizendo o seu informante sem motivo sério aparente (OTT,1947, p. 200).

O preconceito e paternalismo implícitos nessa observação ficam ainda mais claros, quando reparamos que um pintor e decorador, nos tempos de Querino, era muito mais que um simples “pintor de paredes”. Outrossim, Querino foi aluno fundador da Academia – depois Escola – de Belas Artes e, portanto, formado “nos moldes do movimento denominado de academicismo, instalado no Brasil a partir da fundação da Academia Imperial de Belas Artes em 1816 e na Bahia, a partir da fundação da Escola de Belas Artes” (NUNES, 2007). Sabemos que o intelectual santamarense se considerava pintor, uma vez que incluiu um verbete autobiográfico no capítulo “Pintura” de seu livro *Artistas bahianos* (1909, p. 116-117), no qual fez questão de mostrar sua formação técnica, depois de se matricular no curso de arquitetura em 1883:

[..] fez exames de trigonometria retilínea, perspectiva, teoria da sombra e da luz, mecânica elementar e, sendo levadas em conta as matérias de curso de desenhista, obteve aprovação plena

no 1º ano e distinta no 2º. Matriculou-se no 3º ano de arquiteto, frequentando as aulas de máquinas simples, a vapor e hidráulicas, empregadas nas construções civis, composição de edifícios e história da arquitetura no ano de 1884; não prestou exames do 3º ano por falta de quem lecionasse a cadeira de resistência dos materiais e estabilidade das construções. Devido a essa circunstância não recebeu o diploma de arquiteto. Frequentou ainda as aulas de anatomia das formas do corpo humano, estética e história das artes, cópia de gesso e pintura a óleo.

Foi premiado com menção honrosa e duas medalhas de prata, pela Escola de Belas-Artes, e nomeado membro do júri da Exposição de 1885 (1909, p. 116-117).

Também faz menção das obras que produziu como pintor:

Auxiliou a seu mestre Cañysares na pintura do atual pano de boca do teatro S. João e ao professor Manoel Lopes Rodrigues, nos trabalhos da igreja de Nossa Senhora da Graça. Tem-se encarregado da pintura de casas públicas, particulares, bondes, do Hospital da Santa Casa de Misericórdia e do pano de boca de um pequeno teatro, com 20 palmos por 16 (*Ibidem*, p. 117).

O trabalho que Querino fez a convite do artista plástico espanhol Miguel Navarro y Cañizares – ajudando a pintar um pano de boca para o Teatro São João – também é destacado no capítulo sobre sua vida no livro *Pintores negros do Oitocentos* (LEITE, 1988, p. 92-93). Ou seja, uma vez que Ott deve ter tido acesso ao livro *Artistas bahianos* – tanto na primeira como na segunda edição – sabemos que teria nas suas mãos o currículo do autor, podendo verificar que não se tratava de um “simples oficial mecânico” ou “pintor de paredes”.

Marieta Alves retomou o processo de desacreditar Manuel Querino no seu artigo “Notas à margem do livro ‘Artistas bahianos’ de Manuel Querino” (1951). Segundo Nunes, a historiadora

[...] prosseguiu a operação de críticas à obra do autor, retificando várias informações equivocadas constantes nas biografias levantadas por ele. Em *Dicionário de artistas e artífices da Bahia* (1976, p. 11), refere claramente que não utilizará esta fonte porque não pode averiguar sua veracidade, devido à ausência de documentação. (NUNES, 2007).

Entretanto, Luiz Alberto Ribeiro Freire denomina Manuel Querino como o “Vasari brasileiro” (2000 e 2010), uma vez que produziu e reuniu biografias de artistas – a mesma abordagem utilizada pelo artista plástico e historiador italiano Giorgio Vasari (1511-1574), considerado o pai

da História da Arte. Freire (2010) e Eliane Nunes (2007) observam que Querino incluiu mais categorias sob o rótulo de “artistas” que Vasari na primeira edição de *Artistas bahianos* (1909). Freire observa que Vasari “se restringiu aos pintores, escultores e arquitetos, engenheiros, miniaturistas, entalhador” (2010, p. 528). Essa edição abrange agrimensores, arquitetos carpinteiros, entalhadores, escultores, marceneiros, marmoristas, músicos, pedreiros, pintores, pintores de imagens (estofadores) (*Ibidem*, p. 527-528). Entretanto, na segunda edição (1911), “Querino excluiu os marmoristas, agrimensores, marceneiros, carpinteiros e pedreiros” (*Ibidem*, p. 528).

Nunes observa que, nesta obra e no livro *As Artes na Bahia*, Querino não faz menção da cor do artista biografado. Portanto, vai de encontro com outros trabalhos sobre Querino que insistem que ele foi um historiador da Arte Afro-Baiana.³ Ao contrário, segundo Nunes, ele foi um afro-baiano que pesquisou a História da Arte (2007, p. 259; 2021). A autora faz questão de defender a postura de Querino neste aspecto:

A omissão de Manuel Querino com referência à ascendência africana da maioria dos artistas que abordou não desmerece o autor, mas coloca em evidência a consciência possível em seu contexto histórico ao tratar da história da arte, uma disciplina marcada pelo elitismo e por uma

3 Ver, por exemplo, ARAÚJO, 1988.

noção da arte baseada nos parâmetros da erudição europeia. Se já era difícil requerer admiração para um artista brasileiro, muitas vezes oriundo das classes populares, geralmente sem o privilégio de uma formação na Europa, esta tarefa seria ainda mais complicada se ele fosse designado como negro (*Ibidem*, p. 258-259; *Ibidem*).

Não obstante, em outro trabalho (GLEDHILL, 2021a), mostro que as ilustrações na primeira edição de *Artistas bahianos* (1909) apresentam imagens de artistas “de cor” – depende do observador se os classificaria como negro, pardo ou mestiço. O livro “[...] contém vários retratos de artistas euro (inclusive seu mestre espanhol Miguel Navarro y Cañizares) e afrodescendentes. Os afrodescendentes são o pintor Júlio de Magalhães Macedo e os músicos Damião Barbosa d’Araújo, Adelelmo Nascimento, Miguel dos Anjos Torres e Cornélio Vidal da Cunha (GLEDHILL, 2021a, Cap. 5). Portanto, a omissão no texto na primeira edição foi suprida pelas ilustrações.

Na segunda edição, Querino muda de tática. Mesmo fartamente ilustrada com pranchas de obras de arte, essa edição do livro traz apenas dois retratos de artistas – um do próprio autor e outro de Ladislau dos Santos Titára, autor da letra do Hino ao Dois de Julho, mostrando que, assim como o autor, Titára também era “mestiço”.

Estudos da raça africana na Bahia e defesa do “colono preto”

Manuel Querino foi uns primeiros estudiosos brasileiros a pesquisar as origens étnicas dos africanos levados para a Bahia na condição de escravos. Foi o primeiro intelectual afro-brasileiro a dedicar-se à História do Brasil, com o objetivo de detalhar, analisar e fazer justiça às contribuições africanas ao seu país. Não foi o único brasileiro, nas primeiras décadas do século XX, a contestar a ideologia racialista que colocava o africano e seus descendentes no patamar mais primitivo do *ranking* sócio darwinista. Na época, também sob a mesma perspectiva, aparecem dois escritores brancos: o médico Manoel Bonfim, autor do livro *A América Latina, males de origem* (2005), e o político fluminense Alberto Torres, em *O problema nacional brasileiro* (1914). Entretanto, como afirma o historiador estadunidense E. Bradford Burns (1974), Querino foi o primeiro escritor afro-brasileiro a defender o papel de seus irmãos de cor, mostrando que o “colono preto” fez várias contribuições positivas à civilização brasileira, além de contestar a noção que, nas palavras de Nina Rodrigues:

A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo. (RODRIGUES, 2004, p. 19-21).

Hoje, quando se fala dos pioneiros da etnologia afro-brasileira, ouvimos nomes como Nina Rodrigues, Edson Carneiro e Artur Ramos, mas – apesar de sua recente “reconsagração” – dificilmente vemos o nome de Manuel Querino figurando nesse ilustre rol de pesquisadores. Qual seria o motivo de tal esquecimento? Creio que, além do paternalismo que permeava as análises da obra de Querino – até nas anotações feitas por Artur Ramos (1938) –, o motivo tenha sido que os estudos da etnografia africana, só foram aceitos como legítimos pela academia brasileira no início dos anos 1930, uma mudança radical que coincidiu com o lançamento do livro *Os africanos no Brasil* (2004), a obra mais conhecida de Nina Rodrigues. Seu autor geralmente é visto e aclamado como “o primeiro a se dedicar mais sistematicamente à história do negro no país e seu papel na formação do povo brasileiro” (PIROLA, 2021).

Entretanto, quando o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB instalou um retrato de Nina Rodrigues na sua galeria de homens ilustres, sua imagem foi incluída junto com um retrato de Manuel Querino (PEREIRA, 1932, p. 34). Para deixar clara a estima em que Querino tinha de seus contemporâneos e confrades do IGHB, Bernardino de Souza, o secretário perpétuo do Instituto, observa: “Bem sabe que foram eles, até agora na Bahia, os dois maiores estudiosos da raça africana. Recebo constantemente do Rio, de S. Paulo e de outros Estados do Brasil, pedidos de informação a respeito dos seus trabalhos” (*Ibidem*). Contudo, segundo Pedro Calmon, houve uma diferença significativa entre os dois:

Curioso é notar que, sendo africanista, [Nina Rodrigues] não foi africanófilo. Ao contrário, polvilhou de pessimismo, marginou de comentários sóbrios, os seus ensaios, não querendo perpetrar a política de lisonjear o elemento étnico que estudava, nem ter a originalidade de o sobrepor às outras influências sociais. Caberia a Manuel Querino insistir, não só na defesa, porém na reivindicação espiritual do negro, como fator de progresso; ele próprio, um desses esplendidos artistas pretos que dissipam, com o seu caso pessoal, os preconceitos correntes sobre a inferioridade da raça (CALMON, 1949, p. 154).

Em seu prefácio à coletânea de obras de Querino, intitulada *Costumes africanos no Brasil*, o organizador, Artur Ramos, opina que, “inaugurando o seu retrato juntamente com o do grande mestre Nina Rodrigues, a Casa da Bahia prestou-lhe uma homenagem à altura dos seus méritos” e cita as palavras de Bernardino de Souza, transcritas acima (in QUERINO, 1938, p. 12).

Decerto, Nina Rodrigues forneceu um estudo muito mais extenso e detalhado no livro *Os africanos no Brasil*, mas esta publicação só foi lançada em 1933, uma vez que o médico legista faleceu em 1906 (PIRES in RODRIGUES, 2008, p.

13).⁴ Portanto, ao que tudo indica, o primeiro a divulgar as origens étnicas dos africanos na Bahia foi mesmo Manuel Querino, no V Congresso Brasileiro de Geografia presidido por Theodoro Sampaio em Salvador em 1912 e nos anais desse congresso, lançados em 1916.

Embora não tenham sido reproduzidas em edições mais recentes, as primeiras edições de “A raça africana e os seus costumes na Bahia” são ilustradas com várias pranchas, apresentando fotos de “typos” africanos e exemplares de cultura material analisadas por Vasconcellos (2008 e GLEDHILL, 2021b, Cap.5). O trabalho de Querino também se destaca pela maneira respeitosa com a qual o africano e seus descendentes são tratados, e vai muito além, com as seguintes palavras:

[...] deixamos aqui consignado o nosso protesto contra o modo desdenhoso e injusto por que se procura deprimir o africano, acoimando-o constantemente de boçal e rude, como qualidade congênita e não simples condição circunstancial, comum, aliás, a todas as raças não evoluídas (1938, p. 22).

Com essas palavras, Querino confronta os preconceitos do racismo e exige respeito ao africano. Mais do que isso, sublinha sua capacidade de “evoluir” através da instrução, tanto quanto o grego da Antiguidade ou qualquer outra sociedade outrora oprimida pela escravidão.

⁴ O título da obra de vários volumes do qual *Os africanos no Brasil* é o primeiro foi *O problema da raça negra na América portuguesa* (PIRES in RODRIGUES 2008, p. 14).

A arte culinária na Bahia

Segundo Dória e Bacelar (2020), outro aspecto do pioneirismo de Manuel Querino tem a ver com suas pesquisas sobre a culinária baiana. No título de seu livro, os autores caracterizam Querino como o “criador da cozinha popular na Bahia”. Quando jovem, Querino viajou para o Piauí, onde foi recrutado (provavelmente à força) para lutar na Guerra da Tríplice Aliança. Felizmente, visto que era letrado – uma raridade no Brasil, na época – acabou servindo na escrita do batalhão no Rio de Janeiro. Segundo o pesquisador santamarense, teve a oportunidade de verificar que a Bahia tinha (e tem) uma culinária distinta e própria:

[...]nessa demorada excursão interessarem-me os costumes, os hábitos de cada região, em que o sistema alimentar divergia fundamente do da minha terra, sem embargo de me proporcionarem refeições com a chancela, ou segundo a moda, da Bahia, desde que a mim se nomeava a naturalidade. Dessa época longínqua surgiu-me a ideia de esboçar o trabalho que ora empreendo (QUERINO, 2014, p. 19).

Não chegou a lançar o livro, esta tarefa sendo realizada após sua morte, por seu filho Paulo e o consócio, Bernardino de Souza, autor do texto introdutório “à guisa de prefácio” intitulado “Em torno da geografia da alimentação”. O primeiro parágrafo desse texto merece ser reproduzido,

pois diz tudo sobre a maneira em que Querino era visto por seu confrade e o pioneirismo de seu trabalho:

Tanto que o meu velho amigo Professor Manuel Querino, indefesso investigador das nossas coisas passadas, me anunciou o seu trabalho a respeito da “Culinária Baiana” dando-me a traço largo a diretriz por ele prosseguida em searas de todo descuidadas entre nós, na minha retentiva, um tanto disciplinada em cátedra que à memória pede longo folego, surgiu a lembrança de umas páginas magistrais dadas a lume na “Revista da Sociedade de Geografia de França” em 1909. Lembrando-as, eu disse ao nosso prezado confrade que o seu trabalho era de grande conta, subindo lhe a estima por iniciar no Brasil estudos muito sérios e que desvelam engenhos em meios mais cultos (*Ibidem*, p. 7-8).

Segundo Bacelar e Dória (in GLEDHILL, 2021b, Cap. 7), o ensaio erudito assinado por Bernardino de Souza foi “provavelmente a primeira elocução no Brasil em torno da antropologia da alimentação”.

Essa dupla de pesquisadores da culinária baiana também faz questão de mostrar que a culinária baiana “criada” por Querino não era exclusivamente africana e era, quase por inteiro, uma manifestação da cozinha popular. Como uma

grande dama da sociedade soteropolitana notou, num tom classista e racista, Querino não teria tido acesso às mesas da aristocracia:

Apareceram há tempos no Jornal de Notícias artigos com o título *A Bahia de outrora*, assinados por Manuel Querino, descrevendo um jantar nesta capital. Vê-se claramente que é um jantar de classe baixa, do povo; os proprietários de engenho formavam uma classe mais elevada ainda os que não eram de origem nobre. Além de outras coisas, diz o articulista que foi levantado um brinde à cozinheira. Ora, não havia um proprietário ou mesmo pessoa de certa importância que não tivesse cozinheira escrava, e a uma escrava não se levantava um brinde (BITTENCOURT, 1992, v.2, p. 167-168).⁵

Bacelar e Dória afirmam que, apesar do preconceito evidente nessa observação, a grande dama tinha razão: a “culinária de papel” criada por Querino na Bahia era “basicamente [...] um extrato da cozinha das camadas populares de Salvador[...]. Querino estava inteiramente cômico dos seus objetivos, pois sabia que de há muito elementos modernizantes já estavam entre os baianos” (in GLEDHILL, 2021b, Cap. 7).

⁵ Citado por Jeferson Bacelar e Carlos Dória (GLEDHILL, 2021b, Cap.7).

Manuel Raimundo Querino faleceu em 14 de fevereiro de 1923, vítima de malária, em sua chácara em Matatu Grande, distrito de Brotas, a área onde hoje é localizada a Praça Manuel Querino, deixando a viúva, Laura Pimentel Querino e apenas dois filhos vivos: o músico e artífice Paulo Querino e Maria Anatildes Querino⁶. Foi sepultado no cemitério Quinta dos Lázarus.

Vários jornais baianos publicaram obituários na ocasião de sua morte (ver GLEDHILL, 2020, Cap. 3). Na primeira página da edição de 15 de fevereiro de 1923, numa nota intitulada *A morte do Prof. Manoel Querino*, o *Diário da Bahia* informou: “O enterro do pranteado baiano realizou-se, ontem, com grande acompanhamento, recebendo sua exma. viúva e filhos inúmeros testemunhos de pesar. Disseram-lhe o último adeus à beira da sepultura os srs. Major Cosme de Farias, dr. Martinho Braga, professor Ozeas Santos e Antônio Vianna”. Segundo o obituário publicado em *O Democrata* no dia seguinte, Cosme de Farias representava o Centro Operário, Ozeas Santos, a Escola de Belas Artes, e Antônio Vianna, o “Instituto Geográfico e Histórico”. Também comparecerem “ao saimento fúnebre o dr. Intendente municipal, dr. Secretário da Agricultura e o representante do dr. secretário da Polícia e Segurança Pública” (LEAL, 2004, p. 376-377, n. 862).

6 Manuel Querino Filho faleceu em 1908 e Alzira em 1921 (LEAL, 2004, p. 302, nota 678). Manuel Filho era “artista pintor” e Alzira tinha um “pendor apreciável para a música, tendo por professor o maestro Guilherme Mello”. (PEREIRA, 1932, p. 20) Segundo Pereira (1932, p. 20): “Esses dois golpes abalaram aquele espírito forte e calcinado na labuta da vida”.

Houve quem quisesse comprovar a “humildade” e “pobreza” de Querino, afirmando que teria sido sepultado “apenas” num carneiro no cemitério dos pobres de Salvador. Entretanto, sabemos que seus restos mortais foram trasladados posteriormente e que hoje encontram-se num lugar privilegiado – num túmulo no chão da sacristia da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em Salvador. Não conseguimos descobrir a data do traslado, nem os nomes dos responsáveis, mas temos uma pista intrigante: as letras iniciais de seus nomes na placa de mármore que marca o local de seu sepultamento. Lê-se na inscrição: **“Aqui jazem os restos mortaes do professor Manoel R. Querino *28.7.1851 +14.2.1923 Gratidão dos amigos J.M.C.E.G.L.G.C”**.⁷

Segundo o confrade e amigo Antônio Viana (1928, p. 309), “O Centro Operário celebrou exéquias públicas no 30º dia do passamento do chorado artista, cabendo-me a tarefa de dizer, no momento, sobre a sua vida e seu desejo, incumbência que também me fora deferida pelo Instituto Geográfico e Histórico [...]”. Apesar de seu prestígio e influência, morreu relativamente pobre, embora, segundo seu inventário, fosse proprietário da chácara onde faleceu e de uma casa térrea em Ondina.

Caso ainda restasse alguma dúvida, graças ao inventário também sabemos que a chácara era o lar de um indivíduo que cultivava as artes e a cultura. Consta que além de “enfeites,

⁷ Uma vez que a palavra plural “amigos” indica mais de um, supomos que o “E.” seja um erro do entalhador e que as letras iniciais dos dois amigos seriam J.M.C. e G.L.G.C.”. A Frente Negra colocou flores nesse túmulo em 1933 (BACELAR, 2001).

obras e objetos de arte, louças e vidros”, sua casa continha “onze quadros, com a frente com vidro e dentro figuras de barro representando os Passos da Sagrada Paixão” – todos esses objetos avaliados “de comum acordo” em 55\$000 (cinquenta e cinco mil réis). Também havia “vinte-e-quatro figuras de barro de tamanho regular”, avaliadas em 72\$000 (setenta e dois mil réis), “um Crucificado”, avaliado em 15\$000 (quinze mil réis), “uma figura de gesso”, avaliada em 16\$000 (dezesesseis mil réis), “onze quadros comuns”, avaliados em 22\$000 (vinte e dois mil réis), “dezesesseis quadros com desenho a crayon” (48\$000), um violão (50\$000), um “gramophone” (80\$000).⁸

Referindo-se a Cruz e Souza e Lima Barreto, Bosi observa que,

[...] netos de escravos e filhos de forros apadrinhados, receberam educação refinada, de cunho europeu, que lhes deu esperanças de realização profissional e acatamento nos meios liberais da recém-criada República. Mas as barreiras já começavam a levantar-se: com a perda dos protetores ambos caíram em ambientes estreitos, sem horizontes. (BOSI, 2002, p. 186-187)

Cruz e Souza teria sublimado seu ressentimento em poesias como “Dor negra” e “Emparedado” e Barreto exposto seu

8 APEBa. Tribunal Superior de Justiça, 06/2697/17. Gostaria de agradecer a Lisa Earl Castillo e Urano Andrade por sua ajuda na identificação do inventário de Manuel Querino.

sentimento “nu e cru” na ficção. No romance *Recordações do escrivo Isaias Caminha*, o protagonista é um rapaz que só descobre que é “negro” quando sai do interior e procura sucesso na cidade grande. Visto que Querino teve uma “educação refinada, de cunho europeu”, graças aos seus próprios esforços como aluno fundador da Escola de Belas Artes, e ficou sem “pistolão” (QUERINO, 1938, p. 11), pode-se dizer que o ex-jornalista, ex-líder operário e ex-vereador baiano empenhou-se a pesquisar e defender o negro e as artes baianas pelo mesmo motivo.

Nas palavras de Antônio Viana, Manuel Querino “[D]edicou-se de corpo e d’alma aos estudos tradicionalistas, revivendo com uma exatidão inexcedível e irrefutável, tipos e hábitos, coisas e ideias que estavam condenados a perpetuo olvido” (VIANA, 1928, p. 308). Seu pioneirismo nas áreas da História da Arte, dos Estudos Étnicos e Africanos e da Antropologia da Alimentação é ainda mais notável, visto o preconceito que enfrentou, por ser um intelectual afro-brasileiro nos tempos do “racismo científico”.

Relação das Obras Conhecidas de Manuel Querino

***Artigos na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*⁹**

Os artistas baianos: indicações biográficas (no. 31, 1905)

⁹ Reunidos no livro *Manuel R. Querino, seus artigos na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Organizado por Jaime Nascimento e Hugo Gama. Salvador: IGHB, 2009.

Contribuição para a História das Artes na Bahia:
José Joaquim da Rocha (sua naturalidade) (no. 34,
1908)

Teatros da Bahia (no. 35, 1909)

Contribuição para a História das Artes na Bahia: os
quadros da catedral (no. 36, 1910)

Notícia biográfica de Manuel Pessoa da Silva (no.
36, 1910)

Episódio da Independência (no. 37-39, 1911-1913)

A litografia e a gravura (no. 40, 1914)

Primórdios da Independência (no. 42, 1916)

Candomblé de Caboclo (no. 45, 1919)

Notícia histórica sobre o 2 de julho de 1823 e sua
comemoração na Bahia (no. 48, 1923)

Os homens de cor preta na História (no. 48, 1923)

Um baiano ilustre – Veiga Muricy (no. 48, 1923)

Livros e Monografias¹⁰

Desenho linear das classes elementares, 1903. Livro
ilustrado (30 páginas)

Artistas bahianos: indicações biográficas, 1909
(207 páginas). “As gravuras que ilustram este volume
foram copiadas de quadros e originais antiquíssimos”.

*As artes na Bahia: esboço de uma contribuição his-
tórica*, 1909

¹⁰Sempre que tivemos acesso às edições, fornecemos o número de páginas.

Elementos de desenho geométrico, 1911. Livro ilustrado (72 páginas)

Artistas bahianos (2ª edição melhorada e cuidadosamente revista), 1911. Livro ilustrado (257 páginas)

As artes na Bahia (2ª edição), 1913. (241 páginas)

Bailes pastoris, 1914

“A raça africana e os seus costumes na Bahia”, in *Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia*, 1916. Monografia ilustrada

A Bahia de outr’ora: vultos e fatos populares, 1916.

O colono preto como factor da civilização brasileira, 1918. Memória apresentada ao 6º Congresso Brasileiro de geografia, reunido em Belo Horizonte (37 páginas)

A Bahia de outr’ora (2ª edição aumentada), 1922. (301 páginas)

Obras póstumas

A arte culinária na Bahia, 1928

Costumes africanos no Brasil (antologia organizada por Artur Ramos), 1938. Livro ilustrado (346 páginas).

REFERÊNCIAS

ALVES, Marieta. Notas à margem do livro “Artistas bahianos” de Manuel Querino. In: *Anais do I Congresso de História da Bahia*, vol. V. Salvador, 1951, p. 535-543.

ALVES, Marieta. *Dicionário de artistas e artífices na Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Conselho Estadual de Cultura, 1976.

ARAÚJO, Emanuel (org.), *A mão afro-brasileira*. São Paulo: Tenenge, 1988.

BACELAR, Jeferson Afonso. *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Góes. *Longos serões do campo*. Infância e Juventude. Volume 2. Organização e notas de Maria Clara Mariani Bittencourt. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992

BONFIM, Manoel. *A América Latina, males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BURNS, E. BRADFORD. “Manuel Querino’s Interpretation of the African Contribution to Brazil”. In: *The Journal of Negro History*, LIX (1), 1974.

DÓRIA, Carlos e BACELAR, Jeferson. *Manuel Querino - criador da culinária popular baiana*. Salvador: Editora P55, 2020.

FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. A talha neoclássica na Bahia. Tese. Departamento de Ciências e Técnica do Patrimônio. Universidade do Porto. Portugal, 2000.

FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. A história da arte de Manuel Querino. Trabalho apresentado no 19º Encontro da 19th Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas – Anpap, Cachoeira, Bahia, Brasil, 2010.

GATES, JR, Henry Louis. *Os negros na América Latina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GLEDHILL, Sabrina. *Travessias no Atlântico Negro: reflexões sobre Booker T. Washington e Manuel R. Querino*. Salvador: Edufba, 2020.

GLEDHILL, Sabrina. *Travessias no Atlântico Negro: reflexões sobre Booker T. Washington e Manuel R. Querino*. 2ª edição revista e ampliada. Editora Funmilayo Publishing (Kindle), 2021a.

GLEDHILL, Sabrina (org.). *(Re)apresentando Manuel Querino – 1851/1923: um pioneiro afro-brasileiro nos tempos do racismo científico*. Yeoford, Inglaterra: Editora Funmilayo Publishing, 2021b (Kindle) e Salvador: Saggá Editora (no prelo).

LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Manuel Querino entre letras e lutas — Bahia: 1851-1923*. Tese (Doutorado em História) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Manuel Querino, entre letras e lutas: Bahia 1851-1923*. São Paulo: Annablume, 2010.

LEITE, José Roberto Teixeira. *Pintores negros do Oitocentos*. Emanuel Araújo, editor. São Paulo: MWM/KNORR, 1988.

NUNES, Eliane. “Manuel Raymundo Querino: O primeiro historiador da arte baiana”. *Revista Ohun*, vol. 3, no. 3, p. 237-261, Set. 2007. Disponível em <http://www.revistaohun.ufba.br/pdf/eliane_nunes.pdf> Acessado em 26.03.21

OTT, Carlos. Noções sobre a procedência da arte da pintura na Província da Bahia. Manuscrito transcrito pelo autor. Rio de Janeiro: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n 11, p. 197-218, 1947.

PEREIRA, Gonçalo Athayde de. 1932. *Prof. Manuel Querino, Sua vida e suas obras*. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1932.

PIROLA, Ricardo. Brazilian Slave Revolts. *Latin American History*. Oxford Research Encyclopedias. Disponível em <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780199366439.013.651> Acesso em 18 de sep. de 2021. Lançado em 25 de março de 2021.

QUERINO, Manuel [Manoel Raymundo]. *Artistas bahianos. (indicações biográficas)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1909.

QUERINO, Manuel. *Costumes africanos no Brasil*. Prefácio e notas de Arthur Ramos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1938.

QUERINO, Manuel. *Manuel R. Querino, seus artigos na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*.

Organizado por Jaime Nascimento e Hugo Gama.
Salvador: IGHB, 2009.

QUERINO, Manuel. *A arte culinária na Bahia*.
Valladolid: Editorial MAXTOR, 2014 (Facsimile).

RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil*. 8ª
ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

SODRÉ, Jaime. *Manuel Querino: um herói da raça e
classe*. Salvador: s.ed., 2001.

LEITE, José Roberto Teixeira. *Pintores negros do
oitocentos*. São Paulo: MWM-IFK, 1988.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro:
introdução a um programa de organização nacional*. Rio
de Janeiro: Impr. Nacional, 1914.

VIANA, Antonio. Manoel Querino (conferência). *Revista
do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador,
n.54, p.305-316, 1928.



UMA HOMENAGEM A CANDOLINA ROSA

Maíta Nogueira Bittencourt de Andrade

Professora aposentada do Magistério Público da Bahia

Devo dizer que não mantive com a professora Candolina Rosa grande contato, apenas um curto tempo de convivência profissional nos anos sessenta, no ICEIA, onde lecionávamos Língua Portuguesa. Digo curto tempo, pois ela se aposentaria em seguida; entretanto o bastante para comportar o episódio que me ligaria para sempre a sua figura cidadã.

Na década de cinquenta, ainda aluna de segundo grau (Ensino Médio), já ouvia falar de alguns professores “durões”, mas competentes e respeitados, no circuito escolar Colégio Central, Severino Vieira, Instituto Normal (ICEIA). Entre eles Candolina Rosa, de apelido carinhoso Candó, referência no ensino da Língua Pátria, garantia de eficiente aprendizado aos alunos daquele nível de ensino. Falava-se também em Belmira, Raul Sá, Conceição Menezes...

Ditas estas palavras iniciais, torna-se ainda mais importante o episódio que relatarei a seguir, testemunho da minha

admiração e gratidão por ela, como professora-cidadã e colega. Falar do agradável em contexto dos mais sombrios pode parecer paradoxal, mas é isso, infelizmente: um episódio grandioso, para mim, de grande generosidade e coragem, no pior contexto sociopolítico do Brasil, sobretudo para minha geração.

Antes do início do ano letivo de 1964, ainda em fevereiro, apresentei-me à Diretora daquele estabelecimento, a quem expus minha vontade de trabalhar naquela casa de ensino, sobretudo de ingressar na Escola Pública à qual desejava me dedicar e com a qual me comprometera politicamente no momento do juramento, na graduação acadêmica. E aqui falo pelas gerações universitárias dos anos 50 e 60 do século passado. Naquele momento, ouvi da Diretora palavras de encorajamento e a promessa de uma chamada posterior, na medida em horários fossem surgindo, com licenças ou aposentadorias de professores da casa.

Já estávamos em setembro de 1964, quando voltei à Diretoria daquele colégio para assumir minhas primeiras aulas no magistério público da Bahia. Poucos meses decorridos da instalação do golpe civil-militar que derrubara o governo eleito democraticamente do presidente João Goulart, ao contrário do ambiente familiar deste ou daquele cidadão, onde ainda se conversava distraidamente, o ambiente profissional já comportava vozes veladas, embora alguns acreditassem em eleições para o próximo ano, “tão logo a vida do país volte a sua normalidade”, como se ouvia nos já rápidos noticiários.

Atos institucionais se sucediam, anunciavam-se direitos políticos cassados, cidadãos dos mais importantes saíam do país, muita coisa a constatar como o arbítrio já se instalava na vida brasileira, afora o conhecimento, boca a boca ou por meio variado de informações, de perseguições, prisão de comunistas, alguns “desaparecimentos”...

Estava a aguardar a assinatura de alguns documentos pela Diretora da casa, quando ela me fez sinal de que atenderia ao que entendi, de momento, tratar-se de chamada telefônica. Mas, vendo-o melhor, tratava-se de aparelho pequeno instalado na sua mesa, do qual ela falava para um professor, em plena sala de aula, reclamando-lhe inação, falta de disciplina etc. etc. etc. Para meu espanto, agora interior, desligado o aparelho, observei-lhe o pequeno tamanho (hoje se assemelharia a uma *webcam* de qualquer computador), ligado a um fio que se estendia à parede atrás da poltrona. A placidez com que a Diretora passou de uma situação a outra, agora a de me atender, deu-me a exata medida de quanto uma situação vai se infiltrando no cotidiano das pessoas, em tácita aceitação de fatos que deveriam ser considerados intoleráveis.

Iniciei os trabalhos de docente e fui, aos poucos, me “enturmando” aos meus colegas da sala dos professores, espaço de vários grupos, quer por afinidades disciplinares, quer por tempo de vivência na casa. Era, o ICEIA, um colégio bastante conservador, foi assim que ele se me afigurou logo no primeiro momento. Portanto, conforme disse aos meus botões, facilmente amoldável ao status quo

vigente, haveria de se compreender. O tempo fortaleceria em mim essa visão.

Um belo dia, ainda naquele ano de 1964, subia eu ao primeiro andar, para aula, quando, descendo aos prantos, dei com uma professora (cadernos e livros nos braços), à qual acorri no sentido de lhe dar ajuda. Apenas balbuciou “essa Diretora interfere na aula, desmoraliza a gente com os alunos, não aguento mais!”, sequer parou para respirar melhor, seguiu o seu caminho. Não mais a vi, soube depois tratar-se de uma professora de Inglês. Naquele momento, “botei minhas barbas de molho”, como se diz, e fiquei a pensar em qual seria minha reação, se fato semelhante acontecesse comigo. Quem trabalha com disciplinas mais dialéticas, sabe que, quanto mais interação em sala, mais produtiva transcorre uma aula! Como confundir múltiplas falas com falta de controle disciplinar?! Naquele ano minha carga horária abrangia aulas de Língua Portuguesa e de Inglês.

Com muitas interrogações, na sala dos professores, horário do famoso cafezinho do intervalo, às 10 horas, comentei o fato, a ver a reação ao meu redor. E foi a professora Candolina Rosa que explicou, sem rodeios, naquela fala alta que a caracterizava, tratar-se de “um tal telespeaker, implantado em algumas salas, para a Direção intervir nesta ou naquela aula, ao seu julgamento do que seja pedagogicamente correto”! Assim, sem mais nem menos, aquela professora me descortinava prática perigosa de escuta e intervenção que sequer imaginávamos, na época, se tornaria o cotidiano dos brasileiros nos seus locais de trabalho. Vale ainda registrar

que, ao comentário de Candolina Rosa, nenhum outro lhe ocorreu em reforço, algo assim como uma aceitação pura e simples de tal prática.

No ano seguinte, o de 1966, tomamos conhecimento da saída de sala de aula de uma professora de Geografia, “convidada” a se retirar por preposto da Diretoria acompanhado de duas pessoas estranhas ao Colégio. Notícias posteriores davam conta de que, após esclarecimentos prestados à autoridade à qual se apresentara, recebera “bolsa de estudos” para a África, onde ficou por bom tempo, até a solicitação para voltar, após contrair doença infecciosa de pele, que a impediu de integrar-se às atividades no magistério. De resto, o fato consumado, aumentava o círculo do medo e do silêncio.

Se teço tais considerações e rememoro fatos nada agradáveis, é para mais valorizar a ação de Candolina Rosa em momento que considero marcante na continuação do meu trabalho naquela casa de ensino, à qual já me afeiçoara e cujo corpo discente muito me encantava, por ter como meta da formação profissional o trabalho de ensino de crianças no seu período de alfabetização e séries iniciais.

O MEC iniciava a implantação de reformas nas várias instâncias de ensino, as quais se revelariam, no correr dos anos, sobretudo nos anos submetidos ao AI5, totalmente desastrosas para o país. Um país que, no início dos anos sessenta anos, já levantava bandeiras propositivas de mudanças na Educação, mergulhava, agora, em retrocesso educacional, reprimindo humanidades, suprimindo a

dialética, cortando dos currículos Filosofia e Sociologia, censurando autores na Literatura.

A Educação tecnicista se instalava, sem competência para tal, em péssima imitação de currículos estrangeiros. Também se implantavam ferramentas pretensiosamente pedagógicas, para “orientar” os trabalhos dos mestres, organizar-lhes agendas de provas, atividades ditas inovadoras. Na falta de quadros para esse tipo de trabalho, professores eram recrutados no próprio Colégio, talvez por seu tempo de serviço, talvez por se prestarem bem ao papel que lhes era oferecido a desempenhar.

Foi assim que, em 1965, fui chamada a uma dessas entrevistas, à guisa de troca de ideias sobre abordagens minhas no ensino de Literatura Brasileira. A colega professora, agora nomeada coordenadora, exibindo provas aplicadas por mim no curso de formação de professores, exatamente no 2º ano, tentava me convencer da inadequação de estudar Jorge Amado com os meus alunos, sobretudo alunas. O seu maior argumento era estarrecedor: “são moças vindas, na maioria, de camadas mais baixas da população, com bagagem precária de linguagem, às quais nada acrescenta o vocabulário desse autor, que usa muito calão!” Claro que nosso tempo de conversa durou o bastante, ainda bem, para firmarmos nossa posição em relação ao assunto. Do clássico e admirável Machado de Assis, leitura obrigatória de qualquer brasileiro que se preza, e, sobretudo, em escola de formação de professores, nós, professores, não deveríamos privar os nossos alunos do encontro com Amado, altamente poético nos seus textos

dedicados ao povo brasileiro, traduzido em vários países, nem de Graciliano, nem de Raquel de Queiroz, nem de José Lins do Rego, João Cabral de Melo Neto, Guimarães Rosa, Mário Palmério, todos retratistas de um Brasil cada vez mais necessitado de ser conhecido e debatido pelas gerações que chegavam. À medida que lhe dizia tais coisas, defendendo a minha iniciativa, ia tomando consciência do perigo que me rondava, pois deixava à mostra o quanto me seria intolerável abdicar das minhas convicções pedagógicas e de valores nacionais a serem preservados. Não lhe disse em palavras, mas em pensamento, que, daquele momento em diante, passaria a montar estratégias de burlar investidas obscurantistas que me pudessem inserir na massa docente que já se fazia silenciosa, conformada, castrada. Não seria ela, aquela colega, naquele papel circunstancial, mas pernicioso, que me faria mudar meus rumos em sala de aula. Mais uma vez, na sala dos professores, passei o ocorrido aos colegas da área disciplinar, a ver-lhes a reação, mas sem lhes passar qualquer determinação de reagir ao ocorrido.

Desfeito o grupo para volta à sala de aula, eis que Candolina Rosa me fez sinal para falarmos. Retardamos o passo, nos distanciamos, quando ouvi dela as palavras mais sonoras para aquele momento, “tenho um pequeno mimeógrafo a álcool em casa, minhas tardes são livres, dou aulas particulares, se quiser, leve seu álcool, seu papel, os textos que quiser reproduzir, faça bom uso, terei muito prazer em fazer isso, acho que você tem razão, são autores importantes que o nosso aluno deve conhecer, são problemas brasileiros que eles retratam!”. Não me lembro exatamente do que senti, se quis abraçá-la ali mesmo, se me emocionei, só sei

que intempestivamente lhe disse que aceitaria, que estaria lá, que esperava não a incomodar, trazer-lhe qualquer problema etc, etc, etc. Respondeu-me com o costumeiro e personalíssimo muxoxo que usava, quando ouvia algo de que não gostava ou a que não dava importância AH, mas qual!”. Rimos discretamente, nos despedimos, o dever nos chamava! E como eu estava em estado de graça!

Descrever minuciosamente o que se seguiu, durante algum tempo, seria enfadonho. Tentarei a síntese de dias, semanas e meses naquele ano e no de 1966. Tardes em que saía dos Barris, onde moro até hoje, e me dirigia à Saúde, bairro onde morava Candolina Rosa, para preparar meus textos. Como medida de economia e de precaução, preparava alguns para uso tão somente em sala de aula, nos vários grupos, onde os recolhia a cada aula.

Nas provas, optava por clássicos, igualmente valiosos, textos sob a forma de poemas que passavam mais facilmente pelos olhos boçais de qualquer censura. Castro Alves passava facilmente, mas, na sala de aula, era o lado libertário do poeta que nós estudávamos, o traço maior da sua poética... E foi assim que fui juntando meus textos, aumentando o estoque, tendo-os sempre. E esse orgulho de não ter cedido ao obscurantismo, ao medo, devo à colega Candolina Rosa.

Foram tempos difíceis de delação de colegas, que só pioraram com o AI5. Daí a minha admiração pelo desassombro com que Candolina Rosa me deu aquela oportunidade, gesto que poderia ter lhe trazido, quem sabe, algum tipo de constrangimento. Afinal, pouco me conhecia,

eu poderia ter alardeado as estratégias usadas, até pelo fato de me realizar como desejava, na minha prática pedagógica. Mas soubemos, ela e eu, ser discretas, até penso que ela mantinha as mesmas práticas, nunca o soube. O tempo de convivência profissional foi relativamente curto, veio a sua aposentadoria, e pouco se passou a ouvir falar de Candolina Rosa.

Para mim, por aqueles tempos sombrios em que vivemos, ela não foi uma professora comum, além da sua comprovada competência: ela foi uma professora-cidadã, corajosa, solidária, que não hesitou em repartir com uma colega a possibilidade de, com seu valioso mimeógrafo a álcool, burlar o arbítrio, rir-lhe da burrice! Neste momento, quando lhe rendo esta simples, mas emocionada homenagem, vejo como vivemos, hoje, tempos tão semelhantes nas mediocridades dos que querem ainda, sem qualquer pudor, insistentemente, tão incompetentes e obscurantistas, ser protagonistas na vida brasileira.

Como gostaria de ver o muxoxo brejeiro de Candolina Rosa a lhes dizer “ah, mas qual!”



ESTUDO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CONDE/BA: UMA ANÁLISE DO USO DAS TERRAS DO BAIXO CURSO DO RIO ITAPICURU, ENTRE O RIO DAS PONTES E O RIO PIRANGI

Lucidalva Andrade de Menezes

Doutora em Geografia
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Baiano – IFBAIANO

RESUMO

A pesquisa ocorreu no Baixo Curso do Rio Itapicuru, delimitada pelos rios das Pontes e o Pirangi, localizado na faixa litorânea do município de Conde que é parte do litoral nordeste do Estado da Bahia. O objetivo principal foi analisar a situação ambiental da área, a partir do uso das terras. O levantamento de informações bibliográficas, cartográficas e visitas de campo ofereceu subsídios ao (re)conhecimento de suas condições ambientais, a partir da caracterização dos aspectos naturais e das atividades socioeconômicas implantadas, ampliando as discussões sobre os estudos ambientais. Os resultados demonstraram que ao longo do seu processo de ocupação, a cobertura vegetal sofreu forte pressão, refletida na paisagem que se encontra bastante

fragmentada, substituída por diversas atividades econômicas dentre elas, agricultura e pecuária extensiva. Tal situação provoca possíveis perdas de biodiversidade, assim como declínio na qualidade de vida da população local.

Palavras-Chave: Conde; Rio Itapicuru; Uso das Terras; Estudo Ambiental.

ABSTRACT

The research took place in the Lower Course of the Itapicuru River, delimited by the Pontes and Piranji rivers, located in the coastal strip of the municipality of Conde, which is part of the northeast coast of the State of Bahia. The main objective was to analyze the environmental situation of the area, based on land use. The survey of bibliographic and cartographic information and field visits offered subsidies for the (re)knowledge of their environmental conditions, based on the characterization of natural aspects and implemented socioeconomic activities, expanding the discussions on environmental studies. The results showed that throughout its occupation process, the vegetation cover suffered strong pressure, reflected in the landscape that is quite fragmented, replaced by several economic activities, including agriculture and extensive livestock. This situation causes possible losses of biodiversity, as well as a decline in the quality of life of the local population.

Key words: *Conde; Itapicuru River; Land Use; Environmental Study.*

O litoral nordeste da Bahia constitui-se em importante polo turístico do Estado. Importantes *resorts* aí se instalaram atraídos pelas suas belas paisagens. Trata-se de uma área composta por um complexo de ecossistemas, onde aparecem cordões litorâneos, dunas, manguezais e áreas alagadas, comumente conhecidas como brejos, muito vulneráveis aos impactos ambientais (SEMARH, 2003; COSTA JÚNIOR, 2008). Toda essa riqueza ecossistêmica é resguardada pela Legislação Ambiental do Estado da Bahia, a partir do Decreto Estadual 1.046 de 17 de março de 1992.

A área de estudo localiza-se no Baixo Curso do rio Itapicuru, entre os rios das Pontes e Piranji, na faixa litorânea do município de Conde, que é parte do litoral nordeste do Estado.

Integra a Área de Proteção Ambiental denominada de Litoral Norte da Bahia - APA Litoral Norte/BA (CONDER, 1995), o Território de Identidade do Litoral Norte da Bahia (SEI, 2009), pertence à região Administrativa de Alagoinhas (SEI, 2014), insere-se na faixa litorânea, denominada pela Bahiatursa como Costa dos Coqueiros (SEMARH, 2003), em referência aos coqueirais implantados na região.

Ocupa, aproximadamente 206,03 km² equivalendo a 20.603 hectares, situada entre as coordenadas geográficas de 11°42'02" a 11°53'55" Latitude Sul e 37°29'39" a 37°40'48" Longitude Oeste. É delimitada ao Norte pelo baixo curso do rio Piranji, ao Sul pelo baixo curso do rio das Pontes, a Oeste pela própria delimitação da APA Litoral Norte da Bahia e a Leste pelo Oceano Atlântico.

Comprende a sede municipal de Conde e os povoados de Vila do Conde, Cobó, Sítio do Conde, Poças e Siribinha, (Figura 1), sendo as três últimas localidades de interesse recreativo por estarem situados na faixa costeira.

Figura 1 - Baixo Curso do Rio Itapicuru, Conde/Bahia, 2016



Elaboração: MENEZES, L. A. de.

Os povoados de Vila do Conde e Cobó localizam-se mais distantes da praia, por esta razão são considerados de baixo potencial para o desenvolvimento turístico (SEMARH, 2003; 2005). O Sítio do Conde apresenta atrativo turístico local, sendo visitado por veranistas vindos de cidades da Região Metropolitana de Salvador, cidades do Recôncavo Baiano e outras do interior da Bahia, e muitas vezes por

turistas dos complexos hoteleiros do setor sul interessados em conhecer outras áreas naturais (SEMARH, 2003; 2005).

Os povoados de Poças e Siribinha localizam-se numa feição peninsular estreita, que não apresenta suporte para adensamento populacional. É uma área de relevante valor paisagístico com potencialidades para o turismo ecológico (SEMARH, 2003; 2005). Exclusivamente em Poças, as praias são compostas, litologicamente, de arenitos de praia que não oferecem condições seguras para o banho de mar (SEMARH, 2005).

A costa litorânea do município de Conde possui paisagens compostas por remanescentes de vegetação de Mata Atlântica, o manguezal do rio Itapicuru, áreas alagadas, vegetação de restinga, formações dunares e um sambaqui denominado Ilha das Ostras, implantado sobre um depósito arenoso de idade Pleistocênica (SEMARH, 2003; MARTINELLI, 2007).

Formação Político-Territorial do Município de Conde/ BA

A possessão original do território que hoje abriga o município de Conde pertenceu ao donatário Garcia D'Ávila, entretanto, sabe-se que antes mesmo de sua chegada essas terras já eram ocupadas por tribos indígenas denominadas Tupinambás. Em 1621, tais terras foram adquiridas pelos jesuítas que ali formaram o povoado de Itapicuru de Baixo. Em 1702, o povoado foi elevado pela Coroa Portuguesa à categoria de Freguesia de Nossa Senhora do Conde de

Itapicuru da Praia, passando mais tarde à condição de vila pelo Senhor Governador e Capitão General da Capitania da Bahia, o Conde da Ponte. Em 1806, houve a inclusão dos termos “Nova do Conde” ao nome da vila. Com o passar do tempo, adotou-se apenas termo “Conde” (SEI, 2001).

Em virtude da Lei Estadual nº 889, de 10.06.1912, a sua sede municipal foi transferida para o arraial de Esplanada conservando, porém, o município o seu primitivo topônimo de Conde. Por força dos Decretos Estaduais nº 7455, de 23.06.1931, e nº 7499, de 08.07.1931, o município foi extinto passando a constituir o município de Esplanada (SEMARH, 2003).

Posteriormente foi restaurado pelo Decreto Estadual nº 9662, de 10.08.1935, e reinstalado a 30.08.1935, ao seu território foi, então, acrescido o distrito de Cajueiro, ficando constituído dos distritos de Conde, Cajueiro e Dona Bela. O Decreto Estadual nº 10724, de 30.03.1938, elevou Conde à condição de cidade e desmembrou do seu território o distrito de Cajueiro que passou a constituir território do município de Esplanada, ficando o Conde composto de um único distrito, o do mesmo nome (SEMARH, 2003). Atualmente o município do Conde ocupa uma área total de 954,4 km², faz divisa com os municípios de Jandaíra (ao norte), Rio Real (a noroeste) e Esplanada (a oeste e sul). Os povoados que integram o município de Conde são Altamira, Cangurito, Barra do Itariri, Vila do Conde, Cobó, Sítio do Conde, Poças e Siribinha.

Na década de 1970, no trecho que corresponde à Costa Litorânea do município de Conde, teve início o processo

de ocupação e progressiva retirada da cobertura vegetal original, através da implantação de loteamentos, alguns deles não chegaram a ter a totalidade dos seus lotes comercializados, em alguns casos, houve o desmatamento do terreno, construção de vias internas, porém as taxas de ocupação foram baixíssimas (SEMARH, 2003, 2005). Nesta mesma década de 1970, houve a implantação da BA-099 (Estrada do Coco), com ampliação na década de 1990 (Linha Verde), interligando Salvador e cidades vizinhas ao Estado de Sergipe, que acelerou o processo de desenvolvimento e ocupação bem como impulsionou a atividade turística da região (SEI, 2009).

Esse empreendimento motivou em 1992 a criação da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia (SEMA, 2011), localizada ao nordeste do Estado, implantada com o intuito de preservar os ecossistemas locais, conforme Resolução do CONAMA, nº 303 de 20 de março de 2002 (MMA, 2002). Trata-se de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável criada pelo Governo do Estado da Bahia através do Decreto Estadual nº 1.046 de 17/03/1992, distribui-se numa faixa litorânea de 144 km de extensão por 10 km de largura, num total de 144.00 hectares.

Abrange áreas de cinco municípios: Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra, quatro destas sedes com distância média de 40 km, da linha de costa, apenas a sede do Conde encontra-se localizada no interior da APA LN/BA, estando distante de Salvador/Bahia cerca de 180 km pela BA-099, e 208 km pela BA-235 (SEMARH, 2003).

Com objetivo do desenvolvimento sustentável da área foi aprovada a Resolução CEPRAN nº 1.040, de 21 de fevereiro de 1995 (INEMA, 1995). Enquanto o Plano de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial das Povoações da APA Litoral Norte/BA, (SEMARH/CRA, 2005), apresentou características e diretrizes específicas para o ordenamento urbano das localidades da referida APA, considerando as dinâmicas econômicas locais relacionadas à atividade turística.

Desse modo, concluiu-se que as localidades da porção sul inseridas nesta Unidade de Conservação, correspondentes aos municípios de Mata de São João, Esplanada e Entre Rios, apresentaram características de uma zona turística programada sustentável relacionada ao turismo de massa e os da porção norte, representados por Conde e Jandaíra, à uma zona turística ecológica considerada o turismo de veraneio associado especialmente à cidade do Conde e seus povoados mais próximos a orla marítima como Barra do Itariri, Sítio do Conde, Siribinha e Poças (SEMARH/CRA, 2005).

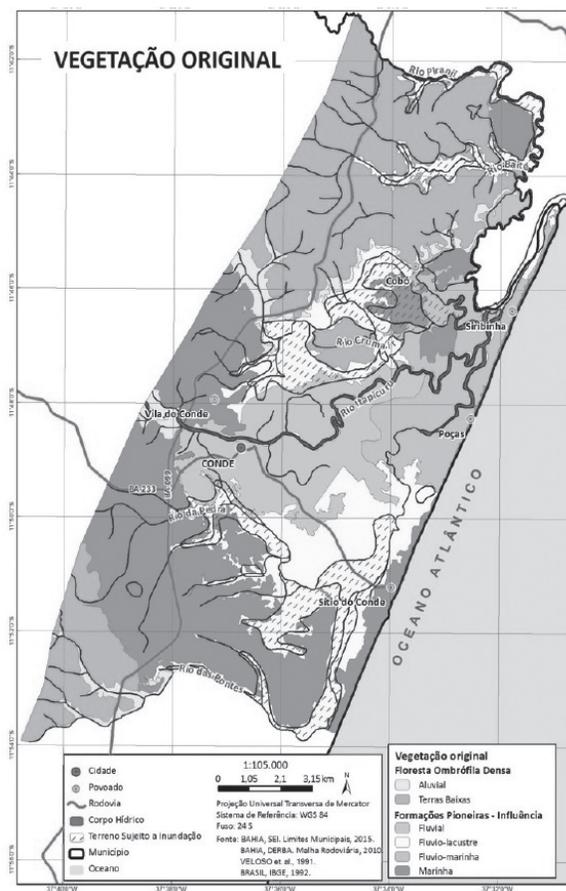
Nesse ordenamento, a área de estudo é caracterizada como força turística de menor intensidade, em relação às localidades ao norte da APA, favorecendo a implantação de um modelo turístico ecológico, que pode aproveitar os atributos naturais relevantes bem como assimilar a vida pitoresca das comunidades tradicionais do local (SEMARH, 2005).

Caraterização Geoambiental

O clima Tropical atuante condiciona elevados índices de radiação solar e de umidade relativa do ar em grande parte do ano e pluviosidade alta distribuída ao longo dos meses (SEI, 1998; 1999). As características climáticas locais favoreceram uma densa rede de drenagem, com cursos d'água perenes e áreas alagadas permanentemente. A litologia é caracterizada principalmente pela Formação Barreiras sobre a qual se desenvolveram os Tabuleiros Costeiros bastante dissecados, e pela Planície Litorânea caracterizada por morfologias de acumulação, ambas resultaram na diversidade de paisagens locais (BARBOSA; DOMINGUEZ, 1996).

A vegetação original (Figura 2) de Floresta Ombrófila das Terras Baixas (Mata Atlântica) recobre solos no geral bastante intemperizados, distróficos e álicos com grande susceptibilidade a erosão. Enquanto as Formações Pioneiras de influência marinha (restinga), fluviomarinha (mangue) e flúvio-lacustre (hidrófila) respectivamente recobrem solos arenosos, hidromórficos e orgânicos, todos de baixa fertilidade (VELOSO *et al*, 1991; IBGE, 1993; COSTA JÚNIOR, 2008). A costa litorânea do município de Conde, originalmente, apresenta paisagens compostas por vegetação de Mata Atlântica, o manguezal do rio Itapicuru, áreas alagadas, vegetação de restinga, formações dunares e um sambaqui denominado Ilha das Ostras, implantado sobre um depósito arenoso de idade Pleistocênica (SEMARH, 2003; MARTINELLI, 2007).

Figura 2 - Vegetação original do Baixo Curso do Rio Itapicuru - Conde/Bahia, 2016



Elaboração: MENEZES, L. A. de.

O uso das terras no baixo curso do rio Itapicuru, Conde/Bahia

Apesar da relativa rarefação de núcleos urbanos, o trecho delimitado que corresponde ao Baixo Curso do rio Itapicuru, apresenta significantes alterações ambientais decorrentes das ações humanas ocorridas ao longo do tempo. Sabe-se que as alterações na paisagem podem acontecer de forma natural e pela ação antrópica, ambas podendo provocar danos ou benefícios ao meio ambiente. Quando se trata daquelas resultantes por atividades sociais dá-se a degradação ambiental e à medida que esta se intensifica espacialmente, verificam-se impactos negativos, muitas vezes irreversíveis. Guerra e Cunha (2004, p. 347) afirmam que,

As próprias condições naturais podem, junto com o manejo inadequado, acelerar a degradação. Chuvas concentradas, encostas desprotegidas de vegetação, contato solo-rocha abrupto, discontinuidades litológicas e pedológicas, encostas íngremes são algumas condições naturais que podem acelerar os processos.

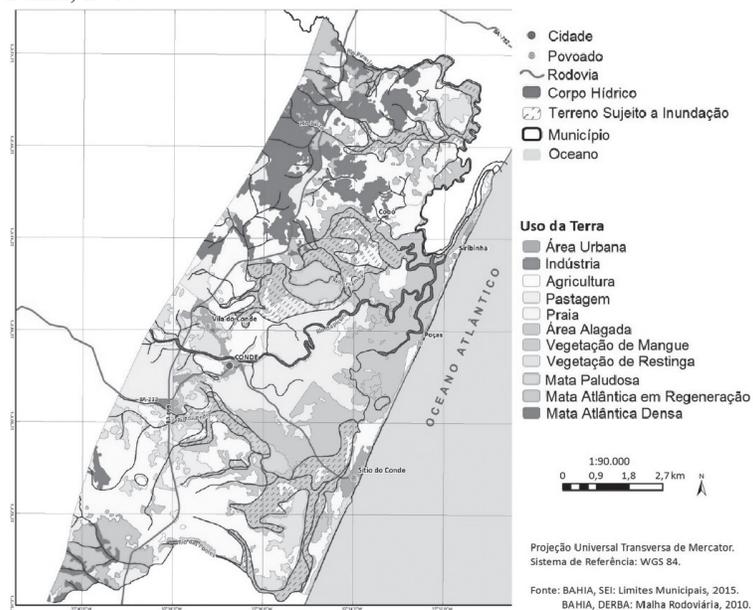
Neste contexto, as atividades humanas se constituem em importante aspecto a ser investigado, principalmente na abordagem ambiental, onde a forma de apropriação e transformação da natureza pelo homem vai responder pela existência ou não de problemas ambientais, cuja origem encontra-se determinada pelas próprias relações sociais.

No entanto, o processo de uso da terra exprime a relação do ser humano com a natureza, de como ele percebe e se comporta nesta, expressando a utilização dos recursos num determinado espaço e tempo.

Considerando esse aspecto, foram identificadas na área atividades econômicas tais como pecuária extensiva com criação de gado, especialmente o bovino e a agricultura com cultivo do coco-da-baía, secundariamente uma agricultura de menor porte como a banana, a mandioca, o feijão e outros de subsistência. A cultura do coco-da-baía impulsionou a atividade industrial de beneficiamento.

De forma geral, a Mata Atlântica e a vegetação de restinga sofreram intenso desmatamento, e o processo de fragmentação se instalou especialmente pela implantação de diversas atividades econômicas. Muitos fragmentos estão em fase de regeneração, outros constituídos por uma vegetação densa de Mata Atlântica ou mesmo de restinga arbórea, arbustiva e herbácea, porém circundada pelas atividades de agricultura e pecuária (Figura 3).

Figura 3 - Uso das Terras no Baixo Curso do Rio Itapicuru - Conde/Bahia, 2016



Elaboração: MENEZES, L. A. de.

Em relação à vegetação de mangue, não foram detectadas alterações significativas em sua estrutura fisionômica, nem em sua área ocupada. A Tabela 1 apresenta a quantificação das classes de uso da terra, dando uma dimensão das alterações ocorridas entre os anos de 1993 e 2012.

Tabela 1 - Quantificação das classes de uso das terras e cobertura vegetal – 1993 e 2012. Baixo Curso do Rio Itapicuru - Conde/Bahia. Hectare e percentual correspondente.

	1993		2012	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Agricultura	5869,00	28,48	6402,22	31,08
Pecuária	3496,22	16,97	3059,90	14,85
Áreas alagadas	3985,80	19,34	3976,95	19,30
Mata Atlântica (densa)	3150,50	15,30	2105,83	10,22
Mata Atlântica (regeneração)	117,13	0,59	1160,47	5,63
Manguezal	1580,98	7,67	1588,78	7,72
Cursos d'água	200,80	0,97	199,75	0,97
Vegetação de restinga	1732,86	8,41	1235,24	5,99
Mata paludosa	260,47	1,26	485,90	2,36
Área urbana/povoado	131,88	0,64	295,52	1,43
Praia	77,36	0,37	77,36	0,38
Indústria	–	–	15,08	0,07
Total	20.603,00	100,00	20.603,00	100,00

Elaboração: MENEZES, L. A. de.

Agricultura

A agricultura ocupa cerca de 6.402,22 hectares (64,02km²), equivalente a 31,08% da área de estudo. De modo geral, o espaço ocupado pela agricultura, na faixa litorânea, é exíguo, em razão das limitações de ordem edáfica, com predomínio de solos arenosos que apresentam baixa aptidão agrícola para a maioria das culturas.

As atividades agrícolas estão voltadas para as culturas temporárias e permanentes, distribuídas em função dos fatores naturais. As culturas temporárias são representadas pelo feijão, milho, mandioca, melancia e abacaxi (SEI, 2003; IBGE, 2013), dentre outras que se desenvolvem em pequenas propriedades, com a utilização do sistema de produção tradicional, mão de obra familiar e baixo nível

tecnológico, geralmente pra atender ao consumo local e de subsistência.

Dentre as culturas permanentes encontra-se o coco-da-baía, a banana, a laranja e o maracujá (SEMARH, 2003; IBGE, 2005; 2014), entretanto o coco-da-baía é o mais representativo em área plantada e produção do fruto, sendo uma exceção nas limitações edáficas locais, por se tratar de uma cultura típica das regiões tropicais, úmidas e com intensa luminosidade, se identificou com as condições naturais favoráveis.

Pecuária

A extensão territorial ocupada pela pecuária corresponde a 3.059,90 hectares aproximadamente 30,60km², o equivalente a 14,85% da área de estudo. Em boa parte, predomina a pastagem cultivada e natural associada à agricultura, intercalada com vegetação secundária em diversos estágios de regeneração (SEI, 2006). A pecuária local se caracteriza pela criação de diversos tipos de gado, destacando o bovino, praticado sob o sistema de produção extensivo geralmente sem uso de tecnologia, com baixa produtividade, demandando extensas áreas de pastagem.

De acordo com os dados da Produção da Pecuária Municipal de 2004 e 2012 (IBGE, 2006, 2013), o município de Conde apresentou um efetivo de rebanho composto de gado bovino, bubalino, suíno, ovino, caprino, equino, asinino, muar e galináceos. As categorias que apresentaram aumentos mais significativos foram o gado bubalino com

39,8%, seguido do bovino com aumento de 22%, o que justifica o crescimento das áreas de pastagens na área de estudo, especialmente para criação de bois e vacas (IBGE, 2006; 2013) com regime extensivo e semi-intensivo, tanto para a produção leiteira quanto de corte (SEI, 2006). As áreas de pastagens geralmente estão associadas à cultura do coco-da-baía intercaladas com vegetação secundária e culturas temporárias.

Atividade industrial

Apesar do declínio na produção do coco-da-baía nos últimos anos, a área ainda apresenta potencial natural para o cultivo, atraindo a atividade industrial para beneficiamento do fruto. No município do Conde, foi instalada em 2013 a Frysk Industrial, situada às margens da BA-099, localizada a 25 km das fazendas São Bento da Barra, Fundão e Bú, fornecedoras do fruto, pertencentes ao Grupo Aurantiaca Agrícola ao qual a referida indústria também faz parte.

Há o beneficiamento do coco-da-baía e transformação de seus componentes em produtos derivados como: água de coco, leite de coco, coco ralado e óleo de coco, também com produção de fertilizantes, rolos e mantas de fibras de coco. Os frutos são fornecidos em sua maioria pela produção própria da empresa pertencente ao referido Grupo e em número menor pelos pequenos produtores locais, propiciando uma movimentação na agricultura local (SEMARH, 2005).

Atividade pesqueira e de mariscagem

A localização na costa e a presença dos manguezais de grande extensão na desembocadura do rio Itapicuru possibilitam que a população local venha a usufruir da pesca e do catado de crustáceos e moluscos. A pesca é predominantemente artesanal, com uso de pequenas embarcações. Em geral os utensílios de pesca utilizados são muito simples, produzidos pela própria população como redes, anzóis e covos. Os pescadores utilizam seus equipamentos como o covo, por exemplo, nas áreas de brejo às margens da BA-233, entre Conde e o povoado de Sítio do Conde.

Na atividade pesqueira os tipos de peixes de maior produção são o vermelho, a tainha, o bagre, a pescada e a arraia e, na mariscagem o catado de crustáceos como o camarão, lagosta, caranguejo, siri, aratu e guaiamum, e de moluscos como o papa fumo (SEI, 2006).

Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2006), no município de Conde a produção pesqueira é considerada baixa, possivelmente não retratando a realidade local uma vez que o sistema é artesanal e familiar, não sendo quantificados oficialmente, especialmente a mariscagem. No entanto, essa atividade é considerada responsável pela manutenção de dezenas de famílias que veem, na pequena produção de pesca e de mariscagem, uma fonte de alimento e renda para a população local (SEI, 2006).

A potencialidade turística local

De forma geral a faixa litorânea da costa nordeste da Bahia, apresenta grande potencial turístico. O trecho que corresponde ao Conde se diferencia da parte sul da região, por apresentar uma área turística com menor intensidade de visitação. Seus atrativos naturais como: praias de águas límpidas, dunas e manguezais, propiciam uma grande diversidade de atividades de lazer e recreação para aqueles que procuram ambientes naturais. Os povoados de Sítio do Conde e Siribinha, estendendo-se até Barra do Itapicuru onde se localiza a desembocadura do rio de mesmo nome, são os mais procurados para o banho de mar, bem como para degustar da culinária local baseada nos frutos do mar fornecidos pela própria comunidade.

O turismo causou alterações no modo de vida tradicional da população local, antes centrado no acesso à terra e nos recursos naturais (pesca, coleta de crustáceos e agricultura de subsistência). Estas mudanças são percebidas no dia a dia das pessoas. O barco que antes servia apenas para a pesca, serve também para transportar os turistas que visitam Siribinha e querem ter acesso rápido a Barra de Itapicuru ou passear pelos manguezais. O acesso até a foz do rio Itapicuru, conhecido como Barra do Itapicuru, também é possível por veículos com tração, que transitam sobre os terraços marinhos, e por pequenos bugres que em algumas ocasiões transportam visitantes até a praia. Entre a sede urbana e as localidades, geralmente são utilizados veículos de pequeno porte como carros e motos.

Segundo a Secretária de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH, 2003) a atividade turística da área registra carências de infraestrutura e qualificação dos serviços, que é feita de forma desordenada, sem a presença de operadoras turísticas fortes na região. Ainda, segundo o referido órgão, a busca de intensificar o turismo nessas localidades, tem sido empreendida discussões com intuito de intervenções desta atividade (SEMARH/CRA, 2003). Do ponto de vista ambiental, o fato de apresentar menor intensidade de visitação pode ser considerado positivo, por se tratar de uma área extremamente frágil, o turismo intenso, não planejado e mal gerenciado, tende a provocar impactos negativos muitos deles irreversíveis.

Dados sociais da população local

Segundo os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de 2010 para Conde/Ba foi de 0,560 (IBGE, 2006a). Comparado com os censos anteriores – 1991 com 0,258 e 2000 com 0,398 – houve melhora nos índices do último censo demográfico. Para o conhecimento geral das condições socioambientais da população local foram consultados os dados contidos nos setores censitários do Censo Demográfico do IBGE, ano 2010 (IBGE, 2011). A área de estudo contempla trinta e dois (32), sendo que vinte e três (23) estão inseridos total e nove (09) parcialmente. Por se tratar de limites administrativos os dados destes foram respeitados e considerados em sua totalidade.

As variáveis selecionadas referem-se ao tipo de domicílio: rural e urbano; pessoas residentes; e os indicadores de saneamento básico: abastecimento de água, tipo de esgoto sanitário e destino do lixo. Para compreender a dinâmica populacional foram consultados os dados da Contagem de População de 1996 (IBGE, 1997) e o Censo Demográfico dos anos de 2000 (IBGE, 2001) e 2010 (IBGE, 2011) para a população total do município de Conde/Ba.

Os dados confirmam um quantitativo de 18.695 em 1996, em 2000 apresenta 20.426 e em 2010 um total de 23.620 habitantes. Comparando os dados de 1996 e 2000, percebe-se um crescimento de aproximadamente 9,26%. Já entre os anos de 2000 e 2010, verifica-se um crescimento populacional de 15,64%, mantendo certo equilíbrio entre os residentes da área urbana e rural (IBGE, 2015). A área urbana corresponde à sede municipal Conde, e os povoados de Vila do Conde e Sítio do Conde. Em termos territoriais a maior parte é considerada rural.

Em relação à distribuição populacional, os setores censitários com as maiores concentrações estão nos perímetros urbanos de Conde e Vila do Conde (IBGE, 2011). É importante salientar que a desconcentração populacional, ocorre por se tratar de áreas de fazendas e sítios, nesse caso é preciso um setor abarcar grandes extensões territoriais para facilitar sua inserção nos intervalos de classe.

As construções são tipicamente de casas residenciais, de veraneio e comerciais, localizadas tanto na sede municipal, quanto nos povoados de Vila do Conde, Sítio do Conde,

Poças, Siribinha e Cobó. São em sua maioria construções de baixo padrão sinalizando outrora, um vilarejo de pescadores. Em Vila do Conde, no centro urbano a leste da BA-099, encontram-se casas de construções mais antigas; e casas mais modernas compondo condomínios simples a oeste desta rodovia, sempre circundadas por coqueirais e vegetação fragmentada.

Em Sítio de Conde muitas construções foram elevadas sobre as dunas, à beira mar, cercadas por coqueiros e próximos às áreas alagadas e de pastagem. Enquanto no povoado de Siribinha as edificações ocorrem às margens do rio Itapicuru e em áreas dos manguezais, onde também ficam os *piers* para atraque das embarcações. Muitas habitações são direcionadas à atividade turística que é uma vertente na economia pluridiversificada local, embora em menor intensidade quando comparada com outras áreas da Costa dos Coqueiros localizada no litoral nordeste da Bahia.

Quanto aos indicadores de saneamento básico, estes expressam o padrão de vida da população e oferece informações concernentes à relação desta com o meio em que vivem, para tanto foram selecionados três indicadores: abastecimento de água (rede geral, poço/nascente, água da chuva/cisterna e outros), esgotamento sanitário (rede geral, fossa séptica, via rio/lago/mar e outros) e destino do lixo (coletado, queimado, enterrado, lançado em terreno baldio).

Conforme os dados referentes à forma de abastecimento da água a concentração dos domicílios com maior serviço por rede geral estão no perímetro urbano de Conde e povoados

de Vila do Conde, Sítio do Conde, Poças, Siribinha e Cobó. Na zona rural é comum não haver atendimento de serviço de abastecimento de água encanada e tratada, por isso o abastecimento em sua maior parte, é proveniente de poço artesiano, bem como das águas das chuvas reservadas em cisterna ou caixa d'água ou outras formas como por exemplo, de poço ou nascente fora da propriedade, carro-pipa, água da chuva armazenada de outra forma e até *in natura* dos rios. Dentre as áreas urbanizadas, Vila do Conde tem abastecimento por rede geral e pelo sistema de captação de água das chuvas.

A maior concentração de setores censitários, atendidos por esgotamento sanitário via rede geral ou pluvial, localiza-se em Conde e Vila do Conde, seguida de Sítio do Conde e Siribinha. O esgoto via fossa séptica, é mais utilizado pela população da área rural. Quanto ao lançado em rio/lago ou mar, apenas um setor censitário acusou tal procedimento, sendo preocupante já que o setor está situado em uma área com cursos d'água como o rio Piranji e tributários do rio Itapicuru.

Determinadas áreas na zona rural tem o abastecimento de água através de poço e o esgoto sanitário é lançado em fossa séptica. Relacionando essas duas variáveis observam-se as possíveis implicações advindas da possibilidade de estarem próximas, pois quando o poço e a fossa não estão a uma distância segura, que resguarde a água de abastecimento dos dejetos lançados, pode oferecer riscos de contaminação de suas águas, também com grandes possibilidades de risco de contaminação do solo.

É na cidade do Conde e nos povoados de Vila do Conde, Sítio do Conde, seguidas de Poças, Siribinha e Cobó que estão as maiores concentrações de domicílios que utilizam do serviço de limpeza de coleta de lixo. Na área rural há o predomínio do lixo queimado, seguido do lixo enterrado na propriedade. Em alguns setores censitários, tanto da área urbana quanto rural, o lixo é lançado em terreno baldio ou logradouro (IBGE, 2011). Pela falta do serviço de coleta, é muitas vezes a única alternativa que a população tem para “eliminar” o lixo produzido. Dentre as duas práticas, na zona rural geralmente a queima é a mais utilizada, podendo ser menos prejudicial por liberar menos substâncias tóxicas ao solo, porém com grandes possibilidades de liberação de gases tóxicos para o ar.

A área detém potencialidades incorporadas nos seus aspectos naturais, ecológicas e socioculturais. O conhecimento das condições naturais aliados ao uso inadequado das terras demonstraram que as fragilidades ambientais se devem, principalmente, à forma inadequada do manejo da terra, o que vem modificando as paisagens locais. O intenso desmatamento ao longo do tempo permitiu constatar muitos fragmentos de vegetação de Mata Atlântica, apresentando diversos estágios de regeneração, bem como uma vegetação de restinga bastante alterada, com áreas totalmente degradadas o que possivelmente trouxe impactos negativos no comportamento e manutenção de espécies da fauna local.

A agricultura substituiu grande parte da vegetação, especialmente com o cultivo do coco-da-baía. A implantação de pastagem também contribuiu na degradação, para atender

especialmente ao gado bovino de baixa produtividade. Alguns trechos, onde é retirado material mineral do tipo areia e arenoso, exibem verdadeiras “feridas” na paisagem, descaracterizando a morfologia local, sendo muito comum às margens das estradas sejam asfaltadas como a BA-099, (Estrada do Coco-Linha Verde), sejam as vicinais. Os cortes no relevo e a remoção do solo facilitam a desagregação e carreamento dos sedimentos, favorecendo os processos erosivos que, por sua vez os assoreamentos de trechos dos cursos d’água.

As condições da infraestrutura básica nos núcleos urbanos são insuficientes para impedir ou inibir problemas ambientais mais intensos. Nas demais áreas o atendimento de saneamento básico é inexistente, como é muito comum nas áreas rurais. Os esgotos domésticos, lançados em fossa séptica, e o lixo sólido enterrado é prática corriqueira e muito preocupante em função do solo apresentar bastante permeabilidade com possibilidades de comprometimento dos lençóis freáticos.

Há tendência de apropriação cada vez mais intensa dos espaços, seja por expansão dos núcleos urbanos, construções de equipamentos turísticos, ampliação das áreas para agricultura ou pecuária, extração mineral clandestina ou legalizada, dentre outros, qualquer que seja, há o risco de impactos negativos, ampliando os processos de degradação ao longo do tempo. Por outro lado, os pontos com relativa estabilidade são representados pelas áreas alagadas recobertas por vegetação hidrófila, pela vegetação de mangue do rio Itapicuru e pelo fragmento maior e mais

denso de vegetação secundária de Mata Atlântica a noroeste da área.

Deve-se considerar que as diversas formas e intensidades de uso das terras podem levar a degradação ambiental, que conseqüentemente, levam a diminuição ou à perda de biodiversidade seja da fauna ou da flora, bem como da qualidade de vida da população local. Neste sentido, a situação atual requer o monitoramento ambiental mais efetivo dos órgãos de gestão públicas/ambientais em face da vulnerabilidade ambiental.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, J. S. F; DOMINGUEZ, J. M. L. Mapa Geológico do Estado da Bahia ao Milionésimo. Superintendência de Geologia e Recursos Minerais-SGM. Salvador. 1996.

CONDER. Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador. Plano de manejo da APA do Litoral Norte da Bahia. CONDER. Salvador. 1995. 220p.

COSTA JÚNIOR, M. P. Interações morfo-pedogenéticas nos sedimentos do Grupo Barreiras e nos Leques Aluviais Pleistocênicos no Litoral Norte do Estado da Bahia, município de Conde. 2008. 246 p. Tese (Doutorado em Geologia). Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008, 246 p.

DERBA. Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia. Malha rodoviária do Estado da Bahia. Salvador. 2010.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. Degradação ambiental. In: GUERRA A. J. T.; CUNHA S. B. (Org.). Geomorfologia e meio ambiente. 5. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004. p. 337-379.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativas da população residente dos municípios brasileiros. 2015. Rio de Janeiro: 2015. Disponível em:

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2015/estimativa_2015_TCU_20160211.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção agrícola municipal. 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=290860&idtema=122&search=bahia|conde|producao-agricola-municipal-lavoura-permanente-2013>>.

Acesso em: 14 jul. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção da pecuária municipal. 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=290860&idtema=121&search=bahia|conde|pecuaria-2012>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico - 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=290860&search=bahia|c onde>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Localidades municipais. 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção da pecuária municipal. 2004. Rio de Janeiro:

IBGE, 2006. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=290860&idtema=33&search=bahia|conde|pecuaria-2004>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desenvolvimento humano municipal. Rio de Janeiro: IBGE, 2006a. Disponível: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=290860&idtema=118&search=bahia|conde|C3%8Dndice-de-desenvolvimento-humano-municipal-idhm>>. Acesso em: 22 set. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção agrícola municipal. 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=290860&idtema=122&search=bahia|conde|producao-agricola-municipal-lavoura-permanente-2004>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico. 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=3%20/tabela13_1.shtm&paginaatual=1&uf=29&letra=C>. Acesso em: 15 ago. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem da população. 1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem/bacont96.shtm>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mapa de vegetação do Brasil. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro. 1993.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Manual técnico da vegetação brasileira. Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio Janeiro. 1992. 275 p.

INEMA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Resolução CEPRAN nº 1.040, de 21 de fevereiro de 1995. Salvador: 1995. Disponível em: http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/uploads/2011/09/resolucao_1040_21_fevereiro_1995.pdf. Acesso em: 26 fev. 2021.

MARTINELLI, S. G. A. Processo de formação do Sambaqui Ilha das Ostras no Litoral Norte do Estado da Bahia. 2007. 130 f. Tese (Doutorado em Geologia). Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. Resolução nº 303 do CONAMA, de 20 de março de 2002. 2002. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30302.html>. Acesso em: 07 jul. 2014.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Limites municipais do Estado da Bahia. Salvador. 2015.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Regiões Administrativas do Estado da Bahia. Salvador. 2014.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Turismo e desenvolvimento na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte da Bahia. Salvador. 2009. 334 p.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Uso atual das terras: Bacias do rio Itapicuru, Vaza-Barris e Real. Salvador. 2006. 116 p. (Série Estudos e Pesquisas, 74).

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia: um breve histórico. Salvador. 2001. 120 p. (Série Estudos e Pesquisas, 56).

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Balanço hídrico do Estado da Bahia. Salvador. 1999. 250 p. (Série Estudos e Pesquisas, 45).

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Análise dos atributos climáticos do Estado da Bahia.. Salvador. 1998, 03 mapas. color. Escala 1: 2.000.000. 85 p. (Série Estudos e Pesquisas, 38).

SEMA. Secretaria do Meio Ambiente. Limite da APA Litoral Norte da Bahia. 2011.

SEMARH. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Centro de Recursos Ambientais (CRA). Projeto de Gerenciamento Costeiro. Plano de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial das Povoações Litorâneas da APA do Litoral Norte do Estado da Bahia. Salvador. 2005. 74 p.

SEMARH. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. CRA. Centro de Recursos Ambientais. Projeto de Gerenciamento Costeiro. Gestão Integrada da Orla Marítima no Município do Conde no Estado da Bahia. Diagnóstico sócio-econômico e ambiental do Conde. Salvador. 2003. 221 p.

VELOSO, H. P.; RANGEL FILHO, A. L. R.; LIMA, J. C. A. Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1991. 123 p.



A SABINADA REBELIÕES DO PERÍODO REGENCIAL NA BAHIA E A SABINADA

Antonietta d'Aguiar Nunes

Profa. Adjunta de História da Educação – FACED/UFBA
Historiógrafa do Arquivo Público da Bahia

RESUMO

O artigo procura relacionar as várias rebeliões civis e militares ocorridas na Bahia, no período regencial (1831-1840), esclarecendo as origens do movimento republicano liderado pelo professor da Faculdade de Medicina, Sabino Álvares da Rocha Vieira. Menciona os antecedentes imediatos e a preocupação constante do Chefe de Polícia. No dia 06 de novembro de 1837, os sabinos tomaram o poder, lavrando ata na Câmara Municipal da cidade. No dia 11, outra ata estipulava a temporalidade do movimento: até que D. Pedro II atingisse a maioria. Em alguns pontos da província - como Itaparica e Feira de Santana - grupos apoiaram o movimento, mas foram ali combatidos e vencidos pelas forças legais. São narrados alguns feitos no período da revolução, inclusive a continuidade da Educação, alguns combates e o desfecho final na chamada Batalha dos 3 dias. Os rebeldes - entre os quais muitos professores - foram,

de início, presos e processados. Após a maioria do Imperador, receberam indulto e, como se declarassem inocentes, requereram o retorno a seus postos de trabalho. A Assembleia Legislativa Provincial autorizou, inclusive, que lhes fosse pago o salário por todo o tempo que estiveram involuntariamente ausentes das aulas.

Palavras-chave: Sabinada; Rebeliões; Regência; República.

ABSTRACT

The article intends to tell the various civil and military rebellions that took place in Bahia during the Regencial period (1831-1840) making clear the origin of the republican movement conducted by Sabino Alves da Rocha Vieira, professor of the Medical School. It mentions the immediate antecedents and the constant preoccupation of the Policy Chief. In november the 6th 1837 the “sabinos” took the power drawing up an act at the City Council. In the following 11th, another act determined the temporality of the movement: until the full legal age of Pedro II. In some other locals of the province – as Itaparica and Feira de Santana - there were groups that approved the movement, but they were equally combated and defeated by the legal forces. Some of the occurrences during the Revolution period are told, included the continuity of public education, some fights, and the final outcome at the “3 days Battle”. Arrested the rebels, a process was opened against them. They received an indult from the Emperor after his legal majority. At the end of the process, they were declared innocents and demanded the return to their working places. The Provincial Assembly authorized inclusively their payment for all the period they were involuntarily out of the classes.

Key words: Sabinada; Rebellions; Regency; Republic.

Em 1837 ocorreu na Bahia uma rebelião antilusa que pretendeu mudar a forma de governo de monárquica para republicana, mas apenas temporariamente, até a maioria legal do jovem imperador Pedro II.

No Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, o historiador Braz do Amaral, em 1909, publicou um número especial da revista da Instituição com este tema. Em 1941, em sua obra *Fatos da vida do Brasil*, este mesmo autor dedica uma das três partes de seu livro ao assunto. O Arquivo Público do Estado, em 1945 editou uma publicação sobre a Sabinada, com artigos de alguns autores a esse respeito e, em 1948, novamente publicou um volume com mais artigos, agora incluindo também sobre o mesmo tema documentos custodiados na mesma instituição. Longo tempo se passou, até que, em 1987, Paulo Cesar Souza deu à luz a sua dissertação de mestrado sobre aquela revolta separatista. Em 2004, o jornal *Correio da Bahia* publicou em anexo alguns dos Cadernos das Memórias da Bahia, um dos quais foi dedicado à Sabinada. E em 2008, em edição comemorativa ao centenário de nascimento de Luiz Vianna Filho, foi editada uma obra de sua autoria sobre o mesmo assunto.

Sendo a Sabinada um movimento social especificamente baiano e relativamente pouco conhecido, resolvemos lembrá-lo agora em artigo para a revista do IGHB.

Antecedentes

A década de 1830- 40 foi um período conturbado no Brasil. Começou com a abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho menor, com apenas cinco anos de idade, e iniciou o período Regencial, que durou até 1840, quando foi decretada a maioridade de D. Pedro II, com apenas pouco mais de 14 anos.

O movimento antilusitano que forçou a abdicação de D. Pedro I em 07 de abril de 1831, não ocorreu apenas no Rio de Janeiro. No Pará houve, no mesmo ano, uma rebelião contra os portugueses - acusados, segundo Luiz Vianna Filho, de esperar a vinda de d. Miguel, o filho preferido de Carlota Joaquina, para a restauração monárquica.

Em Salvador, no dia 04 de abril, oficiais brasileiros já haviam sublevado a fortaleza do Barbalho, exigindo a destituição dos portugueses: o Comandante das Armas, João Crisóstomo Calado, e o Comandante da Polícia, tenente coronel Pinto Paca. Nas ruas - vindo do povo insatisfeito com a ainda existente predominância portuguesa em muitos postos - ouvia-se o mote: Mata maroto! Essa revolta ficou conhecida na Bahia como “Abrilada”. Logo no dia 06, o marechal comandante das armas deixou a Bahia e, no dia 15, o presidente da província passou o governo para o vice, João Gonçalves Cezimbra. Este, ao assumir o cargo, comprometeu-se a nomear apenas oficiais militares brasileiros para o comando dos batalhões, e a deportar os portugueses partidários da “união” do Brasil a Portugal, sob D. Pedro I (herdeiro do trono português após a morte de

D. João VI, seu pai, que não especificara como deveria ser feita a sua sucessão) (WILDBERGER, 1949, p.96/7).

No dia 13 de abril seguinte, o português Francisco Antônio de Sousa Paranhos assassinou o brasileiro Vítor Pinto de Castro no bairro comercial da Cidade Baixa, em Salvador. Esse fato gerou uma nova série de agressões contra os portugueses, contidas apenas pela intervenção do comandante interino das armas, Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, visconde de Pirajá, e de Cipriano José Barata d'Almeida, patriota muito popular. As agressões antilusas diminuíram, quando se soube na Bahia da abdicação de D. Pedro ao trono, devendo ser sucedido por seu filho brasileiro de igual nome, nosso futuro imperador Pedro II.

Mas em maio de 1831, nos dias 12, 13 e 14, ocorreu a rebelião do batalhão nº 20, de 1ª linha, da província do Piauí, aquartelado no forte de São Pedro, apoiado pelos quartéis da Palma e da Mouraria, exigindo a libertação de presos políticos e a demissão do Presidente da Província, João Gonçalves Cezimbra, que renunciou. Criticavam o regime monárquico instituído no país e pediam também a expulsão dos portugueses, mas esta foi protelada. No final de agosto daquele mesmo ano, no dia 31, soldados da artilharia do forte de São Pedro e do quartel dos Aflitos sublevaram-se contra as revistas, os colarinhos de sola, a má qualidade dos ranchos e pediram a destituição do novo comandante das armas, o que acabou ocorrendo.

E em 28 de outubro de 1831, alguns oficiais e soldados do 10º batalhão de Artilharia marcharam sediciosamente

para a Praça do Palácio, seguidos por vários civis. Fizeram um pronunciamento, dando vivas à federação, ao desarmamento e à exclusão dos portugueses inimigos do Brasil. Outro grupo se formou, ao mesmo tempo, na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo e deveria alcançar a praça, mas não pôde fazê-lo. Encaminhou-se para o campo do forte de São Pedro, onde entrou em forma de guerrilha, atirando contra a cavalaria de linha e a guarda municipal, que para ali se haviam destacado. A guerrilha foi perseguida e desbaratada, vários componentes foram presos entre os quais o tenente Álvaro Correia de Moraes, que os comandava. Foram dominados, desarmados e recolhidos a bordo da corveta *Defensora*. Este Batalhão foi dissolvido pelo governo imperial (AMARAL, 2013, p.436).

A revolta fracassou, mas expôs - pela primeira vez de maneira explícita - a corrente federalista da Província. Vários revolucionários fugiram para Cachoeira, onde, em fevereiro de 1832, houve outra manifestação federalista, com maior repercussão. No ano seguinte portanto, no dia 19 de fevereiro, irrompeu em Cachoeira e São Felix a revolução federalista, chefiada pelo juiz de paz de São Felix, capitão Bernardo Miguel Guanaes Mineiro, também vereador em Cachoeira. À frente de um grupo armado, ele assumiu a presidência da Câmara de Cachoeira, proclamando o sistema de governo federativo, resolvendo que a província de então em diante seria governada de forma independente e teria constituição própria, além de liberar os presos pela rebelião federalista de 28/10/1831 em Salvador, extinguir as presigangas (prisões em navios), pedir a deportação de todos os portugueses reconhecidos inimigos dos brasileiros,

abrir uma Casa da Moeda na capital, abolir os morgados, a Ordem de Santa Teresa, deportar os frades, que eram todos portugueses, e considerar D. Pedro I (português de nascimento) o maior inimigo do povo brasileiro, que deveria ser morto. O presidente Barros Paim encarregou o Comandante das Armas, Visconde de Pirajá, de restabelecer a ordem naquela vila, o que ele conseguiu dias depois, com auxílio de senhores de engenho do Recôncavo, aprisionando muitos dos sediciosos, inclusive o chefe, Guanais Mineiro, conduzido para Salvador, onde ficou preso no Forte do Mar.

Mesmo estando enclausurado, Guanais Mineiro liderou novo levante em 26 de abril de 1833, originado no Forte do Mar, onde ele e outros presos políticos se encontravam. Eles dominaram a guarnição do forte, exigiram que a Presidência da Província reconhecesse o federalismo, sob pena de bombardearem a cidade. Chegaram a hastear bandeira própria, de cor azul e branca, com três faixas paralelas ao mastro, estando a branca entre duas azuis. Seguiram-se três dias de luta, mas os federalistas foram derrotados neste seu terceiro levante, na Bahia.

Não apenas cidadãos brancos livres se rebelaram no período regencial. Na noite de 24 para 25 de janeiro de 1835, dia da festa de Nossa Senhora da Guia, foi abortada uma insurreição de negros africanos conhecida como REVOLTA DOS MALÊS. O chefe de polícia era, então, Francisco Gonçalves Martins - depois barão e visconde de São Lourenço e também presidente da província da Bahia – que escreveu detalhado relatório a respeito.

No dia 28 de março do mesmo ano o presidente da província, Francisco de Sousa Martins, sancionou a 1ª lei da Assembleia Legislativa Provincial, suspendendo por 30 dias a inviolabilidade dos lares, para dar buscas em todas as casas, de modo a prevenir rebeliões escravas e prender suspeitos.

Também em 1835, no dia 07 de setembro, foi demolido por ordem da Municipalidade o detestado Pelourinho, instalado no alto da ladeira do Rosário dos Pretos da Baixa dos Sapateiros, substituído mais tarde por um dos chafarizes da Companhia do Queimado.

Naquele mesmo ano de 1835, os Farroupilhas instalaram no Rio Grande do Sul a República de Piratini, atingindo depois Santa Catarina e mantendo-se no poder por cerca de dez anos. Ainda em 1835 aconteceu outra rebelião, no Pará, a Cabanagem, que aclamou um presidente “enquanto D. Pedro fosse menor” (VIANNA FILHO, 2008, p.44).

No ano seguinte, no dia 25 de outubro, ocorreu em Salvador o motim conhecido como “Cemiterada”. O Governo havia estabelecido a prescrição higiênica, proibindo enterros dentro das igrejas e determinando a construção de um cemitério laico. Membros de Irmandades, sacristães e outros fiéis interessados invadiram o Campo Santo (nos terrenos da antiga fazenda São Gonçalo) e o destruíram completamente. O Governo teve que indenizar a companhia que o administrava e depois passar o cemitério para a Santa Casa de Misericórdia que, sendo uma instituição religiosa, era mais aceita pela população.

No dia 10 de setembro de 1837, Bento Gonçalves, líder dos Farrapos, que estava preso no Forte de São Marcelo desde junho daquele ano, fugiu de lá, pedindo a licença para banhar-se no mar, nadou até uma canoa posta próxima do forte tripulada por escravos de Manoel Joaquim Tupinambá, maçom como ele e senhor das terras de São João do Manguinho em Itaparica, para onde se dirigiu de início. Poucos dias depois tornou a Salvador onde desenvolveu sua ação revolucionária, pois pretendia articular a rebelião farroupilha do Sul com um movimento semelhante na Bahia.

Origens da Sabinada

Em julho daquele mesmo ano de 1837, o dr. Sabino Vieira - que já estivera degredado no Rio Grande do Sul por ter assassinado o político conservador José Joaquim Ribeiro Moreira (irmão de Vicente Ribeiro Moreira, editor do *Jornal do Comércio*, adversário dos liberais) e onde convivera com as ideias farroupilhas, presenciando o início da revolução - fundara o *Novo Diário da Bahia*, onde publicava seus artigos, defendendo uma revolução. Bento Gonçalves aproximou-se dos revolucionários, reforçando que deveriam fazer o mesmo que fizera o Rio Grande, ao se separar do Império.

Bento Gonçalves, pouco depois de sua fuga do forte do Mar, seguiu de Salvador para Desterro, capital de Santa Catarina, no patacho *Estrela do Sul*, graças à ajuda do dono da embarcação, Antônio Gonçalves Pereira, ex-consul da

Cidade Livre de Hamburgo. Chegou ao Rio Grande do Sul, onde ocupou a presidência da República de Piratini.

João Carneiro Filho, filiado ao grupo de revolucionários na Bahia, lançou em outubro um novo jornal: *A Luz Bahiana*, que também difundia ideias separatistas. Fez-se propaganda ainda dentro dos quartéis, fundou-se um Clube, mediram-se as forças de ambos os lados.

O movimento propriamente dito

De novembro de 1837 a março de 1838 ocorreu na Bahia a rebelião republicana conhecida pelo nome de SABINADA. Sabino Álvares da Rocha Vieira, médico, professor da Faculdade de Medicina, jornalista e partidário do federalismo comandou o levante armado - iniciado a 07 de novembro pelos soldados do 3º Corpo de Artilharia de Posição, lotado no forte de São Pedro. Depôs o governo presidido pelo conselheiro Francisco de Sousa Paraíso e proclamou a República Baiense, que ficaria separada do Rio de Janeiro até que o jovem Pedro II alcançasse a maioria.

No dia 1º de novembro de 1837, o chefe de polícia Francisco Gonçalves Martins recebera uma denúncia de que muitas pessoas - algumas delas oficiais do 3º batalhão de Artilharia - tramavam fazer uma revolução; e mais, que se reuniam frequentemente em diversos lugares, inclusive numa casa sita à Praça da Piedade. Gonçalves Martins dirigiu-se na noite daquele mesmo dia com o denunciante Antônio de Souza Vieira e mais alguns soldados, para a Piedade, onde,

depois de ter por duas vezes dado a volta nela, observaram que o sobrado de dois andares onde residia o ourives Manuel Gomes Pereira tinha movimento. Aproximaram-se cautelosamente e ouviram algumas vozes entre as quais reconheceram a do dr. Sabino Alvares da Rocha Vieira e a do major de artilharia Sergio José Veloso. Distinguiram as palavras: “morra”, “maroto”, “punhais”, “rusga”, denunciadoras de ideias revoltosas.

Saindo dali, Francisco Martins foi ao quartel de polícia, onde ordenou ao comandante José Coelho de Almeida Sande que mandasse postar 12 homens disfarçados e bem armados na Piedade, a fim de ouvirem o que lá se dizia e verem quem de lá sairia. Viram João Carneiro da Silva Rego, seu filho de mesmo nome, Sabino Vieira e outros. Gonçalves Martins dirigiu-se ao palácio do governo para informar ao presidente Francisco de Souza Paraiso o que estava acontecendo, sugerir prender logo os conspiradores ou embarcar imediatamente a tropa para o Rio Grande, a combater os farrapos. O presidente julgou ilegal a 1ª sugestão, pois as leis não autorizavam a prisão de suspeitos, e prometeu discutir a 2ª com o Comandante das Armas da Província, Luiz da França Pinto Garcez, com quem conversou no dia seguinte. Este defendeu os oficiais, assegurando que estavam todos dentro da lei e da ordem. O Presidente da Província concordou com ele, mas, ainda assim, fez uma proclamação ao povo no dia 04, alertando contra um “partido desorganizador” simpatizante dos movimentos no Rio Grande do Sul (Farrapos) e no Pará (Cabanagem), pretendendo a separação da província em relação ao governo regencial.

No mesmo dia 04 de novembro, Gonçalves Martins recebeu nova denúncia, reuniu o Corpo Policial que comandava e o preveniu contra a traição por parte dos soldados e oficiais da tropa de linha. Estes últimos ficaram naturalmente aborrecidos com o comandante da polícia, que os acusava. Além disso não desejavam ser enviados ao Rio Grande do Sul contra os farroupilhas. O Comandante das Armas, Pinto Garcez, oficiou ao presidente assegurando a lealdade e a confiabilidade da tropa para sufocar a revolta. O Presidente pediu ao chefe de Polícia que lhe redigisse um ofício em desagravo aos militares, o que ele, mesmo a contragosto, chegou a fazer, tendo o Presidente mostrado o texto ao Comandante das Armas.

No dia 06, o tenente coronel Manoel da Rocha Galvão que, através de Antonio de Souza Vieira, avisara o chefe de polícia da conspiração, convidou-o a ir a sua residência, onde Francisco Gonçalves Martins encontrou-se com o dr. Sabino Vieira, que pediu ao Chefe da Polícia que não tomasse parte nos desaforos dos portugueses nem promovesse o desembarque dos marujos, pois a revolução seria pacífica, pela mudança das ideias e maior consciência que os baianos tinham dos seus direitos. Também afirmou que por aquele momento nada haveria e que nem a tropa nem Sergio Veloso haviam entrado nos conluios revolucionários (AMARAL, 1941, p.183).

Naquela noite, às 08h, ouviu-se o toque de chamada ligeira no forte de São Pedro, quartel do 3º Batalhão de Artilharia de Posição de 1ª linha, com 250 praças. Sabendo disso, o Comandante das Armas, Luiz da França Pinto Garcez, para

lá se dirigiu. No meio do caminho encontrou seu ajudante de ordens, José Baltasar da Silveira, a quem mandou ao forte e retrocedeu, para esperá-lo na Piedade. Como ele demorou de voltar, o comandante deduziu que ele fora preso, o que de fato ocorrera. Regressou então ao quartel da Palma e formou o 3º Batalhão de Caçadores, que era o seu, e com ele foi para a Praça do Palácio, onde se detiveram. Pinto Garcez foi conferenciar com o presidente e com o chefe de polícia.

Ordenou-se então que fossem reunidos os batalhões da Guarda Nacional, especialmente os de São Pedro, de Santana e da Conceição da Praia; a Cavalaria veio formar na Praça do Palácio e marchou com o 3º de Caçadores para a Piedade. Os batalhões de Santana e São Pedro, com 60 praças cada, 50 homens da Infantaria de Marinha, o 3º Batalhão de Caçadores de 1ª linha, com 70 praças e o corpo de polícia da Província com o seu comandante, Almeida Sande, se mobilizaram. Com mais a cavalaria juntaram-se, portanto, cerca de 600 praças. A Guarda Nacional da Conceição da Praia, composta em sua quase totalidade por portugueses, estava de serviço naquele dia.

Gonçalves Martins, que aí esteve, preocupou-se com o fato de que paisanos estavam misturados aos soldados e com eles conversavam, acreditando ser muito difícil conservar a firmeza das tropas. E, de fato, quando Pinto Garcez mandou carregar armas, notou-se que os soldados do 3º batalhão de caçadores espalhavam as balas pelo chão, carregando as carabinas apenas com pólvora seca. Também a Polícia se insubordinou e interpelou o seu comandante, este declarou

que o seu corpo não era juramentado, pelo que não tinha obrigação de atacar os rebeldes (AMARAL, 1942, p.184/5).

A tomada do poder pelos rebeldes e a proclamação da República Bahiense

No dia seguinte, 07 de novembro daquele ano de 1837, eclodiu de fato a rebelião federalista baiana conhecida pelo nome de *Sabinada*. Sabino Álvares da Rocha Vieira - receando o comportamento do chefe de polícia, que não concordara em não combater a revolução - comandou o levante armado que depôs o Governo, e proclamando a República Bahiense, que ficaria separada do Rio de Janeiro até que o jovem Pedro II alcançasse a maioria. Muitos populares, inclusive alguns dos emigrados italianos, chegados em abril daquele ano, estiveram também comprometidos com o movimento.

Às 11h da manhã, com muita gente reunida na Praça do Palácio, vieram os batalhões que se tinham sublevado. Tocaram o sino da Câmara, chamaram os vereadores, alguns dos quais se apresentaram e fizeram uma sessão com vários discursos, proclamando a revolução. Foi feita uma ata, que se afirmou, depois, ter vindo já pronta do Forte de São Pedro, na qual se estabelecia a separação da Província daquele Governo Central do Rio de Janeiro e proclamava um estado republicano independente. Para governá-lo foi nomeado Inocêncio da Rocha Galvão, então ausente, e, como vice, João Carneiro da Silva Rego (negociante de gado), que, de fato, assinou os atos emitidos pelos rebeldes dali para a frente. Poucos dias depois, no dia 11

de novembro, com um abaixo assinado de muitos cidadãos, resolveu-se fazer nova reunião na Câmara, acrescentando-se que a separação se estenderia apenas até a maioria do imperador D. Pedro II.

Francisco de Souza Paraíso, presidente da Província, refugiou-se no brigue *Três de maio* e depois seguiu para Santo Amaro, onde, já no em 14 de novembro deste ano, passou o Governo ao 2º vice-presidente, Honorato José de Barros Paim. O chefe de polícia Francisco Gonçalves Martins tomou um saveiro, indo até a Plataforma, de onde partiu para o Recôncavo, visitando diversos locais e arregimentando forças para lutar contra os rebeldes.

A reação do governo legal

No Recôncavo, Gonçalves Martins, reuniu forças junto aos senhores de engenho, grandes proprietários e comandantes da Guarda Nacional: Alexandre Gomes de Argolo Ferrão (militar de carreira, senhor do engenho Cajaíba, que assumiu a chefia das tropas de Santo Amaro e da vila de São Francisco); Joaquim Inácio de Siqueira Bulcão (barão de São Francisco e primo de Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque); Inácio Rigaud, (dono do engenho Cabrito, que foi mais tarde o quartel das tropas imperiais); José Joaquim Chaves (comandante do batalhão da vila de São Francisco) ; o des. Joaquim Pinheiro de Vasconcelos (que mais tarde chegou a ser presidente da província da Bahia); Miguel de Teive e Argolo, Inácio de Araújo de Aragão Bulcão, Rodrigo Antônio Ferrão Brandão, Antônio de Sá Barreto, Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, Antônio da

Silva Lima Nobre e outros, voltando depois para a capital, cercando-a.

O tesoureiro-geral da Província, Manoel José de Almeida Couto, havia se retirado da cidade levando todo o dinheiro que tinha em seu poder (460 contos de réis) e João Lopes de Leão, pagador da Marinha, levava mais dez contos de réis que tinha então em caixa, dinheiro este que financiou a contrarrevolução que se articulou no Recôncavo para combater os rebeldes da Capital.

O novo presidente nomeado pela Regência para a província da Bahia, Antônio Pereira Barreto Pedroso, tomou posse do cargo em Cachoeira, no dia 19 de novembro e, em fevereiro de 1838, estabeleceu provisoriamente a sede do Governo da Província no solar da praia dos Calafates¹ em Itaparica, pela proximidade com Salvador. As forças legais acamparam em Pirajá, local que permitia fechar a entrada de gado e alimentos para Salvador pela estrada das boiadas. Aí Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, futuro visconde de Pirajá, comandou a milícia da Casa da Torre.

Na Bahia de Todos os Santos, navios das forças legais impediam a entrada de embarcações com mantimentos para a capital. Do Rio de Janeiro veio o marechal-de-campo João Crisóstomo Calado (português de nascimento, que já havia sido expulso da Bahia em 1831), comandando tropas e navios de guerra que fecharam a baía de Todos os Santos. Apresentou-se no dia 23 de fevereiro de 1838 ao

¹ Hoje denominado solar Tenente João das Botas, onde a CONDER estabeleceu o Centro Artesanal de Itaparica.

presidente da província, Antonio Pereira Barreto Pedroso, em Itaparica, seguindo depois para Pirajá, onde assumiu o comando do exército que ele chamou de Restaurador.

Tentativa itaparicana de apoio ao movimento

Na ilha de Itaparica, Manuel Joaquim Tupinambá (que participara dos levantes de 1831 e 1832 e ajudara Bento Gonçalves a fugir do Forte do Mar), juiz-de-paz, tentou aliar-se aos rebeldes da Capital, contando com o apoio inicial do tenente-coronel. Francisco Xavier de Barros Galvão, que mantinha relações com Sabino e era influente no local. Mas o Juiz Municipal da ilha, José Plácido dos Santos, e o padre Francisco Pereira dos Santos foram contrários à iniciativa, ficando do lado da legalidade. O grande número de emigrantes da Capital e mesmo a posterior instalação do Presidente da Província em Itaparica foram alguns dos vários fatores que frustraram o seu intento.

Lutas e retomada do poder pelo governo legal

Depois de várias escaramuças localizadas, em que um ou outro vencia alternadamente, houve o cerco final denominado por Braz do Amaral de “Batalha dos 3 dias”, iniciada no dia 13 de março de 1838 e concluída no dia 16, com a rendição dos Fortes de São Pedro e do Mar. Atacado por todos os lados, Sabino Vieira resistiu, ocupou Salvador até 16 de março de 1838, quando foi derrotado.

O Governo leal à Regência, presidido por Antônio Pereira Barreto Pedroso, reassumiu o poder no dia 17 de março e

entrou em Salvador, cidade Capital da Província, até então ocupada pelos rebeldes.

Em 10 de abril de 1838, Barreto Pedroso passou o governo da Bahia para o 6º vice-presidente, Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, que lutara contra os rebeldes sabinos e entrara solenemente com suas tropas em Salvador, quando aqueles foram derrotados.

Não convindo à Regência que ficasse um militar dirigindo os destinos da Província, Tomás Xavier Garcia de Almeida foi nomeado o novo presidente da Província.

Participação de Feira de Santana na Sabinada, em novembro e dezembro de 1837

No território do município de Feira de Santana (criado por Resolução provincial em 1833, com território desmembrado de Cachoeira) desenrolaram-se algumas lutas durante a Sabinada. Figuras centrais foram: José Carneiro da Silva Rego, vice-presidente da Sabinada, e Higino Pires Gomes (natural de Santo Estevão, agente rebelde de maior prestígio; do qual se dizia em Feira de Santana, que havia armado muita gente no município, com o apoio dos juizes-de-paz e até de alguns membros da Câmara).

Em 24 de dezembro de 1837, alguns oficiais da Guarda Nacional de Feira de Santana e simpatizantes federalistas opuseram-se abertamente, armados, contra um suposto ataque das forças legais. Permaneceram na vila vários dias, antes de se retirarem para o interior do município. O Governo provincial mandou uma força de 280 soldados

conduzidos pelo Cel. Rodrigo Brandão, que entrou em Feira de Santana, no dia 04 de janeiro de 1838. Encontrou-a praticamente deserta: os habitantes, temendo a luta, se ocultaram e os chefes federalistas se refugiaram no Interior. Um destacamento imperial de marinheiros ficou no Município, para capturar os rebeldes e manter a ordem.

Nesse mesmo mês, a maioria dos chefes federalistas locais foi presa e não houve outro indício de revolta até 13 de março de 1838, quando os marinheiros se retiraram e a cidade foi ocupada por força rebelde vinda da cidade do Salvador (Higino Pires Gomes com quase 500 homens). Horas depois Feira de Santana foi atacada por forças imperiais despachadas de Cachoeira, mas os federalistas as derrotaram estas tropas, à custa de grandes perdas. Entretanto logo tiveram notícia de que os chefes da Sabinada haviam sido capturados na cidade do Salvador. Higino Pires Gomes desligou seus homens de qualquer compromisso e eles se espalharam pelo interior.

Em abril de 1838, foi promulgada lei especial que permitia aos funcionários provinciais realizarem busca em todas as casas e prenderem pessoas suspeitas de deslealdade. Esta lei teria efeito apenas durante dois meses, porém dois juizes-de-paz se recusaram a cumprir as ordens do Presidente da Província. Feira de Santana foi então ocupada por um destacamento de 50 homens das tropas imperiais e os dois juizes foram suspensos e presos. Três meses depois, Feira de Santana estava ainda militarmente ocupada. Só mais tarde, no fim do ano, as unidades da Guarda Nacional local foram consideradas capazes de garantir a lealdade do município (POPPINO, 1968, p.46-8).

Prisão e punição dos rebeldes

No dia 21 de março, o tenente José Balthasar da Silveira listou os 14 presídios que recolheram os rebeldes capturados, estipulando quantos ficaram presos em cada um deles, num total de 2.746 prisioneiros. Sabino Vieira e o cirurgião francês Alexandre Gueulette, que lutaram com os revolucionários, refugiaram-se na casa do cônsul francês Dugrevil, onde foram presos no dia 22 de março. Nesse mesmo dia, João Carneiro da Silva Rego e seu filho foram detidos numa casa situada na Lapinha.

Na casa de Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira, na Rua das Portas do Carmo, invadida pelos vencedores à procura de evidências que o comprometessem, pouco encontraram: dois estojos de cirurgia com instrumentos, que foram levados para o Hospital Militar, móveis velhos e roupa de pouca valia. No entanto, o importante achado foi a biblioteca, com livros não só de Medicina e de Filosofia, como da autoria de muitos revolucionários franceses. No vol. IV das Publicações do APEB - que trata da reprodução de documentos referentes à Sabinada – consta, nas p. 205-208, a relação de todos os títulos encontrados.

Os rebeldes “sabinos” foram interrogados, julgados e condenados a diversas penas, cumpridas, até que, com a declaração da Maioridade de D. Pedro II, foram anistiados por Decreto Imperial, no dia 22 de agosto de 1840 com o compromisso de saírem a cidade. Sabino foi morar em Goiás, por ordem do Governo Central; o francês Alexandre Gueulette foi extraditado e os demais foram enviados

para outras províncias do Império, São Paulo e Minas Gerais majoritariamente. Cada anistiado assinou termo de cumprimento ao degredo.

Sabino Vieira foi para Goiás, onde se casou novamente, editou pequenos jornais e exerceu oposição ao Governo, que o expulsou para Mato Grosso. Ficou conhecido como médico humanitário que atendia a todos sem distinção. Terminou seus dias no interior de Mato Grosso, na Fazenda Jacobina de propriedade do major João Carlos Pereira Leite. Faleceu no dia 25 de dezembro de 1846 e foi enterrado na capela da fazenda. Em 1896, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia trasladou a urna com seus restos mortais e a guarda até os dias atuais.

A continuidade da educação no governo da Sabinada

Finda a campanha com a vitória da situação anteriormente dominante, o presidente da Província, Thomás Xavier Garcia de Almeida - por atos de 14 e 23 de maio, 07 e 30 de junho e 05 de julho de 1838 - mandou suspender, processar e prender os professores e os padres comprometidos na sedição. Em seu relatório apresentado à Assembleia Legislativa, em 02 de fevereiro de 1839, este Presidente narrou ter feito algumas buscas e prisões *sem culpa formada* e a remoção para a ilha de Fernando de Noronha de 200 indivíduos compreendidos na rebelião de 07 de novembro de 1837, os quais mandara ficar à disposição do Governo Geral. (ALMEIDA, 1839, p.4-grifo nosso).

Nesse movimento republicano e federalista estiveram envolvidos, portanto, vários professores: do Liceu Provincial, o reverendo João Quirino Gomes, secretário do estabelecimento e professor de Lógica, que assistiu, como Juiz-de-Paz, ao arrombamento do Liceu e deu aulas; Antônio Gomes de Amorim, professor da área de Comércio, que aceitou o encargo de ficar com as chaves do Liceu; Manoel José Estrela Jr, mestre de Língua Inglesa, que foi nomeado Juiz de Órfãos da capital; Antônio Joaquim das Mercês, professor de Língua Portuguesa e José Rodrigues Nunes, professor de Desenho, que deram aulas e receberam ordenado por ordem do governo rebelde. E mais: Inácio Aprígio da Fonseca Galvão, advogado e professor de Geografia do Liceu, que fora designado Presidente da nova república embora estivesse exilado nos Estados Unidos por participação na Revolta dos Periquitos, em 1824; Domingos da Rocha Mussurunga (que lecionava Música e foi o autor também do hino revolucionário de 1837 - CALMON, 1947, p.105 nota 114), e ainda: o professor de Gramática Latina da freguesia da Conceição da Praia, José Francisco da Fonseca Lessa. O professor de primeiras letras da povoação da Barra; Hermes Correia de Moraes; o do Rio Vermelho, Domingos Guedes Cabral e o da freguesia de Brotas, Faustino José de Santana Gomes, igualmente presos. Da faculdade de Medicina foram suspensos do exercício docente os doutores João Francisco de Almeida, Vicente Ferreira de Magalhães e o próprio Sabino Alves da Rocha Vieira, um importante chefe dos rebeldes (ofícios do presidente de Província Thomas Xavier Garcia d'Almeida, datados de 14/05/1838, transcritos no vol. IV das Publicações do APEB, 1945, p.425/6).

Também a professora de primeiras letras da freguesia de São Pedro, em Salvador, foi suspensa do exercício de seu magistério, por ter se conservado em Salvador por todo o tempo da rebeldia, sem que emigrasse para o Recôncavo, conforme chamado do presidente da Província (ofício de 23/05/1838, mesma fonte, p.426/7). E ainda os professores e mestres de primeiras letras da cidade: Beraldo da Cruz Caldeira e Rosenda Adriana dos Santos, da freguesia da Vitória; o rev. dr José Faustino da Costa Gomes, da rua do Passo; João Pedro da Cunha Vale, de Santana; Felix Henrique de Souza, da Penha e Faustina Adelaide Felisbela Umbelina de Barros Gense, da Conceição da Praia (ofício de 07/06/1838, mesma fonte acima, p.427).

Submetidos a processo, foram pronunciados, mas absolvidos em júri. Requereram e obtiveram a reintegração na docência anteriormente ocupada. A injustiça cometida contra os professores (e contra os padres) foi posteriormente reparada pela atribuição de verbas em orçamentos provinciais, visando pagar aos funcionários que continuaram trabalhando durante a Sabinada. A lei orçamentária nº 103, de 26 de abril de 1839, determinava em seu artigo 14:

Os párocos, cônegos e mais empregados da Sé que ficaram na capital da província durante a rebelião de 7 de novembro, não estão sujeitos a desconto nem a restituição do que receberam de seus ordenados e serão pagos, desde já, do que se lhe estiver a dever. Esta disposição compreende os professores do Liceu, a saber: o

de Gramática Filosófica [Antonio Joaquim das Mercês], o de Filosofia Racional e Moral [João Quirino Gomes], o de Comércio [Antonio Gomes de Amorim] e o de Desenho [José Rodrigues Nunes]; e bem assim o professor de Gramática Latina da Conceição da Praia [José Francisco da Fonseca Lessa] e os professores de Primeiras Letras João Pedro da Cunha Vale, José Faustino da Costa Gomes, Felix Henrique de Souza, Beraldo da Cruz Caldeira, Manoel Joaquim da Silva Guimarães [Professor de Primeiras Letras da freguesia da Sé, suspenso por ato de 30/06/1838 -APEB, Seç. Col. Prov. mç963, p.64 - por não ter emigrado].

Resolução posterior da Assembleia Legislativa, de nº 115, em 26 de março de 1840, igualava os vencimentos do padre que lecionava Religião ao ordenado que percebiam os outros professores (Col.Leis e Resol.1839a1840, v.II, p.99/100): Antônio Luís de Brito, Rozenda Adriana dos Santos, Cândida Mendes de Souza e Faustina Adelaide Felisbela Gense; os quais foram pagos do que deixaram de receber desde aquele tempo (Col.Leis Prov.Bahia,1839-40,v. II;p.53/4). A lei orçamentária do ano seguinte, de nº 127, datada de 02 de junho de 1840, acrescentava outro nome de professor e generalizava o pagamento aos demais inclusos na mesma situação que não haviam sido especificamente mencionados:

Art. 11: O governo fica autorizado a mandar pagar a Domingos da Rocha Mussurunga e a todos os mais professores públicos o que se lhes estiver a dever do tempo em que deixaram de ter exercício em seus empregos por motivo da revolta de 7 de novembro de 1837 (Col. Leis Prov. Bahia, 1839-41, v.III, p.55).

Durante o governo republicano no período da Sabinada, portanto, alterou-se, apenas parcialmente, a organização e o funcionamento do ensino na província da Bahia, por terem os governantes anteriores recomendado aos professores públicos que saíssem de Salvador. Sendo, no entanto, final de ano e tradicionalmente férias escolares em dezembro e janeiro, além de serem os professores pessoas mais instruídas e estarem certamente informados sobre a situação política nos Estados Unidos da América do Norte e em outras repúblicas latino-americanas, muitos permaneceram em Salvador durante o governo federalista republicano e continuaram lecionando e recebendo normalmente seus salários. Depois da volta à legalidade, apesar de presos e processados, foram inocentados e voltaram ao trabalho normal em suas cadeiras, tendo o governo provincial pago os seus ordenados pelo tempo em que estiveram involuntariamente fora delas.

Sobre a totalidade dos indivíduos que haviam sido removidos para a ilha de Fernando de Noronha, Paulo José de Melo Azevedo e Britto, presidente da província baiana de outubro de 1840 a junho de 1841, afirma à pág. 5 de sua Fala perante a Assembleia Legislativa, no dia 02 de fevereiro de 1841:

Os indivíduos que se achavam removidos desta província para a Ilha de Fernando em virtude da lei de 30 de abril de 1838 foram já restituídos a esta cidade. S.M.I o Sr. D. Pedro II, no exercício legal de seus direitos constitucionais, dignou-se por sua alta clemência, anistiar todos os criminosos políticos do Império até o dia do feliz reconhecimento de Sua suspirada Maioridade; os que nesta província se achavam implicados nos acontecimentos revolucionários de 7 de novembro de 1837 estão uns usando inteiramente sua liberdade, e outros, conforme as cláusulas da mesma anistia e instruções do Governo Supremo, foram remetidos (exceto José Nunes Bahiense) para certos e determinados lugares, até nova deliberação do mesmo governo de S.M.I.

E assim se considerou como completamente concluída a tentativa republicana ocorrida na Bahia, durante o período regencial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Thomaz Xavier Garcia de. **Fala do Presidente da Província na abertura da Assembleia Legislativa da Província da Bahia em 02 de fevereiro de 1839**. Bahia: Tipografia de Manoel Antônio da Silva Serva, 1839. 16 p.

AMARAL, Braz do. **A Sabinada – História da revolta da cidade da Bahia em 1837**. Número Especial. Conferência na sessão de 03 de maio de 1909. Bahia: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1909. 211 p.

AMARAL, Braz do. **Fatos da Vida do Brasil**. Com 3 partes: 1) Conspiração Republicana da Bahia de 1798, p.3-87; 2) Os grandes mercados de escravos africanos – as tribos importadas – sua distribuição regional, p.89-167 e 3) A Sabinada – Os princípios liberais do século XIX, p.169-264. Bahia: Tipografia Naval, 1941. 264 p.

AMARAL, José Alvares do. **Resumo cronológico e noticioso da Bahia desde o seu descobrimento em 1500**. escrito em 1880, revisto e anotado por J.Teixeira Barros. Reedição em Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2013. 502 p + 12 de fotos.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, Seção Colonial/Provincial, maço 963.

BRITTO, Paulo José de Melo Azevedo e **Fala do Presidente da Província na abertura da Assembleia Legislativa em 02 de fevereiro de 1841**. Bahia: Tipografia de Epifânio J. Pedrosa, 1841. 28 p.

Coleção de Leis e Resoluções da Bahia 1839 a 1840, v. II.

Coleção de Leis e Resoluções da Bahia, 1839-41, v.III

MEMÓRIAS DA BAHIA II, Cadernos publicados em anexo ao Jornal *Correio da Bahia* – Vol 7 : Conde dos Arcos, tirano

Iluminista (p.6-23); A Sabinada, revolta Bahiense (p.24-43 reproduz uma reportagem publicada na edição de 09/03/2003) e Cemiterada, guerra de morte (p.44-63). Salvador: Governo da Bahia / Rede Bahia / UCSAL/ Jornal *Correio da Bahia*. Janeiro de 2004, 64 p.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. **História da Bahia Monárquica (1816-1889)**. Simões Filho, Ba: Kalango, 2018. 401 p.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Trad. de Arquimedes Pereira Guimarães. Salvador: Itapuã, 1968. 328 p.

PUBLICAÇÕES DO ARQUIVO DO ESTADO DA BAHIA, volume IV: **A Revolução de 7 de novembro de 1837 (Sabinada)**. Bahia: Imprensa Oficial, 1945. 488 p. + 10 de Índice numerada com algarismos romanos.

PUBLICAÇÕES DO ARQUIVO DO ESTADO DA BAHIA, volume V: **A Revolução de 7 de novembro de 1837 (Sabinada)**. Bahia: Imprensa Oficial da Bahia, 1948. 403 p. + 34 de Índice numeradas com algarismos romanos.

SOUZA, Paulo Cesar. **A Sabinada – a revolta separatista da Bahia (1837)**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987. 253 p. (Dissertação de Mestrado em História Social na UFBA sob orientação do prof. João José Reis).

VIANNA FILHO, Luiz. **A Sabinada (A república bahiana de 1837)**. Edição comemorativa ao centenário de nascimento do autor. Salvador: EDUFBA / Fundação Gregório de Mattos, 2008. 179 p.

WILDBERGER, Arnold. **Os presidentes da Província da Bahia: Efetivos e Interinos, 1824-1889**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949. 861 p. Publicado por ocasião das comemorações do IV centenário da fundação de Salvador.

UM MANUSCRITO APÓCRIFO: A GUERRA DE CANUDOS SEGUNDO MOREIRA DE AZEVEDO

Marcos Roberto Brito dos Santos

Doutor em História/GT História do ABC2

RESUMO

O artigo analisa o manuscrito *A vitória de Canudos* de Manuel Duarte Moreira de Azevedo dentro do contexto das prescrições metodológicas da escrita da história no século XIX. Desta forma, buscou-se levantar as condições de produção do manuscrito – atentando para o lugar de fala do seu autor, em especial, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – a concepção de história a ele subjacente e as intenções explícitas e implícitas do autor ao redigi-lo. Como resultado, identifica-se uma historiografia oficialista, pedagógica e comprometida com o ideal de nação, além de pretensamente isenta de partidarismo e ideologia.

Palavras-chave: Guerra de Canudos; historiografia; IHGB; Moreira de Azevedo.

ABSTRACT

*This paper analyzes the manuscript entitled *A vitória de Canudos* by Manuel Duarte Moreira de Azevedo to evaluate the context of methodological aspects of writing history in the 19th century. In this way, it was raised the conditions of production of the manuscript, focusing on the place of speech of its author, particularly the Brazilian Historical and Geographical Institute, its historic basement, as well as the explicit and implicit intentions of the author to write it. As a result, it was identified that the historiography is official, pedagogical and committed to the nation's ideal, as well as supposedly free of partisanship and ideology.*

Keywords: *Canudos War; historiography; IHGB; Moreira de Azevedo.*

Há cerca de três anos, quando iniciava pesquisas sobre a Guerra de Canudos, ao realizar buscas de fontes históricas nos arquivos online da Biblioteca Nacional, deparei-me com uma referência à existência de um manuscrito produzido por Manoel Duarte Moreira de Azevedo, depositado naquela instituição pelo seu autor ainda em 1898, pouco menos de um ano após o fim da guerra, e que aparentava não ter sido publicado nem entre as páginas dos periódicos, nem como obra específica. Um aprofundamento nas investigações confirmou esta suspeita, e após alguns esforços, tive enfim acesso ao documento.

Seu autor, Manoel Duarte Moreira de Azevedo, foi um renomado membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Na revista desta entidade, publicou

uma série de trabalhos, entre memórias históricas, notícias históricas, biografias, relatórios, entre outros. Também foi autor de diversos livros, frutos de suas pesquisas, e de algumas publicações de cunho didáticos. Moreira de Azevedo contribuiu ainda com periódicos que circularam no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX.

Pretendemos neste artigo, apresentar os resultados da pesquisa desenvolvida em torno daquele manuscrito e levantar as suas condições de produção, compreendendo-o dentro do lugar social de fala de seu elaborador, sobretudo no contexto das narrativas produzidas pelo IHGB. Assim, as questões que buscamos responder neste trabalho, ainda que parcialmente, foram as seguintes: qual a história deste manuscrito? Quando, onde e por quem foi produzido? Qual a formação intelectual do seu autor, e onde podemos situar a obra especificamente estudada, dentro do contexto geral de sua produção intelectual? Qual a intenção explícita e implícita do autor ao produzir o texto? Qual a proposta de interpretação do evento histórico presente, as principais ideias do autor e a concepção de história que norteia a sua narrativa?

Podemos, conforme aceção que adotamos no título do trabalho, dizer que o manuscrito é apócrifo por dois motivos. Em primeiro lugar, pela sua marginalidade em relação aos demais escritos sobre a Guerra de Canudos produzidos à época. O manuscrito, datado de 5 de setembro de 1898, teve um destino pouco provável, considerando o prestígio de seu autor. Oferecido à Biblioteca Nacional, em 17 de setembro do mesmo ano, o texto não obteve publicação,

ficando quase que esquecido pelos estudiosos nos arquivos desta instituição. Em segundo lugar, o manuscrito pode ser considerado apócrifo dentro do próprio conjunto da obra produzida por Moreira de Azevedo. Poucos são os trabalhos dedicados à obra deste escritor, e em nenhum daqueles por nós levantados, inclusive os que buscaram elencar sua produção historiográfica e literária, foi encontrado alusão ao texto sobre a Guerra de Canudos. O manuscrito ficou praticamente desconhecido pelo público e pela academia.

Moreira de Azevedo e o Instituto Histórico

Da mesma forma, existem poucos trabalhos que tratam da biografia ou das obras de Moreira de Azevedo, principalmente quando ponderamos relativamente o mérito do autor, do ponto de vista quantitativo, para a produção historiográfica dos oitocentos.

Segundo Sacramento Blake (1900, p. 61), Manoel Duarte Moreira de Azevedo nasceu em 7 de julho de 1832 na vila de Itaborahy, do Rio de Janeiro. Formado Bacharel em Letras pelo Colégio Pedro II e doutor em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, atuou como médico adjunto voluntário do corpo policial da Corte até 1863, quando foi nomeado, após concurso, professor de História Antiga e Moderna do Colégio Pedro II. Posteriormente, passou à cadeira de História Universal do internato desta mesma instituição de ensino. Publicou livros como “Compêndio de História Antiga” (1864); “Homens do passado: crônica dos séculos XVIII e XIX” (1875); “O Rio de Janeiro, sua história, monumentos, homens notáveis, usos e

curiosidades” (1877); “História pátria: o Brasil de 1831 a 1840” (1884), entre outros, alguns deles utilizados como livros didáticos no período. Contribuiu com os periódicos “A Marmota”, “O Espelho”, “O Conservador”, “Jornal da Família” e “A Pátria”. Foi membro do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro - IHGB, do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, do Instituto Historico de Goyana, do Instituto Academico, do Retiro Litterario e da Sociedade Propagadora das Bellas-Artes do Rio de Janeiro, fazendo ainda parte do Conselho Director da Instrucção Primaria e Secundaria do município neutro.

Admitido como sócio-correspondente do IHGB, em 5 de dezembro de 1862, durante a 15ª sessão ordinária da entidade (REVISTA, 1973, p. 699), Moreira de Azevedo tornou-se posteriormente sócio efetivo e um dos membros mais atuantes e dedicados, exercendo o cargo de primeiro-secretário da entidade entre os anos de 1881-1885. Como um dos historiadores mais proeminentes do IHGB, na Revista da instituição, publicou uma gama de trabalhos de cunho historiográficos e memorialísticos. Segundo Guimarães (2011, p. 149), “em termos quantitativos, foi o autor mais divulgado pelo periódico do Instituto”.

É o mesmo Sacramento Blake (1900, p. 61-63), em seu Diccionario Bibliographico Brasileiro, publicado ainda antes do falecimento de Moreira de Azevedo, quem elenca 41 obras deste autor, sendo 31 delas relativas a trabalhos que envolvem pesquisa histórica. Já Innocencio Francisco da Silva, no Diccionario Bibliographico Portuguez (1893, p. 176-177), em lista não exaustiva, menciona 18 trabalhos

históricos de Moreira de Azevedo, sendo que dois deles não constam na relação apresentada por Sacramento Blake.

É óbvio que entre os trabalhos enumerados não poderia constar “A Victoria de Canudos: memória histórica”, na medida em que se trata de escrito elaborado posteriormente à edição dos dicionários citados. Entretanto, mesmo no único trabalho recente que encontramos abordando a produção de Moreira de Azevedo de maneira panorâmica, não há referência ao manuscrito sobre a Guerra de Canudos.

Nesse trabalho, um artigo escrito para os Anais do XXIX Simpósio Nacional de História, Gonçalves e Albuquerque (2017) inventariaram as obras de Moreira de Azevedo. Abaixo, apresentamos tabela com dados sistematizados a partir do trabalho das autoras. Guimarães, em “Debaixo da Imediata Proteção Imperial” – ao estudar a memória nacional produzida pelo IHGB entre 1838, ano de sua fundação, e 1889, ano da Proclamação da República – assinala a pouca relevância dada a Moreira de Azevedo e mais dois importantes membros do instituto nos compêndios de historiografia. Segunda ela, estes membros do IHGB

Fazem parte dos chamados ‘autores menores’, e as informações sobre sua produção são encontradas com maior frequência em obras de literatura, do que em livros de história da história do Brasil. No entanto, foram os sócios que tiveram o maior número de ‘memórias históricas’ divulgadas pela *Revista*.

Para se ter uma ideia, das noventa e duas monografias editadas no período 1838-1889, eles assinaram trinta e sete, o que em termos percentuais corresponde a aproximadamente 40% do total publicado. Do conjunto, Fernandes Pinheiro contribuiu com 15 textos, **Moreira de Azevedo com 17**, e Alencar Araripe com 5, no período estudado (REVISTA IHGB, 2011, p. 146).

Moreira de Azevedo morreu em 8 de abril de 1903, aos 71 anos no Rio de Janeiro, já como sócio honorário do Instituto, sendo comunicado, com pesar, seu falecimento na 4ª sessão ordinária do IHGB em 24 de abril daquele ano (REVISTA IHGB, 1903, p. 142).

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) nasce em fins de 1838 como lugar de excelência para produção de uma história nacional. Na falta de uma identidade nacional e dentro de um contexto de recente independência política do país, constante ameaça de fragmentação do território e de revolta popular, testemunhada pelas chamadas “rebeliões regenciais”, a instituição surge como parte de um projeto de construção e legitimação do Império Brasileiro. Sua finalidade mais fundamental foi a de produzir uma *retórica da nacionalidade* capaz de ser “utilizada para persuadir os brasileiros de que, a despeito da natureza heterogênea e compósita de sua formação social, compartilhavam um passado comum e, conseqüentemente, igual origem e identidade” (CEZAR, 2018, p. 20).

Podemos identificar o IHGB como o ambiente intelectual e social mais importante para entender o contexto de escrita da história realizada por Moreira de Azevedo, e este, como um dos “guardiões da história oficial”, conforme expressão cunhada por Schwarcz. Segundo esta última autora, o IHGB como corpo social cumpria o papel conjunto de “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos” (1993, p. 129).

Entendendo a produção historiográfica de Moreira de Azevedo neste contexto maior, não queremos negar, contudo, as singularidades e peculiaridades da escrita da história de cada um dos membros da instituição. Podemos, entretanto, identificar um padrão que caracteriza, de forma mais geral, o projeto de escrita da história do IHGB, dos quais destacamos os seguintes elementos.

Em primeiro lugar, como anteriormente descrito, a construção de uma história comprometida com o ideal de nação, que encontrará no léxico do IHGB e da historiografia do século XIX a denominação de “história-pátria”, e que atinge seu auge programático na historiografia romântica europeia da primeira metade do século XIX.

Em segundo, a produção de uma narrativa que tinha como objetivo fixar os fatos memoráveis da nação e os feitos dos seus grandes homens, arrancando do esquecimento e levando à glória os nomes dos varões ilustres servidores da pátria, de forma a instruir as novas gerações com os seus exemplos e lições (função magisterial, moralizadora

e pedagógica da História). Este elemento encontra suas raízes mais diretas na concepção iluminista da Revolução Francesa e na criação do Panteão Nacional de Paris, com seu culto aos heróis, célebres personalidades da história francesa.

No IHGB, a biografia foi um gênero dos mais desenvolvidos entre os membros, materializando-se principalmente, mas não somente, na seção da Revista Trimestral do IHGB dedicada à “biografia de brasileiros distintos, por letras, armas e virtudes”. Na Revista, e em especial nesta seção, Moreira de Azevedo foi um importante colaborador com a produção de vários escritos biográficos.

Em terceiro, a função de coligar, arquivar, organizar e publicar documentos, fixado no tão citado artigo 1º do Estatuto do IHGB, cujas raízes remontam à erudição dos séculos XVII e XVIII, mas que irá se intensificar no século XIX com a acumulação de documentos promovidas pela pesquisa erudita, com a formação de entidades, a isso dedicadas, e a criação de coleções catalogadas de fontes, em especial na França e Alemanha, de onde esta tendência se propaga para outros países, inclusive fora da Europa.

A acumulação primitiva de fontes era compreendida na época como um requisito para a produção de uma “história filosófica” da nação, mais geral e explicativa, à maneira de boa parte dos programas das correntes historiográficas da época. Como disse Carbonell (1981, p. 98), “no século XIX, Clio ceifa e enceleira”.

Em quarto, a intenção manifesta de uma produção historiográfica científica, caracterizada pela neutralidade, isenção e distanciamento das ingerências políticas, morais e religiosas, dos interesses sectários e das parcialidades, projeto expresso significativamente na célebre frase do historicismo rankeano de *descrever os fatos tal como aconteceram*, o que obviamente não se identifica na prática concreta da escrita da história por seus membros, onde se distingue a imersão nas disputas políticas e nos interesses sociais do período, subjacente à produção.

Em quinto, o propósito de elaborar uma história metodologicamente crítica, orientada racionalmente. No entanto, nos parece importante, quando falamos do IHGB, não sobrestimarmos, de forma anacrônica, o caráter profissional, da escrita da história ali realizada pela maioria de seus membros durante o século XIX, e em especial, da produção historiográfica de Moreira de Azevedo.

Entendemos que, se por um lado, a escrita da história no IHGB materializou a incorporação de protocolos renovados de elaboração historiográfica (procedimentos de pesquisa e formatação narrativa), também significou continuidade com a denominada “historiografia tradicional”, principalmente no que diz respeito à crítica deficiente das fontes históricas. Podemos afirmar que os membros do IHGB, embora consultassem obsessivamente os arquivos, exerciam pouco controle crítico sobre os documentos, que era o controle crítico possível à época, considerando o grau de desenvolvimento da disciplina e o lugar social de elite no qual partia os seus discursos.

No IHGB, o projeto de criticidade resumia-se ao intento por estabelecer os fatos “tal como aconteceram”, sem erros no que diz respeito a personagens, acontecimentos e datas, não havendo satisfatoriamente uma visão crítica das fontes que as entendessem como uma construção ideológica e intencional, o que só aconteceria mais tarde com o desenvolvimento do historicismo rumo a uma concepção relativista do próprio historiador na produção do conhecimento histórico.

A concepção de história subjacente é, sem dúvida, a de que a narrativa geral emergiria quase naturalmente dos fatos apurados, desconsiderando as escolhas do historiador no processo de pesquisa, seu papel nas concatenações e composição da narrativa, bem como a ingerência de visões de mundo na construção do próprio fato histórico. Mas há de se notar que nem mesmo a busca compulsiva pelo estabelecimento dos fatos verdadeiros e a abominação à inexatidão histórica eram suficientes para o sucesso do empreendimento, expondo muitas vezes o autor ao julgamento inquisitorial dos seus pares. O próprio Moreira de Azevedo passou por esta situação vexatória, como afirma Oliveira, ao relatar que o historiador Capistrano de Abreu, também membro do IHGB, ao comentar os trabalhos de Moreira de Azevedo escreve “que os apontamentos históricos do consórcio do Instituto poderiam contribuir para investigações futuras, mesmo que o autor ‘por inadvertência ou indolência, deixasse escapar inexatidões” (2011, p. 71-72). A crítica de Capistrano ganhou tons ainda mais ásperos, como podemos ver no trabalho de Guimarães, onde se reproduz as seguintes palavras de Capistrano: “O

Dr. Moreira de Azevedo, embora por si mesmo seja capaz de pouco, como operário pode ser aproveitável” (2011, p. 149).

A filiação de Moreira de Azevedo ao projeto e prática de escrita da história do IHGB é notável quando comparamos os elementos elencados anteriormente, que, como entendemos, caracterizaram este projeto, com sua observação introdutória ao 2^a volume do livro “O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades”, do ano de 1877:

Terminamos neste volume este nosso trabalho que nos absorveu seis annos de fadigas, investigações, difficuldades e vigílias. Consultámos testemunhas antigas, cartorios, archivos e bibliothecas publicas e particulares e compulsámos monumentos históricos, chronicas antiquarias para obter noticias das cousas pátrias; fizemos amiudadas pesquisas, pacientes esforços, continuadas indagações para colher o maior número de factos e noticias.e quem sabe como são pobres os nossos archivos, como se achão derramados os documentos (...) poderá avaliar a canceira, as aborridas horas que passámos a coligir noticias, averiguar datas, decifrar inscrições e fazer a concatenação de factos espalhados em milhares de documentos (...). Procuramos ser exato e minucioso, não nos deixando arrebatado por invenções de imaginação e devaneios de poesia, sendo o nosso único fim dizer a verdade. Os edificios públicos abrirão-nos seus archivos, e largo foi o cabedal de antigualhas que colhemos nas livrarias dos conventos, assim como de muitos indivíduos de avançada idade, testemunhas dos factos que nos referirão, ou conhecedores deles pelas tradições conservadas em família; mas para o leitor avaliar as fadigas que custão esta peregrinação em busca de antiguidades, diremos que algumas vezes encontrámos indifferença (...) ao ver-nos empenhados em obter esclarecimentos de factos amortalhados

nas trevas do tempo; nada porém, desalentou-nos nem as largas pesquisas, as áridas investigações, os pesados dissabores, por que trabalhando por amor à pátria jamais fallecerão-nos o esforço e a perseverança. (...). Reconhecendo depois de tão penoso trabalho que sahira deficiente a primeira edição da nossa obra, emprehendemos segunda edição (...); verificámos de novo as datas e os factos, pois em trabalho de semelhante natureza deve haver muita verdade na exposição e muita certeza na chronologia; (...) incluímos novas biografias de artistas e cidadãos notáveis; (...). Hoje entregamos nosso trabalho à pátria, e ella que inspirou-o, e recebeu-o com benevolência, deve perdoar as faltas e erros do autor que, apoucado de intelligencia, tudo fez por cumprir a peniosa tarefa de que se incumbio, levado somente pelo desejo de perpetuar a lembrança de factos memoraveis, os nomes illustres de seus concidadãos, e tornar conhecida a cidade em que todos vivemos. Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1877.

Incentivado com fartos recursos financeiros e materiais, pela monarquia brasileira durante o período Imperial, e mesmo pela presença do Imperador em suas sessões, o Instituto manteve uma relação de afeição com D. Pedro II, mesmo após o fim do regime Monárquico, bem simbolizada no episódio ocorrido na sessão de 29 de novembro de 1889,

[...] quando assumindo a tribuna, em uma oração magistral e aplaudida de pé, [o General João Severiano da Fonseca, membro do IHGB e irmão do Marechal Deodoro da Fonseca, principal líder da conspiração republicana que havia deposto o regime monárquico há cerca de 14 dias] solicita que a cadeira que ocupara o Imperador Pedro II, nas

inúmeras sessões que estivera presente, permanecesse ocupada (SILVA, 2008).

O discurso de João Severiano está transcrito na Revista do IHGB. Nele, Severiano vê o advento da República como uma “necessidade inevitável”, “imprescindível”, “imperiosa”, “garantia não só para a estabilidade da nação, como para a individualidade do imperador”, mas lamenta o afastamento de Dom Pedro II, visto como “uma perda imensa”, “um imenso pesar”, sendo ele não “um decahido”, mas “antes um aposentado, retirando-se com todas as honras e distinções” (REVISTA, 1889, 537-538). Tido por alguns, como reduto monarquista, principalmente pelos jacobinos, radicais florianistas, o Instituto Histórico acolheu inúmeros republicanos e tendeu ao longo do tempo a adaptar-se ao novo regime.

A conciliação entre o IHGB e o Regime Republicano não aconteceu, porém de forma súbita. Em obra sobre o IHGB, Guimarães relata a falta de apoio e os crescentes cortes orçamentários realizado pelo novo regime em seus primeiros anos e mesmo a ideia de extinção, materializada em uma minuta de decreto do ministro Aristides Lobo, rasgada amigavelmente pelo igualmente republicano Araripe Júnior, filho de Tristão de Alencar Araripe, este último, sócio do IHGB. O processo de aproximação entre as duas instituições, ainda segundo Guimarães, começa a tornar-se perceptível entre os anos de 1894-1895:

A República dos Marechais relegou o Instituto Histórico a uma condição secundária. O reduto letrado aceitou

o jogo e se retraiu. (...) As primeiras pistas de que a corporação escapara da sanha florianista apareceriam em 1894, já no final do governo do *Marechal de Ferro*. As autoridades capitulavam diante da necessidade de organizar e publicar uma *Bibliografia Nacional das Ciências Geográficas*. Designaram o Instituto Histórico para coordenar a consecução do empreendimento. (...). A reabilitação do Instituto Histórico se iniciou com a volta das oligarquias ao poder. A prova disso é que Prudente de Moraes, logo após tomar posse na mais alta magistratura do país, foi eleito presidente de honra da corporação e como tal compareceu à sessão magna de aniversário, de 15 de novembro de 1894. (GUIMARÃES, 2007, p. 28-29)

Essa aproximação não se deu, porém, de forma totalmente homogênea, com todos setores republicanos. No ano da Guerra de Canudos, o IHGB e seus membros mais reconhecidos como monarquistas ainda sofriam o ataque da imprensa republicana, em especial, daquela dirigida pelos setores mais radicais do jacobinismo gliceriano, acusando-os de prestarem auxílio aos Conselheiristas, como podemos identificar nas palavras do Eduardo Prado, sócio correspondente do IHGB desde 1889, que escreve em dois artigos de janeiro e março de 1897:

O *Republica* traz um artigo característico. É um ataque contra

o sr. Affonso Celso Junior, (...). Ataca também o Instituto Histórico, allegando que alli não se devem abrigar sebastianistas, porque o Instituto recebe quatorze contos da Republica annualmente. A celebridade litteraria, a notoriedade scientifica são cousas insupportaveis para o sr. Glycerio e a sua gente. (...) Achamos, pois, muito natural que o Republica ataque, na pessoa de Affonso Celso e no Instituto Historico, a própria intelligencia brasileira. (...). Os monarchistas não têm a mínima responsabilidade directa, ou indirecta, na revolta de Antonio Conselheiro e nenhum auxilio moral ou material lhe têm prestado (PRADO, 1906, p. 33-35; 111-113).

Embora não tenhamos muitos dados a respeito das posições políticas de Moreira de Azevedo, a partir das poucas informações e de seus escritos podemos inferir que fora um simpatizante da monarquia no tempo deste regime. Um monarchismo que não nos parece programático e militante, e sim decorrente das próprias relações que estabelecera com a corte e com a elite dominante, essencialmente ligada a estrutura do Estado Imperial. Podemos considerar Moreira de Azevedo, em seus escritos, muito mais um adepto e militante de uma ideologia patriótica, posição que provavelmente facilitou sua fácil conversão ao novo regime. No manuscrito analisado, como veremos mais à frente, é esta sobreposição “patriótica” aos dois regimes, que

prevalece. O patriotismo, em versão típica dos oitocentos, era concebido por ele, mesmo como religião, conforme vemos em um excerto de seus Ensaios Biographicos:

Se o paiz procurasse immortalisar os seus heroes, se tratasse de perpetuar as suas glorias, mostrando nos monumentos, nas columnas, a gratidão nacional, o povo teria mais instrucção das cousas da patria, e comprehenderia melhor esse sentimento divino, essa religião pura chamada patriotismo (AZEVEDO, 1861, p. 12).

Durante sua vida, a escrita da história de Moreira de Azevedo esteve consorciada ao projeto do IHGB de construção de uma história pátria, que, ao exaltar os seus heróis, os grandes homens da nação brasileira, aqueles que dedicaram sua vida ou deram sua vida pela pátria e pelo seu progresso, cumpria a função de apresentar modelos de conduta e imitação para as gerações atuais e vindouras. Diz em uma de suas obras:

A gratidão nacional é não só um dever para com aquelles, que foram os beneméritos da pátria, como tambem torna-se um incentivo, um hymno de animação para aqueles que desejam fazer alguma cousa pela terra do seu berço, é um sentimento patriótico e civilizador. A patria deve resuscitar a memória dos seus filhos, que foram ilustres, deve leval-os a

posteridade, levantando sobre seus tumulos columnas e estatuas, para que os vindouros leiam nos livros de marmore a gratidao do paiz, procurando imitar aquelles, que tanto mereceram dos seus antepassados. É assim que procedem os povos, onde a civilisação tem feito progressos. Visitai as cidades da Europa, percorrei as suas praças, os seus passeios, e vereis os monumentos, as columnas, as estatuas, povoando esses passeios e essas praças. O granito e o bronze como que resuscitam entao aquelles, que foram os heroes da patria; e o povo se anima, se enthusiasma lendo no marmore e no bronze as glorias e a gratidão do país. Mas sepultar na obscuridade os heroes da nação é condemnar a um ostracismo horrivel a memoria daquelles que tanto fizeram pela terra que lhes servio de berço. (AZEVEDO, 1861, p. 3).

O manuscrito a victoria de Canudos: memória histórica

Datado de 5 de setembro de 1898, o manuscrito é uma das primeiras propostas de composição de uma narrativa histórica sobre a Guerra de Canudos com utilização de fontes documentais. Lembremos que entre o fim da guerra e o ano de 1898 tinha sido editado como publicações mais gerais sobre o episódio apenas os livros *Última Expedição à Canudos*, de Dantas Barreto, *A Quarta Expedição contra*

Canudos, de Constantino Nery, alguns fascículos de *Guerra de Canudos: narrativa histórica*, de Favilla Nunes, e *Os Jagunços*, de Afonso Arinos. Considerando o fato dos três primeiros autores serem militares que estiveram no teatro de operações da guerra e, assim, a tendência um pouco mais memorialística dessas obras, e que a produção de Afonso Arinos tem um cunho mais literário (novela histórica), percebe-se a natureza historiográfica de vanguarda do manuscrito de Moreira de Azevedo.

Mesmo o seu subtítulo “memória histórica” não deve causar engano, pois se trata de uma clara tentativa de *interpretação* do evento histórico em questão, realizada por um membro do IHGB, que se reivindica como historiador, utilizando-se do instrumental metodológico predominante à época. Ou mais ainda, trata-se da criação de uma narrativa historiográfica que sorrateiramente tem a pretensão de se constituir como leitura dominante daquele acontecimento. Todo este argumento não invalida o caráter memorialístico apontado por alguns autores em relação a historiografia do século XIX, como decorrência de seu atrelamento ao ideal de nação.

Porém, malgrado a absorção deste ideal nacional, a historiografia produzida no século XIX pelo IHGB caracterizou-se por uma pretensão de neutralidade epistemológica, como forma de legitimação. Dessa premissa, decorria uma visão, muito comumente expressa por seus membros, sobre a necessidade de distanciamento temporal do narrador em relação aos acontecimentos narrados, para manutenção da imparcialidade frente aos interesses políticos

e maior capacidade de apreciação do fato histórico em sua completude. Subjazia uma visão de temporalidade onde se pressupunha uma ruptura entre o passado e o presente, entre sujeito e objeto. Essa mentalidade é bem reproduzida no início do manuscrito, quando busca expor ao leitor os motivos que o levaram a escrever:

Talvez julguem cedo para gravar nos annaes da historia a narração deste triumpho; mas não pensamos assim, e antes que a phantasia venha desfigura-lo e afastado de nós venha o tempo emprestar-lhe outras cores e proporções como simples chronista, nos propomos a relatar o que colhemos nos jornais da época, dando *exata noticia* desse acontecimento, (...). É uma simples narrativa que pode ser útil ao historiador, que no futuro se dedique a escrever a história dessa campanha entre irmãos, (...). O sábio Ferdinand Denis diz ‘se alguma cousa pode dar justa idea da simplicidade com que se realisão os acontecimentos históricos, mais fecundos em resultados, são essas fontes primitivas, essas chronicas contemporaneas, que contam *sem exageração* o próprio factó, antes que seja envolto de circunstâncias extranhas ao acontecimento principal” (AZEVEDO, 1898, p. 13-15).

A pretensão de narrar os fatos “tal como aconteceram” se apresenta no texto em sua disposição de dar “exata notícia”, “sem exageração”, expressões utilizadas pelo autor. Assim, visando obliterar as normas protocolares e prescrições da ciência historiográfica corrente na época, que recomendava o distanciamento temporal, Moreira de Azevedo se serve do argumento de que não estaria escrevendo História, mas sim memória, registrando os fatos para que, na posteridade, outros historiadores se valessem de um relato supostamente fidedigno. Este argumento, entretanto, nos parece claramente um engodo. Vejamos.

Consideremos a definição de *memória histórica*, tal como se apresenta na produção do IHGB. Segundo Oliveira, as memórias históricas, “de modo geral, consistiam em compilações documentais ou relatos descritivos, em grande parte testemunhais, acerca de determinados acontecimentos da história imediata (...)” (2011, p. 26). Ora, vemos notoriamente que não se trata de uma explanação de caráter testemunhal, nem compilação de documentos ou trabalho de natureza puramente descritiva, mas de uma interpretação geral de um evento a partir da utilização de fontes históricas.

Sobre a interpretação dada pelo autor é interessante notar que, embora relativamente recente em relação ao término da guerra, quando a leitura dos republicanos era basicamente de que Canudos era um reduto monarquista, essa dicotomia aparece ao largo do texto de Moreira de Azevedo. Em nenhum momento do seu escrito é apresentado a contraposição monarquia-república como chave de leitura para o evento. A nosso ver, é a noção de pátria que permite

o autor conceber a transição monarquia-república como continuidade e não como ruptura, colocando-se acima do embate político entre esses dois regimes. A chave de leitura encontramos, é nossa proposta, na dicotomia ordem versus desordem, onde a ordem é identificada com a pátria e não com o regime republicano em vigor. Assim, ainda quando Azevedo conclama os defensores da República é para contrapô-los à anarquia, e não à monarquia. Era, segundo ele, “a victoria da civilização contra a rudeza de costumes, da intelligencia sobre a ignorância e da razão sobre o fanatismo cego e brutal”. Tratava-se de “bandidos e desordeiros” que com seus atos “perturbou a paz da República”.

Entendemos, assim, que a intenção implícita de Moreira de Azevedo era oferecer uma explicação geral, buscando, como membro prestigiado da elite historiográfica brasileira, consolidar e perpetuar certa interpretação daqueles recentes acontecimentos. Reforça esta percepção o fato do autor ter oferecido o manuscrito à Biblioteca Nacional, visando a sua guarda e preservação. Independente do motivo que levou seu autor a não publicar o texto, podemos depreender que esta atitude de entrega a esta instituição vise a monumentalização de sua obra. Não é por acaso que inicia suas justificativas para a escrita do texto com a frase: “talvez julguem cedo para *gravar nos annaes da história* a narração deste triumpho”.

No fim do manuscrito defrontamo-nos com as seguintes palavras:

Ilmo Exmo Sr Dr. Bibliotecário. Tenho a honra de enviar a VEx^a o presente manuscrito intitulado A Victória de Canudos que offereço a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro da qual é VEx^a digno director pedindo a VEx^a haja de acolher tão diminuta offerta. Deus guarde a Vex^a. Rio de Janeiro 17 de setembro de 1898. Dr. Manoel Duarte Moreira de Azevedo.

A data da dedicatória acima corresponde a apenas doze dias do que seria a da finalização da obra. Na contracapa e na página relativa à referida dedicatória encontra-se o apontamento de que o manuscrito fora recebido e agradecido naquele mesmo dia, por alguém com as iniciais T.M. Inferimos se tratar das iniciais do sobrenome de José Alexandre *Teixeira de Melo*, diretor da Biblioteca Nacional, entre 19 de outubro de 1895 e 24 de março de 1900.

Com elementos em sua biografia muito próximo de Moreira de Azevedo, Teixeira de Melo também era médico de formação, historiador e membro do IHGB, onde igualmente exerceu a função de primeiro-secretário. Antes de assumir a direção da Biblioteca Nacional, Teixeira de Melo havia sido chefe da seção de manuscritos dessa entidade (GUIA, 1960, p. 39). Com isso, Moreira de Azevedo conseguiu em parte seu intento de estender a vida daquela sua obra: se a atitude de oferecimento à Biblioteca Nacional foi um elemento importante para a preservação do manuscrito, concorrendo para que chegasse hoje a nossas mãos, por outro lado, aquela leitura do episódio ficou soterrada nas dependências

do setor de manuscritos da entidade, tornando-se quase desconhecida do grande público, dos especialistas e da academia em geral.

Abordemos, por fim, mais alguns elementos centrais da concepção de história presente no manuscrito. Em primeiro lugar, sua filiação a um tipo de escrita da história que se pretende com função pedagógica: uma história mestra da vida (*magistra vitae*) pois seu autor aspirava a construção de um texto-monumento para edificação das gerações do porvir. Acreditava que o elogio da coragem dos soldados e a exposição de suas façanhas cívicas, animaria os novos combatentes da posteridade que, ainda em vida, afrontaria com destemor os riscos de morte em defesa da pátria. Para isso, era necessário imortalizar estes grandes homens da nação nos “monumentos de papel e tinta”, erigindo um panteão de heróis nacionais. Dirá em certo momento do manuscrito:

Naquelle sitio sinistro, tumulo de legiões de heroes, que se perderão a vida, escreverão nas páginas da historia os seus nomes como legendas eternas, lembradas pela saudade e gratidão do paiz, (...) (AZEVEDO, 1898, p. 55).

Era, dessa forma, uma escrita da história de caráter panegirista, laudatória apologista, elogiadora dos vultos nacionais. Este traço aparece já nas primeiras páginas do manuscrito, onde depara-se, ilustrando-o, as imagens recortadas e coladas, respectivamente, do marechal Carlos Machado Bittencourt, do general Arthur Oscar e, conforme

texto do recorte de jornal agregado ao manuscrito, “o retrato que hoje damos do famigerado Antonio Conselheiro”.

A escrita da história de Moreira de Azevedo tem característica tipicamente tradicional, uma narrativa épica que evidencia a ação dos heróis, seus atos e decisões (estes concebidos enquanto indivíduos, embora sejam eles expressão da nação), onde se demonstra uma evidente preocupação cronológica (com datas e mesmo horas) e enfatiza-se a superfície dos acontecimentos. É o que a Escola dos Annales mais tarde chamará de história *événementielle*, *uma história acontecimental, factualista*.

Como afirma Burke (1992, p. 332), “Os historiadores da narrativa tradicional tendem a exprimir suas explicações em termos de caráter e intenções individuais”. Como chamamos a atenção anteriormente, isso não deve nos levar a pensar que não existe na narrativa uma proposta, ainda que subjacente, de interpretação do evento histórico estudado. Distancia-se, neste sentido, da narrativa da guerra realizada em Os Sertões, por Euclides da Cunha, explicitamente explicativa, onde se integrou a narrativa dos fatos a explicações causais maiores, considerando aspectos geológicos, antropológicos e históricos.

O recorte temporal adotado também favorece estrategicamente à produção de uma escrita da história de caráter épico. Aborda-se apenas o período entre o cerco de 24 de setembro, quando o arraial foi sitiado pelo exército, a 6 de outubro, com a informação da vitória final das forças governamentais. A escala de tempo operada é a curtíssima

duração, narrando-se, em ritmo acelerado, apenas a *victória*, ou seja, o momento apoteótico do evento.

Por fim, é possível encontrar um triunfalismo patriótico permeado em toda a narrativa histórica construída. Nela, Moreira de Azevedo enfatiza rituais de civismo que muitas vezes parecem destoar do ambiente de belicosidade do momento: conforme o seu texto, em meio à guerra, os militares não prescindem da liturgia patriótica:

Houve então completa confusão e borborinho. Vadearão as trincheiras officiaes e soldados e precipitarão-se no reducto conquistado. Apressou-se o general Medeiros em comunicar o triumpho da República ao general Barbosa, commandante da primeira columnna que por sua vez mandou levar ao general em chefe a festiva noticia. Mandou este tocar alvorada, formarão todas as forças em suas respectivas posições, foi erguido em todos os pontos da praça de Canudos o pavilhão nacional, entoarão as musicas dos batalhões e regimentos o hymno da pátria e foram os generais delirantemente aclamados pela tropa. (AZEVEDO, 1898, p. 41-43; 53-55).

O manuscrito *A Victoria de Canudos* reflete uma interpretação da Guerra de Canudos bem alinhada com o período de transição para uma historiografia profissional, onde é possível identificar pressupostos tanto do romantismo

histórico como do historicismo realista rankeano do século XIX. Pois, embora sem a profundidade metodológica da produção francesa e alemã, verifica-se um ideal de isenção epistemológica, a utilização de fontes históricas oficiais e a produção de uma escrita da história comprometida com a construção de uma ideologia patriótica, principalmente em sua vertente mais alinhada aos ideais de uma história mestra da vida. Neste sentido, a importância do manuscrito não se encontra na qualidade historiográfica, nem estilística, ou tampouco nas informações ali fornecidas, tratando-se da exposição de acontecimentos divulgados pela imprensa ainda durante os dias em que a guerra se prolongou.

Compreendemos que a relevância do manuscrito se encontra principalmente no fato deste se constituir como uma proposta de interpretação daquele evento histórico, de seu pioneirismo neste intento, e ainda de ser um exemplo modelar da aplicação das convenções próprias a um dos paradigmas historiográficos do século XIX: o da escrita de uma história que se entendia, ao mesmo tempo, fidedigna, patriótica e capaz de ensinar aos seus contemporâneos, bem como às novas gerações, os valores cívicos necessários para o progresso da nação.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Manoel D. M. de. *A Vitória de Canudos: memória histórica por Moreira de Azevedo*. 1898. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

- AZEVEDO, Manoel D. M. de. *Ensaio Biographicos*. Rio de Janeiro: Typografia F. A de Almeida, 1861.
- AZEVEDO, Manoel D. M. de. *O Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. Segundo Volume. Rio de Janeiro: Garnier, 1877.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- CARBONELL, C. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1981.
- CEZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- GONÇALVES, M. S.; ALBUQUERQUE, V. S. Manuel Duarte Moreira de Azevedo e a construção da identidade nacional: um intelectual oitocentista entre a medicina, a história e as letras. *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História*. 2017.
- GUIA* da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Sedegra, 1960, p. 39.
- GUIMARÃES, Lucia M. P. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.
- GUIMARÃES, Lucia M. P. *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2011.
- MONTEIRO, Charles. *Uma abordagem da historiografia brasileira da segunda metade do séc. XIX até 1920*. Estudos Ibero-Americanos, v. XX, nº 1, p. 163-172, julho 1994.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

PRADO, Eduardo. *Collectaneas. São Paulo: E. T. Salesiana*, 1906, p. 33-35; 111-113.

SACRAMENTO BLAKE, A. V. A. *Diccionario Bibliographico Brasileiro* (volume 6). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.*

SILVA, Alberto Martins. *General-de-Brigada João Severiano da Fonseca*. Da Cultura. Ano VIII, nº 14, 2008.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez* (volume 16). Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.



NO TEMPO DE S.M.I. TERESA CRISTINA DE BOURBON, FILHA DE FRANCISCO I, REI DAS DUAS SICÍLIAS E ESPOSA DE S.M.I. PEDRO II

Antonella Rita Roscilli

Membro Correspondente do IGHB/Itália
Doutora em Estudos Multidisciplinares/UFBA

RESUMO

Fruto de uma conferência que a autora realizou em 2018 no Auditório do IGHB, o artigo traça um resumo da biografia de Imperatriz D. Teresa Cristina di Borbone, esposa de dom Pedro II, dentro do contexto histórico-cultural da Itália e do Brasil. Constitui-se como testemunho fundamental para revelar esta grande mulher que foi um importante elo de conjunção entre a Itália e o Brasil. D. Teresa Cristina nasceu em Nápoles que na época era uma das cidades mais avançadas da Europa. Na Itália a Imperatriz resgatou sítios da antiga civilização etrusca e peças que formaram o maior Acervo da América Latina no Museu Nacional do Rio de Janeiro. No Brasil, além de trazer à cultura italiana como a Ópera e o Teatro, teve um papel fundamental em incentivar a imigração italiana e a saúde pública dos imigrantes.

Palavras-Chave: Teresa Cristina de Bourbon; História; Cultura; Imigração italiana no Brasil.

ABSTRACT

The preparation of this article, the result of the conference that the author held in 2018 at IGHB, traces the biography of Empress Teresa Cristina di Borbone, wife of Dom Pedro II, in the historical-cultural context of Italy and Brazil. It constitutes a fundamental testimony to reveal this great woman who was an important conjunction ring between Italy and Brazil. Teresa Cristina was born in Napoli, which at the time was one of the most advanced cities in Europe. The empress in Italy rescued places from the Etruscan civilization and pieces that formed the largest collection in Latin America at the Museum of Rio de Janeiro. In Brazil, in addition to bringing Italian culture such as Opera and Theater; it played a key role in encouraging Italian immigration and the public health of immigrants.

Key words: *Teresa Cristina di Borbone; History; Culture; Italian Immigration in Brazil*

No século XVIII, Nápoles era uma das cidades europeias mais avançadas: brilhava nos campos do pensamento, da pesquisa, da economia e da expressão artística. Protagonista do humanismo e centro iluminista de nível europeu, por muito tempo foi referência global da música clássica e da ópera, através da famosa *Scuola Musicale* Napoletana que, com seus quatro conservatórios musicais construídos no século XVI, deu origem àquele gênero de teatro musical chamado “ópera buffa”. O filósofo suíço, escritor e músico Jean-Jacques Rousseau, (1768, p. 360) no seu “*Dictionnaire de musique* assim escreveu: “*Cours, vol à Naples écouter les chef-d’oeuvres de Leo, de Durante, de Jommelli, de*

Pergolèse!” (Corra, voe para Nápoles para ouvir as obras primas de Leo, de Durante, de Jommelli, de Pergolesi).

Foi ali que surgiram a primeira ferrovia italiana (Napoli-Portici); a estação marítima; a fábrica de porcelanas em Capodimonte; a arte do presépio; o Real Teatro de São Carlo, o Teatro Lírico, mais antigo do mundo construído em 1737; o Albergo dei Poveri; como também o cadastro que garantia as propriedades; a delimitação do poder feudal em defesa da liberdade pessoal; um princípio da revolução industrial, com garantias sociais, de saúde e previdenciárias, até os primeiros cartões de crédito; o palácio real de Portici e o palácio Reggia di Caserta realizado pelo arquiteto e pintor Luigi **Vanvitelli**, (1700-1773) e denominado de “Versailles mediterrânea” pelo seu esplendor.

A dinastia dos Bourbons reinava ali desde o séc. XVIII, e era uma das casas governantes das mais importantes e antigas da Europa. De origem francesa, a família era um ramo cadete da antiga dinastia Capetiana, que, após a extinção dos demais ramos, herdou o trono da França em 1589. A essência de toda esta história política e sociocultural cruzaria o Oceano Atlântico, graças a uma mulher descendente da poderosa família: o nome dela é D. Teresa Cristina de Bourbon (1822-1889), princesa das Duas Sicílias. Irmã do poderoso rei D. Ferdinando II de Bourbon. Ela constitui um elo muito importante, diria fundamental, entre os muitos caminhos que unem Itália e Brasil.

“Em um passeio imaginário, através de muitos caminhos que unem Itália e Brasil, se podem fazer encontros de

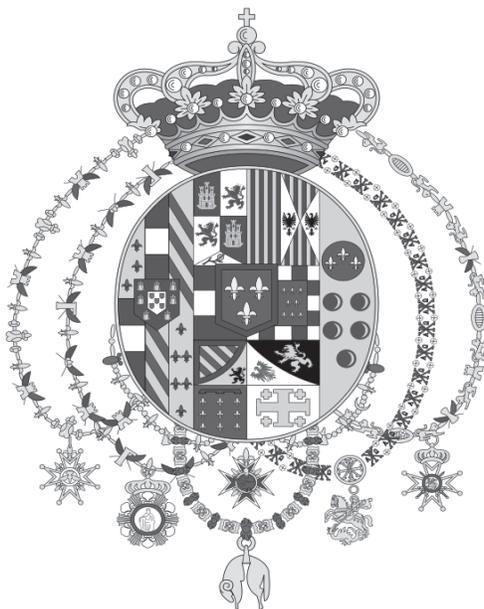
todo tipo. [...] Há também os que em vida tiveram fama e que após a morte foram esquecidos. Alguns deles foram rei ou rainha, ou pessoas que realizaram ações dignas de admiração, e que depois foram totalmente esquecidas”. (AVELLA, 2012, p. 19)

Começa assim “Una imperatrice napoletana ai tropici. D. Teresa Cristina di Borbone sul trono del Brasile. 1843-1889”. Trata-se de uma obra de Aniello Angelo Avella (2012, p. 19), saudoso professor italiano da Faculdade de Lettere e Filosofia da Universidade “Tor Vergata” de Roma onde ensinava “Storia della Cultura dei Paesi di lingua portoghese”. E ensinou também nas universidades de l’Aquila, Pescara (Universidade “Gabriele d’Annunzio”), na “Università Nazionale Somala” e, como professor visitante, em algumas universidades no Brasil.

Falecido em 2017, Avella era membro do IHGB, no Rio de Janeiro, e autor de inúmeros ensaios e obras na área das relações culturais entre Itália e países de língua portuguesa, particularmente o Brasil. A sua obra, sobre D. Teresa Cristina de Bourbon, foi patrocinada por importantes instituições, e o lançamento aconteceu na prestigiosa Sala Palestrina da Embaixada do Brasil, em Roma no dia 5 de fevereiro de 2013. É a primeira publicação completa sobre uma personagem desconhecida por muitos, ignorada ou analisada de forma reduzida por muitos historiadores.

Conforme Marco Lucchesi, poeta, crítico literário, escritor e tradutor brasileiro de origens italianas, Presidente da Academia Brasileira de Letras-ABL, “a poesia pode ser uma

tentativa de dizer a chama através das cinzas” (AVELLA, 2012, p. 227). É dessa forma, escavando as cinzas, que tentarei aqui reconstruir algumas partes importantes da história de D. Teresa Cristina de Bourbon.



Fonte: Brasão do Reinado das Duas Sicílias - Nápoles.
https://it.wikipedia.org/wiki/Regno_delle_Due_Sicilie

Nápoles: nascimento e educação da Princesa D. Teresa Cristina de Bourbon

Filha de S.M. Francesco I de Bourbon, Rei das Duas Sicílias e da Rainha Maria Isabella de Bourbon, Infanta de Espanha, com quem ele se casou, quando viúvo do primeiro casamento, D. Teresa Cristina nasceu em Nápoles no dia 14 de março de 1822. Era penúltima de 15 filhos e seu nome

completo era Teresa Cristina Maria Giuseppa Gaspare Baldassarre Melchiorre Gennara Francesca da Paola Donata Bonosa Andrea d'Avellino Rita Luitgarda Geltruda Venanzia Taddea Spiridione Rocca Matilde.

Ressalto aqui, mais uma vez, que desde o século XVIII Nápoles era uma das cidades mais avançadas da Europa. De fato, a cultura napolitana da época brilhava, como a de outras cidades do Sul da península itálica, em diferentes campos da pesquisa e da expressão artística. Por isso, e sendo filha de Rei, D. Teresa Cristina recebeu uma educação apropriada a sua altura, uma educação muito rígida, mas de altíssimo nível, por Mons. Agostino Olivieri, que tinha sido preceptor também do penúltimo Rei das Duas Sicílias.

A futura Imperatriz do Brasil estudou vários idiomas, culturas clássicas, história, belas artes, música e arqueologia, que desenvolveram nela uma verdadeira paixão pela beleza artística e cultural.

O casamento entre D. Teresa Cristina de Bourbon e D. Pedro II

No dia 30 de maio de 1843 a jovem princesa D. Teresa Cristina, de sentimentos delicados, inteligente e culta, casou-se por procuração com D. Pedro II de Bragança, Imperador do Brasil. Entre os dois havia um grau de parentesco, pois a mãe de Teresa Cristina, Maria Isabella di Borbone, era tia de D. Pedro I, pai do futuro esposo, e o pai S.M. Francesco I de Bourbon era tio de Maria Leopoldina d'Asburgo Lorena, mãe de S.M.I D. Pedro II. Portanto,

para o casamento foi necessário pedir permissão ao Papa Gregório XVI.

As primeiras cartas entre os noivos estavam escritas em francês, único idioma usado na época pelos nobres para se comunicar. O casamento foi celebrado no Palácio Real de Nápoles, diante do embaixador brasileiro José Alexandre Carneiro Leão, visconde de São Salvador de Campos. Quem representou o futuro esposo foi o irmão de D. Teresa Cristina, príncipe Leopoldo de Bourbon, conde de Siracusa, personalidade muito ativa na Arqueologia. A esposa foi representada pelo ministro das Relações Exteriores do Reino das Duas Sicílias, Don Fulco Giordano Antonio Ruffo di Calabria-Santapau.

No dia 21 de maio de 1843 aportava no Golfo de Nápoles uma frota brasileira comandada pelo almirante Teodoro de Beurepaire, constituída pela fragata “Constituição” e as corvetas “Dois de Julho” e “Euterpe”. Com elas vieram o embaixador extraordinário Ernesto Frederico de Verna Magalhães Coutinho e outras autoridades, damas da Corte e um capelão. No dia 27 o embaixador extraordinário pediu solenemente ao rei Ferdinando II a mão da princesa Teresa Cristina. “O estudo de Paolo Scarano reproduz os coloridos discursos proferidos na ocasião, todos em francês, que seria fastidioso repetir”. Salvas de artilharia e grandes festas se seguiram para a satisfação de todos na Corte e vivas do povo napolitano. Foram embarcadas nas fragatas cinco carroças douradas, cristaleira, bronzes, serviços de mesa, tecidos, etc., enfim o que a princesa poderia necessitar no Rio de Janeiro (MARIZ, 2008, p. 200).

A viagem para o Rio de Janeiro começou em 2 de julho de 1843. Ao navio Constituição seguiam as fragatas napolitanas Vesúvio, Partenope, Regina Isabella Amália onde viajou o príncipe Luigi de Bourbon, irmão de D. Teresa Cristina. Ainda a bordo do navio, em 17 de agosto escreveu para Dom Pedro II estas palavras: “*Mon très cher cousin et époux, je prie votre Majesté de croire à mon bien sincère attachement. Votre afeté cousine et épouse Thérèse.* (Meu querido primo e marido, peço a Vossa Majestade que acredite em meu apego sincero. Sua querida prima e esposa Thérèse).

Entraram na baía da Guanabara na madrugada do dia 3 de setembro de 1843. A cidade estava toda embandeirada para festejar o acontecimento. Uma gôndola dourada levou o Imperador e sua irmã Januária até a fragata napolitana. A Imperatriz desembarcou somente na manhã seguinte, e ela e D. Pedro II foram diretamente para a catedral renovar o rito do casamento.

Assim, D. Teresa Cristina de Bourbon começou sua vida de Imperatriz em uma terra estrangeira, mas que com o passar do tempo começou a amar sempre mais. Este amor, no entanto, não enfraqueceu suas raízes italianas, aliás a Imperatriz manteve sempre um forte contato com seus parentes e com sua terra natal.

O casal Imperial teve quatro filhos: Afonso, Leopoldina, Pedro e Isabel, esta última foi chamada de *Redentora*, pois em 13 de maio de 1888, sancionou a *Lei Áurea* (Lei Imperial n.º 3.353), lei que extinguiu oficialmente a escravidão no

Brasil. D. Pedro II amava a filosofia, as artes, as ciências, e permaneceu sempre ao centro da atenção de historiadores e estudiosos, mas sua esposa apareceu na historiografia oficial por muito tempo somente com o papel de “Mãe dos brasileiros» ou “Imperatriz Silenciosa”. Apesar de ela ter desempenhado um papel muito importante na história do Brasil, o reconhecimento ainda permanece abaixo dos seus méritos.

A imagem estereotipada é a de uma mulher com pouca cultura, silenciosa, que compensava a falta de beleza física com a bondade e as virtudes do coração.

Ao contrário, muitas pesquisas realizadas em arquivos italianos e brasileiros, revelam uma personalidade feminina de notável cultura e força, bem longe da imagem submetida e discreta; uma mulher influente na política e dispensadora de conselhos para o marido, incentivadora e amante das artes, música, arqueologia e pintura. D. Teresa Cristina foi uma mulher que amou profundamente a Terra Brasileira. Graças a sua presença, desde a chegada à bela cidade do Rio de Janeiro, até a morte no exílio, os anos entre 1843 e 1889 se revelaram como um dos períodos-chave para a construção de uma identidade brasileira e, ao mesmo tempo, um dos períodos-chave para o desenvolvimento das relações entre Itália e Brasil.

Analisando fontes históricas sobre o argumento de que o casamento de D. Teresa Cristina de Bourbon com D. Pedro II fosse casual, conforme a historiografia oficial, foi na realidade um evento muito importante na política atlântica

e organizado graças à diplomacia da nobre família dos Bourbon que governava com afinco a inteira Itália do Sul.

Prova disso, é que, além do casamento entre D. Pedro II e D. Teresa Cristina, para reforçar ainda mais os laços entre a família dos Bourbon e a família dos Bragança, em seguida, foi combinado também o casamento entre o príncipe Luís Conde de L'Aquila, irmão de Teresa e a irmã do Imperador, Januária, regente do trono brasileiro.



Fonte: O Imperador D. Pedro II e D. Teresa Cristina de Bourbon - Óleo sobre tela de Joaquim Gomes Tourinho da Silva – 1861- Acervo Instituto Geográfico Histórico Bahia/IGHB

As atividades de S.M.I. Teresa Cristina de Bourbon na Itália e no Brasil

Sob o patrocínio da Imperatriz Teresa Cristina, no Rio de Janeiro, floresceram artes e atividades musicais e teatrais. A Baía de Guanabara, em registros, muitas vezes, comparados com o Golfo de Nápoles, tornou-se um destino favorável para artistas do Reinado das Duas Sicílias, especialmente após a chegada de D. Teresa Cristina no Brasil. A cultura italiana se espalhou em várias camadas sociais, do tecido urbano carioca, diferentemente do modelo francês que era mais elitista, e assim forneceu ao país outros variados modelos para seu próprio desenvolvimento. Uma das grandes paixões da Imperatriz D. Teresa Cristina foi a arqueologia. Foi por isso que pensou em organizar, com o irmão D. Ferdinando II, Rei das Duas Sicílias, um intercâmbio de peças arqueológicas de elevado valor cultural e com um forte significado simbólico. Foi assim, que vários artefatos das antigas culturas de Pompéia e Herculano vieram para o Rio de Janeiro, e diferentes artefatos e instrumentos das culturas indígenas do Brasil foram para o Reinado das Duas Sicílias, onde entraram a para fazer parte das coleções do Museu Real dos Bourbons, em Nápoles.

Mas, a ação da Imperatriz não se limitou em estabelecer um intercâmbio cultural com o Reinado das Duas Sicílias. Em 1824 virou proprietária das terras itálicas de Vaccareccia e Isola Farnese, localidades próximas de Roma, que herdou de sua tia, a Rainha de Sardenha e Piemonte, D. Maria Cristina Amália Teresa de Nápoles e Sicília, irmã

de Federico II e esposa do Rei Carlos Felix de Sabóia. A Rainha era fortemente apaixonada por artes antigas e arqueologia, e tinha organizado e financiado escavações em toda a área urbana de Veio, onde estavam localizadas suas propriedades de família.

Naquelas terras foi de fundamental importância a descoberta da necrópole etrusca da antiga Veio, cidade que foi definida *pulcherrima urbs* (“cidade esplêndida”) pelo historiador latino Tito Livio. Considerada por Dionigi de Halicarnasso, historiador e professor de retórica grega antiga, “a cidade mais poderosa dos Tirrenos”, na época de Rômulo, e “tão grande quanto Atenas”. Veio estava entre os principais centros políticos e de patrimônio cultural da Itália central. Mais antiga que a cidade de Roma, foi a cidade mais populosa do sul da Etrúria, especialmente entre os séculos VII e VI a.C., junto com Caere (Cerveteri). Sede de florescentes oficinas artesanais, durante a era Arcaica, desenvolveu uma renomada escola de coroplastia (escultura em terracota) cujo expoente mais famoso foi o Vulca etrusco, chamado para criar as esculturas do Templo de Júpiter Capitolino em Roma. De acordo com os conhecimentos arqueológicos atuais, foi também a cidade que introduziu na Itália o uso de decorar com pinturas as paredes dos quartos dos túmulos.

D. Teresa Cristina de Bourbon herdou, não apenas em termos legais e materiais, as antigas propriedades da tia no Lazio, mas herdou essencialmente o amor, o entusiasmo e a dedicação da sua nobre parenta, e deu continuidade a suas atividades arqueológicas. Decidiu financiar algumas campanhas arqueológicas naquelas propriedades na

Itália, particularmente na antiga cidade de Veio, berço da civilização etrusca, onde foram encontradas muitas e importantes peças. Seu direito às terras foi confirmado em 1850 e em 1853 e ela deu ordem de continuar as escavações iniciadas pela Rainha de Sardenha e Piemonte, que foram conduzidas pelos arqueólogos Luigi Canina e Virginio Vespignani, pai de Francesco Vespignani, que virou procurador da Imperatriz em Roma.

Entre os objetos de valor inestimável oriundos das escavações, podemos destacar uma coleção de louças e cerâmicas e um busto de Antíno encontrado em 1878, peça que foi doada pela própria Imperatriz à Academia Imperial de Belas Artes e que hoje em dia se encontra no Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro.

Segundo os Relatórios Ministeriais sobre a Academia Imperial de Belas Artes dos anos 1880 e 1881:

Dignou-se Sua Majestade a Imperatriz ofertar à Academia um bellissimo busto antigo de mármore de Paros, representando Antíno com os atributos de Baco. É o primeiro original de mármore antigo que entra para o estabelecimento, e foi descoberto nas escavações que, por determinação da mesma Augusta Senhora, se estão fazendo em Veio, nas vizinhanças de Roma, em terrenos de sua propriedade. (DAZZI e VALLE, 2009).

Foi assim que as peças das culturas indígenas, que ela enviava para Nápoles, mostravam ao velho continente aspectos de uma civilização muito distante e desconhecida, que poderia estimular a curiosidade sobre a cultura do Brasil. Ao mesmo tempo, os objetos que provinham da península itálica plantavam as sementes da tradição clássica no “Novo Mundo”. Vieram séculos da história de Roma, da Grécia, do Egito.

Quando viajou para o Brasil, a Imperatriz levou consigo treze objetos em bronze doados pelo Rei. Segundo o documento III C5, 35, pertencente ao Museu de Nápoles, em 22 de junho de 1843, o Rei Ferdinando II presenteou à irmã, e futura Imperatriz do Brasil, com algumas peças em bronze. Foram selecionadas 13 ânforas de bronze para serem doadas a D. Teresa Cristina, as quais seriam previamente restauradas, antes de seguirem viagem. Trata-se, no entanto, de um presente diplomático, dado igualmente a outras personalidades como o Imperador da Rússia, o Rei da Baviera e a Rainha de Nápoles, segundo consta no mesmo arquivo.

D. Teresa Cristina trouxe também uma série de peças arqueológicas da coleção da Rainha Carolina Murat, esposa do rei de Nápoles, Gioacchino Murat, e irmã de Napoleão Bonaparte (1808-1815), bem como peças de Pompéia e Herculano, como resultado das escavações de sua família desde meados do século XVIII. As treze preciosas ânforas de bronze se tornaram o núcleo da coleção em homenagem a ela no Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, no Rio

de Janeiro. Infelizmente, parece que se perderam durante o incêndio em 2018.

Juntamente com as coleções do Museu Nacional e os objetos em exposição no Museu Imperial em Petrópolis, a “Coleção D. Teresa Cristina” é conhecida por ser um dos principais depósitos culturais italianos, fora das fronteiras nacionais. No entanto, a paixão e a perícia arqueológica de D. Teresa Cristina eram uma aquisição recente, mesmo em sua terra de adoção. Somente em 1996 foi o centro de uma exposição no Museu Nacional da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), organizada pela arqueóloga Maria Beltrão, por ser uma das precursoras na arte do mosaico. Suas habilidades de grande arqueóloga foram reveladas para o grande público no ano de 2005 com a exposição “Afrescos de Pompéia: a Beleza Revelada” realizada no Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, que apresentou quatro preciosas peças de Pompéia.

“Graças à Imperatriz o Brasil pode contar com uma coleção arqueológica clássica de cerca de 700 peças, a maior da América Latina” (ZERBINI, 2007, p. 7). Em outubro de 2008, finalmente foi feita uma homenagem às qualidades artísticas de D. Teresa Cristina na arte do mosaico com a exposição “Rio Mosaico”. É preciso lembrar que na época, no Rio de Janeiro floresceram artes plásticas, música e teatro sob o patrocínio da Imperatriz e do Imperador.

D. Teresa Cristina proporcionou a vinda de cantores, pintores, atores de teatro, cientistas e intelectuais italianos,

para que pudessem trazer e divulgar arte e ciência, como também incentivou a ida de artistas e intelectuais brasileiros para a Itália. Amante do canto lírico e da música em geral, graças à educação musical recebida em Nápoles, D. Teresa Cristina despertou muita admiração no Rio de Janeiro.

Na obra “No Brasil de 1840”, o historiador brasileiro TAUNAY (1935, p.49) escreveu que, em 1844 o diplomata francês Jules Itier, encontrando-se perto do palácio imperial, ficou impressionado com a beleza de uma voz feminina cantando uma ária de Rossini do “Barbiere di Siviglia”, e sua maravilha aumentou quando viu que se tratava da Imperatriz.

Mas as atividades incentivadoras de D. Teresa Cristina não se limitaram ao campo artístico, pois ela influenciou significativamente também a composição dos fluxos migratórios. Graças a ela, se criaram as prerrogativas que promoveriam a formação da maior colônia de imigrantes italianos no exterior. A baía de Guanabara, do Rio de Janeiro, na época chegou a ser comparada ao Golfo de Nápoles. Foi assim que a raiz italiana se espalhou em várias classes sociais do tecido urbano carioca, fornecendo novos modelos a este imenso país da América do Sul.

Mas, as atividades da Imperatriz não pararam por aqui. Ela conquistou a confiança do Imperador e passou a colaborar, também, nas decisões do Estado. Assim, D. Teresa Cristina emitiu leis para melhorar a situação da saúde pública e do ensino, facilitando a chegada do exterior de médicos italianos, engenheiros, professores, farmacêuticos

e advogados, que queriam trabalhar para o Tribunal brasileiro. Encontramos nas pesquisas: documentos, fotografias de grande importância e beleza, nomes e obras de muitos artistas e personalidades, trabalhadores altamente profissionais e artesãos, principalmente, do sul da Itália.

Os napolitanos Domenico e César Farani, o cantor de ópera Arcanjo Fiorito, o pintor Alessandro Ciccarelli e Nicola Antonio Facchinetti, estes últimos provindos da cidade italiana de Treviso. De grande importância na época, foi o discurso contrário à escravidão no Brasil. Já Gennaro Merolla, Cônsul Geral das Duas Sicílias, que morou no Rio de Janeiro entre 1832 e 1843, tinha escrito um documento denso, onde relacionava sobre a prática da escravidão com a qual tinham sido submetidos os povos africanos trazidos ao Brasil.

Além da condenação da prática, definida abominável, Merolla acrescenta julgamentos severos sobre a inconsistência dos que professavam ideias liberais, mas que, em seguida, se serviam de escravizados. O interessante e inédito documento com o título: *Memoria sul Commercio dei Neri e sui mali che dallo stesso ne derivano* (Memórias sobre o Comércio dos Negros e sobre os males resultantes do mesmo) surpreende pelas importantes denúncias sobre o tráfico de africanos escravizados. Encontra-se hoje em dia no A.S.N. (Archivio di Stato di Napoli) e ainda inédito no Brasil.

A esse propósito, ressaltamos que no Rio de Janeiro, a Imperatriz D. Teresa Cristina comprou a alforria de diversos

negros escravizados que libertava em praça pública. Em 1886, uma negra liberta, chamada Maria Rosa, enviou uma petição à Imperatriz Teresa Cristina. Pouco depois, Teresa Cristina presidiria uma cerimônia de libertação de escravos, que formaria parte de uma série de pródigas cerimônias de libertação, por meio do fundo de emancipação da Câmara Municipal, o chamado Livro de Ouro. Maria Rosa evocou seu status de mãe de modo a angariar simpatias a sua solicitação. Ela pediu que sua filha escravizada, Ludovina, fosse liberta na próxima cerimônia. Maria Rosa evocou a família de D. Teresa Cristina, desejando-lhe longos anos de felicidade.



Fonte: Imperatriz D. Teresa Cristina de Bourbon - 1865.
https://it.wikipedia.org/wiki/Teresa_Cristina_di_Borbone-Due_Sicilie

As viagens, a República, o exílio e a morte

O casal Imperial empreendeu muitas viagens que começaram em 1845, primeiro no vasto território do Império brasileiro, depois em países estrangeiros como o Egito, a Palestina, os Estados Unidos da América, a Inglaterra, a Escócia, a Irlanda e, finalmente, a Itália onde visitaram o Mosteiro de **São Bento**, em Montecassino, entre outros. E depois foram para Roma, onde se encontraram com o Papa, Florença e Nápoles.

Para D. Teresa Cristina, o retorno a Nápoles foi muito triste, porque sua cidade de nascimento, antes capital de um grande reino, tinha sido reduzida a Província. Era o ano de 1871 e ela escreveria em seu diário: “Não posso descrever a impressão que senti ao ver, depois de 28 anos, minha terra natal e não encontrar mais as pessoas que eu amava”. Os Sabóia haviam derrubado os Bourbons e estavam à frente do Reino da Itália, proclamado em 1861. D. Teresa Cristina, embora distante, sofreu muito por tudo isso, tanto que, novamente em Roma em 1877, se recusou a ir ao baile da princesa Margherita de Sabóia, no Quirinale, para o qual o casal Imperial brasileiro havia sido convidado.

Quando retornou ao Brasil, suas condições de saúde não estavam boas. O casal Imperial perdeu o primeiro filho e herdeiro ao trono, Afonso de Bragança, com apenas dois anos de idade em 1847; em 1850 morreu outro filho, Pedro de Bragança, nascido em 1848. Alguns anos depois a Imperatriz perdeu seu amado irmão, o Rei D. Ferdinando II, que faleceu em 22 de maio de 1859, na Reggia di Caserta,

na Itália. Além disso, ela tinha assistido impotente à queda do Reino das Duas Sicílias e à proclamação do Reinado da Itália, em 1861. Em 1871 a imensa dor causada nos anos anteriores pela morte prematura dos dois filhos, se renovou; faleceu Leopoldina, a segunda filha, que morreu em um sofrimento terrível devido ao tifo, com apenas 24 anos de idade. Com tantas dores, a saúde da Imperatriz piorou e o casal Imperial teve que voltar à Europa para várias consultas.

O Império chegou ao fim, em 15 de novembro de 1889, quando o Imperador foi deposto, e no Brasil foi proclamada a República. Foi um golpe. Os conspiradores deram à família imperial 24 horas para deixar o país. D. Pedro II, D. Teresa Cristina e a filha, princesa Isabel, embarcaram para Portugal na madrugada de 17 de novembro. Em Portugal encontraram alojamento no “Grand Hotel”, no Porto.

A Imperatriz D. Teresa Cristina morreu de ataque cardíaco em seu quarto de hotel, em 28 de dezembro de 1889, aos 67 anos de idade, no momento que D. Pedro II visitava a Academia de Belas Artes. Ao lado dela, estava a fiel baronesa de Japurá, Maria Isabel de Andrade Lisboa, a quem Teresa Cristina teria dito: “Não estou morrendo de doença, mas de dor e tristeza” (ZERBINI, 2007, p. 24).

O jornal francês “Le Figaro” publicou a notícia sobre a morte dela em 29 de dezembro: “A Europa se lembrará, com respeito, desta Imperatriz morta sem trono, e de sua morte se dirá que foi o único arrependimento de seu marido em 46 anos de casamento”. No mesmo dia “Le Gaulois”,

outro jornal francês, publicou estas palavras: “Ela era uma mulher boa e virtuosa. Dela a história não fala muito, porque nada pode dizer de mal.”

D. Teresa Cristina foi enterrada na Igreja do Mosteiro de São Vicente de Fora, em Lisboa, que abriga os túmulos da Casa de Bragança. D. Pedro II morreu dois anos depois em Paris. Em 1921 os restos mortais dos imperadores chegaram ao Brasil e foram sepultados na Catedral do Rio de Janeiro. Em 1925, foram transferidos para a Catedral da cidade de Petrópolis e, em 1939, enterrados permanentemente ali. Mais uma vez os jornais europeus foram atenciosos com D. Teresa Cristina e publicaram a notícia.

Quando ela se casou com D. Pedro II, no ano de 1843, o “Giornale del Regno delle Due Sicilie”, não só noticiou o casamento, como também publicou vários poemas escritos em Nápoles em homenagem a esta princesa tão amada. Hoje em dia os poemas se encontram na Biblioteca Nacional de Nápoles. Um deles se intitula “Ode” e é do poeta napolitano Ulisse Raffaele que em 1843 escreveu estes versos: “*Parti e ti sian propizi il cielo, i venti e l’onde, ti veggan salva e incolume le americane sponde. Che in noi di te l’immagine, Tua viva rimembranza, né tempo o lontananza, mai cancellar potrà. Parta e que lhe sejam propícios os céus, os ventos e as ondas. Te encontrem sã e salva as praias americanas. E em nós vossa imagem, vossa viva lembrança, nem o tempo nem a distância, nunca poderá apagar*”.

REFERÊNCIAS

AVELLA, Angelo Aniello. *Una imperatrice napoletana ai tropici. Teresa Cristina di Borbone sul trono del Brasile 1843-1889*. Roma: Exòrma, 2012.

DAZZI, Camila, VALLE, Arthur (Org.). *Relatórios Ministeriais sobre a Academia das Belas Artes: Período Imperial*. 19&20, Rio de Janeiro, v. IV, n. 1, jan. 2009. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/documentos/rlt_mntr.html>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MARIZ, Vasco. O Império brasileiro e o Reino de Nápoles e das Duas Sicílias. *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, A. 169, jan. - mar. 2008, p. 193-208.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Le Dictionnaire de Musique*. Paris: Veuve Duschesne, 1768.

TAUNAY, Afonso Escragnolle, de. *No Brasil de 1840*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1935.

ZERBINI, Maria Eugénia. A imperatriz invisível. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n.17, fev. 2007. https://it.wikipedia.org/wiki/Teresa_Cristina_di_Borbone-Due_Sicilie

Biografia



HOMENAGEM A CANDOLINA ROSA DE CARVALHO CERQUEIRA

Clara Cerqueira Fernandes

Mestrado em Tradução Literária e Edição Crítica/
Lyon 2/França
Licenciatura em Letras Vernácula com Língua
Estrangeira Moderna/ UFBA

Candolina Rosa de Carvalho Cerqueira, Professora Candolina, Lilina, minha avó. Avó que só conheci através dos relatos esparsos de minha família, histórias que começo apenas a organizar nas estantes de minha memória, um exercício que inicio através deste texto e que pretendo levar adiante sempre. Considero este o início de minha jornada de pesquisa sobre esta mulher que não me teve em seus braços, mas que sempre esteve comigo, de formas que só agora começo a me dar realmente conta.

É ponto tácito, entre os autores que visitei, o fato de haver muito pouco material escrito sobre a prática e a vida da Professora Candolina. É provável também que sua rotina extenuante, dividida entre a casa, as escolas e seus próprios estudos, não tenha permitido que ela registrasse sua prática docente e acadêmica. Além disso, são poucos os documentos e registros que pude levantar até o momento, tornando

ainda mais difícil minha pesquisa, que teve como base o livro intitulado “Candolina Rosa”, de Elizete Passos, alguns artigos de jornais, documentos produzidos pelo professor Hermano Gouveia Neto e as narrativas de minha família.

Gostaria de agradecer a Rita de Cássia de Carvalho e Maria Isabel Vitória de Carvalho por me cederem este espaço e por me incentivarem a escrever. Gostaria de agradecer a Maria de Lorena Drummond Cerqueira, que guardou com carinho uma das principais fontes de minha pesquisa até o momento. Agradeço principalmente a minha mãe, Cândida Maria Carvalho de Cerqueira, que se propôs a abrir os caminhos de sua própria memória, para que eu pudesse construir os meus.

Aos possíveis leitores, peço um pouco de paciência com os prováveis deslizes de uma pesquisadora iniciante, e deixo o convite para trilharmos juntos esta pequena jornada. Para tanto, fiz o que considero uma pequena biografia, organizando os fatos da maneira mais fácil para mim, seguindo, à medida do possível, a ordem cronológica dos eventos. Também me permiti criar certos escapes narrativos, em que tomo os causos da família de forma mais pessoal e recio pontos da história de minha avó de forma mais subjetiva, dando um pouco de asas a minha própria afetividade.

Candolina Rosa de Carvalho nasceu em Salvador no dia 12 de setembro do ano de 1921, filha de Isabel Gomes de Carvalho e de Cândido Nelson de Carvalho. Era a mais velha de seus irmãos, Salvador Rosa de Carvalho e

Arnaldo Rosa de Carvalho. Cândido e Isabel não eram oficialmente casados e o sobrenome Carvalho que aparece nos documentos da família foi em algum momento adotado por Isabel. Outra peculiaridade do sobrenome familiar tem relação com a adoção do Rosa, que se deu após o nascimento de Candolina. Segundo a lenda corrente, o padre recusou-se a batizá-la com esse nome, por não se tratar de nome de santo ou cristão e adicionou, por sua própria conta e risco, o segundo nome Rosa, posteriormente dado a todos os outros irmãos. Vê-se, portanto, que o destino de Candolina Rosa esteve entrelaçado à Igreja Católica desde muito cedo, antes mesmo de sua entrega voluntária à prática religiosa, quando ainda na adolescência aproximou-se da Ordem Terceira de São Francisco, através do coral da igreja.

Cândido Nelson era comerciante, dono de um armazém e de uma frota de burros, na Cidade Nova, conhecida na época como Cidade de Palha, onde formou sua família. Era filho de Jerônimo Leopoldo e suas irmãs, Libânia e Linda, seguiram a carreira docente, influenciando de forma mais ou menos direta a carreira de Candolina. Cândido não teve formação nas letras, mas era entusiasta do conhecimento e sabia sobre escrita contábil. Depois de ir à falência, por questões atribuídas a crises econômicas do início do século XX, se mudou sem a família para a cidade de Una, no Sul da Bahia, para trabalhar como contador em uma empresa agrícola. Faleceu em circunstâncias pouco conhecidas, longe da família.

Depois da morte do marido, Isabel passa a fazer sorvete e bala para que sorveteiros e baleiros vendessem na rua com

lucros divididos. Também transformou parcialmente a casa em que morava em uma pensão, além de ganhar dinheiro com a leitura de cartas de baralho, atividade que também exercia em casa, onde mantinha outras práticas espirituais muito próprias, ligadas principalmente à Umbanda.

A cozinha, a casa aberta e a religião são três aspectos muito atribuídos a Candolina, mãe, tia, amiga e professora. Através da história de sua família, fica claro que ela saiu muito aos seus. Alguns anos depois de viúva, e já vivendo em uma situação instável financeiramente, Isabel adota mais uma menina de três ou quatro anos, Ilza Braga Chagas de Castro, cujo pai havia ficado viúvo e sem condições de criar os filhos. Não à toa, a adoção foi uma característica que passou adiante na família, que abrigou e acolheu muitos em seu seio, por várias gerações.

Órfã de pai aos quinze anos de idade, Candolina foi educada pela mãe. Ajudava na economia da casa com trabalhos de costura, ao mesmo tempo que estudava e participava das atividades da Ordem Terceira. Seus estudos, ao que tudo indica, eram ponto de grande importância em meio ao núcleo familiar, mas a opinião geral era a de que uma menina preta ganharia melhor a vida trabalhando em casa de família. Superando, portanto, as dificuldades financeiras e a mentalidade de seu tempo, cursou a Escola Normal da Bahia, atual ICEIA, e obteve, aos dezoito anos, o diploma de professora primária. Um ano depois de sua formatura, é aprovada em um concurso do Estado para o ensino fundamental e é alocada na cidade de Rui Barbosa, no interior da Bahia, onde teve sua primeira experiência na carreira que se tornaria marca de sua vida.

Segundo história publicada em um artigo de Pablo Reis, no *Jornal Correio*, em 2006, ela parte para o interior em companhia de seu irmão do meio, Salvador, numa jornada que incluía uma viagem de trem, uma travessia de barco e um trajeto de burro, até chegar a Paraíso, onde “Seu trabalho seria o de alfabetizar uma comunidade com casa de taipa, chão de barro, e bois transitando pela rua”. Essas informações, já um pouco difusas na memória da família, foram obtidas pelo jornalista, em entrevista com Salvador, que durante sua estadia de dois meses na cidadezinha foi incumbido do papel de guardião, não de Candolina, pelo visto, mas da moral e dos bons costumes, pois os relatos deixam claro que ela não só era capaz de cuidar de si mesma, como abraçava a função de cuidar de todos a sua volta.

“Minha mãe era muito metida, se metia em tudo”

Quero deixar claro, em primeiro lugar, que essa frase é de minha mãe, filha mais velha de Candolina. Eu não tenho nada a ver com isso, antes que pensem que estou faltando com respeito. Mas vejam. Contam dessa época, que quando os dois irmãos chegaram à fatídica cidadezinha, deram logo de cara com um homem esfaqueado e nu, estendido no meio da praça de Paraíso. Digo Paraíso muito mais pela imagem que pelo fato, pois não tenho certeza de onde realmente se deu o episódio. De todo modo, conta-se que Candolina, diante daquela cena de crime, arregaçou as mangas e cuidou ali mesmo do ferido, antes de levá-lo às autoridades competentes. As narrativas familiares e jornalísticas são

unânimes quanto ao efeito causado pela iniciativa da recém chegada professora: foi um escândalo.

Fiquei sabendo também que ela quase compra uma inimizade com uma senhora de lá, por se meter, segundo minha mãe, na vida dos outros. Dizem que a neta da tal senhora, que não tinha parentesco algum com minha avó, entrou em trabalho de parto e, como de costume, pariu em casa mesmo. Até aí tudo certo. O problema é que na época diziam que mulher recém parida não devia tomar banho, por causa de friagem ou qualquer coisa que o valha. Mas minha avó, que já chegou lá metida a enfermeira, se meteu e não descansou enquanto não deu um banho na bendita parturiente. Agora veja, ela estava errada? Não. Mas não deixa de ser um pouco intrometida mesmo.

Candolina volta à cidade de Salvador dois anos depois, instala-se na casa da mãe, no bairro da Palma, e passa a trabalhar na companhia de água e esgoto, ao mesmo tempo que cursa Letras Neolatinas na primeira turma da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Já havia voltado a ensinar quando obteve o diploma, em 1949, mesmo ano em que mais uma vez presta concurso para professora e passa a ensinar no Colégio Central. Hermano Gouveia Neto, de quem foi aluna e amiga, escreve em sua síntese biográfica sobre a professora, no ano de 1988:

Muito jovem, aos dezoito anos, diplomou-se em professora primária pela antiga Escola Normal da Bahia, hoje ICEIA. Ingressou no magistério nomeada pelo então secretário da

educação Prof. Isaias Alves de Almeida, ilustre educador baiano, cujo centenário de nascimento está sendo comemorado neste ano de 1988. A primeira escola em que lecionou foi no município de Rui Barbosa, tendo sido posteriormente removida para o município de Barra da Estiva. Retornando a Salvador, resolveu prosseguir os seus estudos, fazendo o curso de Letras Neolatinas, na faculdade de Filosofia da Bahia. Em 1949, na gestão do secretário da educação Prof. Anísio Teixeira, outro grande educador baiano, presta concurso para professor contratado de Português. Aprovada, foi designada para lecionar no tradicional Colégio Estadual da Bahia.

Até 1949, portanto, Candolina se dedicou exclusivamente a sua formação e à carreira de professora, e aos 30 anos ainda não havia se casado. Esse não é um mero detalhe para a época e a pressão para formar uma família vinha, inclusive, de sua mãe, grande apoiadora de seus estudos. Conheceu Francisco de Moraes Cerqueira quando os dois moravam no bairro da Palma. Ele havia sido transferido do Rio de Janeiro, cidade onde morava, para trabalhar no Instituto do Açúcar e do Alcool, em Salvador, e se hospedava numa pensão vizinha à casa de Dona Isabel. Casaram-se na Igreja de São Francisco, no dia 3 de maio de 1952, ambos com 31 anos, e juntos tiveram cinco filhos.

Sobre bolos e outras reminiscências

A comida sempre fez parte das narrativas de minha família. Os cozidos de sábado e as assadeiras de pizza no domingo, na casa de minha avó, sempre foram lembrados com gula e carinho, mas hoje não é deles que quero lembrar, hoje quero falar dos bolos, um dos meus elementos culinários familiares favoritos.

Minha mãe conta que quando minha avó completou 30 anos, solteira e sem pretendentes, minha bisa Isabel, figura no mínimo bem humorada, fez um bolo de aniversário em forma de barrica para comemorar. Para aqueles de minha geração que como eu não entenderam a ligação, dizia-se na época que uma mulher de trinta anos sem marido estava “no barricão”, ou seja, ia ficar solteirona. Espero que o bolo estivesse no mínimo muito gostoso, meio de aplacar um pouco o azedume da piada de mau gosto.

A tradição do bolo passou adiante e minha avó, junto com sua comadre Filinha, companheira de vida e de cozinha, também gostavam de fazer bolos, mas não de qualquer tipo, claro. Uma certa feita, se meteram a fazer um bolo de casamento em forma de castelo para Dora, uma mulher judia que morava lá no bairro da Palma. Perguntei se o castelo era de isopor como os que eu via na minha infância, mas não, era de massa e recheio mesmo, como manda o figurino. Não deve ter sido fácil, pois as rugas entre as irmãs, elas se chamavam de “minha irmã”, são lembradas até hoje.

E, finalmente, algo que chegou até mim! Quando fiz primeira comunhão, para satisfazer a vontade de minha madrinha Vera Maria, irmã do meio de minha mãe, fizemos uma festinha e tinha que ter o quê? Bolo. Naquela época, minha dinda morava na cidade de Amargosa e ameaçou não fazer o meu, como havia feito o de outro afilhado. Não prestou. Bati o pé, esperneeii, fiz birra e consegui que ela trouxesse o dito cujo do bolo, feito e decorado por ela, de carro até Salvador, meu jeitinho de entrar para a tradição familiar.

Já em fevereiro de 1953, tiveram a primeira filha, Cândida Maria, no hospital Manoel Vitorino, em Nazaré, bairro onde passaram a morar. Depois de uma breve estadia no Paraná, voltam a Salvador e se instalam na rua da Poeira. É possível que já nessa época tenham passado a alugar a casa de veraneio em Itapuã, lugar preferido de Francisco e de grande importância na história de Candolina. É também nesse período que nascem Francisco, no dia 17 de setembro de 1954, e Vera Maria, no dia 3 de fevereiro de 1956, terceira filha do casal, que tinha uma forma relativamente branda de osteogênese imperfeita, doença que tornou seus ossos mais frágeis, dificultando sua locomoção e reduzindo suas chances de uma educação plena nas instituições de ensino em funcionamento naquele momento.

A família muda-se para o bairro do Tororó, também em Salvador, onde nasceu José Carlos, quarto filho do casal, no dia 21 de dezembro de 1958, mas mudaram novamente, desta vez para a Avenida Joana Angélica, onde nasceu sua última filha, Antônia Maria, poucos meses antes do

falecimento de Francisco, com apenas 38 anos, no dia 17 de agosto de 1960, quando a filha mais velha tinha 7 anos e a mais nova 3 meses. Em um espaço de tempo de apenas 9 anos, Candolina casou-se, teve 5 filhos e tornou-se viúva, ao mesmo tempo que continuou a trabalhar como professora, função que não deixou mais de exercer.

Mais uma vez, a morte prematura de um dos pilares da família torna mais difícil a vida dessa mulher, que passa a sustentar sozinha a família e toda a rede de pessoas apoiadas por ela, desde familiares mais diretos até completos desconhecidos, hora indicados por padres, hora trazidos a sua porta pelo acaso. Além disso, assume para si o compromisso de educar formalmente a filha Vera Maria, fundando uma escola primária e o Colégio João XXIII, em homenagem ao papa progressista admirado por ela, no primeiro andar da própria casa. Segundo Pablo Reis, “A quantidade de bolsas era quase igual à quantidade de alunos”. Ainda segundo o jornalista,

Na casa depois demolida para passar o viaduto de Nazaré, Candolina adaptou o lar para fundar a escola primária Santo Antônio. As salas de aula tomavam todo o andar térreo do amplo imóvel e a residência familiar foi transferida para o piso superior, com quartos, salas e uma privacidade na medida do permitido pela hospitalidade irrestrita da matrona. A nova arquitetura do lar do Carvalho Cerqueira terminou sendo uma alegoria do grande legado da

professora: a base sustentando aquela família era mesmo a educação.

Minha casa era como a casa dos Buendía

- Era um entra e sai, porque minha casa era uma escola.

Disse-me minha mãe, filha mais velha de minha avó Candolina, nascida Cândida Maria em homenagem ao avô e vivida Cândida de candura mesmo. O Maria era o nome cristão geral, todas as filhas eram Maria e eu, por muito pouco, não fui Maria também. Clara Maria, minha tia me chama assim. De minha avó, minha mãe puxou o ser médica, pois dizem que dona Candolina Professora sonhava com a medicina e fez até curso de enfermeira para ir para a guerra no estrangeiro, mas ficou professora aqui na Bahia mesmo, nessa terra de régua, compasso e poesia.

De resto, ela não é tão dada a gente como era Candolina, sempre às voltas com alguma benfeitoria, sempre botando mais um para dentro de casa. Ela até puxou de minha avó o gosto pela adoção, mas tenho a impressão de que praticaram essa propensão de formas um tanto diferentes. Mas não divaguemos, voltemos à casa.

- Essa casa era onde minha mãe? Pergunto tentando juntar as pontas. Estou aprendendo a botar as coisas passadas em seu devido lugar.

- Essa era a casa da Joana Angélica, que depois demoliram para construir o viaduto ali perto do Severino, onde minha

mãe ensinava. Essa era a casa da primeira escola, onde sua dinda se alfabetizou. Tinha os alunos que viviam entrando e saindo, tinha os professores e as secretárias.

Tinha os aderentes também, que estavam ou não na escola. Teve Cláudio, um menino que perdeu a mãe. O pai dele ficou numa situação meio complicada e pediu a minha mãe para tomar conta do menino. Teve outra menina que chamava Dulce que eu não me lembro como chegou, mas ficou lá um tempo. Teve uma grávida que pariu lá em casa e ficou com o neném até que uma parente dela adotou a criança e eles foram embora. Teve a velhinha que ficou lá por arte do Frei do Mosteiro, como a grávida, e assim ia aparecendo gente.

- E essas crianças, essas pessoas, ficavam onde? Tinha um quarto, um quarto de hóspedes, ou ia enfiando no quarto de vocês mesmo?

- Não, ia enfiando lá no sótão. O sótão era grande e a gente ia botando umas camas.

Esse sótão era uma daquelas coisas que sempre acenderam as luzes de minha imaginação, como um daqueles lugares que vão crescendo e se adaptando aos novos moradores e a suas histórias; como o lugar onde minha mãe dormia e de onde dizia subir no telhado, através de uma janelinha, para ler seus livros.

Queria essa janelinha, e queria mais do que tudo, aquele quarto escondido, aquele lugar todo fechado, com estantes dos quatro lados, onde moravam os livros de minha avó,

seus poetas românticos e seus autores não tão românticos assim, com quem aprendia sobre todas as gias de que tanto gostava. Queria ter estado em sua intimidade, ter sentado em seu colo e ter feito parte de suas histórias.

Mas, a solidão veio como um trator e passou por cima da casa. A mim resta a tarefa de tentar construir viadutos.

A professora Candolina também foi diretora fundadora do Colégio Lomanto Júnior, no bairro de Itapuã, em Salvador, num esforço conjunto com a Secretaria de Educação do Estado e de um oficial da aeronáutica, morador do bairro, visando facilitar os estudos de jovens da região que precisavam ir até o centro da cidade para estudar. A escola começou a funcionar nas dependências do clube Pinaúna, hoje chamado clube Cassas, e depois foi transferida para a sede atual, construída na estrada do Farol de Itapuã.

Ensinou nos principais colégios da rede pública e privada da cidade de Salvador, entre as décadas de 40 e 70. Além do Colégio Central, no início de sua carreira, lecionou português em escolas particulares como Mercês, Sofia Costa Pinto, na Escola Modelo e no Maristas, além de ter ensinado no colégio estadual Severino Vieira, onde também foi vice-diretora do turno noturno. Consta que também foi diretora do GEMPA.

Vem do Severino Vieira grande parte dos relatos sobre sua atuação como professora, através, inclusive, de depoimentos de seus alunos, alguns deles ilustres. Sua turma entre os anos de 60 e 62, composta “de um reduzidíssimo grupo estudantil”

de 17 alunos, que se autodenominava “os clássicos”, contava entre outros com Altino Serbeto de Barros, Anfilófilo Reis e Caetano Veloso. Juntos escreveram uma peça teatral em homenagem à professora que admiravam e temiam.

Em sua homenagem às professoras Candolina e Belmira, no dia dos professores daquele ano, Caetano atribui as suas professoras pretas a força das escolas públicas de seu tempo, antes que as escolas privadas tomassem conta do cenário, durante o período da ditadura. O pintor Chico Mazzoni, aluno de outra turma, também agradece à saudosa professora Candolina Rosa de Carvalho Cerqueira, por ter lhe ensinado o que era o Barroco e dedica sua 19ª exposição individual a ela, também em 2021.

É importante ressaltar que em nenhum momento de sua vida Candolina deixou de lado sua atuação junto à Igreja Católica e a Ordem Terceira de São Francisco, onde ajudou a construir o lar para Idosos Casa Monte Alverne, no Bairro de Brotas, cuja construção foi finalizada em 1966. Candolina organizava peças de teatro e apresentações de coral para financiar a criação do lar que seria sua casa na velhice, como ela declarava à família. Também é digno de nota que, apesar de toda a carga de trabalho dentro e fora das escolas, Candolina nunca deixou de investir na própria educação, educando a todos também pelo exemplo. Segundo Hermano Gouveia Neto, em sua Síntese biográfica:

A partir de 1962, a profa. Candolina passa a lecionar no Colégio Estadual Severino Vieira. Prossegue os seus estudos, apesar de muito trabalho e dos

encargos de família, realizando o curso de Orientador Educacional. Do mesmo modo, mais tarde, em 1970 recebe o diploma de Licenciada em Pedagogia, com especialização em Administração Escolar, embora já houvesse sido diretora de estabelecimento oficial de ensino. Foi a primeira diretora do Colégio Estadual Lomanto Júnior, nomeada pelo então secretário da Educação Pe. Luiz Palmeira.

[...] Após diplomada, no ano imediato, voltou à Faculdade de Educação da Bahia e se especializou em Supervisora de Ensino. No ano seguinte inicia o curso de Mestrado em Educação, na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, curso que não viria a concluir devido à grave doença que lhe obrigou a intenso tratamento, inclusive fora de Salvador.

Em seu livro intitulado *Candolina Rosa*, da coleção *Educadoras Baianas*, publicada pela EDUFBA, em 2009, uma de minhas principais fontes sobre o fazer pedagógico da Professora Candolina, a professora Elizete Passos discorre não apenas sobre sua atuação em sala de aula, mas sobre suas convicções em relação a questões de gênero, sociais e políticas, inclusive diante do regime militar instaurado em 1964, no Brasil. Sobre o posicionamento político-partidário da professora, Passos aponta que:

A professora não se considerava uma pessoa ligada à política, não era filiada a nenhum partido, também não fazia parte do rol dos intelectuais tidos como comunistas nos anos 60, entretanto tinha uma prática que demonstrava sua consciência política. Por exemplo, ajudando os alunos em suas lutas a favor da abertura do grêmio estudantil, na defesa do ensino público e contra toda forma de repressão. Sua consciência também a fez dar apoio e até abrigo, em alguns momentos, a perseguidos políticos, tudo em nome de suas convicções a favor da liberdade e da igualdade. (PASSOS, 2009, p. 25)

O homem no sótão e as memórias perdidas

Sempre adorei ouvir histórias e dou toda importância à transmissão oral do conhecimento, mas admito que depender apenas da memória de um interlocutor pode ser um pouco frustrante. Como disse no início, não há muita coisa documentada sobre Candolina Rosa e a memória de quem a conheceu é de fato um dos poucos lugares onde ela ainda habita. Esse texto faz parte de uma tentativa de mudar um pouco esse cenário, mesmo tendo a impressão de que cheguei um pouco tarde: meu tio José Carlos faleceu antes de meu nascimento, minha madrinha Vera Maria há mais 15 anos e meu tio Francisco se foi tão recentemente que nem parece verdade. Por que não o entrevistei? Tristezas que nunca desaparecerão.

E nesse emaranhado de memórias afetivas, misturadas à dor e à saudade, as coisas vão tomando formas e cores variadas e vão sendo lembradas, esquecidas, subtraídas e acrescidas com o sabor dos anos. Hoje, por exemplo, tive uma decepção. Lembrava-me de um fugitivo do regime ditatorial que minha avó havia acolhido na biblioteca secreta que mantinha no sótão de sua casa, mas foi tudo invenção de minha mente fértil. Bem, houve sim um homem, um perseguido político que ficou um tempo em sua casa, mas ele não ficou escondido no sótão e nem esteve confinado em uma biblioteca secreta. Soube apenas que queria ouvir música clássica, mas ao que parece o gosto da família era popular demais e ele ficou só na vontade. Assim sendo, decidi ficar com a minha versão e acrescentar apenas a parte da música clássica, pois acho que ela cai muito bem.

Outra história que também não sei mais até que ponto inventei diz respeito a um episódio em que os alunos no Severino Vieira ficaram presos no colégio, cercados pelos militares. Uma coisa é certa, havia um respeito às instituições de ensino e não era comum que fossem invadidas. Segundo me lembro do que me contaram, vejam que o caminho é longo, era preciso alimentar os estudantes e da casa de minha avó passaram comida pelo vão dos telhados das casas até a escola. Também é fato que as casas eram coladas parede com parede, mas se de fato passaram comida por lá, não posso confirmar. Jogo a informação no mundo, vai que aparece alguém para elucidar.

Última anedota sobre o tema, ouvi de minha prima, que ouviu de seu irmão, que ouviu de meu tio Francisco que

ele fazia o papel de garoto de recados delicados, explico. Quando minha avó estava abrigando alguém, ou sabia do paradeiro de algum perseguido político, mandava meu tio passar em frente à casa da família e entregar o recado. Eu não duvido, meu tio era exatamente essa pessoa, ele era generoso e corajoso como minha avó.

Em outros relatos é possível identificar sua veia política, no sentido de que acreditar na pluralidade de informação e do saber é, por si só, um ato político. Há relatos de alunos seus, por exemplo, que dizem ter entrado em contato com teorias políticas pela primeira vez, graças ao conhecimento passado pela professora. Além disso, a ação dedicada à educação gratuita para todos, em nome da igualdade de oportunidades, é uma luta que fala por si só. Passos, também ressalta a importância dada pela professora à questão da mulher na sociedade de sua época, e explicita sua prática docente nesse sentido. Em casa, posso testemunhar que Candolina criou mulheres, médicas, independentes e liberais no que rege a questão de gênero. Ainda nas palavras de Passos:

Acreditando nisso e no poder da educação como redentora dos desmandos sociais, um dos grandes objetivos de sua vida foi prover as pessoas de educação, especialmente aquelas com poucas condições econômicas. Em sua experiência de vida, investiu na educação competente de jovens da rede pública de ensino, em parte, na alfabetização de prostitutas, segmento para o qual ela tinha outras

propostas a serem desenvolvidas no futuro. (PASSOS, 2009, p. 24)

Fica claro, portanto, que seu trabalho em relação às mulheres ia além de criar suas filhas e filhos e de educar seus alunos e alunas nas escolas em que trabalhava. O interesse no trabalho com prostitutas é exemplo claro de uma visão mais ampla, e de fato mais justa em relação à equidade de oportunidades entre homens e mulheres de todas as classes sociais. Quanto a sua própria conduta, não se deixava intimidar pelos ambientes predominantemente masculinos em que trabalhava, e colocava suas ideias de forma assertiva. Investiu em sua competência como professora, e ousou dizer que seguiu o caminho trilhado por muitas mulheres, principalmente mulheres negras, que investem em suas habilidades e trabalham mais duro que qualquer um para obter o respeito e o lastro devidos.

Felizmente seus esforços lhe renderam reconhecimento em vida e, embora não tenha tido tempo de testemunhar muitas homenagens feitas a ela, desde canções a artigos de jornais e condecorações, teve o respeito de seus colegas professores, de seus alunos e de todos aqueles que a cercavam. Quando deixou seu povo, no dia 4 de abril de 1973, vítima de um câncer de mama, levou uma multidão ao cemitério do Campo Santo, em Salvador, onde foi sepultada.

Uma espécie de epílogo

Não quero terminar com sua morte, me recuso. Quero terminar dizendo que aqui estamos e que aqui na Bahia continuamos vivendo. Quero festejar sua vida e agradecer

pelo seu legado, dentro e fora de nossas escolas. Quero desejar que sua história seja passada adiante e que sua luta continue sempre, nisso estão postos meus esforços presentes e futuros.

Quero dizer do imenso orgulho que tenho de ser sua neta. Do orgulho que tenho dessa mulher preta, dessa professora incansável e dessa amiga generosa que suplantou todas as dores, através da dedicação aos seus e aos próximos.

Fiquei pensando no que ela diria se estivesse viva hoje, nesse nosso tempo de tantos retrocessos. Tive a certeza profunda de que não se deixaria abater, de que continuaria formando e transformando como sempre fez. Candolina é para mim hoje, mais do que nunca, o que foi durante toda a sua vida, uma dessas vozes retumbantes que nos momentos mais difíceis fazem ecoar a esperança.

REFERÊNCIAS

GOUVEIA NETO, Hermano. *Candolina Rosa de Carvalho Cerqueira: síntese biográfica*. Salvador, 1988.

Jornal A Tarde. Salvador, 29 de fevereiro de 1992.

Jornal Correio da Bahia. Salvador, 16 de abril de 2006.

PASSOS, Elizete. *Candolina Rosa*. Coleção Educadoras Baianas. EDUFBA. Salvador, 2009.

Acervo Bibliográfico



BIBLIOGRAFIA DE CANDOLINA ROSA CERQUEIRA DE CARVALHO

Fontes da Imprensa

Diário Oficial do Estado da Bahia, abril de 1973; Setor de periódicos da Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

Jornal *Diário da Bahia*, abril de 1973; Setor de periódicos da Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

Jornal *Correio da Bahia*, abril de 2004; Setor de periódicos da Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

www.clubecorreio.com.br/reporter/noticia

O Jornal *Tribuna da Bahia* de 05 de abril de 1973, página 3.

PASSOS, Elizete Silva. *Palcos e Platéias – as representações de gênero na Faculdade de Filosofia*. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. Salvador: UFBA, 1999.

GUIMARÃES, Graciene Rocha de Jesus. A Invisibilidade das Educadoras Baianas na História da Educação: A Experiência de Candolina Rosa. *Monografia*. Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher-NEIM/ UFBA - Salvador, 2009.

BIBLIOGRAFIA DE MANUEL RAIMUNDO QUERINO

Biografia de Manuel Raimundo Querino. Salvador: s.n, [s.d.]. 1 p.

CALMON, Jorge. *O vereador Manuel Querino*. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1995. 33 p. il. (Coleção Cidade do Salvador).

DÓRIA, Carlos Alberto; BACELAR, Jeferson. *Manuel Querino: criador da culinária popular baiana*. Salvador: P55 Edições, 2020, 251 p.

GLEDHILL, Sabrina. *Travessias no Atlântico Negro: reflexões sobre Booker T. Washington e Manuel R. Querino*. Salvador: EDUFBA, 2020. 300 p.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. *Manuel Querino entre letras e lutas: 1851-1923*. / São Paulo: Annablume, 2009. 484 p.

NASCIMENTO, Jaime; GAMA, Hugo (org.). *Personalidades negras: trajetórias e estratégias políticas*. Salvador: Quarteto, 2012. 312 p.

NASCIMENTO, Jaime; GAMA, Hugo (orgs.). *Manuel R. Querino: seus artigos na Revista do*

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador: IGHB, 2009. 236 p. il.

NORONHA, Silvia. *Em defesa dos negros. Bahia: Empresa Baiana de Jornalismo, 2004*. 6-25 p. il. (Coleção Memória da Bahia v.II, n.09).

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos (org.) *História regional e local: discursões e práticas*. Salvador: Quarteto, 2010. 248 p.

PEREIRA, Gonçalo de Athayde. Prof. Manuel Querino. In: *NOTÍCIA histórica e informações estatísticas do estado da Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1932. p. 31. Miscelânea, 2.

QUERINO, Manuel Raimundo. A arte culinária na Bahia. In: *Associação Comercial da Bahia*. Bahia: Papelaria Brasileira, 1928. p. 39. Miscelânea, 4.

QUERINO, Manuel. *A arte culinária na Bahia*, 1928, 39 pgs. numeradas. Publicação Póstuma feita por Alberto Morais Martins Catarino aos cuidados de José Teixeira de Barros.

QUERINO, Manuel. *A arte culinária na Bahia. Salvador: Progresso, 1951*. 100 p. (Miniatura, v.1).

QUERINO, Manuel. *A Bahia de Outr'ora: vultos e factos populares*. 2. ed. Bahia: Econômica, 1922. 303 p.

QUERINO, Manuel. *A Bahia de Outr'ora: vultos e fatos populares*. Bahia: Econômica, 1916. 294 p. (Theodoro Sampaio). Apêndice.

QUERINO, Manuel. *A Bahia de outr'ora - Vultos e fatos populares: Bahia, 1916*. VII e 294 pgs. numeradas. Neste livro vem reeditados os números 9, 11, 14, 17 e 22 da presente lista.

QUERINO, Manuel. *A Bahia de Outrora*. 3. ed. Salvador: Progresso, 1946. 328 p. (Coleção de Estudos Brasileiros, v.1).

QUERINO, Manuel. *A Bahia de Outrora*. Prefácio e notas de Frederico Edelweiss, ilustrações de Lúgia e Caribé. 3. ed. Salvador: Progresso, 1946. 348 p. (Coleção de Estudos Brasileiros, v.1).

QUERINO, Manuel. *A litografia e a gravura*. Rev. Inst. Geogr. e Hist. da Bahia, 1914, n. 40, pgs. 36-38, com 5 ilustrações de página inteira.

QUERINO, Manuel. *A raça africana e os seus costumes na Bahia*. [s. l.]: [s. n.], [s. d.]. 174 p. il.

QUERINO, Manuel. A raça africana e os seus costumes na Bahia. in *Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia*, 1916. VII e 294 pgs. numeradas.

QUERINO, Manuel. *A raça africana e os seus costumes*. Bahia: Progresso, 1955. 174 p. il. (Estudos Brasileiros, Cruzeiro, v.9).

QUERINO, Manuel. *Africano como colonizador*. Salvador: Livraria Progresso, 1954. 43 p. 15 cm. (Ensaio; miniatura, v. 14).

QUERINO, Manuel. *Artistas bahianos. Indicações biográficas*. (2ª edição), 1911. IX 258 e V. páginas numeradas e 36 belas ilustrações de página inteira.

QUERINO, Manuel. *Artistas bahianos. Indicações biográficas*. Rio, 1909; XVIII e 207 pgs., ilustrações no texto e estampas no fim.

QUERINO, Manuel. *Artistas bahianos*. Salvador: Prefeitura Municipal, 2018. 330 p. il. (Reeditada pelo Selo Editorial Castro Alves).

QUERINO, Manuel. *As artes na Bahia, 1909*. pgs. 96. É uma coleção de artigos publicado no Jornal Diário de Notícias durante os anos de 1908 e 1909, sob o título: Contribuição para a história das artes na Bahia.

QUERINO, Manuel. *As artes na Bahia*. (Escorço de uma contribuição da História). 2ª ed. Melhorada; Bahia, 1913, pgs. 241 numeradas.

QUERINO, Manuel. *Bailes Pastoris*. Cidade do Salvador, 1914; 42 pgs.

QUERINO, Manuel. *Candomblé do Caboclo*. Rev. Inst. Geogr. e Hist. da Bahia, 1922, 2ª Ed. Aumentada; VII, 301 e II páginas numeradas.

QUERINO, Manuel. *Contribuição para a História das Artes na Bahia*. José Joaquim da Rocha; Rev. Inst. Geogr. e Hist. da Bahia, 1908, n. 34, p. 79-82.

QUERINO, Manuel. *Contribuição para a história das artes na Bahia. Os quadros da Catedral*. Rev. Inst. Geogr. e Hist. da Bahia, 1911, n. 36, pgs. 59-63.

QUERINO, Manuel. *Contribuição para a história das artes na Bahia. Notícia biográfica de Manoel Pessoa da Silva*; *ibid.* pgs. 137-144.

QUERINO, Manuel. *Costumes africanos no Brasil*. Prefácio, notas de Arthur Ramos. Salvador: EDUNEB, 2010. 327 p. il. (Coleção Nordeste).

QUERINO, Manuel. *Costumes africanos no Brasil*. Prefácio, notas e organização de Raul Lody, apresentação de Thales de Azevedo. 2 ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 1988. 251 p. il.

QUERINO, Manuel. *Costumes africanos no Brasil*. Rio, 1938. Ilustrado; 351 pgs. numeradas. Organizado e Prefaciado por Artur Ramos. Contém aqueles estudos de Manuel Querino que se referem à cultura e influência dos africanos no Brasil, ou sejam os números: 15, 18, 19, 20 e 24 desta lista.

QUERINO, Manuel. *Desenho Linear das Classes Elementares* – Bahia, 1903; 30 pgs.

QUERINO, Manuel. *Elementos de Desenho Geométrico*.

QUERINO, Manuel. *Episódio da Independência*. Rev. Inst. Geogr. e Hist. da Bahia, 1913, ns. 37 e 39, pgs. 221-230.

QUERINO, Manuel. *Homens de cor preta na História*. *Ibid.* pgs. 353-363.

QUERINO, Manuel. *O colono preto como factor da civilização brasileira*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1918. 37 p.

QUERINO, Manuel. *O Colono Preto como factor da civilização brasileira*. Bahia, 1918 páginas. Separata dos Anais do 6º Congresso Brasileiro de Geografia, Belo Horizonte.

QUERINO, Manuel. *O Dois de Julho e a sua comemoração na Bahia*. Rev. Inst. Geogr. e Hist. da Bahia, 1923, vol. 48, pgs. 77-105; incompleto.

QUERINO, Manuel. *Os Artistas baianos*. Rev. Inst. Geogr. e Hist. da Bahia, 1906; n.31, p. 43-115.

QUERINO, Manuel. *Primórdios da Independência*. Rev. Inst. Geogr. e Hist. da Bahia, 1916, n. 42, pgs. 41-47.

QUERINO, Manuel. *Teatros da Bahia*. Rev. Inst. Geogr. e Hist. da Bahia, 1909, n. 35, pgs.117-133.

AT
CO
TA
IC
ST
RE
VIS
OF
EV
TC
RE
IST
B
HB
A
H
IA
E
HI
O
AF
CC
BA
IC
A
AFI
DA
RA
D
GR
O
OG
CC
OG
R

Relatório Biblioteca Arquivo



RELATÓRIO DO ARQUIVO HISTÓRICO THEODORO SAMPAIO

(novembro de 2020 a julho de 2021)

Composição do arquivo

O acervo do Arquivo Histórico Theodoro Sampaio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, possui 11.000 documentos, formado de documentos recebidos, a título de doação, entre manuscritos, exemplares de jornais, partituras, fotografias antigas, etc.

Atividades realizadas

- Recolhimento da doação por Lamartine Lima, de uma caixa com documentos referentes ao Estácio de Lima.
- Identificação, classificação, descrição e catalogação de documentos do fundo IGHB, no Sistema PHL. (Total de 395 documentos)
- Conversão de 1.232 arquivos em formato ‘jpeg’ para pdf do Fundo Theodoro Sampaio.
- Inserção dos endereços eletrônicos das imagens digitalizadas no Projeto Theodoro Sampaio, no Sistema PHL. (Total de 136 endereços inseridos)
- Organização da sala do arquivo.
- Atendimento ao pesquisador.

Atendimento ao usuário

- Foram atendidos ao total de 116 pesquisadores.
- Foram pesquisados ao total 107 documentos.

ZITA MAGALHÃES ALVES
Diretora

RELATÓRIO DA BIBLIOTECA RUY BARBOSA

Período: 01/09/2020 - 31/12/2020 a 30/09/2021

Luis Américo Lisboa Junior

Diretor da Biblioteca Ruy Barbosa

Simone Reis Santana de Sales

Bibliotecária Documentalista da Biblioteca Ruy
Barbosa/IGHB

1. Aquisição de registro

Item	Descrição	Quantidade
1.1	Doação de livros e revistas	198
1.4	Livros e revistas inseridos no Sistema PHL	338
1.5	Livros catalogados	338

2. Atendimento ao público usuário

Item	Descrição	Quantidade
2.1	Atendimento ao usuário (presencial, email e por telefone)	978
2.2	Pesquisa online (PHL)	1.903

3. Acervo consultado

Item	Descrição	Quantidade
3.1	Jornais	563
3.2	Livros	504
3.3	Revistas	171

* A Biblioteca Ruy Barbosa voltou a funcionar com atendimento ao público no dia 02/09/2020, mas com medidas de segurança devido a covid-19 mediante agendamento por email.

No período de 01 de fevereiro a 10 de abril/2021 foi realizado o controle de pragas na Biblioteca Ruy Barbosa e em todo o prédio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Controle de Pragas do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: Biblioteca Ruy Barbosa

As bibliotecas são lugares que merecem uma atenção especial. Afinal, uma edição de um livro antigo não poder ser reproduzida e, em muitos casos, não pode ser recuperada também.

Vários agentes são responsáveis por diminuir a durabilidade do acervo e a estrutura física de bibliotecas, sendo os agentes biológicos os que apresentam maior perigo. Dentre estes se destacam roedores, brocas, cupins, traças e baratas.

Na ocorrência de infestações sérias, ou não sendo os problemas resolvidos com técnicas preventivas, torna-se necessário o tratamento direto contra a “praga” detectada. Esta estratégia só deverá ser usada como último recurso.

Desintetização é uma das ações Preventivas e Corretivas Necessárias ao Controle de Pragas em uma Biblioteca ou mesmo aquela que deve ser feita em caso de pequenas infestações. O mais importante, claro, é manter os livros

protegidos. O **Controle de pragas em bibliotecas** é de extrema importância para essa proteção. Nesse ensejo proponho o cronograma abaixo para o controle de pragas (cupins) na Biblioteca Ruy Barbosa, Hemeroteca, Arquivo Theodoro Sampaio e o Instituto Geográfico e Histórico como um todo.

Cronograma serviço para descupinização na biblioteca Ruy Barbosa/ acervo especial carlos barros

Período de 01-05/02/2021 - I etapa

DATA	SERVIÇO	OBSERVAÇÃO
01/02/2021	<ol style="list-style-type: none"> Para realização dessa tarefa, foi necessário retirar todos os livros das duas estantes de madeira e acondicioná-los em caixas de papelão; Retirada dos jornais da hemeroteca, (todos os jornais do lado esquerdo, indo para o arquivo Theodoro Sampaio) 	Aplicação do produto de controle de cupim de madeira seca, tratamento a ser realizado em todas as estantes, armários e janelas na biblioteca e hemeroteca.
03/02/2021	<ol style="list-style-type: none"> Acondicionamento dos livros que estavam nas 11 caixas na parte de trás da Biblioteca nas estantes de madeira. 	
05/02/2021	<ol style="list-style-type: none"> Acondicionamento dos livros que estavam nas caixas na parte de trás da Biblioteca nas estantes de madeira. 	

II etapa - 01-05/03/2021		
DATA	SERVIÇO	OBSERVAÇÃO
01/03/2021	<ol style="list-style-type: none"> 1. Para realização dessa tarefa, foi necessário retirar todos os livros das duas estantes de madeira e acondicioná-los em caixas de papelão; 2. Retirada dos jornais da hemeroteca, (todos os jornais do na estante de frente, indo para o arquivo Theodoro Sampaio). 	Aplicação do produto de controle de cupim de madeira seca, tratamento a ser realizado em todas as estantes, armários e janelas na biblioteca e hemeroteca.
03/03/2021	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acondicionamento dos livros que estavam nas caixas na parte de trás da Biblioteca nas estantes de madeira. 	
05/03/2021	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acondicionamento dos livros que estavam nas caixas na parte de trás da Biblioteca nas estantes de madeira. 	

II etapa - 05-09/04/2021		
SERVIÇO	SERVIÇO	SERVIÇO
05/04/2021	<ol style="list-style-type: none"> 1. Para realização dessa tarefa, foi necessário retirar todos os livros das duas estantes de madeira e acondicioná-los em caixas de papelão; 2. Retirada dos jornais da hemeroteca, (todos os jornais do na estante do lado direito, indo para o arquivo Theodoro Sampaio). 	Aplicação do produto de controle de cupim de madeira seca, tratamento a ser realizado em todas as estantes, armários e janelas na biblioteca e hemeroteca.

07/04/2021	1. Acondicionamento dos livros que estavam nas caixas na parte de trás da Biblioteca nas estantes de madeira.	
09/04/2021	2. Acondicionamento dos livros que estavam nas caixas na parte de trás da Biblioteca nas estantes de madeira.	

AT
CO
TA
IC
ST
RE
VIS
OF
EV
TC
RE
IST
B
HB
A
H
IA
E
HI
O
AF
CC
BA
IC
AI
AFI
DA
RA
D
GR
O
OG
CC
OG
R

Resenha



NASCIMENTO, Jaime; GAMA, Hugo (Org.). Manuel R. Querino: seus artigos na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador: IGHB, 2009. 238 p

Resenha por: Antonietta d'Aguiar Nunes

Historiógrafa do Arquivo Público do Estado da Bahia
Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia
(UFBA)

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) realizou, de 25 a 29 de agosto de 2008, um Seminário sobre Manuel Querino – vida e obra, e agora em 2009 editou este livro reunindo os artigos publicados por ele, que era sócio do IGHB, em sua revista. Nesta obra não foram seguidos os mesmos temas e autores do seminário, embora muitos coincidam. Depois da apresentação da presidente do IGHB, Prof^a Consuelo Pondé de Sena, vem um artigo da Prof^a. Maria das Graças de Andrade Leal biografando Manuel Querino, objeto de sua tese de doutorado na PUC/SP. Em seguida, o livro é subdividido em seis partes, segundo os temas tratados por Manuel Querino em seus artigos. Manuel Raimundo Querino nasceu em Santo Amaro da Purificação, em 28 de junho de 1851 e faleceu em Salvador, 14 de fevereiro de 1923, numa quarta-feira de cinzas. Órfão aos quatro anos de idade de ambos os pais, falecidos durante a epidemia de cólera-morbo de 1855,

passou a residir em Salvador por ter ficado sob a tutela do prof. Manuel Correia Garcia¹, que o iniciou no estudo das primeiras letras e na aprendizagem do ofício de pintor. Aos 16, 17 anos deslocou-se para Pernambuco e depois para o Piauí, onde foi recrutado para a guerra do Paraguai, mas, por suas habilidades, ficou no Rio de Janeiro servindo como escriturário do seu Batalhão. Com o fim da guerra, deu baixa no serviço militar e retornou a Salvador em 1871, tendo nesta ocasião ingressado no Partido Liberal, um de cujos líderes era o Conselheiro Manoel Pinto de Souza Dantas, que sempre lhe deu apoio. Depois de criado o Liceu de Artes e Ofícios em 1872, aí fez Manuel Querino os estudos preparatórios, aprendendo também francês e português no Colégio Vinte e Cinco de Março, enquanto trabalhava como pintor-decorador em obras da construção

¹ Este foi, junto com João Alves Portela, um dos dois professores selecionados pela Província da Bahia para irem estudar na Escola Normal de Paris e, ao voltar, organizarem a Escola Normal Baiana e o ensino primário na província, o que fizeram com regulamentos publicados em janeiro de 1842, tendo a Escola Normal começado a funcionar em março deste mesmo ano. João Alves ficou como diretor e lecionando a cadeira de Ensino Mútuo, e Manuel Correia Garcia ficou responsável pela cadeira de Desenho linear, Caligrafia e Aritmética e era Monitor Geral, funções das quais foram ambos dispensados por atos do presidente da província Antonio Ignácio d’Azevedo em 8 de junho de 1847, o qual, a 16 de outubro deste mesmo ano, introduziu alterações nos Estatutos da Escola Normal elaborados em 1842 por estes dois professores. Mais tarde, em 17 de outubro de 1871, o presidente Francisco José da Rocha nomeou Manuel Correia Garcia para integrar o Conselho Superior da Instrução Pública da província, cargo que também já fora ocupado, de 1861 a 1868, por seu colega João Alves Portela.

civil. Quando seu mestre Miguel Navarro & Cañizares (a quem auxiliou na pintura do pano de boca do Teatro São João) saiu do Liceu para criar a Academia de Belas Artes em 1877, acompanhou-o, e nela Manuel Querino diplomou-se Desenhista em 1882, tendo iniciado também o curso de Arquitetura, não concluído por faltar professor para uma das cadeiras obrigatórias. Em 1883, aluno de Arquitetura, elaborou para o Congresso Pedagógico do Rio de Janeiro o plano Modelo de casas escolares adaptadas ao clima do Brasil, tendo merecido elogios. Em 1885 foi nomeado lente de Desenho Geométrico. No ano de 1887, realizou trabalho de pintura em bondes da companhia Transportes Urbanos. Em 1895 foi nomeado professor de Desenho Industrial no Colégio de Órfãos de São Joaquim. Elaborou estudos didáticos sobre desenho linear e geométrico: Desenho linear das classes elementares, em 1903, e Elementos de desenho geométrico, em 1911. Foi sempre um militante das causas em que acreditava. Em 1876 participara da criação da Liga Operária Baiana e, já na República, foi um dos fundadores do Partido Operário em 1890, candidato pelo qual foi conduzido ao Conselho Municipal, onde atuou Conselheiro em duas legislaturas (1891-1892 e 1897-1899). Pertenceu a várias associações: Irmandade de N.Sra. da Conceição do Tororó, onde era escrivão em 1884, Liceu de Artes e Ofícios (antes de 1893), Sociedade Montepio dos Artistas (1894), Sociedade

Protetora dos Desvalidos (1877 e readmitido em 1894), sócio fundador do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894), e Sociedade Beneficente Auxílio Fraternal, de que em 1898 era Presidente da Assembleia Geral. A sua

obra, segundo Maria das Graças Leal, distribuiu-se em duas fases que se complementam: a primeira, ocorrida entre 1903 e 1916, caracterizou-se pela produção de ensaios, artigos e crônicas, publicados em periódicos e livros retratando criticamente a situação das artes, dos artistas, dos trabalhadores e do povo em geral. Aí se incluem livros: os dois já citados sobre Desenho, e mais *As Artes na Bahia* – esboço de uma contribuição histórica (1909 e 2ª ed. em 1913), *Artistas Baianos* – indicações biográficas (1909, 2ª ed. 1911), *Bailes Pastoris* (1914). E os artigos: *Os artistas Baianos* – indicações biográficas, 1905; *Contribuição para a história das artes na Bahia* – José Joaquim da Rocha, 1908; *Teatros da Bahia*, 1909; *Contribuição para a História das Artes na Bahia* – os quadros da Catedral, 1910; *Contribuição para a História das Artes na Bahia* – Notícia biográfica de Manuel Pessoa da Silva, 1910; *Episódio da independência*, 1913; *A litografia e a gravura*, 1914; *Primórdios da Independência*, 1916.

Na segunda fase, entre 1916 e 1922, estudou e narrou a vida do povo e seus costumes através da memória e da oralidade. Aí se incluem os livros: *A Bahia de Outrora* – vultos e fatos populares (1916, 2ª ed. 1922, 3ª ed. 1946, 4ª ed. 1954); *Raça africana e os seus costumes na Bahia* (1916, 2ª ed. 1917, 3ª ed. 1955); *O colono preto como fator de civilização brasileira* (1918, 2ª ed. 1954 com o título *O africano como colonizador*); *a arte Culinária na Bahia* (1928, 2ª ed. 1951); *Costumes africanos no Brasil* (1938, coletânea de quartos trabalhos, 2ª ed. 1988). E os artigos: *Candomblé de Caboclo*, maio de 1919; *Notícia histórica sobre o 2 de julho de 1823 e sua comemoração na Bahia*, *Os homens de cor*

preta na História e Um baiano ilustre – Veiga Murici, estes três últimos publicados em 1923. A primeira das seis partes em que se divide o livro, introduzida pela Dra. Wlamyra R da Albuquerque, então Prof^a da UEFS, mas atualmente prof^a concursada da UFBA, tem o título Os dias de julho, para ler com Querino, em que ela comenta três artigos de Querino referentes às lutas pela independência na Bahia: 1) Episódio da Independência, publicado na Revista n° 37-39, equivalente aos anos de 1911-1913, refere-se a Labatut e sua não aceitação pelos brasileiros em função do seu comportamento indelicado para com a Junta Governativa e os comandantes das lutas até sua chegada, e rigoroso e perverso para com os subordinados, escravos e vencidos. Querino atribui a partidários dele, insatisfeitos com o seu afastamento do palco de lutas, a morte do coronel comandante das armas, Felisberto Gomes Caldeira, em 25 de outubro de 1824. Neste artigo menciona que, tendo o presidente da província, Francisco Vicente Viana, ao saber do acontecimento, retirado-se para uma fragata, o oficial mais graduado em terra era o tenente coronel Manuel Gonçalves da Silva, comandante do batalhão Henrique Dias, que assumiu então o comando das armas e o governo da província até que a ordem foi restabelecida. Manuel Querino julga uma injustiça destacar-se a figura de Labatut como figura de primeira grandeza na luta pela independência, quando vários baianos que ele menciona tiveram, inclusive, uma atuação mais demorada e decisiva; 2) Notícia histórica sobre o 2 de julho de 1823 e sua comemoração na Bahia publicado no n° 48 da Revista do IGHB, referente ao ano de 1923. Nele, Querino conta como

iniciou em 15 de fevereiro de 1822 a ocupação de Salvador pelo coronel Ignácio Luiz Madeira de Melo, promovido pelas Cortes de Lisboa a comandante das armas da Bahia, em lugar do baiano general Manoel Pedro de Freitas Guimarães que ocupava o posto. Depois de querelas que culminaram com a morte no dia 19 da sóror Joana Angélica, abadessa do convento da Lapa, os patriotas retiraram-se para o Recôncavo instalando em Cachoeira uma Junta interina conciliatória de defesa que se comunicava diretamente com o Príncipe Regente D. Pedro no Rio de Janeiro, e boicotava a entrada de alimentos em Salvador. Menciona ainda o decreto das Cortes de Lisboa datado de 19 de setembro de 1822 considerando ilegal a convocação da Constituinte Brasileira e determinando que as atribuições conferidas a D. Pedro como Príncipe Regente fossem transferidas a uma comissão em Lisboa, o que significava anular o Reino do Brasil, voltando à dependência de Portugal. Os brasileiros não aceitaram, e a luta continuou até 2 de julho de 1823 quando, fugidos os portugueses, o Exército Libertador voltou a ocupar Salvador. Passa a descrever, em seguida, os festejos populares repetindo a entrada triunfal numa carreta tomada aos portugueses em Pirajá, inicialmente com um velho mestiço descendente de indígenas e, a partir de 1826, com o caboclo esculpido por Manuel Inácio da Costa e seu carro alegórico. Falou também do presidente da província Francisco José de Souza Soares de Andréa, que em 1846 quis substituir o caboclo pela cabocla, sem que os baianos aceitassem, tendo a partir daí desfilado os dois carros. Querino narra os cortejos, as comemorações desde o bando anunciador, e inclusive a ida a Pirajá a partir de

1853, quando os restos mortais do general Labatut foram aí depositados. 3) Primórdios da Independência publicado na Revista nº 42, de 1916, sobre as causas remotas das lutas pela independência desde que a Câmara de Salvador protestou ao rei pelo decreto em 1671 que dizia que nenhum filho do Brasil pudesse ocupar o posto de desembargador neste Estado. A segunda parte do livro, intitulada Manuel Querino e as artes na Bahia, é introduzida pelo Dr. Luiz Alberto Ribeiro Freire, professor na Escola de Belas Artes da UFBA, que comenta quatro artigos referentes a Artes na Bahia, publicados por Querino na Revista do IGHB: 1) Os artistas baianos: indicações biográficas publicado no nº 31, referente a 1905, em que Querino agrupa os artistas por ofício, arrolando nomes de escultores, os trabalhadores em barro cozido, e os que faziam miniaturas, iniciando assim o relato da história da arte baiana a partir das biografias dos artistas;

2) Contribuição para a História das Artes na Bahia: José Joaquim da Rocha (sua naturalidade) publicado em 1908, no nº 34 da revista, em que Querino desfaz a confusão antes existente sobre se este pintor seria baiano ou mineiro. Houve, sim, homônimos em Minas Gerais, mas existiu o que é baiano mesmo, e aqui teve uma verdadeira escola de pintura em perspectiva; 3) Contribuição para a História das Artes na Bahia: os quadros da Catedral, publicado na revista nº 36, de 1910 em que Querino procura elucidar a autoria dos 16 pequenos quadros existentes na sacristia da Catedral, refutando a hipótese de serem de autoria holandesa, como até então se pensava; e 4) A Litografia e a Gravura, publicado no nº 40, de 1914, onde Querino narra

desde os primeiros ensaios de litografias baianas com Bento José Rufino Capinan em 1835, falando também da gravura e das oficinas que aqui se estabeleceram. A terceira parte do livro, introduzida pelo Dr. Raimundo Matos de Leão, Prof. do Curso de Artes Cênicas na Faculdade Social da Bahia, intitula-se Os teatros da Bahia sob o olhar de Manuel Querino e comenta o artigo deste intitulado Teatros da Bahia publicado no nº 35 da Revista do IGHB, referente a 1909, tratando de casas de espetáculos existentes em Salvador, tanto públicas quanto particulares. A quarta parte do livro, intitulada de Candomblés e negros ilustres, é introduzida pelo Dr Jeferson Afonso Bacelar, professor da UFBA, que comenta dois artigos de Querino: 1) Candomblé de caboclo, publicado no nº 45 da Revista, referente a 1919, falando da oferta ao IGHB de objetos pertencentes ao um famoso candomblé de caboclo em Salvador, feita pelo cel. Arthur Atahyde, e 2) Os homens de cor preta na História, publicado no nº 48 da revista, referente a 1923. Nele, Querino dá traços biográficos de 38 homens negros baianos que se destacaram, e no final da história de vida de Emigdio Augusto de Matos, professor de Matemática, graduado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e explicador de um dos netos de Pedro II, Querino ressalta que: No último período do regime monárquico, a maior parte dos professores públicos primários desta capital [Salvador] e seus subúrbios foram homens pretos. Os contemporâneos recordam-se, com saudade, desses amigos da infância. A quinta parte do livro se intitula Será sido Manuel Querino um biógrafo? questionamento feito pelo Prof. Waldir Freitas de Oliveira, aposentado da UFBA e membro da

Academia de Letras da Bahia, aos dois artigos de Manuel Querino: 1) Notícia biográfica de Manuel Pessoa da Silva, publicado no nº 36 da Revista, correspondente ao ano de 1910 e 2) Um baiano ilustre – Veiga Muricy, publicado no nº 48, em 1923. A sexta e última parte do livro traz um artigo da pesquisadora inglesa radicada no Brasil Sabrina Gledhill, graduada em Letras e mestra em Estudos Latino-Americanos pela University of Califórnia at Los Angeles (UCLA), onde foi orientanda do historiador Bradford Burns. Seu artigo se intitula Manuel Raimundo Querino, fazendo novo apanhado sobre sua biografia, à guisa de conclusão da obra. Sem a menor dúvida trata-se de obra meritória, não só por facilitar o acesso a alguns artigos importantes e relativamente pouco conhecidos de Manuel Querino, onde ele muito fala de atividades educativas tanto formais quanto informais, como pelos abalizados comentários e introduções aos mesmos feitos pelos eminentes professores convidados para tanto. Recomenda-se fortemente a sua leitura por historiadores, educadores e baianos em geral, não só pelos conhecimentos históricos e artísticos sobre a Bahia, mas também pela fruição de uma leitura agradável, fluente, trazendo novas abordagens e preciosas informações ainda muito pouco reveladas.



PASSOS, Elizabete. **Candolina Rosa (1921 - 1973)** / Elizabete Passos. - Salvador: EDUFBA, 2009. 50 p. - (Coleção Educadoras Baianas)

Resenhada por **Rebeca Laíse Santos Lima**

Mestranda/PGH/ UEFS
Pesquisadora do Grupo Histeice

O presente livro, aqui resenhado, enfoca uma das mais expressivas e atuantes educadoras baianas do século 20, Candolina Rosa de Cerqueira Carvalho, que atuou como professora, gestora e diretora de escolas públicas da Capital baiana, cidade de Salvador. Numa trajetória profissional de 32 anos, exerceu seu magistério na área de conhecimento em Letras, assumiu cargos de gestão na Secretaria de Educação Baiana e até fundou escolas em bairros distantes do Centro urbano, bairros populares como Pau Miúdo (GEEMPA) e Itapuã (Colégio do Rotary). Devido às suas contribuições no cenário educacional baiano recebeu homenagens do governo estadual pela sua dedicação, em especial à cidade de Salvador.

Escrito pela Professora Elizete Silva Passos, é o quinto volume da Coleção Educadoras Baianas, que conta com oito volumes no total, lançados entre os anos de 2004 e 2010. A Coleção privilegia a trajetória de oito Educadoras baianas

que deixaram suas marcas no processo de escolarização da Bahia, destacando as facilidades e dificuldades encontradas por elas ao longo de suas jornadas. É fruto de uma pesquisa exploratória, iniciada na década de 1980, em arquivos públicos e privados, em jornais, em instituições escolares e com fontes orais, registros utilizados para confecção dos livros. O livro que traça aspectos da trajetória de vida da professora Candolina Rosa Cerqueira Carvalho - Candolina Rosa- objeto desta resenha, foi publicado em 2009. Está estruturado em 4 partes. Na primeira, uma apresentação, a autora expressa suas motivações para a publicação da coleção; as mudanças ocorridas ao longo da pesquisa que teve início de forma exploratória, no âmbito de um projeto que envolvia a Faculdade de Educação e o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações de gênero/NEIM, sobre a atuação feminina de destaque em instituições escolares de Salvador, a partir do levantamento e análise de nomes de mulheres dados a escolas.

A intenção principal era investigar como estas educadoras “[...]se destacaram no cenário educacional, a ponto de serem lembradas e reverenciadas ainda hoje [...]” (PASSOS: 2009, p. 07) numa sociedade “ [...] em que o espaço público vem sendo destinado ao sexo masculino (idem).

Segundo Passos, a pesquisa foi avançando em novas questões, referentes a sua origem social, se foram coerentes com as representações e papéis de gênero veiculadas nas épocas que viveram e atuaram no magistério; se apenas ocuparam e exerceram papéis sociais que lhes foram permitidos ou quebraram barreiras e ousadamente ocuparam lugares na

esfera pública de privilégio do sexo masculino. A autora destaca que nos estudos de gênero, estava evidente que havia um mundo para os homens e outro para as mulheres. A eles eram destinadas às questões públicas, os cargos de poder e expressão no cenário social. A elas, o âmbito do doméstico, do lar, do espaço privado.

Destacou que muitas das educadoras pesquisadas e perfiladas deixaram escritos de punho próprio, que lhe permitiu afirmar que tiveram uma dedicação feminina tradicional, marcada pelos valores da igreja católica, no sexo feminino como o de natureza amorosa, não de um amor sensual, mas do amor materno, inspirado no exemplo divulgado pelo catolicismo-Maria, mãe de Jesus. Assim, a autora destacou que a imagem mulher-mãe-educadora foi a representação social mais presente nas falas de suas sujeitas.

No objetivo de recuperar a “memória da educação feminina”, e considerando que a prática educacional é uma das principais fontes de manutenção das desigualdades de Gênero ou de sua superação, a autora empreendeu a pesquisa sobre as 08 educadoras da coletânea, tendo como objetos os colégios que destacou como “matrizes formadoras da mulher na Bahia” (Passos, 2009, p. 09), quais sejam, o Instituto Feminino da Bahia, o Colégio Nossa Senhora das Mercês, a Escola de Enfermagem da UFBA, assim como a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas no século XX.

A partir dessa perspectiva, a autora explicitou que trabalhou com a memória histórica e social, tendo como base as

proposições do historiador francês Jacques Le Goff, que “[...] tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. O esquecimento e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva” (PASSOS, 2009, p. 09). A partir desta questão, Passos argumentou que o esquecimento e o silenciamento sobre as trajetórias destas educadoras é também parte do silêncio mais amplo sobre as atividades das mulheres no espaço público, e portanto, uma política de enquadramento das mesmas em perfis e espaços pré-estabelecidos, mas, objetos de tensões.

No livro em foco sobre professora Candolina Rosa Cerqueira de Carvalho, o quinto da coleção na época da publicação, considero possível destacar um triplo aspecto deste silêncio, pois além de mulher, era uma negra, oriunda de camadas populares.

Seguindo a estrutura do livro, o segundo tópico Candolina Rosa de Cerqueira Carvalho: dados biográficos- está dividido em 4 pontos e versa sobre seus “traços de sua personalidade”, “morte”, “homenagens recebidas” e “ideal de vida”. O terceiro tópico -”Perfil da Educadora” apresenta sua “Formação”, “Saberes e sua aplicação na vida Prática”; “Processo de Avaliação”; “ Cargos Ocupados” e “Mulher e Educadora”, e outros tópicos estão focados no ideal que movia sua vida, sua trajetória profissional, o método de ensino utilizado, os cargos que ocupou durante os seus 32

anos de magistério, Candolina morreu antes de completar 52 anos de idade.

Como recurso para evidenciar os traços deixados pela Mulher e Educadora na cena educacional baiana, a autora não segue uma linearidade temporal, ela avança e recua no tempo para evidenciar a importância de Candolina Rosa para o processo da escolarização da Bahia em especial na cidade de Salvador e de como ela era vista pelos seus alunos e pela sociedade. Outro recurso utilizado pela autora é a História Oral, pois Candolina não deixou textos escritos revelando suas motivações, quais ideias defendia. E a produção de trabalho sobre ela era praticamente inexistente, então foi necessária a utilização de entrevistas com familiares, amigos, alunos e companheiras de trabalho para reconstruir através das memórias coletivas e individuais a biografia dessa mulher negra que tanto contribuiu para o desenvolvimento da educação baiana.

E para dar base a utilização deste campo da história, ela utiliza o argumento que: “o que à primeira vista pode parecer de menor importância, entretanto, um exame acurado vai revelar seu significado e alcance” e para reforçar sua ideia ela cita o historiador Francês Le Goff (1996, p. 426), que afirma:

[...] tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história

são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Candolina Rosa de Carvalho que passa a se chamar Cerqueira após seu casamento em (1950), nasceu em 12 de setembro de 1921 em Salvador e faleceu na mesma cidade em 4 de abril de 1974 em decorrência de um câncer de mama. Nascida em uma família de escassos recursos econômicos, perdeu seu pai aos 15 anos de idade e se guiando pelos ideais de sua mãe que acreditava que “a educação era o caminho seguro para uma vida digna”, deixa de lado seu sonho de ser médica e com muita dedicação aos estudos se formou como professora primária aos 18 anos pela Escola Normal da Bahia, seguindo o caminho que a sociedade considera normal para uma mulher, no entanto sua ânsia e sede por conhecimento a fizeram prosseguir nos estudos na universidade licenciando-se em Letras e depois em Pedagogia.

Ainda sobre seu processo de formação, pois acreditava que o educador estava sempre se aperfeiçoando no seu ofício, fez duas especializações uma em Orientação vocacional e depois em Administração escolar pela UFBA. Em 1967 ingressa no Mestrado de Educação da mesma universidade, mas não veio a concluir, pois faleceu.

A sua atuação como professora se deu em escolas conceituadas das redes privadas e públicas de Salvador. Deu aulas também no ensino médio, espaço ainda de domínio masculino, mesmo num período onde a profissão de professor já era de predominância feminina. Sua forma

de lidar com os alunos tanto do sexo feminino quanto masculino a fez se destacar entre eles, o que gerou também uma série de comentários sobre o seu estereótipo, sendo considerada uma mulher pouco feminina e que pouco ligava para as roupas que utilizava, sua preocupação de acordo com os relatos trazidos pela autora, Candolina Rosa era uma mulher simples e direta, tratava a todos com a mesma distinção, era generosa, mas como uma educadora que é fruto de seu tempo, o rigor e a rigidez se fizeram marcante em sua prática educativa, o que ocasionou uma série de críticas e preconceitos.

Entretanto, ao longo de sua formação ela foi mudando como professora, misturando as técnicas aprendidas nos cursos, no entanto a sua fama de “carrasca” e “mulher macho” já estava consolidada e chegava onde quer que ela fosse. Era também referência pelos alunos, pois estes percebiam que apesar de sua cobrança ela estava preocupada com que eles estavam de fato aprendendo, o que ela desejava era que eles tivessem “sucesso profissional e pessoal”. Nos depoimentos a colocam como uma educadora alegre, dinâmica e corajosa, todo problema para ela tinha solução.

Os valores cristãos e morais estavam sempre presentes na vida de Candolina, devota de São Francisco ela era uma mulher ativa na comunidade católica, sempre envolvida com eventos e ações em prol da melhoria da comunidade e estes valores morais se mesclavam com sua prática educativa, ela procurava ser uma professora justa com seus alunos, dando conselhos, mesmo que não tivesse uma posição aberta sobre a política, ela possibilitou que seus alunos tivessem

a acesso a textos políticos e até abrigou alguns durante a perseguição política durante a ditadura.

Companheiras de trabalho e familiares revelam em trechos de suas entrevistas que a educadora não rompe totalmente com o que a sociedade esperava dela como mulher, foi modelo de mãe firme e que zelava pela moral, formou os 5 filhos em cursos de grande expressão na época, as mulheres médicas e os homens engenheiros. Enfrentou dificuldades, mas não deixou que o marido a impedisse de dar aulas, fundou uma escola onde recebia os alunos que não podiam pagar com bolsa de estudos, se impôs em reuniões, defendeu suas ideias, e assim foi solidificando sua carreira aclamada como uma das maiores educadoras baianas.

Dentre os cargos ocupados foi: diretora fundadora do Colégio Lomanto Júnior, no bairro de Itapuã, a fundação deste colégio é um dos exemplos da atuação de Candolina no esforço de facilitar a formação de jovens carentes que precisavam se locomover por longas distâncias para estudar. Fundou e dirigiu os Colégios Santo Antônio e o Ginásio João XXIII. Foi vice-diretora do Colégio Severino Vieira e Diretora da Ginásio Estadual Ministro Pires de Albuquerque.

A morte de Candolina Rosa foi recebida com pesar pelas autoridades, muitos compareceram ao seu funeral, ela trabalhou até seus últimos dias de vida, despachando documentos de sua própria casa. O artigo em sua homenagem no Diário Oficial é uma das provas do prestígio alcançado durante o seu trabalho. Entre as homenagens

recebidas se destacam o batizado do auditório do Ginásio Estadual Ministro Pires de Albuquerque com o nome dela e em 1983; o jornal A Tarde noticiou a criação de uma escola de Primeiro Grau com seu nome, anexa ao complexo Escolar Marquês de Maricá, no bairro da liberdade em Salvador e recebeu também pela Secretária de Educação e Cultura do Estado da Bahia o Diploma de Mérito Barão de Macaúbas. Dentre as outras homenagens prestadas temos o Troféu Professora Candolina, que foi instituído pelo bloco carnavalesco da Muzenza, oriundo do bairro da liberdade de que é predominantemente habitado pela população negra.

O livro sobre a trajetória de Candolina Rosa é uma contribuição importante tanto para o campo da História da Educação quanto para os estudos de Gênero. Narra a história de uma mulher negra que enfrentou desafios e mesmo em meio a uma época de mudanças e turbulências fez da prática educativa a sua arma, para lutar por uma educação com qualidade, para dar mais acesso e oportunidades as classes populares e de predominância negra na sociedade, como já vimos aqui a educadora acreditava que a educação era o passaporte para uma vida segura e digna.

É uma obra que se destaca no campo da História da Educação, pois se inscreve num processo onde esses pesquisadores estão se debruçando sobre os ‘velhos e novos objetos’ com novos olhares, novas perguntas, dando voz a sujeitos e histórias que estavam antes silenciadas, em especial destaca-se os estudos sobre a educação para o negro e seu processo de escolarização que engloba todos os indivíduos que fazem parte deste processo, alunos, trabalhadores e professores e

professoras negras. É uma obra necessária e que se soma aos trabalhos de História da Educação, Pedagogia e Gênero que vem sendo desenvolvidas pelos grupos de pesquisa da Educação Baiana.

Galeria de Imagens





Candolina Rosa jovem



Batizado da primeira filha. Com o marido, Francisco de Moraes Cerqueira, a mãe, Isabel, e o irmão Salvador.



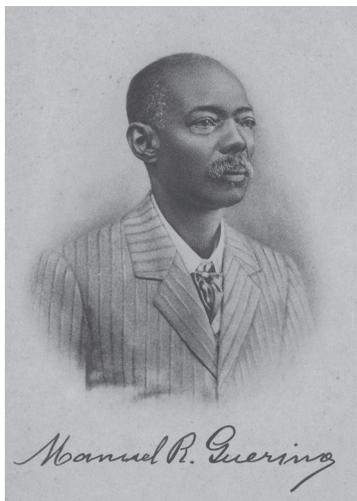
Candolina e os filhos: Cândida,
José Carlos, Francisco,
Vera e Antônia



Formatura em Pedagogia - Faculdade
de Educação da Bahia, dezembro de
1970, com Cândida e Francisco.



Formatura em Pedagogia - Faculdade de Educação da Bahia, dezembro de
1970, com Olga Mettig e colegas.



Fonte: Manuel Querino. Artistas bahianos, 2a ed. Bahia: Oficinas da Empresa "A Bahia", 1911.



Fonte: Pintores negros do oitocentos, de José Roberto Teixeira Leite.



Manuel Querino Jorge Calmon, O vereador Manuel Querino. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1995 (frontispício).

AT
CO
TA
IC
ST
RE
VIS
OF
EV
TC
RE
IST
B
HB
A
H
IA
E
HI
O
AF
CC
BA
IC
A
AFI
DA
RA
D
GR
O
OG
CC
OG
R

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

Espaço Aberto Memorial 2 de Julho

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA



MEMÓRIA DA DIRETORIA DE PUBLICAÇÃO DE 2018 A 2021

Maria Nadja Nunes Bittencourt

Diretora de Publicação IGHB

A Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia nasce pouco tempo depois da fundação da Casa da Bahia. Ela completou neste ano 127 anos, e a Revista 116 anos. A diferença temporal atribui-se a questões de ordem técnica e administrativa, de alguns períodos pelo qual passou, mas a publicação é mantida até os dias atuais, com a periodicidade anual.

Este periódico foi criado após aprovação do Estatuto em 1^o de junho de 1894. O primeiro número data de setembro de 1894. Publicado pela Typographia e Encadernação do Diário da Bahia, com a periodicidade trimestral.

O presidente do IGHB, Dr. Tranquilino Leovigildo Torres, instituiu a **Comissão de Redacção da Revista, livros e jornais** com a finalidade de organizar o periódico. Ela foi composta por: Dr. João Nepomuceno Torres, Dr. Filinto Justiniano Ferreira Bastos, Dr. Satyro de Oliveira Dias.

No primeiro Estatuto do IGHB, aprovado nas sessões de 17 de junho e 15 de julho de 1894, consta no projeto editorial:

Art. 1º-§10. *Publicar trimestralmente a Revista do Instituto que se dividirá em três partes:*

1ª. As actas das sessões; os discursos do presidente e do orador; e o relatório do 1º. Secretário, apresentado na sessão anniversaria. Nesta parte se publicará bienalmente a lista dos sócios existentes, por suas diversas categorias, com declaração da data de sua admissão no Instituto, bem como a dos sócios admitidos e falecidos.

2ª. Os trabalhos ou memorias dos sócios, documentos e artigos relativos aos fins a que se propõe o Instituto, originaes ou extractos, publicados por outras sociedades, ou pessoas litteratas, nacionais ou estrangeiras, precedendo a respeito delas o relatório de uma comissão do seio do Instituto para esse feito nomeada.

3ª. As biografias

A Revista do IGHB, é um periódico de edição da Casa da Bahia, cuja finalidade é a de divulgar textos de autoria dos associados, da comunidade baiana e brasileira, com rigor científico. Além de trabalhos de pesquisa histórica e geográfica, não somente de interesse local, como também

de suas relações com a história geral do país, na qual a Bahia seja protagonista.

A Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia é um instrumento de disseminação do conhecimento das Ciências Históricas e Geográficas e da Cultura e Artes da Bahia. Como canal de difusão do conhecimento, este periódico viabiliza a interlocução entre leitores, pesquisadores e a comunidade em geral, para ampliar a discussão de conteúdos de importância do patrimônio histórico-geográfico e artístico-cultural baiano e brasileiro, disseminar e compor a memória histórica e geográfica nacional.

Atualização da Identidade visual, Projeto Gráfico e Editorial

Ao longo de 127 anos, a Revista do IGHB se ajustou ao contexto de cada época e, conseqüentemente, modificou parte de seu projeto editorial inicial. Em dezembro de 2009, quando assumi a Diretoria de Publicação, na gestão da presidente do IGHB, Profa. Consuelo Pondé de Sena, apresentei à Diretoria, recém empossada, um projeto editorial e gráfico para a Revista do IGHB. Nele continha o projeto de identidade visual moderna e um projeto editorial consistente, para atender às exigências dos leitores contemporâneos.

Em 2018, após um intervalo de nove anos, retornei à Diretoria de Publicação com um novo conteúdo e o apresentei à Diretoria, presidida por Eduardo Moraes de Castro para análise e aprovação. Trata-se da inserção no projeto

editorial um foco representativo sobre os heróis baianos, para valorizar os exemplos de luta, missões e abnegações que dignificaram a memória histórica dos conterrâneos. Os números 113, 114, 115, 116 homenagearam: A Conjuração Baiana, Anna Nery, Luiz Gama, Candolina Rosa e Manuel Querino, respectivamente. O Edital 005/2022 da Revista n.117/2022 indica a homenagem a **Edson de Souza Carneiro** escritor baiano, etnólogo comprometido com os estudos sobre a cultura afro-brasileira.



O novo projeto editorial exigiu definições claras sobre a prática de avaliação de pares e definições de políticas que assegurem a qualidade do conteúdo que se publica. A Revista do IGHB integra dois Conselhos, um internacional e outro nacional, composto por membros internos e externos à Instituição. Além dos Conselhos inclui o Comitê Científico, cuja atribuição é a de operacionalizar as ações e atividades de produzir a Revista. Ele é constituído para cada número, portanto não é fixo, e tem como objetivo indicar os pares, com produção reconhecida na respectiva área do conhecimento, para submeter os artigos à arbitragem e, finalmente, aprovar. A este Comitê compete ainda, discutir e estabelecer a identidade temática do periódico e a linha editorial (política) geral e a das seções.

A releitura do projeto da Revista do IGHB se inicia na capa, na qual foi inserida uma imagem ilustrativa e representativa do ícone histórico do homenageado. Insere-se ainda modificação do dorso que amplia a informação nele contida; a atualização da ficha catalográfica; inclusão do QR Code na quarta capa, para permitir o acesso fácil à página do IGHB.

A política de oficializar a revisão e normalização, dos textos por profissionais habilitados na área, foi uma defesa constante e exaustiva. Havia uma fragilidade no sentido de que os profissionais que faziam as revisões não tinham uma relação oficializada com esta atividade. O apoio pelo programa Ações Continuadas a Instituições Culturais, iniciativa da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA), através do Fundo de Cultura da Bahia (FCBA) foi decisivo na liberação da rubrica para atender esta ação

que agrega valor à qualidade da publicação. Outra rubrica significativa foi a dos serviços de designer. A diagramação da Revista pelo profissional da área, garante a manutenção da identidade visual, importante para o impacto da qualidade da publicação.

A constante preocupação com a qualidade desta publicação fez com que estivesse atenta para defender a política contra plágio e más condutas em publicação. A Revista ao defender a integridade dos artigos nela publicados, exige que os autores evitem plágio, fraudes e violações de ética.

O espaço da publicação

Até 2017, no IGHB, não havia um espaço institucionalizado das ações e atividades da Diretoria de Publicação. Defendi como política de institucionalização a criação do espaço, entendendo que esta decisão agregaria valor a funcionalidade para muitas ações do IGHB, dentre elas cito por exemplo **a preservação da memória da publicação**. Desta forma, foi implantada a sala da Diretoria de Publicação com equipamento e uma assistente, cuja finalidade é a de preservar os dados sobre autores, colaboradores e seus respectivos estudos e pesquisas, que são transformados em textos; atender, registrar e executar devolutivas de demandas dos associados, colaboradores, autores e leitores em geral; organizar administrativamente a processualística do Comitê Científico; preparar as atas das sessões, formalizar e acompanhar os encaminhamentos; realizar pesquisas, dentro e fora do Instituto, para obter informações de fontes fidedignas sobre o que precisamos publicar; pesquisar o

conteúdo dos sumários das Revistas do IGHB para atualizar o Índice e operacionalizar a distribuição da Revista. Isto demandou a seleção e treinamento de um técnico para exercer estas atividades.

Além disso, produzi os documentos normativos da processualística pertinentes à produção da Revista como: Formulário de envio de artigos; Instrumentos procedimentais de acompanhamento da publicação da Revista: mapas, roteiros de atividades e de pareceres; Edital de Publicação; Plano Estratégico da Secretaria de Publicação; Ações e competências da assistente editorial; Contrato de Cessão de Transferência de Direitos Autorais; Editorial da Revista; Convite de lançamento da Revista; Programação do lançamento e release para a imprensa, para o Boletim Informativo e página do IGHB.

Toda essa movimentação de implantação de melhorias tem como finalidade inserir a Revista no universo de periódicos qualificados pelos órgãos avaliadores brasileiros, e incluí-la em fontes de indexação que resultem em impactos positivos de atrair pesquisadores para publicar os seus estudos, pois se isto impacta para a Revista o mesmo também acontece com o autor que nela publica seus estudos. A Revista do IGHB se encontra indexada na <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.xhtml> - Plataforma Sucupira.

O passo seguinte é o de ampliar as fontes indexadoras e inserir-se nas avaliações de áreas específicas deste periódico. Isto demanda de uma política interna de decidir como prioridade executar esta ação, o mais breve possível,

pelos profissionais que atendam à qualificação exigida para entender a linguagem e poder preencher os formulários com fidedignidade e segurança das informações.

A política de distribuição

A Revista tem lacunas quanto à distribuição. Não foi possível, durante esses quatro anos, implantar a distribuição oficializada deste periódico. Quanto à permuta é uma decisão política que se manteve muito distante da operacionalização. A permuta se dá quando instituições congêneres trocam entre si a publicação. Isto permite que ambas atualizem e ampliem o seu acervo. A outra modalidade é a assinatura, e por fim a doação ou cortesia, mas com acompanhamento, sabendo para onde a Revista está sendo encaminhada. Isto demanda a garantia de recursos de postagem, um controle dos exemplares, que são direcionados a outros setores do IGHB, sem que o setor de publicação tome ciência, e possa notificar e fazer os devidos registros e encaminhamentos às Instituições remetentes. O protocolo desta ação requer outra funcionalidade. Portanto, isto deixou muito a desejar e, sobretudo, de agregar valor ao periódico. Neste quesito, ainda incluo a ausência de registro da cortesia, e também, a timidez de implantar um sistema de assinaturas para o periódico. Estes são alguns dos indicadores de avaliação de um periódico.

A produção escrita

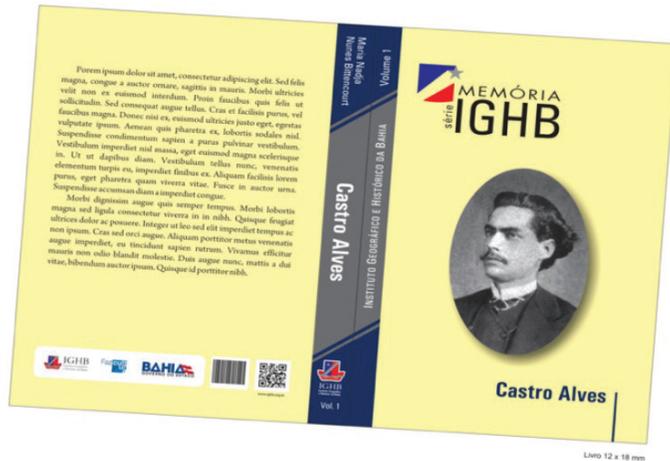
Em 2019 produzi e atualizei o texto do link da página do IGHB referente à **Publicação**. Criei um projeto, no qual desenhei um formato que atendesse às necessidades

do leitor, na sua busca pela informação sobre a Revista. Elaborei os textos com conteúdo e linguagem objetivas, claras e concisas. Os textos não foram publicados na página atendendo a um projeto de *webdesign*, pois este profissional não existe com função regular no IGHB. Ele é urgente e necessário para atender as demandas consequentes da nova Era, porque somente ele domina este conteúdo de atualizar os dados para garantir a dinâmica de uma página, atraente e fácil de se fazer uma busca.

Selo Série Memória IGHB

A **Série Memória do IGHB é mais uma iniciativa** e criação de participação na gestão da Diretoria de Publicação. Trata-se de um **Selo** que reedita obras históricas de ilustres, heróis e celebridades baianas com os seguintes critérios: ser uma obra de vultos e heróis históricos da Bahia; obra requisitada para pesquisa, mas que esteja impedida de manuseio; e que esteja em domínio público. Este projeto foi aprovado pela Diretoria do IGHB, e o procedimento seguinte foi o de estabelecer uma parceria com Assembleia Legislativa da Bahia para publicar.

As tratativas e o Convênio foram positivos, mas não foi publicado nenhum número do **Selo**. Este ponto considero uma fragilidade sensível sobre a política de publicação no IGHB, que precisa ser considerada como muito relevante, pois assim pensou o fundador do IGHB, presidente Dr. Tranquilino Leovigildo Torres. O primeiro volume seria sobre Ruy Barbosa e o segundo Castro Alves.



Boletim Informativo IGHB

Periódico quadrimestral que objetiva divulgar e anunciar as ações e atividades desenvolvidas pelo IGHB. Este periódico é também item do convênio com o Fundo de Cultura. Em 2018 apresentei, para avaliação da Diretoria do IGHB, um projeto editorial de repaginação do Boletim. Após aprovado ele ficou com a seguinte configuração das seções: Manchete (Fato em destaque); Revisitando a memória; Aconteceu e foi destaque; A Revista IGHB; Edital; Cursos; Agenda Cultural; Associado em Foco. Incluímos ainda um Expediente contendo o Jornalista Responsável, a Consultora de Pauta; Redação; Assistente Editorial e Apoio Editorial. Todas as publicações estão na página do IGHB para consulta. O último número publicado foi o 63, de janeiro a abril de 2020. Portanto, sua periodicidade teve interrupção de cinco números, ficando uma lacuna nesta publicação, que tem significativa importância para a divulgação de ações do IGHB. A decisão de publicar este periódico não compete somente à Diretoria de Publicação, inclui outras diretorias. Os números 64, 65, 66, 67 e 68 estão no prelo e deverão ser lançados até dezembro/2021, como cumprimento ao convênio do Fundo de Cultura.

**diretoria
 ighb**

Presidente:
 Eduardo Miranda de Castro
 1º Vice-Presidente:
 Renato Corrêa Lima
 2º Vice-Presidente:
 José Nilson Carvalho Pereira
 3º Vice-Presidente:
 Inácio Ferreira de Góes
 Secretário Geral:
 Severina Carol
 Secretário Adjunto:
 Newton Cayrol A. Pinheiro
 Diretor Presidente:
 Alberto Nunes Var da Silva
 Diretor Presidente:
 Nelson Teixeira Brandão
 Diretor Presidente Adjunto:
 Fernando Antonio de Sousa
 Ouvidor Oficial:
 José Fonseca de Góes
 Diretor de Publicação:
 Maria Nádya N. Brito
 Diretor de Biblioteca:
 Luiz Antônio Lobato Junior
 Diretor de Arquivo:
 Hélio Costa
 Zélia Magalhães Alves

**EVOLUÇÃO URBANA NOS
 470 ANOS DE SALVADOR**



Salvador 470 anos - evolução urbana cronológica
 O desenvolvimento urbano de Salvador, Bahia, nos últimos 470 anos, desde a fundação da cidade, é resultado de um processo contínuo de transformação urbana. Este processo foi influenciado por fatores econômicos, políticos e sociais, resultando na formação de um tecido urbano complexo e diversificado. A evolução urbana é marcada por ciclos de expansão e retração, refletindo as mudanças na economia e na administração da cidade ao longo do tempo.

Revisitando a Memória

O Elevador Lacerda, que liga a Calada Alta com a Calada Baixa em Salvador, constitui o nome do Arquivo de Lacerda por meio do qual se recuperam os arquivos de Lacerda, elaborados da Companhia de Turismo de Lacerda, o qual se trata, essencialmente, de um conjunto de documentos produzidos pelo arquiteto Francisco de Lacerda, com o nome de Lacerda e Lacerda, da Companhia de Turismo de Lacerda. O nome de Lacerda é o nome do Elevador Lacerda, da Companhia de Turismo de Lacerda. O Elevador é um monumento de grande importância histórica e cultural. Foi construído em 1927, com o nome de Elevador Lacerda, em homenagem ao arquiteto Francisco de Lacerda. O Elevador é um monumento de grande importância histórica e cultural. Foi construído em 1927, com o nome de Elevador Lacerda, em homenagem ao arquiteto Francisco de Lacerda.

**diretoria
 ighb**

Presidente:
 Eduardo Miranda de Castro
 1º Vice-Presidente:
 Renato Corrêa Lima
 2º Vice-Presidente:
 José Nilson Carvalho Pereira
 3º Vice-Presidente:
 Inácio Ferreira de Góes
 Secretário Geral:
 Severina Carol
 Secretário Adjunto:
 Newton Cayrol A. Pinheiro
 Diretor Presidente:
 Alberto Nunes Var da Silva
 Diretor Presidente:
 Nelson Teixeira Brandão
 Diretor Presidente Adjunto:
 Fernando Antonio de Sousa
 Ouvidor Oficial:
 José Fonseca de Góes
 Diretor de Publicação:
 Maria Nádya N. Brito
 Diretor de Biblioteca:
 Luiz Antônio Lobato Junior
 Diretor de Arquivo:
 Hélio Costa
 Zélia Magalhães Alves

**Bartholomeu Lourenço
 de Gusmão ganha
 memorial em Cachoeira**



Bartholomeu Lourenço de Gusmão, o grande diplomata brasileiro, ganhou um memorial em Cachoeira, Bahia. O memorial foi inaugurado em 1978, em homenagem ao diplomata. O memorial é um conjunto de obras de arte que retratam a vida e o trabalho de Gusmão. O memorial é um conjunto de obras de arte que retratam a vida e o trabalho de Gusmão. O memorial é um conjunto de obras de arte que retratam a vida e o trabalho de Gusmão.

Revisitando a Memória

Bartholomeu Lourenço de Gusmão, o grande diplomata brasileiro, ganhou um memorial em Cachoeira, Bahia. O memorial foi inaugurado em 1978, em homenagem ao diplomata. O memorial é um conjunto de obras de arte que retratam a vida e o trabalho de Gusmão. O memorial é um conjunto de obras de arte que retratam a vida e o trabalho de Gusmão. O memorial é um conjunto de obras de arte que retratam a vida e o trabalho de Gusmão.

**diretoria
 ighb**

Presidente:
 Eduardo Miranda de Castro
 1º Vice-Presidente:
 José Nilson Carvalho Pereira
 2º Vice-Presidente:
 Antonio Luiz Calmon Siqueira
 3º Vice-Presidente:
 Antonio Rodrigues N. Filho
 Secretário Geral:
 Newton Cayrol A. Pinheiro
 Secretário Adjunto:
 Raimundo Dos Menezes Filho
 Diretor Presidente:
 Nelson Teixeira Brandão
 Diretor Presidente Adjunto:
 Fernando Antonio de Sousa
 Ouvidor Oficial:
 José Fonseca de Góes
 Diretor de Publicação:
 Maria Nádya N. Brito
 Diretor de Biblioteca:
 Luiz Antônio Lobato Junior
 Diretor de Arquivo:
 Hélio Costa
 Zélia Magalhães Alves

**IGHB dá férias e promove
 agenda on-line durante
 Pandemia de Covid-19**



O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) anunciou que dará férias durante a pandemia de Covid-19. O IGHB é um órgão de pesquisa e documentação histórica. O IGHB é um órgão de pesquisa e documentação histórica. O IGHB é um órgão de pesquisa e documentação histórica.

Revisitando a Memória

Bartholomeu Lourenço de Gusmão, o grande diplomata brasileiro, ganhou um memorial em Cachoeira, Bahia. O memorial foi inaugurado em 1978, em homenagem ao diplomata. O memorial é um conjunto de obras de arte que retratam a vida e o trabalho de Gusmão. O memorial é um conjunto de obras de arte que retratam a vida e o trabalho de Gusmão. O memorial é um conjunto de obras de arte que retratam a vida e o trabalho de Gusmão.

Protocolos de Lançamento da Revista IGHB

Desde o número 113 da Revista do IGHB, defendi um diferente protocolo para lançamentos. Instituímos um cerimonial que atribuísse a este evento celebrar o conteúdo publicado na Revista, valorizar os autores e colaboradores, prestigiar os convidados. E, sobretudo, agradecer a todos que fazem a publicação. Isto posto, na Revista 113, na qual homenageou-se os Conjurados, aconteceu um encontro, no auditório Bernardino de Souza, de estudiosos e autores para tecer ideias sobre o conteúdo que se publicou.

Para Revista 114, celebramos nesse auditório, com a presença de autoridades, um momento de muita reflexão sobre o conteúdo publicado e inauguramos a I Exposição de Célebres da Bahia: A Mulher Anna Nery, ideia que foi muito aplaudida e agregou valor à publicação. Mais de 250 visitantes passaram pela Exposição, num período de férias escolares e meses de baixa frequência de visitantes ao IGHB. Expusemos a tela de Anna Nery, a coroa, crucifixo, medalhas, livros e materiais que lhe pertenceram. Esta iniciativa contou com a dedicação de um grupo multidisciplinar, e com o patrocínio do Museu Nacional de Enfermagem – MUNEAN e do Conselho Federal de Enfermagem, com apoio do Museu de Arte da Bahia, Igreja do Rosário de Cachoeira, museóloga do IGHB e Profa. de museologia da UFBA, consultora da memória de Anna Nery e descendentes dela. O impacto desta iniciativa resultou num convite para levarmos esta Exposição para acontecer na 10ª Festa Literária Internacional de Cachoeira-FLICA. Em 28 de fevereiro de 2020, na Sala da Presidência do IGHB,

realizamos a primeira reunião para discutir as primeiras tratativas de integrar a Exposição a este tão conceituado evento, e por fim no dia 13 de dezembro de 2020, encerrar o ano em comemoração aos 206 anos de nascimento de nossa heroína. Não foi possível continuarmos com os preparativos, pois fomos surpreendidos com a pandemia do Covid-19.



Folder e Banner da Exposição

A Revista 115 foi lançada no período da pandemia da Covid-19, o formato teve de atender aos protocolos determinados pelos órgãos estaduais e municipais de saúde pública. Em vista disto, o formato foi o remoto, mas nem por isto deixamos de conquistar grande êxito no Evento. Além dos autores participantes na live de Lançamento da Revista, dedicada a Luiz Gama, tivemos duas participações especiais: a da Profa. Dra. Lígia Ferreira pesquisadora nacional e internacional sobre Luiz Gama e a presença especial de Deo Garcez, ator renomado nacionalmente, com a performance do espetáculo **Luiz Gama: uma voz pela liberdade** em cartaz há 8 anos no Rio de Janeiro. Este lançamento teve uma visibilidade significativa nas mídias sociais, porque eles divulgaram nas suas redes a programação deste lançamento.

Publicações na mídia impressa

Produzi alguns textos para a imprensa escrita local, e especialmente no Boletim Informativo IGHB, sempre com a intencionalidade de informar, atualizar e anunciar as atividades do IGHB referentes à publicação. Dentre eles destaque:

1. A Casa da Bahia Celebra 125 anos no dia 13 de maio (jornal A Tarde)
2. A Casa da Bahia em defesa de Heróis Baianos (Tribuna da Bahia)
3. A publicação da memória histórica e cultural no IGHB (jornal A Tarde)

4. A Revista IGHB (Boletim Informativo)
5. Anna Justina Ferreira Neri a Mãe dos Brasileiros (Boletim Informativo)
6. Anna Nery a Mãe dos Brasileiros (jornal A Tarde)
7. IGHB semeando a cultura histórica (jornal A Tarde)
8. Lançamento da Revista 113 (Boletim Informativo, 2019)
9. Lançamento da Revista n.114 do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB (Boletim Informativo, 2019)
10. Luiz Gama, Presente! (jornal A Tarde).
11. Projeto Editorial Repaginado (Boletim Informativo, 2019)

Para além da Revista

Em 2017 fui indicada, pelo Presidente Eduardo Morais de Castro, para compor a Comissão de Atualização do Estatuto do IGHB. Durante o período, no qual fiquei responsável, também pela redação do texto, foram feitas sete versões, após exaustivas discussões com os membros da Diretoria. A última versão foi entregue à Presidência no dia 07/11/2017, após revisão técnica de advogado associado ao IGHB. Nela foi incluído conteúdo de significativa demanda do IGHB, o qual preenche lacunas visivelmente necessárias ao funcionamento da Casa, mas até a presente data ainda não conseguimos ter uma versão definitiva, para ser votada em Assembleia Geral. E, conseqüentemente, após este ato, ser elaborado o Regimento que regulamente o funcionamento interno da Instituição.

Curadoria em projeto da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia

Desde quando aceitei o convite de Consuelo Pondé de Sena para ser associada do IGHB, tenho contribuído para qualificar as ações e atividades nesta Casa. Neste ano, desempenhei o papel de Curadora do IGHB pelo Fundo de Cultura da Bahia, sobre a rubrica Serviços Intelectuais de Gestão de Publicações (Diretora de Publicação). O Fundo de Cultura fez a indicação de meu nome pelos serviços de relevância prestados pela Diretoria de Publicações. Isto representou ao IGHB a contrapartida intelectual de R\$ 64.125,00 (Sessenta e Quatro Mil Reais e Cento e Vinte e Cinco Centavos) anual.

Por fim, considero que ainda precisamos ampliar ações e desenvolver atividades que notabilizem a publicação no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, para tornar-se referência de seu conteúdo. A publicação é um indicador do marco da fundação desta Casa, por isto mesmo deve ser prioridade.

AT
CO
TA
IC
ST
RE
VIS
OF
EV
TC
RE
IST
B
HB
A
H
IA
E
HI
O
AF
CC
BA
IC
A
AFI
DA
RA
D
GR
O
OG
CC
OG
R

Agenda IGHB



20 de janeiro, às 17h	Live “O Espiritismo e suas aproximações com a Bahia”, com os professores doutores Adriana Gomes (UNIVERSO), Angélica de Almeida (IF-Sudeste de Minas), Marcelo Gulão (Colégio Naval) e o Prof. Doutorando Marcos Moreira (UNIRIO), sob a mediação do historiador Jaime Nascimento (IGHB).
25 de janeiro, às 17h	Palestra presencial, no auditório do IGHB, “A vida e a obra de Rui Barbosa”, ministrada pela jornalista Letícia Dornelles, presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa.
28 de janeiro, às 17h	Live de Lançamento da Revista IGHB n. 115 /2020, dedicada a Luiz Gama, com as participações da professora Nadja Nunes, Diretora de Publicação, Prof. José Nilton Carvalho Pereira, vice-presidente, o escritor Joaci Góes, a Profa. Dra. Lígia Ferreira e a participação especial de Deo Garcez, ator renomado, com a performance do espetáculo Luiz Gama: uma voz pela liberdade em cartaz há 8 anos no Rio de Janeiro.
17 de fevereiro, às 17h	Live “O som, o tempo e a memória: carnaval e música trieletrizada na Bahia de Todos os Santos”, com o professor, historiador e escritor Claudefranklin Monteiro (autor do livro ‘A vida é um trio elétrico’ – Edise), o professor Armando Castro (Cecult/ UFRB) e o músico Aroldo Macedo, com mediação do jornalista Jorge Ramos.
18 e 19 de fevereiro	Seminário virtual “Colóquio 200 Anos da Revolução do Porto: consequências para o Brasil e a Bahia”. Participaram: professores José Antônio de Oliveira (Instituto Politécnico do Porto), Manuel Passos (PPGHIP/Universidade do Porto), Moisés Amado Frutuoso (PPHis/UFBA); Miguel Corrêa Monteiro (Universidade de Lisboa), Sérgio Armando Diniz Guerra Filho (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), e Jorge Ramos (IGHB), sob a mediação do historiador Jaime Nascimento (IGHB).

22 de fevereiro, às 17h	Live de apresentação do projeto “Restauração de parte do acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia”, com o presidente do IGHB, Eduardo Morais de Castro, o restaurador José Dirson Argolo e a jornalista Alessandra Nascimento (coordenadora).
23 de fevereiro, às 17h	Live “A dinâmica do espaço urbano de Salvador”, com os professores Adriano Bittencourt Andrade (Ministério da Defesa - CMB) e Paulo Roberto Baqueiro Brandão (Universidade Federal do Oeste da Bahia), com mediação do professor André Nunes (Ifba). Atividade foi uma contrapartida do Mapa Cultural, da Fundação Gregório de Mattos, Prefeitura de Salvador, por meio da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, com recursos oriundos da Secretaria Especial da Cultura, Ministério do Turismo, Governo Federal.
25 de fevereiro, às 17h	Live Ciclo “Juristas do Brasil”, com o tema “Teixeira de Freitas: o jurisconsulto do império”, ministrada pelo Prof. Dr. Francisco Amaral, presidente da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, com mediação do advogado Ricardo Nogueira (IGHB).
26 de fevereiro, às 17h	Live de apresentação do projeto “Preservação do acervo Theodoro Fernandes Sampaio”, com o presidente do Instituto, Eduardo Morais de Castro, da diretora do Arquivo, Zita Magalhães Alves e de Alessandra Nascimento (responsável pela coordenação). O projeto tem apoio financeiro do Estado da Bahia através da Secretaria de Cultura e da Fundação Pedro Calmon (Programa Aldir Blanc Bahia) via Lei Aldir Blanc, direcionada pela Secretaria Especial da Cultural do Ministério do Turismo, Governo Federal.
24 de março, às 17h	Ciclo “Juristas do Brasil”, com live sobre o tema “Clóvis Beviláqua e o Código Civil de 1916”, ministrada pelo Prof. Dr. José Damasceno Sampaio, presidente da Academia Cearense de Letras Jurídicas, com mediação do advogado Ricardo Nogueira (IGHB).

29 de março a 4 de abril	Exposição de fotos e parceria entre IGHB e Confraria Fotográfica, em homenagem aos 472 anos de Salvador, nas redes sociais.
30 de março, às 16h	Live “O Ensino de Geografia enquanto instrumento potencializador para a ação e a inserção na sociedade”, ministrada pela professora Isabela Santos Albuquerque, e com as participações da professora Gilma Brito da Silva, docente de Geografia do IFBA, Campus Irecê, e do professor Luciano Almeida Lopes.
20 de abril, às 17h	Live “Inquisição: 200 anos da extinção do Monstro Terrível – 1821-2021”, pronunciada pelo professor Luiz Mott, sob a mediação do jornalista Jorge Ramos (IGHB).
Maio a Setembro	Realização do Curso “Conhecer e entender Salvador: desafios da contemporaneidade”, organizado pelo Setor de Geografia do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, com coordenação geral do professor Nilton Souza Santana (Ifba). As aulas (pela plataforma Google Meet) ocorreram de maio a setembro, uma vez por semana (sempre quinta-feira), das 19h às 21h.
4 de maio, às 16h	Lançamento do livro “Do Joanes ao Jacuípe – Uma história de muitas querelas, tensões e disputas locais”, do historiador e pesquisador Diego Copque, com as participações do jornalista Joao Leite Filho, a Secretária de Cultura de Camaçari, Márcia Normando Tude e o jornalista e produtor editorial, Luís Guilherme Pontes Tavares.
13 de maio, às 17h	Primeira Live comemorativa aos 127 anos de fundação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, com homenagem ao geógrafo Bernardino José de Souza. Participaram: presidente e vice-presidente do IGHB, Eduardo Moraes de Castro e José Nilton Carvalho Pereira e os professores doutores André Nunes de Sousa (Ifba) e Luciene Pereira Carris Cardoso (IMAM/UFRJ).

14 de maio, às 15h	Live comemorativa ao 210º aniversário da imprensa na Bahia, com o jornalista Leão Serva, historiador Pablo Magalhães, jornalista Nelson Varón Cadena e jornalista Jorge Ramos.
17 de maio, às 17h	Segunda Live comemorativa aos 127 anos de fundação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, com homenagem ao historiador Francisco da Conceição Menezes. Participaram: professores Luiz Alberto Freire (Ufba), Simone Dias C. de Oliveira (UNEB) e Jaime Nascimento (IGHB).
21 de junho, às 16h30	Live “Paisagem Cultural do Recôncavo Baiano: uma narrativa espacial regional a partir da análise do patrimônio urbano”, com o Dr. Luís Claudio Requião da Silva (UNEB), Prof. Dr. Adriano Bittencourt Andrade – (RJU - Colégio Militar de Brasília) e mediação do Dr. Jémison Mattos dos Santos (UEFS).
27 de maio, às 17h	Terceira Live comemorativa aos 127 anos de fundação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, com homenagem ao historiador e ex-presidente de honra da Casa da Bahia, José Wanderley de Araújo Pinho. Participaram: professora Antonieta D’Aguiar Nunes (Ufba), o professor Jaime Nascimento (IGHB) e o jornalista Jorge Ramos (IGHB).
29 de maio	Homenagem do IGHB ao Dia do Geógrafo (redes sociais)
28 de junho, às 15h	Aula on-line e expositiva de encerramento do projeto “Restauração de parte do acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia”, com coordenação do professor e restaurador José Dirson Argolo, e participação do presidente do IGHB, Eduardo Moraes de Castro, sob coordenação da jornalista Alessandra Nascimento. Ação foi contemplada no Prêmio Jaime Sodré de Patrimônio Cultural, da Fundação Gregório de Mattos, Prefeitura de Salvador, por meio da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, com recursos oriundos da Secretaria Especial da Cultura, Ministério do Turismo, Governo Federal.

01 a 10 de julho	Exposição “Personagens da Guerra pela Independência do Brasil” – com fotografias pertencentes ao acervo do IGHB, nas redes sociais, integrante da programação pelos 198 anos da Independência do Brasil na Bahia.
01 de julho, às 16h	Live de lançamento do livro “O processo da Independência do Brasil no Recôncavo Baiano (Política, Guerra e Cultura) 1820-1823” (Edufba), do historiador Manoel Passos Pereira, com mediação do jornalista Jorge Ramos.
02 de julho, das 8h às 10h	Com o tema “A Chama da Esperança”, o 2 de julho de 2021 homenageou a atuação de nossos heróis da independência, mas reverenciou também a todos os profissionais de saúde que estão na linha de frente do combate à pandemia do Covid-19. Às 8h, no Largo da Lapinha, foi realizado o hasteamento das bandeiras, com as presenças do prefeito da capital, Bruno Reis, do governador da Bahia, Rui Costa, do deputado Adolfo Menezes, presidente da Assembleia Legislativa da Bahia e do presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), Eduardo Morais de Castro.
6 de julho, às 17h	Live “Independência da Bahia: Projetos concorrentes dos sujeitos da História em 1823”, proferida pelo professor Alfredo Matta(UNEB), com mediação do professor Jaime Nascimento.
10 de julho, às 17h	Live de homenagem aos 150 anos da morte do poeta Castro Alves (1847-1871), com o jornalista, professor e escritor Muniz Sodré; escritor Saulo Dourado; ator performático Marcos Peralta e mediação do jornalista Jorge Ramos (comissão de Cultura do IGHB).

13 a 15 de julho	Participação do presidente do IGHB, Eduardo Moraes de Castro, no ‘VII Congresso dos Institutos Históricos do Nordeste’, coordenado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), em parceria com a Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese) e com o Programa de Pós-Graduação em História da UFS. O encontro, que seria realizado em 2020 para comemorar o Bicentenário da Emancipação Política de Sergipe, foi adiado para 2021 (em virtude da pandemia), de modo virtual. No encerramento, a Bahia foi escolhida para sediar o próximo encontro, em 2023, comemorativo ao Bicentenário da Independência do Brasil na Bahia.
20 de julho, às 17h	Live “Novos olhares sobre a Independência do Brasil na Bahia”, tendo como palestrante a professora doutora Lina Aras (Ufba), o professor doutor Sergio Guerra Filho (UFRB) como debatedor, e mediação do professor Jaime Nascimento (IGHB).
27 e 28 de julho, das 16h às 18h	Seminário e lançamento de e-book “(Re)apresentando Manuel Querino”. Mesa I: Prof. Jaime Nascimento (IGHB); Prof. Dr. Luiz Alberto Freire (EBA-UFBA); Profa. Msc. Renata Silva Cardoso (PPGA-UFBA); Mesa 2: Profa. Dra. Christianne Silva Vasconcellos ((Universidade Nacional da Colômbia); Prof. Dr. Flávio Gomes (UFRJ); Prof. Dr. Jeferson Bacelar (CEAO-UFBA); Profa. Dra. Sabrina Gledhill (IGHB), autora do livro “(Re)apresentando Manuel Querino -1851/1923: um pioneiro afro-brasileiro nos tempos do racismo científico”.
4 de agosto, das 17h às 21h	Lançamento do livro “Reflexões sobre trânsito”, coordenado pelos professores Antonio Francisco Costa e Nelma de Jesus Barreto.
19 de agosto	Homenagem do IGHB ao Dia do Historiador (redes sociais)

31 de agosto, às 17h	Live “Processos socioespaciais e migrações para o eixo Pelourinho/Santo Antônio”, com o Dr. Daniel Albuquerque (UFF) como palestrante, Dra. Rosali Braga Fernandes (UNEB) como debatedora e mediação da Dra. Lina María Hurtado (UNAL).
29 de setembro, às 17h	Live de homenagem ao centenário de nascimento da educadora Candolina Rosa de Carvalho Cerqueira, com as participações das professoras Ione Souza e Rita Carvalho e mediação do historiador Jaime Nascimento.
4 a 8 de outubro, das 14h às 17h	Curso on-line (plataforma zoom) “Como implementar um projeto audiovisual acessível”, ministrado pela professora Eurides Nascimento (Consultora em Acessibilidade e Diversidade).
4 a 29 de outubro, das 14h às 18h	Curso presencial sobre História da Bahia, com aulas ministradas pela professora doutora Antonietta D’Aguiar Nunes.
18 a 29 de outubro, das 14h às 18h	Curso “Samba, o dono do corpo: representações, claves e expressões afro-brasileiras na construção das musicalidades nacionais”, via plataforma zoom, ministrado pela cantora, compositora, historiadora, arte educadora e mestre em Cultura e Sociedade pela UFBA, Juliana Ribeiro.
28 de outubro, às 17h	Live “Uma Geografia dos conflitos minerais na Bahia: territórios extrativo-mineral do passado - repercussões no presente”, coordenada pelo Setor de Geografia do IGHB (com os professores doutores da Ufba: Lucas Zenha Antonino, palestrante e Claudia de Oliveira D Arede, debatedora e mediação de Lucidalva Menezes (Ifbaiano).

9 de novembro, às 17h	Live sobre o Centenário de Nascimento do jornalista, crítico literário e professor Heron de Alencar, com as participações de Carla Patrícia de Santana (escritora); Aba de Alencar (professora) e mediação do jornalista Jorge Ramos.
18 de novembro, às 17h	Novembro Negro – Live de lançamento do livro “Maxwell Assumpção Alakija” – A trajetória e militância de um africano na Bahia (1871-1933), Ed. Caravana, de autoria do escritor Sivaldo Reis, com mediação do Jornalista Ramos.
14 de dezembro	Assembleia Geral de Eleição da Diretoria e Conselho Fiscal do IGHB
28 de dezembro	Encerramento das atividades de 2021 do IGHB. A agenda cultural pode ser consultada no site www.ighb.org.br , no canal do youtube.com/ighbba , no facebook e instagram @ighbahia.

Relação de Associados



Associados do IGHB

BENEMÉRITOS

Antônio de Pádua Carneiro
Antônio José I. da Silva
Fernando Paes de Andrade
Jaques Wagner
José Nilton Carvalho Pereira

HONORÁRIOS

Fernando Manuel da S. Rebelo
João Paulo Marques Sabido Costa
Joaquim Veríssimo Serrão

EFETIVOS

Adeildo Osorio de Oliveira
Adélia Maria Bittencourt Marelím
Adelmo Fernando R. S. Júnior
Adelson Silva de Brito
Ademar Oliveira Cime Filho
Ademar Pinheiro Lemos Júnior
Adhemar Martins Bento Gomes
Adriano de Lemos Alves Peixoto
Adriano Eysen Rego
Adroaldo de Jesus Bélenis
Alan José Alcântara de Figueiredo
Alberto Bastos Balazeiro
Alberto Fael Filho
Alberto Pimentel Carletto
Alberto Salles Paraíso Borges
Aldely Rocha Dias
Aldevan Alves de Barros
Alessandro Timbó Nilo
Alex Guedes
Alex Schramm da Rocha

Alfredo Eurico Rodrigues Matta
Aline Barbosa de Araújo
Alírio Fernando Barbosa de Souza
Almir de Oliveira Santos
Almir Ferreira dos Santos
Almira Maria Vinhaes Dantas
Aloísio Palmeira Lima
Álvaro Pinto Dantas de C. Júnior
Américo Adnauer Heckert
Ana Cláudia Gomes de Souza
Ana Elisa Ribeiro Novis
Ana Lúcia da Silva Teixeira
Ana Paula Gordilho Pessoa
Anaci Bispo Paim
André Barachísio Lisbôa
Andre Luis Soares Lopes
André Luiz de Carvalho Nunes
André Nunes de Souza
Angélica Maria da A. R. Soares
Aníbal Augusto Gondim Silva
Anselmo Ferreira M. Carvalho
Anselmo José da Gama Santos
Antonia da Silva Santos
Antonio Bendocchi Alves Neto
Antonio Francisco Costa
Antonio Luís Silva de Carvalho
Antônio Luiz Calmon Teixeira
Antonio Menezes do N. Filho
Antonio Olavo dos Santos Filho
Antônio Plínio Pires de Moura
Antonio Rodrigues N. Filho
Antônio Tadeu Bahia Menezes
Aramis de Almada Ribeiro Costa
Aristeu Barreto de Almeida
Aristides Pereira Maltez Filho
Arivaldo Gomes da Mota

Armando Barreto Rosa	Diego Borges Ramos
Arnon Lima Barbosa	Dilson Cardoso da Silva Filho
Aroldo Luiz da Silva Bacellar	Dilton Domingos G. dos Santos
Arthur Guimarães Sampaio	Dinorah Berbert de Castro
Arthur Watt Filho	Dione Jacy Ferraz S. Moraes
Arthur Augusto de Oliveira Viana	Dione Máisa Soares da C. Euzébio
Artur Napoleão de Carneiro Rêgo	Djalma Navarro Falcão
Átila Brandão de Oliveira	Domingos Evangelista dos Santos
Augusto César Zeferino	Durval Ramos Neto
Augusto Sérgio A. Soares	Edilece Souza Couto
Baltazar Miranda Saraiva	Edilton Meireles de O. Santos
Beatriz Loureiro Cerqueira Lima	Edilúcio Fernandes
Benito Muiños Juncal	Edízio Rodrigues Mendonça
Bruno Leonardo G. Godinho	Edmar Rocha Torres
Bruno Lopes do Rosário	Ednaldo Crispim D. de Santana
Bruno Oliveira dos Santos	Ednaldo Soares
Caio César Tourinho Marques	Edson Ulisses de Melo
Caiuby Alves da Costa	Eduardo Augusto Rebouças França
Carlos Alberto Saraiva Santos	Eduardo Meirelles Valente
Carlos Artur Rubinos Bahia Neto	Eduardo Moraes de Castro
Carlos D'ávila Teixeira	Edvaldo Menezes de Araújo
Carlos Eduardo Behrmann R. Martins	Edvaldo Pereira de Brito
Carlos Eduardo Diniz Gonçalves	Elie de Lago Gonçalves
Carlos Eduardo Sodré	Elizabeth Conceição Santana
Carlos Eugenio Libano Soares	Ellen Melo dos Santos Ribeiro
Carlos Francisco Moura	Emanoel Silva Cairo
Carlos Jorge Pronzato	Emanuel D'Able do Amaral
Carlos Magno Estevanovic	Erivaldo Fagundes Neves
Carlos Martheo Crusoè G. Gomes	Esther Regina Largman
Carlos Roberto de Mello Kertesz	Eugênio Walter P. Montalvão
Carlos Roberto Santos Araújo	Euges Silva De Lima
Carol de Oliveira Lima Bandeira	Euza Maria Coelho De Araújo
Célia Maria Leal Braga	Evandro De Andrade Guerra
Ceres Marylise Rebouças de Souza	Everaldo Pedreira Rocha
César Augusto Borja F. Cardillo	Fabio Barros Sá Barreto
César de Faria Junior	Fábio da Silva Santos
Claude Franklin Monteiro Santos	Fernando Antônio de Souza
Claúdia Moraes Trindade	Fernando Da Gama Santos
Claudio Pondé Avena	Fernando de Souza Pedroza
Claudio Tinoco Melo De Oliveira	Fernando José C. Oberlaender
Coriolano Alberto A. de O. Filho	Fernando José Máximo Moreira
Creuza Santos Lage	Fernando Pinto de Queiroz
Daniela Sarno Mercês Santos	Fernando Santana Rocha
Dante Augusto Galeffi	Filipe Alberto F. de B. e B. de Mendóça
Denascy Phylocreon de C. Lima	Florencio Magalhaes M. Filho
Denis da Silva Galvão de Carvalho	Florisvaldo Moreira de Mattos

Francisco Antonio Da Silva Filho
Francisco Benjamin de Carvalho
Francisco César Lins Santana
Francisco Jorge de Oliveira Brito
Francisco José Pitanga Bastos
Francisco Neto de Borges Reis
Franklin de Carvalho O. Junior
Franklin de Cerqueira Machado
Frederico Meireles Dantas
Gabriel Neves Carneiro
Genivalda Cândido da Silva
Geraldo Leite
Geraldo Magalhães Machado
Gerana Costa Damulakis
Gerson Penna Neto
Getúlio Marcos Pereira Neves
Gildásio Vieira de Freitas
Gildecil de Oliveira Leite
Gilson Magno dos Santos
Gisela Band
Gláucia Maria de Lemos Leal
Gonçalo de Vasconcelos e Souza
Graciela Mendes Ribeiro Reis
Guilherme Aguiar de Oliveira
Guilherme Cortizo Bellintani
Gustavo Lanat P. de Cerqueira
Hamilton Celestino Da Paixão Filho
Hamilton José Castro Meira
Hélio José Bastos C. de Campos
Helmann Sanches Silva
Helvidio Braga Landim
Henrique Abreu Monteiro
Henrique Campos de Oliveira
Henrique Gonçalves Trindade
Hildevaldo Silva Ribeiro
Horácio Raymundo de S. Pires
Humberto Caldas da S. Junior
Igor Barbosa Souza
Ildo Fucs
Ione Celeste Jesus de Sousa
Iran Souza Da Conceição
Irton Villas Leão
Isadora Perez Alves Peixoto
Ivan Guanais de Oliveira
Ivanildo Almeida Lima
Ivanilton Santos da Silva

Jackson Amorim de Andrade
Jaime Oliveira do Nascimento
Jaíra Capistrando da Cruz Soares
Jan Maurício Oliveira Van Holthe
Jasón Siffert Lemos
Jayme Augusto Ribeiro de O. Matos
Jayme Newton V. de Lemos
Jemison Mattos Dos Santos
Jerônimo Pizarro
João Alberto de Oliveira Matta
João Augusto de Lima Rocha
João José Reis
João Maurício Prisco Paraiso
Joao Otavio De Oliveira Macedo
Joaquim Rodrigo de S. Dourado
Johildo Salomão Figueiredo Barbosa
Jorge Avelino da Lança F. Paredes
Jorge Luiz Ramos
Jorge Santana Bispo Junior
José Antônio de Jesus
José Antônio Moreira Icó da Silva
José Augusto da Silva
José Bezerra Lima Irmão
José Carlos Almeida Belitardo
José Claudio Alves de Oliveira
José da Silva Gazar
José Dionísio Nóbrega
José dos Santos Pereira Filho
José Eduardo Athayde de Almeida
José Geraldo dos Reis Santos
José Jorge Randam
Jose Jorge Souza Carvalho
José Luiz Ganem
José Manuel Lomba
José Marcos Pondé Fraga Lima
José Maria da Luz Santos
José Mário Dias Soares Junior
Jose Nilton Alves Pereira
José Péricles Diniz Bahia
José Ribeiro Rosário
José Roberto Pinho de A. Lima
Jose Rodrigues Nogueira Neto
José Silva Gazar
Josué da Silva Mello
Juciara Maria Nogueira Barbosa
Júlio César Teixeira

Junot de Carvalho Barroso Filho	Marcos José Oliveira
Juracy Magalhães Neto	Marcos Melo Neto
Jutahy Inácio Menezes	Marcos Oliveira Gurgel
Lélia Vitor Fernandes De Oliveira	Marcos Roberto de Santana
Leonardo dos Santos Ferreira	Marcos Vinicius Silva dos Santos
Leonardo Ribeiro Fraga de Lima	Maria Alice Pereira da Silva
Liacelia Pires Leal	Maria Angela Barreiros Cardoso
Lídia Boaventura Pimenta	Maria Angélica Barreiros Cardoso
Lidivaldo Reaiche Raimundo Britto	Maria Assunção de Oliveira Cadidê
Lina Maria Hurtado Gomez	Maria Conceição Da Gama Santos
Livia da Silva Modesto Rodrigues	Maria das Graças Monteiro Fernandes
Lizir Arcanjo Alves	Maria das Graças Nunes Cantalino
Lourenço de Figueiredo P. C. de Matos	Maria de Fatima Silva Carvalho
Lucas Carneiro Valencio	Maria de Vasconcelos Tavares
Lucas de Faria Junqueira	Maria do Carmo Baltar E. de Almeida
Lucia Maria da Franca Rocha	Maria do Rosário de Oliveira Pinheiro
Lúcia Maria de Araújo G. Santos	Maria do Socorro Targino Martinez
Luciano Corrado	Maria Dulce Cardoso
Luciano de Almeida Lopes	Maria Eleonora Cahajhyba
Luciano Silva Moraes	Maria Helena Franca das Neves
Lucidalva Andrade De Menezes	Maria Helena Lanat P. de Cerqueira
Lucigleide Nery Nascimento	Maria Helena Matue Ochi Flexor
Lucio Normando do Amaral Reis	Maria Inês Corrêa Marques
Luís Alberto Ribeiro Freire	Maria Nadja Nunes Bittencourt
Luís Fausto Dias Valois Santos	Maria Romilda Tavares Maltez
Luís Fernando Galvão de Almeida	Maria Tereza Salles N. de B. Matos
Luís Guilherme Pontes Tavares	Maria Virginia de Salles Garcez
Luís Vaz De Campos M. Tourinho	Mariana Bahia Dos Santos E Santos
Luislinda Dias de Valois Santos	Maribel Oliveira Barreto
Luiz Americo Lisboa Junior	Marina Garrido Moisés
Luiz Antonio Cajazeira Ramos	Mário de Mello Kertész
Luiz Antonio de Souza	Mário Lindenor Bastos Brito
Luiz Cláudio Aguiar	Mario Mendonça de Oliveira
Luiz Cláudio Guimarães	Marivaldo Batista Da Paixão
Luiz Henrique Silva Santana	Mauricio da Silva Ferreira
Luiz Paulo de Almeida Neiva	Mauro Lopes Figueiredo
Luiza Maria de V. Vianna	Miguel Angelo Almeida Teles
Lurdes Bertol Rocha	Miguel Angelo Velanes Borges
Manoel Antonio dos Santos Neto	Miguel Beirão de A. M. de Seixas
Marcella Pinto de Almeida	Miguel Calmon Teixeira de C. Dantas
Marcelo Duarte Dantas de Ávila	Miguel Sampaio
Márcio César de Mello Brandão	Monica Andrade Souza
Marco Antonio Neia	Monica Elizabeth Vieira M. Garrido
Marcos Antônio Rodrigues V. Filho	Murilo Sebastião Ramos Krieger
Marcos Antonio Santos Bandeira	Nelson Texeira Brandão
Marcos Euzebio de O. Menezes	Nelson Wanderley Ribeiro Meira

Newton Cleyde Alves Peixoto
Nidia Rejane Urpia
Nilo Cerqueira da Silva
Nilo de Almeida Gouveia Filho
Nilton José Costa Ferreira
Nilton Sousa Santana
Nilzo Augusto Mendes Ribeiro
Nivaldo dos Santos Aquino
Núbia Cristina de Jesus Santos
Octavio Henrique C. Messeder
Orlando Tourinho Junior
Oscimar Alves Torres
Osvaldo de Almeida Bomfim
Osvaldo de Oliveira Bastos Neto
Osvaldo Francisco Martins
Pablo Antonio Iglesias Magalhães
Pablo Sotuyo Blanco
Paulo Coelho Veiga
Paulo Costa Lima
Paulo Emílio Parente de Barros
Paulo Faria
Paulo Ormino David de Azevedo
Pedro Alberto de Oliveira Silva
Pedro de Almeida Vasconcelos
Pedro José Galvão Nonato Alves
Pedro Manoel Da Costa
Penildon Silva Filho
Raimundo Luiz de Andrade
Raimundo Nonato Portela de Souza
Raimundo Santos Silva
Ramiro Senna Berbert de Castro
Raul Affonso Nogueira Chaves Filho
Raymundo Luiz de Oliveira Lopes
Regina Célia Santos Rocha
Regina Stella Calmon T. D. Lima
Renato de Mello Guimarães Lôbo
Renato Simões Filho
Renato Souza Santos
Ricardo Isensee Monteiro
Ricardo Mauricio Freire Soares
Ricardo Mauricio Nogueira E Silva
Ricardo Tupiniquim Ramos
Rita de Cássia S. de C. Rosado
Rita Maria Cruz Pimentel
Roberto Gondim Pires
Roberto Nunes Dantas
Robson Fernandes Arapiraca
Romário Costa Gomes
Rommel Robatto
Ronaldo Ribeiro Jacobina
Rosa Maria Cardoso de S. Valente
Rosemma Burlacchini Maluf
Rubens Antônio da Silva Filho
Ruy Do Carmo Póvoas
Saionara Bonfim Santos
Saulo Matias Dourado
Sergio Alexandre Meneses Habib
Sergio Armando Diniz Guerra
Sérgio Augusto Soares Mattos
Sérgio Fraga Santos Faria
Silvio Almeida Passos
Silvio Porto De Oliveira
Simone Trindade Vicente da Silva
Sione Maria Porto De Oliveira
Soane Nazaré de Andrade
Sônia Maria de Couto Jonas
Suely Moraes Ceravolo
Suzane Calmon T. D. L. Vicentini
Swarts Alves Torres Sobral Bentes
Sylvia Maria Alcântara Reis Mendes
Sylvio Guimarães Lobo
Tasso Paes Franco
Tatiana Brito de Araújo
Tiago Floriano Silva
Tiago Ramos Ribeiro
Ubirajara Dantas Lemos
Valther Xavier Aguiar
Vanda Angélica da Cunha
Vera Lúcia Príncipe Costa
Vera Madalena Publio B. de Araújo
Vicente Favella Filho
Vicente Sebastião de Oliveira
Wilson Caetano de Sousa Junior
Virginia Ottony de Araújo Pinho
Vivaldo do Amaral Adães
Waldette Maria dos Santos
Walter Carneiro da Silva
Walter José Doria Cancio Soares
Walter Luiz Brito dos Santos
Walter Moacyr Costa Moura
Wilson De Lima Brito Filho
Wilson Roberto de Mattos

Yara Dulce Bandeira de Ataíde

REMIDOS

Adelino Kfoury Silveira
Adhemar Martins Bento Gomes
Adinoel Motta Maia
Aidre da Cunha Guedes
Alberto Almada Rodrigues
Alberto Nunes Vaz Da Silva
Alberto Sales Paraíso Borges
Almir de Oliveira Santos
Aloildo Gomes Pires
Álvaro Pinto Dantas de Carvalho
André Jorge Publio Dias
Antonietta D'aguair Nunes
Antonio Alberto Dias dos S. Balazeiro
Antônio Alberto Machado P. Valença
Antônio Dias Farinha
Antônio Ezequiel da Silva
Antônio Ferreira Paim
Antônio Ivo de Almeida
Antonio Lima Farias
Antonio Natalino Manta Dantas
Antonio Oscar de Santana
Antonio Paulo Goes de Araújo
Archimedes José Stiebler P. Franco
Arilda Maria Cardoso Souza
Aroldo Barreiros Cardoso
Arthur Cesar Costa Pinto
Astor de Castro Pessoa
Augusto J. C. L. Pedreira De Silva
Augusto Manuel Teixeira de Souza Braga
Benedicto Alves De Castro Silva
Branca Hortélio Fernandes
Carlos Alberto Reis Campos
Carlos Antonio Martins de Carvalho
Carlos Sampaio Filho
Cícero Vilas Boas Pinto
Cid José Teixeira Cavalcante
Clomir Gonçalves da Silva
Clóvis Álvares Lima
Daniel Antunes Junior
Djalma Navarro Falcão
Dorine Daisy Pedreira de Cerqueira
Durval Freire de Carvalho Olivieri

Edival de Melo Távora
Edla Alcântara Angelim
Edmundo Aníbal Heredia
Eduardo Guimarães P. das Neves
Eduardo Jorge Mendes Magalhães
Emilton Moreira Rosa
Epitácio Pedreira de Cerqueira
Ernani Newton Quadros Cairo
Ester Regina Largmam
Fernando Antonio G. Alcoforado
Fernando da Costa Tourinho Neto
Fernando da Rocha Peres
Florence Lebram Von Sohsten
Francisco de Vasconcelos
Francisco Fernando Saraiva Câmara
Francisco Pinheiro Lima
Fredie Souza Didier Junior
Gabriella Micks
Gerson Pereira dos Santos
Gilberto Sampaio Pithon
Guarani Valença de Araripe
Guilherme G. da S. D'ávila Lins
Helena Margarida M. Abreu
Helio de Oliveira Cardoso
Henrique Pinto Rema
Hildete Maria da Encarnação
Hitoshi Ishihara
Hugo Raminerez
Isaias de Carvalho Santos Neto
Isaura Prisco Paraíso
Isidoro Vasquez de Acuna Y Garcia
Israel de Oliveira Pinheiro
Itamar Jose de Aguiar Batista
Ivan da Silva Barroso
Ivo GastaldoneJairo Cunha
Jayme Ramos de Queiroz
Joaci Fonseca de Góes
João Bosco Soares dos Santos
João Maurício de Araújo Pinho
Joaquim Luiz de Souza
Joaquim Pondé Filho
Jonas de Souza Carvalho
Jorge de Souza Duarte
Jorge Raimundo de Cerqueira E Silva
Jorge Vaz Lordelo
José Andrade Mendonça

José Antônio de Mello Vicentini
José Arthur Rios
José Augusto Guimarães
José Bernardo Cordeiro Filho
José Carlos Augusto da Silva
José Carlos Martinez Martinez
José C. de La-Rocque de M.S.Guimarães
Jose Cesaes e Silva
José Lamartine de Andrade L. Neto
José Leite de Souza
José Maria Magnavita
José Newton Alves de Souza
Joselito Barreto Abreu
Joviniano de Carvalho Neto
Jurandir Antonio Sá Barreto Júnior
Justino Mendes de Almeida
Kabengele Munanga
Kátia Maria Coelho de C. Custódio
Lamartine de Andrade Lima
Lúcia Maria Ruas Gaspa
Luis Alberto Cibilis
Luiz Gonzaga da Silveira
Luiz Ovídio Fisher
Luiz Vianna Neto
Manoel Barreto Falcão
Manoel Figueiredo Castro
Manoel Joaquim F. de B. Sobrinho
Manoel José Pereira da Silva
Manuel Cadafaz Matos
Manuel José Pereira da Silva
Marc Werner Herold
Marcel Lavallée
Marcia Angelina Matos de O. Rangel
Marcos Gorender
Maria Beltrão
Maria do Carmo Sardinha Martins
Maria do Socorro Targino Martinez
Maria Helena Ochi Flexor
Maria Hilda Baqueiro Paraíso
Maria Inês Cortes de Oliveira
Maria Julieta Diniz Gonçalves Costa
Maria Luíza Sarmento Pinto L. Gonçalves
Maria Mercedes de Oliveira Rosa
Maurício Tourinho Dantas
Milton Carlos da Motta Cedraz
Moacyr Pinheiro Silva

Nelson Almeida Taboada
Nelson Figueiredo Pondé
Newton Oliveira
Nilton José de Souza Ferreira
Orlins Santana de Oliveira
Oscar Damião de Almeida
Paulo Motta Alves Peixoto
Phidias Martins Júnior
Raimundo de Oliveira Borges
Raymundo Kruschewsky G. Ribeiro
Raymundo Laranjeira
Rizovaldo da Silva Menezes
Roberto José de Souza
Rogério de Vasconcelos F. Tavares
Rozendo Ferreira Neto
Sérgio Emílio Schlang Alves
Sergio Martinez
Sylvio de Almeida Passos
Sônia Maria Ribeiro Simon Cavalcanti
Sudário de Aguiar Cunha
Sylvio Bandeira de Melo
Sylvio Carlos Bandeira de M. e Silva
Sylvio de Carvalho Marback
Sylvio Guimarães Lobo
Terezinha Teixeira Santos
Victorino Coutinho C. de Miranda
Waldir Freitas Oliveira
Walter Carneiro da Silva
William Vieira do Nascimento
Wilson Guimarães Vieira
Zita Magalhães Alves

CORRESPONDENTES

Aaron Salles Fernandes Silva Torres
Abilarde Duarte
Ademir Pereira dos Santos
Adilson César
Adolfo Morales de Los Rios Filho
Aidenor Aires Pereira
Alberto Almada Rodrigues
Alberto Frederico Lins Caldas
Alberto Martins da Silva
Alberto Venâncio Filho
Alceu Maynard de Araújo
Ana Lucia Granja de Souza

Antonella Rita Roscilli	Guilherme Gomes da S. D'Ávila Lins
Antônio Augusto de M. Drumond	Gutemberg Medeiros Costa
Antônio da Rocha Almeida	Helena Parente Cunha
Antônio Dias Farinha	Hendrik Kraay
Antônio Ezequiel da Silva	Henrique Pinto Rema
Antônio Ferreira Paim	Hilton José Gomes de Queiroz
Antônio Jorge Furquim	Hitoshi Ishihara
Antônio Pedro de Bacelar Carrilhas	Hugo Ramirez
Antônio Possidônio Sampaio	Ionam Galo Toscano Brito
Antonio Seixas	Isidoro Vásquez de Acunã G. Delpostigo
Armando Alexandre dos Santos	Ivo Gastaldoni
Arnaldo Arantes	Jair Fernandes de Moura
Arno Wehling	Janete Ruiz de Macedo
Arraes de Vilhena Falcão	Jerônimo Pizzarro
Artur Martins Franco	João Alfredo de Souza Montenegro
Aureliano Leite	João Antônio da Silva Cezimbra
Berthold Zilly	João Maurício de Araújo Pinho
Cândido Vargas de Freire	Johannes Augel
Carlos Jose Bargaça Veiga	Jorge Couto
Carlos Magno Estevanovic	Jorge de Souza Duarte
Carlos T. de Saxe-Coburgo e Bragança	Jorge Forjaz
Carlos Vianey Oliveira	José Alves Siqueira Filho
Celso Jaloto Ávila Júnior	José Antônio Nunes Beja da Costa
Crhistóvão Dias de Ávila Pires Júnior	José Arthur Rios
Cybellé Moreira de Ipanema	José Augusto Ventin Pereira
Cyro de Mattos	José Ibarê Dantas
Daniel Antunes Júnior	José Luiz da Mota Menezes
Dario Teixeira Cotrim	José Mendonça Teles
Dick Edgar Ibane Grasso	Justino Mendes de Almeida
Douglas Apratto Tenório	Kabengele Munanga
Edmundo Aníbal Herédia	Léa Brigida Rocha de Alvarenga Rosa
Edmundo Fernão Moniz de Aragão	Leão Renato Pinto Serva Neto
Edson Santana do Carmo	Lourenço de F. P. Correia de Matos
Eduardo da Silva	Luís Alberto Cibils
Eliana Calmon Alves	Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros
Epitácio Pedreira de Cerqueira	Luiz Cláudio Aguiar
Esther Caldas Guimarães Bertolletti	Luiz Fausto Dias Valois Santos
Esther Regina Largman	Luiz Philippe Pereira Leite
Euclides Pinto Torres	Lydia Pinheiro de Araújo Sá
Fabiano Cataldo De Azevedo	Manuel Cadafaz Matos
Fátima Alves Tostes	Marco Antonio Neia
Fernando da Costa Tourinho Neto	Marcus Joaquim Maciel de Carvalho
Fernando Hipólito da Costa	Marcus Soares de A. de N.da Costa
Francisco de Vasconcelos	Marcus Vinícius Vilaça
Gilfrancisco Santos	Maria Beltrão
Gloria Kaiser	Mário Portugal Fernandes Pinheiro

Melquíades Pinto Paiva
Miguel Maria Santos C. Monteiro
Moema Parente Augel
Napoleão Tavares Neves
Olindo Herculano de Menezes
Paulo Coêlho de Araújo
Paulo Fernando de Moraes Farias
Paulo Roberto Pereira
Pedro Augusto de Freitas Gordilho
Plauto Afonso da Silva Ribeiro
Raimundo de Oliveira Borges
Raimundo Felipe Sobrinho
Raul Giovanni de Mota Lody
Raymundo Laranjeira
Ricardo de Carvalho
Roberto de Araujo C. de Albuquerque
Rui Manuel Cordeiro de V. Rasquilho
Ruy Noronha Miranda
Sebastião Augusto de Souza Nery
Sérgio Martínez Baeza
Terezinha Teixeira Santos
Túlio Vargas
Valther Xavier Aguiar
Vamireh C. de Albuquerque Nascimento
Vicente Sebastião de Oliveira
Victorino Coutinho Chermont de Miranda
Wagner Eustáquio de Araújo
Walter Carvalho Merling Júnior
Washington Luís Andrade Araújo
Wellington Estevanovic
Wilson Estevanovic Neto
Wilson Gealh

AT
CO
TA
IC
ST
RE
VIS
OF
EV
TC
RE
IST
B
HB
A
H
IA
E
HI
O
AF
CC
BA
IC
A
AFI
DA
RA
D
GR
O
OG
CC
OG
R

Edital e Normas de Publicação



INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA – IGHB EDITAL DE PUBLICAÇÃO nº 005/2022 da Revista IGHB n. 117

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia–IGHB, torna público o **Edital de Publicação nº 005/2022 da Revista IGHB n. 117**, com lançamento previsto para dezembro de 2022. Os artigos enviados serão submetidos à apreciação de pareceristas *ah doc* e ao Comitê Científico da Revista. Os originais deverão ser apresentados em conformidade com as normas abaixo descritas.

Objetivo

O presente Edital visa selecionar, para publicar, artigos oriundos de estudos e pesquisas de associados e da comunidade baiana sobre a memória geográfica e histórico-artística-cultural da Bahia, visando difundir conhecimentos, que sejam relevantes para o desenvolvimento de sua população.

Normas para aceite de participação

1. Preencher o **Formulário de Envio do Texto**, anexo ao artigo de sua autoria.
2. A Revista publicará um dossiê sobre **Edson de Souza Carneiro** escritor baiano, etnólogo comprometido com os estudos sobre a cultura afro-brasileiro. Estão convidados os pesquisadores e estudiosos, sobre ele, para contribuir com o número 117. Receberá também contribuições de temas que versem sobre memória geográfica e histórico-artística-cultural da Bahia.
3. O texto deve ser enviado à Direção de Publicação, acompanhado de um resumo do currículo do autor; do resumo informativo conforme a - NBR 6028 com 150 palavras no máximo seguido do *abstract* e palavras chaves.
4. As demais seções da Revista terão seu conteúdo exclusivamente originado de atividades internas do IGHB.

Quando o texto tiver ilustrações – Tabelas, figuras, gráficas e desenhos (tif ou jpg) devem ser apresentados em páginas separadas indicando-se no corpo do texto os locais em que devem ser inseridos, além de numerados, titulados e apresentar indicação das fontes que lhes correspondem.

Citação – A Revista do IGHB adota o critério de autor, data, página de acordo com a NBR 10520 de 2003. As citações bibliográficas ou de site, inseridas no próprio texto, devem vir entre aspas ou em parágrafo com recuo e sem aspas, remetendo ao autor. Diferentes títulos do mesmo autor, publicados no mesmo ano, devem ser diferenciados adicionando-se uma letra depois da data (a, b). Quando o autor fizer parte do texto, este deve aparecer em letra cursiva. Exemplo: De acordo com Silva (1982, p.35), etc. Quando o autor não faz parte do texto, este deve aparecer ao final do parágrafo, entre parênteses e em letra maiúscula, como no exemplo a seguir: A pedagogia das minorias está à disposição de todos (SILVA, 1982, p.35). Para qualquer referência a um autor deve ser adotado igual procedimento. Deste modo, no rodapé das páginas do texto, devem constar apenas as notas explicativas estritamente necessárias, que devem obedecer à NBR 10520, de 2003, não ultrapassando três linhas.

Referências – Deverão vir após parte final do texto, em ordem alfabética, a lista dos autores e das publicações conforme a NBR 6023 de setembro de 2003, da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). **As referências devem conter exclusivamente os autores e textos citados no corpo do artigo.**

O artigo que atender às normas acima citadas deverá, por ordem de atendimento, incluir-se na agenda de publicação da Revista para o planejamento editorial.

Inscrições

Os interessados devem, no período de **20/10/2021 a 20/07/2022**, encaminhar os artigos acompanhados do **Formulário de Envio do Texto**, devidamente preenchido, conforme as normas estabelecidas neste Edital, para o endereço: diretoria.publicacao@ighb.org.br

CrITÉrios de avaliação e seleção

Este Edital abrangerá produções científicas, técnicas, artísticas e culturais.

Será contemplado o artigo que se enquadre nos requisitos, a saber:

- Relevância do tema para a memória geográfica, histórica, artística e cultural da Bahia
- Impactos nas áreas de interesse do IGHB
- Atendimento às normas de publicação deste Edital

Após a inscrição, somente os originais selecionados serão enviados para um ou mais pareceristas, desde que tenham sido atendidos os requisitos elencados nos itens anteriores. Ressalta-se que será garantido o anonimato de autores e pareceristas no processo de avaliação dos originais. Originais não contemplados por este Edital serão informados aos autores, e no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após a publicação do resultado final deste Edital, os arquivos serão descartados.

Publicação

Os textos selecionados serão publicados na Revista IGHB número 117 e será lançado em dezembro de 2022. Os direitos autorais dos textos publicados por este Edital serão cedidos ao IGHB.

Calendário, cronograma e informações adicionais

Os resultados serão divulgados individualmente.

O presente Edital obedecerá ao seguinte calendário

AÇÕES	DATAS
Divulgação do Edital	20/10/2021
Período de recebimento dos artigos	20/10/2021 a 21/07/2022
Avaliação dos textos	21/06/2022 a 20/08/2022
Divulgação dos resultados	30/08/22

Seleção de originais

1. Modificações de estrutura ou de conteúdo, sugeridas pelos pareceristas, só serão incorporadas mediante concordância dos autores.
2. O artigo aprovado com restrição será encaminhado para a reformulação por parte do autor. Neste caso, o Comitê Científico se reserva o direito de recusar o original, caso as alterações nele introduzidas não atendam à solicitação dos pareceristas e do Comitê Científico.

3. O autor será comunicado sobre o processo de andamento de seu original no prazo de até trinta dias, após a reunião do Comitê Científico.
4. Os artigos serão submetidos a pareceristas *ad hoc* externos ao IGHB. Caso sejam sugeridas alterações, os autores serão consultados. Os originais não serão devolvidos.

Orientação para a formatação dos textos

1. O artigo deve ter a extensão de até 15 páginas A4, digitado em fonte *Times New Roman*; tamanho 12; entrelinhas simples; margem superior 3,5; inferior 3,0; margem direita 3,5 e margem esquerda 3,0 sem fontes ou atributos diferentes para títulos e seções.
2. O artigo deve conter um resumo em português com 150 palavras seguido do *abstract* e palavras chaves.
3. Utilizar maiúsculo para título principal, e maiúsculas e minúsculas nos subtítulos das seções.
4. Assinalar os parágrafos com um único toque de tabulação e dar enter apenas ao final do parágrafo.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Comitê Científico.

Endereço para contato

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia-IGHB
Av. Joana Angélica, 43 – Piedade – Salvador – Bahia
CEP 40.050-001
Maria Nadja Nunes Bittencourt
Diretora de Publicação IGHB
diretoria.publicacao@ighb.org.br

Normas de publicação

A Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia é uma publicação anual do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB que se constitui de um canal de disseminação das Ciências Histórica e Geográfica e da Cultura e Artes. Pretende divulgar textos de autoria dos associados, da comunidade baiana e brasileira com rigor científico e metodológico. Aceita artigos que sejam classificados com os seguintes pré-requisitos:

- Atenda às normas de publicação
- Preencha o nível exigido de qualidade científica
- Apresente afinidades com a natureza da publicação
- Relevância do tema para a memória geográfica, histórica e cultural da Bahia
- Abordagem atualizada sobre o tema

Orientações

O texto deve ser enviado à Direção de Publicação, para o endereço eletrônico: diretoria.publicacao@ighb.org.br acompanhado de um resumo do Currículo do autor; do resumo informativo conforme a - NBR 6028 com 150 palavras no máximo. No currículo do autor deverá conter dados pessoais e acadêmicos (nome, endereço completo, telefone, instituição de vinculação, mais alta titulação acadêmica, e e-mail) na ordem a figurar na publicação.

Quando o texto tiver ilustrações – Tabelas, figuras, gráficas e desenhos (tif ou jpg) devem ser apresentados em páginas separadas indicando-se no corpo do texto os locais em que devem ser inseridos. Devem também ser numerados, titulados e apresentar indicação das fontes que lhes correspondem.

Processo de Seleção

As colaborações serão submetidas a pelo menos dois membros do Conselho Editorial da Revista ou Pareceristas *ad hoc* por eles indicados, sem identificação do autor. Se o texto for aceito para publicação, o Comitê Científico permite-se introduzir ajustes de formatação. Modificações de estrutura ou de conteúdo, sugeridas pelos Pareceristas, só serão incorporadas mediante concordância do autor.

Artigo aprovado com restrições será encaminhado ao autor para a reformulação. Neste caso, o Comitê Científico se reservará o direito de recusar o artigo, caso as alterações neles introduzidas não atendam às solicitações feitas pelos Pareceristas.

A publicação de artigos não é remunerada, sendo permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados serão de responsabilidade exclusiva de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do periódico.

Os originais não serão devolvidos.

A aceitação do texto para publicação implica na transferência de direitos autorais para o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Serão remetidos a cada autor dois exemplares da edição em que for publicada sua colaboração.

Artigo

Texto produzido de experiências desenvolvidas nas áreas de interesse da Revista. A sua estrutura formal incorpora a introdução, o desenvolvimento e a conclusão. Deve conter no mínimo 14 páginas e no máximo 15 páginas, resumo com 150 palavras (conforme a norma NBR 6028/2003, Informação e documentação - Resumo - Apresentação, da Associação Brasileira de Normas Técnicas), palavras-chave e referências (NBR 6023/2002, Informação e documentação - Referências - Elaboração, da ABNT). **O título, o resumo e as palavras-chave (*title, abstract and keywords*) devem ser traduzidos para a língua inglesa.**

Ilustrações

As tabelas, quadros e figuras (gráficos, desenhos, fotografias etc.) podem ser apresentados em páginas separadas indicando-se no corpo do texto os locais em que devem ser inseridos, ou inseridos diretamente no texto, nas extensões .tif ou .jpg. As ilustrações devem necessariamente ser numeradas, tituladas e apresentar indicação das fontes.

Citação

A Revista do IGHB adota o critério de autor, data, página de acordo com a NBR 10520 de 2003. As citações bibliográficas ou de site, inseridas no próprio texto, devem vir entre aspas ou em parágrafo com recuo e sem aspas, remetendo ao autor. Diferentes títulos do mesmo autor, publicados no mesmo ano, devem ser diferenciados adicionando-se uma letra depois da data (a, b). Quando o autor fizer parte do texto, este deve aparecer em letra cursiva. Exemplo: De acordo com Silva (1982, p.35), etc. Quando o autor não faz parte do texto, este deve aparecer ao final do parágrafo, entre parênteses e em letra maiúscula, como no exemplo a seguir: A pedagogia das minorias está à disposição de todos (SILVA, 1982, p.35). Para qualquer referência a um autor deve ser adotado igual procedimento. Deste modo, no rodapé das páginas do texto, devem constar apenas as notas explicativas estritamente necessárias, que devem obedecer à NBR 10520, de 2003, não ultrapassando três linhas. O artigo que atender às normas acima citadas deverá, por ordem de atendimento, incluir-se na agenda de publicação da Revista para o planejamento editorial.

Notas de Rodapé

Devem ser exclusivamente explicativas contendo no máximo 3 linhas. Todas as notas deverão ser numeradas e aparecer no rodapé da página.

Referências

Deverão vir após a parte final do artigo, em ordem alfabética, a listas dos autores e das publicações, conforme a NBR 6023/2002, Informação e documentação - Referências - Elaboração, da ABNT.

Alguns exemplos

Livro com um só autor

JECUPÉ, Kaka. **Será a terra dos mil povos**: história indígena brasileira contada por um índio. São Paulo: Peirópolis, 1998.

Livro com três autores

NORTON, Peter; AITKEN, Peter; WILTON, Richard. **Peter Norton**: a bíblia do programador. Tradução de Geraldo Costa Filho. Rio de Janeiro: Campos, 1994.

Livro com mais de três autores

CASTELS, Manuel et al. **Novas perspectivas críticas em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Capítulo de livro

BARBIER, René. A escuta sensível na abordagem transversal. In: BARBOSA, Joaquim (Org.). **Multirreferencialidadenas ciências e na educação**. São Carlos: EdUFSCar, 1998. p. 168-198.

Artigo de periódico

BITTENCOURT, Maria Nadja Nunes. A prática da escrita e da leitura na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola. **Caderno Temático Projeto Político Pedagógico da Escola Comunitária**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 22-27, jul. 2004.

Artigo de jornais

SOUZA, Marcus. Falta de qualidade no magistério é a falha mais séria no ensino privado e público. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 dez. 2001. Caderno 2, p. 4.

Artigo de periódico (formato eletrônico)

TRINDADE, Judite Maria Barbosa. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 14 ago. 2000.

Livro em formato eletrônico

SÃO PAULO (Estado). **Entendendo o meio ambiente**. São Paulo, 1999. v. 3. Disponível em: <<http://www.bdt.org.br/sma/entendendo/atual/htm>>. Acesso em: 19 out. 2003.

Legislação

SÃO PAULO (Estado). Decreto no 42.822, de 20 de janeiro de 1998. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência. São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

Dissertações e teses

BITTENCOURT, Maria Nadja Nunes. **O espaço para o imaginário no currículo de formação do professor de Letras da UFBA**. 1997. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

Trabalho publicado em congresso

LIMA, Maria José Rocha. Professor, objeto da trama da ignorância: análise de discursos de autoridades brasileiras, no império e na república. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 13., 1997, Natal. *Anais...* Natal: EDURFRN, 1997. p. 95-107.

Orientação para a formatação dos textos

O artigo deve conter até 15 páginas A4, incluindo as referências, digitado em fonte *Times New Roman*; tamanho 12; entrelinhas simples; margem superior 3,5; inferior 3,0; margem direita 3,5 e margem esquerda 3,0 sem fontes ou atributos diferentes para títulos e seções. O artigo deve conter um resumo em português com 150 palavras seguido do *abstract*. Utilizar maiúsculo para título principal e maiúsculas e minúsculas nos subtítulos das seções. Para ênfase ou destaque, no interior do texto, utilizar negrito. Assinalar os parágrafos com um único toque de tabulação e dar enter apenas no final do parágrafo.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Comitê Científico.

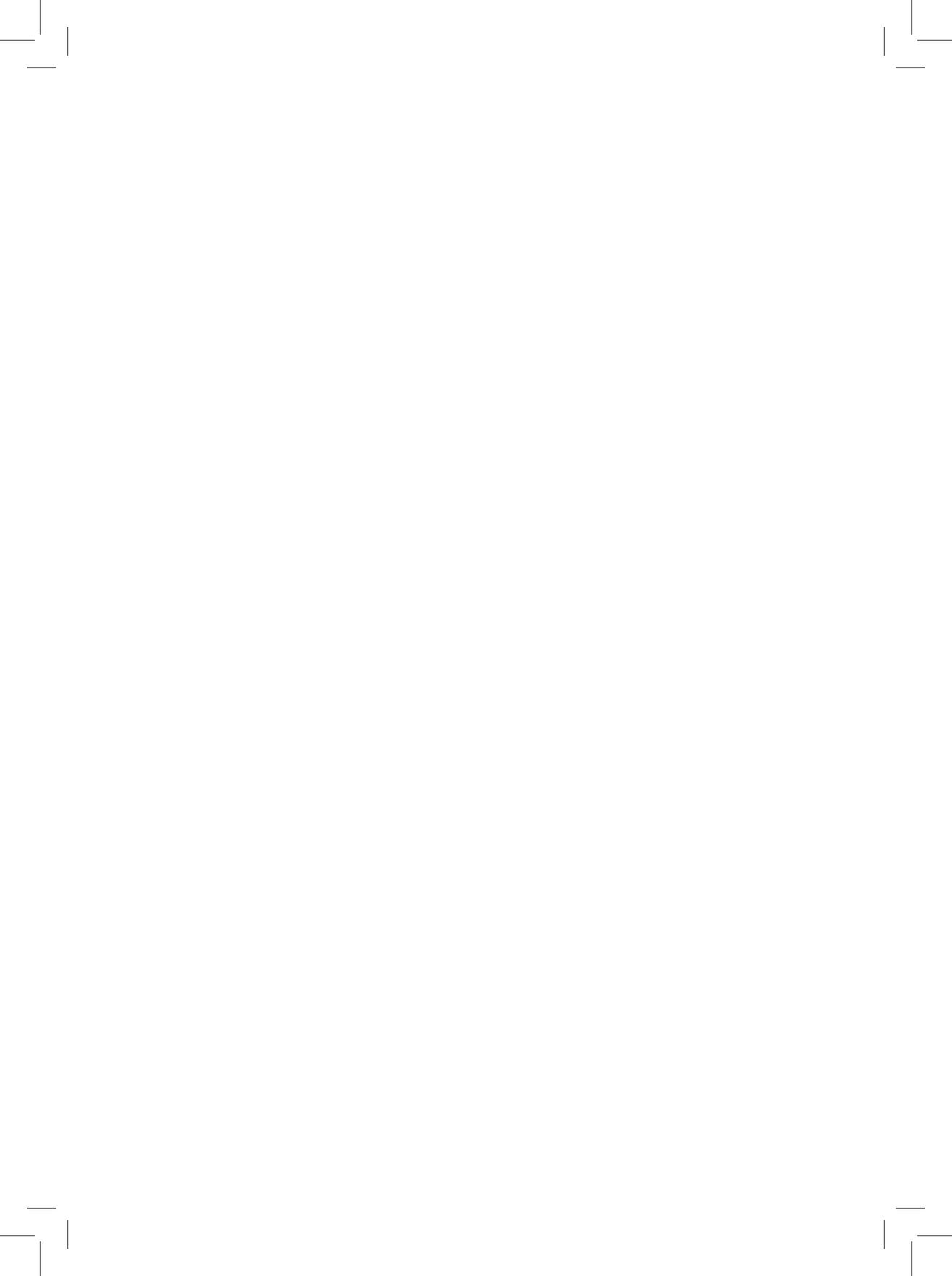
1. Devem ser digitados em extensão .doc, .txt ou .rtf, com letra *Times New Roman*, corpo 12, página em tamanho A-4, entrelinhas simples, sem fontes ou atributos diferentes para títulos e seções, tamanho da folha A4, margens 2,5 cm, parágrafo justificado.
2. Todas as páginas devem ser numeradas.
3. Deve-se evitar no texto o uso indiscriminado de siglas, excetuando as já conhecidas.
4. Os manuscritos devem ser enviados por e-mail ou via postal, indicando a **seção** a ser publicado, e obedecer às **normas** da revista.

Envio de originais

Os textos digitalizados devem ser enviados à Diretoria de Publicação do IGHB, respeitadas as orientações de apresentação e formatação fixadas, contendo obrigatoriamente, os dados pessoais e acadêmicos do autor ou autores na ordem a figurar na publicação (nome, endereço completo, telefone, e-mail, instituição de vinculação, mais alta titulação acadêmica e breve currículo para o primeiro autor; para os demais autores, nome e breve currículo).

Endereço para contato e envio de Colaboradores

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia –IGHB
Diretoria de Publicação
Maria Nadja Nunes Bittencourt
Av. Joana Angélica, 43 – Piedade – Salvador – Bahia
CEP 40.050-001
diretoria.publicacao@ighb.org.br
Tel. (71) 3329-4463; Telefax (71) 3329-6336
www.ighb.org.br



<i>Formato</i>	150 x 210 mm
<i>Tipografia</i>	Arial, Time New Roman e Trajan Pro
<i>Papel</i>	Offset, 90 g/m ² (miolo) Supremo, 300 g/m ² (capa)
<i>Tiragem</i>	1.000 exemplares